

LANNA LARISSA RODRIGUES RÊGO DE OLIVEIRA

Transformações do imaginário arquitetônico
do Antecedente ao Consequente

BELO HORIZONTE – MG
2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
Lanna Larissa Rodrigues Rêgo de Oliveira

Transformações do imaginário arquitetônico
do Antecedente ao Consequente

Versão Final

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Arquitetura.

Área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientadora: Professora Doutora Maria Lucia Malard

BELO HORIZONTE – MG
2022

FICHA CATALOGRÁFICA

O48t

Oliveira, Lanna Larissa Rodrigues Rêgo de.

Transformações do imaginário arquitetônico [manuscrito] : do antecedente ao consequente / Lanna Larissa Rodrigues Rêgo de Oliveira. – 2022.

246f. : il.

Orientadora: Maria Lucia Malard.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Arquitetura – Estudo e ensino – Teses. 2. Projeto arquitetônico – Estudo e ensino – Teses. 3. Arquitetura – Imaginário - Teses. 4. Arquitetura – Metodologia – Teses. I. Malard, Maria Lucia. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 720.7



FOLHA DE APROVAÇÃO

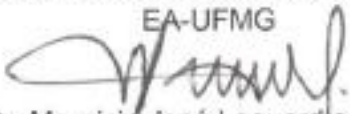
Transformações do imaginário arquitetônico do Antecedente ao Consequente

LANNA LARISSA RODRIGUES RÊGO DE OLIVEIRA

Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Doutor em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 23 de maio de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:


Profa. Dra. – Maria Lucia Malard - Orientadora
EA-UFMG


Prof. Dr. Mauricio José Laguardia Campomori
EA-UFMG


Profa. Dra. Juliana Torres de Miranda
EA-UFMG


Profa. Dra. Gleice Virginia Medeiros de Azambuja Elali
UFRN


Prof. Dr. João Marcos de Almeida Lopes
IAU-USP

Belo Horizonte, 23 de maio de 2022.

AGRADECIMENTOS

Agradeço às fontes de incentivo e ajuda prática ao longo deste projeto.

À orientadora Maria Lucia Malard, agradeço por tê-lo apoiado desde o primeiro momento, por generosamente tê-lo orientado e incentivado sua finalização, confiando no meu trabalho.

Agradeço aos professores João Marcos e Gleice Elali, pelas contribuições na banca de qualificação e, junto a eles, aos professores Mauricio Campomori e Juliana Torres, pelas contribuições dadas na banca final. Agradeço ainda à professora Paula Barros, cuja disciplina auxiliou na escolha do método adotado neste trabalho de tese.

Aos estudantes que colaboraram anonimamente, cedendo entrevistas.

Aos professores, funcionários e colegas estudantes do NPGAU/UFMG e da EA/UFMG, pelas trocas e colaboração, tanto nas etapas de campo quanto em parte das reflexões aqui dispostas.

Aos funcionários do DRCA/UFMG, pelo auxílio indispensável que possibilitou a condução e a execução da última fase do trabalho de campo.

Aos professores, funcionários e estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFOP, pelas oportunidades e experiências no ensino de Arquitetura que me confrontaram à realidade que esta pesquisa pretendeu alcançar.

Aos meus pais, Zélia e Limeira, e aos meus irmãos, Eduardo, Polianna, Júlia e João, pelo suporte emocional, compreensão e confiança em tudo o que faço, ainda que minhas escolhas nos custem estar sempre longe.

Ao Cayo Cezar e à Marliete, por tê-los como amigos; e ainda à amiga Rachel, pela generosa atenção à revisão do texto.

Ao Samuel, por toda a dedicação de tempo e atenção afetuosa aos meus pensamentos e humores. Por ter colocado meu bem-estar sempre à frente de tudo. Por sua valiosa colaboração na tabulação dos dados, tendo sido a razoabilidade num caos de informações. Por extensão, agradeço à Cida, ao Matheus e à Sarah, pelo carinho.

Por fim, agradeço à Capes pelo apoio financeiro que permitiu a realização desta pesquisa. *

*O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

Esta pesquisa investiga as transformações do imaginário arquitetônico dos estudantes em diferentes momentos do processo formativo em Arquitetura e Urbanismo, a partir das seguintes perguntas: Como os estudantes de Arquitetura se transformam em termos de seus imaginários arquitetônicos em diferentes momentos da formação? Quais as possíveis ligações entre essas transformações e as práticas didáticas adotadas no ensino de projeto arquitetônico? Partindo da hipótese central de que o imaginário arquitetônico pode fornecer evidências sobre a natureza das práticas didáticas adotadas no ensino de projeto, desenvolvemos uma investigação exploratória a fim de interpretar o que chamamos de Imaginário Antecedente (representações de espacialização e representações imagéticas de futuros alunos e de estudantes do 1º período na graduação em Arquitetura e Urbanismo) e Imaginário Consequente (representações de espacialização e representações imagéticas de concluintes em Arquitetura e Urbanismo). Para tanto, foram conduzidas entrevistas com estudantes de dois diferentes momentos da graduação de uma mesma instituição de ensino, além de futuros estudantes (alunos já aprovados no vestibular e que ainda não tinham começado a ter aulas). O objetivo principal consistiu em gerar informações que remontem à transformação do imaginário arquitetônico, inscritas nesses três momentos do percurso acadêmico. A abordagem escolhida para o processamento de dados é de caráter qualitativo, realizada através do método análise temática. Os dados coletados revelam 4 temas estruturantes para análise dos Imaginários Antecedente e Consequente, além de 34 categorias que nos reportam às representações que emergem acerca do espaço construído, da atuação do arquiteto, do ato de projetar e dos vetores de influência relacionados à arquitetura, o que autoriza a identificação de tendências entre os imaginários, suas transformações e suas possíveis correlações com práticas próprias à educação arquitetônica formal. As respostas às transformações foram obtidas através da identificação de atributos espaciais, subjetivos, projetuais e profissionais, além das imagens arquitetônicas referenciais dominantes, revelando parte das interferências a partir do ambiente formal e dos vetores não formais sobre o imaginário discente. As análises demonstram que, entre os estudantes avançados, a despeito de uma natural ampliação do imaginário, este não se demonstra necessariamente mais diversificado em relação aos padrões de espacializações, imagens e referências arquitetônicas. Além disso, entre os ingressantes, identifica-se uma precoce convergência do discurso, onde há tendência à reprodução de certos valores e posturas docentes incorporados antes mesmo do contato com as disciplinas de projeto, o que nos sugere uma urgente necessidade de diversificação das referências no ambiente de ensino de Arquitetura e, por consequência, das práticas didáticas que as incitam.

Palavras-chave: Estudantes de Arquitetura. Práticas didáticas. Imaginário arquitetônico. Imaginário Antecedente. Imaginário Consequente.

ABSTRACT

This research investigates the students' architectural imaginary transformations in different moments of their formative process in Architecture and Urbanism, from the following questions: How do Architecture students transform themselves in terms of their architectural imaginaries at different times of formation? What are the possible links between these transformations and the didactic practices adopted in the teaching of architectural design? Starting from the central hypothesis that the architectural imaginary can provide evidence about the nature of didactic practices adopted in project teaching, we developed an exploratory investigation in order to interpret what we call Antecedent Imaginary (representations of spatialization and imagetic representations of future students and students of the 1st period in the graduation in Architecture and Urbanism) and Consequent Imaginary (representations of spatialization and imagetic representations of graduates in Architecture and Urbanism). Therefore, interviews were conducted with students from two different moments of graduation from the same educational institution, as well as future students (students already approved in the entrance exam and who had not yet started taking classes). The main objective was to generate information that goes back to the transformation of the architectural imaginary, inscribed in these three moments of the academic course. The approach chosen for data processing is qualitative, carried out through the thematic analysis method. The data collected reveal 4 structuring themes for the analysis of the Antecedent and Consequent Imaginaries, in addition to 34 categories that report to the representations that emerge about the built act of designing and the vectors of influence related to architecture, which authorizes the identification of trends among the imaginaries, their transformations and their possible correlations with practices proper to formal architectural education. The responses to the transformations were obtained through the identification of spatial, subjective, projective and professional interference from the formal environment and non-formal vectors on the student imaginary. The analysis shows that, among advanced students, despite a natural expansion of the imaginary, this is not necessarily more diverse in relation to the patterns of spatialization, images and architectural references. In addition, among the newcomers, an early convergence of discourse is identified, where there is a tendency to the reproduction of certain values and teaching postures incorporated even before the contact with the project disciplines, which suggests an urgent need for diversification of references in the teaching environment of Architecture and, consequently, the didactic practices that incite them.

Keywords: Architecture students. Didactic practices. Architectural imaginary. Antecedent imaginary. Consequent imaginary.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Metodologia geral da tese	26
Figura 2 — Abordagem do imaginário arquitetônico como objeto de pesquisa via discurso.....	40
Figura 3 — Etapas conceituais do trabalho de tese.....	54
Figura 4 — Diagrama dos domínios do imaginário arquitetônico e os padrões identificados aos quais se relacionam.....	67
Figura 5 — Mapa conceitual do tema Características Espaciais e suas categorias. .	71
Figura 6 — Mapa conceitual do tema Características Intangíveis e suas categorias	73
Figura 7 — Mapa conceitual do tema Projetar e suas categorias	76
Figura 8 — Mapa conceitual do tema Vetores de Influência e suas categorias	78
Figura 9 — Comportamento dos grupos em relação aos temas de análise.....	80
Figura 10 — Categorias de destaque em Características Espaciais e seu comportamento nos 3 grupos: Concluintes (C) em azul, Ingressantes (I) em vermelho e Pré-Ingressantes (PI) em amarelo	93
Figura 11 — Categorias de aproximação e contraste entre grupos no tema Características Espaciais: Concluintes (C) em azul, Ingressantes (I) em vermelho e Pré-Ingressantes (PI) em amarelo.....	94
Figura 12 — Categorias que tendem a ser valorizadas em todos os momentos do Imaginário Antecedente (em vermelho e amarelo) no tema Características Espaciais	95
Figura 13 — Síntese dos níveis conceituais de avaliação e interpretação do lugar de morar e da experiência urbana que emergiram do imaginário arquitetônico coletivo	123
Figura 14 — Diagramas-síntese dos atributos identificados nos 3 grupos na instância do morar e da experiência urbana.....	125
Figura 15 — Diagrama dos atributos subjetivos nos três momentos do imaginário arquitetônico discente	133
Figura 16 — Esquema do entendimento do processo projetual no momento zero do Imaginário Antecedente (IA zero)	136
Figura 17 — Esquema dos diferentes entendimentos do processo projetual no momento um do Imaginário Antecedente (IA um)	141
Figura 18 — Esquema dos diferentes entendimentos do processo projetual no momento um do Imaginário Consequente (IC).....	146
Figura 19 — Diagrama dos atributos projetuais nos três momentos do imaginário arquitetônico discente	156
Figura 20 — Resultados em site de busca pelos termos "arquitetura no Brasil" e "arquitetura brasileira"	164
Figura 21 — Tópicos de Interesse do imaginário arquitetônico nos três momentos de formação.....	173
Figura 22 — Mapas da distribuição geral dos lugares citados no imaginário Antecedente	197
Figura 23 — Mapas da distribuição geral dos lugares citados no imaginário Consequente.....	198
Figura 24 — Diagrama dos atributos imagéticos nos três momentos do imaginário arquitetônico discente	200
Figura 25 — Praça da Liberdade em Belo Horizonte, retratada a partir dos discursos dos respondentes	202

Figura 26 — Cidade de Ouro Preto-MG, retratada a partir dos discursos dos respondentes	203
Figura 27 — MASP em São Paulo - SP, retratado a partir dos discursos dos respondentes.	204
Figura 28 — Sesc Pompeia em São Paulo - SP, retratado a partir dos discursos dos respondentes.	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Síntese da abordagem sobre a literatura pertinente consultada, identificando as principais contribuições, lacunas e adaptações metodológicas para o contexto desta investigação.....	41
Quadro 2 — Mapa de calor com as proporções de todos os temas e categorias nos discursos de cada grupo: concluintes (C), ingressantes (I) e pré-ingressantes (PI)....	83
Quadro 3 — Resultados do tema Características Espaciais	92
Quadro 4 — Resultados do tema Características Intangíveis	126
Quadro 5 — Resultados do tema Projetar.....	134
Quadro 6 — Resultados do tema Vetores de Influência	165
Quadro 7 — Quadro-síntese de algumas das principais transformações identificadas	215

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AT	Análise Temática
AU	Arquitetura e Urbanismo
C	Concluintes
EA/UFMG	Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
DCNs	Diretrizes Curriculares Nacionais
DRCA	Departamento de Registro e Controle Acadêmico
I	Ingressantes
IA	Imaginário arquitetônico Antecedente
IC	Imaginário arquitetônico Consequente
IES	Instituições de Ensino Superior
OAM	Objetos de Arquitetura Moderna
Pflex	Projetos Flexibilizados
PI	Pré-ingressantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	15
1.1 O ensino de projeto arquitetônico e suas permanências.....	18
1.2 Em busca de uma contribuição à pesquisa em ensino de projeto	20
1.3 Práticas didáticas no ensino de projeto: uma caracterização.....	27
1.3.1 Práticas tradicionalistas	28
1.3.2 Práticas não tradicionalistas.....	30
1.3.3 Limites do ensino não tradicionalista.....	30
1.4 Lócus da investigação: A Escola de Arquitetura da UFMG	31
1.4.1 Curso diurno.....	32
1.4.2 Curso noturno	33
1.5 Estrutura da tese.....	33
2 IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO	35
2.1 Investigações sobre o objeto	35
2.1.1 O recorte do conceito e os domínios do imaginário arquitetônico	35
2.1.2 Sobre interpretação e preferências arquitetônicas.....	42
2.1.3 Preferências no ambiente de ensino em projeto.....	46
2.1.4 Evidências de um imaginário transmissivo	49
3 O TRABALHO DE CAMPO: ACESSANDO O IMAGINÁRIO	54
3.1 Fase de teste da coleta de dados.....	55
3.1.1 Diretrizes para as entrevistas.....	55
3.1.2 Critérios para seleção dos respondentes	57
3.1.3 Aplicação	58
3.1.4 Avaliação: fim da fase de teste	58
3.2 Concluintes: aplicação do questionário.....	60
3.3 Pré-ingressantes: aplicação do questionário	61
3.4 Do método de processamento de dados.....	62
3.5 Considerações sobre o método: revisão da amostra	63
4 PADRÕES DO IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO	65
4.1 Os respondentes	65
4.2 Os padrões.....	67
4.3 Padrões intragrupos	79
4.3.1 Critérios de análise e interpretação dos resultados	81
5 OS IMAGINÁRIOS ANTECEDENTE E CONSEQUENTE	84
5.1 As representações de espacialização.....	84
5.1.1 Introdução.....	84
5.1.2 Características espaciais	91

5.1.2.1	Introdução aos resultados e comentários gerais.....	91
5.1.2.2	Leituras espaciais: o lugar de morar	96
5.1.2.3	Leituras espaciais: a experiência urbana.....	106
5.1.2.4	Atributos das leituras espaciais nos imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática	122
5.1.3	Características intangíveis	126
5.1.3.1	Introdução aos resultados e comentários gerais.....	126
5.1.3.2	Os aspectos subjetivos	128
5.1.3.3	Atributos subjetivos nos imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática.....	132
5.1.4	Projetar	133
5.1.4.1	Introdução aos resultados e comentários gerais.....	133
5.1.4.2	O processo, os elementos de projeto e a profissão.....	135
5.1.4.3	Atributos projetuais nos Imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática	154
5.1.5	Considerações sobre Representações de Espacialização nos Imaginários Antecedente e Consequente: possíveis correlações com práticas didáticas.....	156
5.2	As representações imagéticas.....	160
5.2.1	Introdução.....	160
5.2.2	Vetores de influência	164
5.2.2.1	Introdução aos resultados e comentários gerais.....	164
5.2.2.2	As fontes de influência.....	167
5.2.2.3	O gosto arquitetônico: imagens dominantes	181
5.2.2.4	Atributos das imagens arquitetônicas dominantes nos Imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática	199
5.2.3	Considerações sobre Representações Imagéticas nos imaginários Antecedente e Consequente: possíveis correlações com práticas didáticas.....	206
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	213
6.1	Atualizações: sobre o objeto e sobre o problema	213
6.2	Atualizações em relação à literatura precedente.....	218
6.3	Potencial da investigação via imaginário arquitetônico	220
6.4	Limites da investigação do imaginário arquitetônico via discurso	220
6.5	Indicações para futuras pesquisas	224
	REFERÊNCIAS	227
	Apêndice A	234
	Apêndice B	236
	Apêndice C	246

APRESENTAÇÃO

A julgar pela própria natureza complexa dos problemas de projeto arquitetônico, as explicações à indagação de como se conformam as pressuposições arquitetônicas que influenciam as decisões de projeto dos estudantes não são únicas nem precisas. Mesmo em um ambiente relativamente controlado como a sala de aula, onde se tem fatores como a delimitação do tema e do tempo de experimentação e a interação com os pares (professor e colegas), imperando como as mais comuns e mais diretas interveniências ao processo de projeto, é tarefa bastante intrincada investigar de que forma os alunos elaboram e desenvolvem, isto é, “têm” suas ideias. Isso se torna exponencialmente mais complexo quando nos perguntamos como esses fatores intervenientes e ideias são organizados e hierarquizados na mente do projetista, se não determinando, mas, em alta medida, interferindo em seu modo de encarar problemas arquitetônicos, em seu posicionamento quanto aos desafios da profissão, em suas pressuposições quanto ao bom proceder no processo de projeto ou ainda em suas preferências projetuais. Esse quadro faz emergir uma primordial e angustiante questão que se apresenta a novatos na pesquisa em projeto, independente da sua questão de pesquisa: como acessar isso?

Pode parecer trivial, mas essa questão é capciosa, pois tentar acessar o ato de projetar via observação sincrônica pode afetar de modo significativo como essa prática está sendo conduzida. Por outro lado, se usarmos relatos retroativos, que recuperem os atos dos processos, ainda será relativamente limitado, pois dependerá da memória e da sinceridade de alguém. Então, quando estamos ocupados com um problema específico, que surge da reflexão sobre ou no ensino de projeto, nos vemos numa encruzilhada. Como dissertar sobre processos dos projetistas em formação sem artificializá-los e, ainda, como analisar seus produtos sem incorrer no erro da não correspondência entre produto e processo?

Algumas das literaturas mais amplamente reconhecidas em projeto/*design* sequer foram elaboradas por arquitetos ou professores de projeto arquitetônico. Quando as acessamos, vemos que seus métodos de análise e coleta de dados foram os mais variados e que se valeram de observações diretas, o que os coloca de frente aos processos e/ou técnicas que lhes permitiam análises *a posteriori* aos atos; estas, principalmente via análise dos resultados desses atos ou, no máximo, de indagações aos envolvidos, as quais, em tese, reconstituem os processos empreendidos. Entretanto, as dificuldades e limitações mencionadas podem ser contornáveis, se a pesquisa for bem conduzida.

A via da experimentação, por exemplo, permite que se reflita sobre uma ideia que ainda está no plano da suposição e testá-la, analisá-la e submetê-la à crítica, para proceder a transformações, confirmações ou refutações. Por isso, o que estamos tentando responder tem de ser muito bem sistematizado e descrito, para que outros pesquisadores possam criticar, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento nessa área.

Dessa maneira, ferramentas de pesquisa e estratégias de coleta de dados vêm sendo aplicadas a fim de nos colocar em direção do interesse comum: como podemos contribuir para melhorar a qualidade do ensino em arquitetura e, em última análise, a qualidade do ambiente construído sobre o qual atuamos? Estamos, portanto, em busca de aprimorar o pensamento crítico, mas com intenções propositivas em Arquitetura, ainda que saibamos das limitações colocadas por interveniências externas à profissão. É nisso que reside a importância de também se explorar a pertinência de novos objetos de investigação, com potencial à formação de bases de dados que possam complementar ou atualizar os conhecimentos que temos hoje.

Por esse motivo, me esforcei, ao longo de toda a tese, em dialogar com muitos possíveis interlocutores, mas, principalmente, com pesquisadores, docentes e profissionais interessados no ensino de projeto, pois assim estaria, também, dialogando comigo mesma. Só então o processo se tornou menos desconfortável e alheio ao que tenho condições de contribuir.

Por isso, é importante dizer que tenho um “lugar”, a partir do qual estou lançando a pedra fundamental desta pesquisa: disserto sobre a prática docente com pouquíssima prática como professora, o que torna desafiador tangenciar problemas estruturais da formação para a prática. A inquietação por nada saber sobre ensinar foi decisiva para que eu iniciasse os estudos na pós-graduação, para talvez me capacitar de modo mais apropriado ao ensino de projeto e, também, para me testar através do ambiente que os programas de pós-graduação *stricto sensu* disponibilizam: de interlocução com os pares com experiência docente, que refletem sobre suas práticas.

Minha suposição inicial era de que os estudantes, principalmente os que levavam mais tempo para ultrapassar as etapas de projeto, não raro recorriam a argumentos de funcionalização e racionalização, traduzindo-os em resultados espaciais e formais típicos, sem qualquer crítica ou experimentação de variantes. Eu supunha que as tipologias arquitetônicas do nosso cotidiano estariam introjetadas no imaginário do aluno em decorrência de suas próprias experiências, formando a sua percepção do que seria o fazer lógico e comum da profissão. Acreditava que os espaços vivenciados pelos alunos em suas residências, rua, bairro, cidade, e demais experiências urbanas fortuitas, tinham grande influência no seu

imaginário, transmitindo certos padrões espaciais e lógicas formais que estavam “desenhados” no espaço urbano, e que, orientados por esse espaço vivido, os estudantes acabariam reproduzindo “o que veem”, ou seja, fixariam em sua imaginação representações do mundo real, ainda que com algumas ressignificações.

Essa espécie de intuição inicial, no entanto, desconsiderava — ou mesmo tratava à parte — uma questão lógica importante: parte desses estudantes observados não eram alunos iniciantes, já tinham passado por outras disciplinas em projeto e, portanto, por outras naturezas de condução docente em ateliê. Ou seja, ainda que a suposição estivesse certa e os estudantes de fato tivessem uma prática determinada pelos espaços de suas vivências, como se explicaria que a imersão na prática disciplinar em projeto não havia tido nenhum tipo de influência transformadora ou ampliadora desse seu imaginário? Então me convenci de que o problema não estava somente nas possíveis limitações do imaginário do aluno, pois o aprendizado é um processo transformador e não uma acumulação de habilidades e competências. Se a transformação de um imaginário arraigado não ocorria, talvez fosse porque as práticas docentes instituídas não eram ampliadoras desse imaginário.

Assim, este trabalho foi tomando uma linha de investigação que examina os efeitos do ensino recebido nas concepções dos estudantes sobre arquitetura em diferentes momentos do curso e, por conseguinte, tenta apontar pistas sobre a natureza predominante desse ensino, na medida em que procura fazer aproximações entre os pontos de inflexão significativos do imaginário arquitetônico que podem estar relacionados ao ambiente de ensino-aprendizagem experienciado pelos alunos. Pretendemos fazer tudo isto sem inquirir o aluno diretamente sobre avaliações do percurso acadêmico, uma vez que esta tese é uma tentativa de enveredar pelo caminho inverso, propondo uma investigação dos elementos que dão suporte aos processos e que podem nos ajudar a entender os produtos por eles gerados, no intuito de questionar: sobre quais práticas estamos refletindo? (OLIVEIRA, MALARD, 2019). Diante de novos desafios para o ensino de projeto, certamente surgirão novos desafios para a pesquisa, que, sem dúvidas, são muito mais amplos que os que tento abordar aqui. Esta tese é apenas um esforço nessa direção.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma contribuição metodológica à pesquisa em ensino de projeto de arquitetura e urbanismo. Proponho investigar os efeitos das práticas docentes¹ no imaginário arquitetônico dos estudantes a partir da análise de dados empíricos sobre esse imaginário. Parto do pressuposto de que as práticas didáticas comumente adotadas no ensino de projeto arquitetônico não só estariam dando suporte à formação do imaginário arquitetônico dos estudantes como, também, à concepção do perfil do arquiteto contemporâneo prescrito pelas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Dito isso, esta tese não faz qualquer proposição ao ensino, seja no âmbito de práticas pedagógicas ou de novas metodologias. Por esse motivo, não coloco em discussão teorias didáticas ou pedagógicas. Os macro-enquadramentos dados às questões que identifico como estruturais no ensino de projeto compõem de modo secundário, quando me parecem essenciais à argumentação. O foco da investigação é a possível correlação de certas práticas didáticas com o processo de transformação/formação do imaginário arquitetônico no ensino de Arquitetura.

No entendimento que desenvolvo, ao imaginário arquitetônico como objeto de investigação devem competir alguns domínios fundamentais. Defendo, também, que esses domínios podem ser reconhecidos através de padrões, que organizam seus atributos conceituais, a fim de possibilitar seu estudo empírico. Assim, trabalho com as representações de espacialização e representações imagéticas como dois domínios importantes à caracterização da essência do imaginário arquitetônico. Esse entendimento é elaborado a partir de dois motivos centrais:

As pesquisas em ensino de projeto tradicionalmente investigam o ambiente de ensino em ateliê de dentro para fora, ou seja, examinam práticas, posturas, processos, resultados e agentes envolvidos a partir do ateliê, de modo que já temos uma base razoavelmente consistente nesse âmbito para afirmar que, em maior ou menor medida, o paradigma do mestre-aprendiz ainda não foi superado: ainda se identificam práticas prescritivas e com tendências reprodutivistas no ensino de projeto arquitetônico. Investigar “*de fora para dentro*” pode contribuir para identificar os *rebatimentos e penetração* de práticas e posturas comuns em ateliê, o que pode auxiliar, por sua vez, na compreensão das motivações envolvidas nas

¹ Práticas docentes, atividades didáticas e práticas didáticas são termos abordados como sinônimos nesta investigação, considerados como todo e qualquer exercício e seus respectivos recursos metodológicos utilizados pelo docente com o intuito de promover o ensino-aprendizagem. Em nosso caso, focalizamos a discussão nas práticas e atividades concernentes ao ensino-aprendizagem em projeto arquitetônico.

práxis dos alunos, tão caras à qualidade do ambiente construído sobre o qual futuramente irão intervir.

Em segundo lugar, as pesquisas consultadas que poderiam contribuir na busca por bases iniciais a essa proposição “*de fora para dentro*” não foram satisfatórias. Sendo mais específica, as bases para pesquisa empírica do que enquadro como “*imaginário arquitetônico coletivo*” não estavam dadas, o que exigiu um esforço em caracterizá-lo de modo sistemático, para, só então, viabilizar sua análise.

Esses motivos, por sua vez, contribuíram para desenhar o escopo metodológico da tese, que parte dos dados empíricos para fundamentar as conclusões, a fim de engendrar, de um lado, a caracterização do imaginário arquitetônico como objeto de investigação da pesquisa em ensino-aprendizagem em projeto, além de análises qualitativas a partir dos resultados alcançados. As perguntas que se colocam são:

Como os estudantes de Arquitetura se transformam em termos de seus imaginários arquitetônicos em diferentes momentos da formação?

Quais as possíveis ligações entre essas transformações e as práticas didáticas adotadas no ensino de projeto arquitetônico?

Para investigar essas questões, conduzi entrevistas com estudantes de dois diferentes momentos da graduação de uma mesma instituição de ensino, além de futuros estudantes (alunos já aprovados no vestibular e que ainda não haviam tido aulas). Realizei posterior análise de dados com o objetivo de reportar alguns padrões (aos quais chamei de temas e categorias²), que se organizam dentro dos dois domínios do imaginário arquitetônico aqui discutidos. Uma vez identificados e categorizados, os imaginários arquitetônicos e suas transformações podem ser usados para testar a hipótese colocada.

Dado o exposto, esta investigação busca identificar as principais transformações do imaginário arquitetônico dos estudantes, por meio da construção de um roteiro metodológico que ampare essa identificação. Para isso, reconstituo as ideias sobre espacializações, além da natureza imagética coletiva de três diferentes grupos de alunos: futuros estudantes em fase de matrícula, que chamei *pré-ingressantes*; calouros do primeiro período do curso, os *ingressantes*; e alunos avançados no curso entre o 7º e o 10º períodos, além de recém-egressos, aqui denominados *concluintes*. Os dois primeiros grupos caracterizam o Imaginário Antecedente. O último grupo compõe os achados acerca do Imaginário Consequente.

² Utilizamos a análise temática como método para identificação dos padrões. O método é discutido no Capítulo 3.

Os pré-ingressantes são um subgrupo populacional não arquiteto, ainda não explorado na literatura. Acessamos esses sujeitos em fase de matrícula, para que fosse eliminada qualquer influência do ensino formal em Arquitetura no seu imaginário arquitetônico. Para complementar, observamos suas inflexões e proximidades em relação ao subgrupo de alunos em fase inicial de formação (ingressantes). Para acessar o grupo populacional ligado ao Imaginário Consequente, consultamos concluintes, para que sejam possíveis os contrastes de formação dos imaginários entre os diferentes grupos.

Como disse anteriormente, discuto os Imaginários Antecedente e Consequente sob dois domínios, que também definem os objetivos específicos do trabalho:

- (i) sistematizar suas *representações de espacialização*, ou seja, através da categorização e análise dos relatos verbais, indicaremos como tendem a relacionar suas experiências espaciais e os aspectos materiais componentes do ambiente construído que consideram relevantes, além de ressaltar como esses marcadores repercutem em seu entendimento do ato de projetar e do próprio ofício do arquiteto;
- (ii) sistematizar suas *representações imagéticas*, observando, portanto, os conjuntos de imagens referenciais aos quais os grupos tendem a recorrer ao citar, descrever, criticar ou justificar espaços tidos como significativos e as possíveis fontes de influência;
- (iii) estes objetivos se desdobram em um último objetivo específico: indicar se é possível, a partir do imaginário, especular sobre suas correlações com práticas didáticas em arquitetura.

Assim, a pesquisa é motivada pela suposição de que o imaginário arquitetônico pode fornecer evidências sobre a natureza das práticas didáticas adotadas no ensino de projeto. Desse modo, o trabalho investigativo se deu na direção de identificar, no discurso dos estudantes, quais os principais atributos espaciais e imagéticos valorizados em diferentes momentos da educação arquitetônica. Especulando pistas sobre suas correlações com as práticas didáticas em ensino de projeto, viabiliza-se uma averiguação exploratória de sua penetração nas ideias e preferências dos estudantes.

Os resultados dessa pesquisa derivam dos depoimentos dos respondentes; no entanto, suas análises são erigidas a partir do repertório e perspectiva da autora, em suas experiências anteriores de iniciação à docência em projeto arquitetônico, que se deram no âmbito do processo de pesquisa.

Dessa maneira, tomo emprestado de Lynch (1960, p. 25) que “a intenção é de desenvolver ideias e métodos, mais do que apontar fatos de modo concludente e

determinante”. Por se tratar de um estudo exploratório, não me sinto autorizada a afirmar que expus um imaginário totalizante, compartilhado entre estudantes de Arquitetura de maneira indistinta. No entanto, temos coerência interna ancorada aos dados o suficiente para indicar que o objeto tem potencial de ser aplicado na investigação do contexto educacional arquitetônico nacional. Durante a investigação, construí diretrizes de sistematização, identificação, análise e interpretação, isto é, um roteiro metodológico que pode ser não só replicado como aprimorado por futuras pesquisas em contextos similares.

1.1 O ensino de projeto arquitetônico e suas permanências

O processo educativo transforma as visões de mundo do indivíduo, qualquer que seja a área do conhecimento. Isso é desejável. Do contrário, a educação resultaria, no mínimo, inócua, sem efeito para a sociedade. Nesse entendimento, os alunos entram com algumas concepções e saem, ao menos idealmente, com outras concepções sobre sua área de atuação.

O conhecimento propedêutico, os padrões e os métodos de saber e fazer tradicionais não são o problema. Problemáticos são alguns modos de reproduzi-los, ou seja, de introduzi-los aos estudantes. No ambiente de ensino em Arquitetura, o que pode tornar, ao menos em parte, esses saberes como limitantes ao aprendizado são valores e padrões que estão presentes no ensino de projeto por meio de algumas posturas prescritivas, convertidas, em última instância, em práticas didáticas deterministas³.

A constatação do problema decorre de experiências da autora como pesquisadora e também através da prática, por meio da iniciação à docência, entre 2016-2021, sob três “tipos” de experiência docente: a acadêmica curricular, via estágios docentes em disciplinas de projeto; a do desenvolvimento em pesquisa na área, que envolveu a aplicação de um experimento disciplinar durante o mestrado, além da experiência como substituta em instituição de ensino diferente daquela a que é vinculado o programa de pós-graduação no qual elabora

³ A. Panet Barros aponta transformações críticas pelas quais as práticas pedagógicas em disciplinas de projeto têm passado. Conclui que ainda se conservam ações e posturas pedagógicas que valorizam os ideais funcionalistas e racionalistas da arquitetura expressados através de posturas deterministas, caminhos prescritivos ou intuitivos de concepção arquitetural (BARROS, 2014 p. 330-331). Há atualização das mesmas conclusões em Arcipreste (2002 e 2012) e Vidigal (2010). A estas posturas didáticas, a autora dá o nome de “conservadoras”, mas também se refere a alguns subgrupos como “prescritivas”. Outro óbice apontado está na ausência da clareza metodológica da abordagem da problemática arquitetônica, que conta, nesses casos, com pouca ou nenhuma participação dos alunos, além de algumas práticas que se utilizam de um sistema de concepção baseado em princípios estéticos canônicos e universais, sem problematizar as causas da transformação da arquitetura contemporânea. Essas abordagens conservadoras constatadas contribuem para o entendimento da arquitetura como um fim em si mesma, como um universo à parte, onde o docente pode explorá-la como bem lhe convier (BARROS, 2014, p. 331).

esta tese. Essas experiências foram sendo desenvolvidas sob o exame de teorias sobre criatividade e ensino de projeto arquitetônico, dando à autora pistas importantes das dificuldades encontradas no processo de ensino-aprendizagem em projeto, ainda que o tempo de prática não seja extenso.

Observando que a literatura nacional pertinente aponta a uma importante fragilidade no ensino-aprendizagem em Arquitetura, alojada na perpetuação do paradigma mestre-aprendiz, através da persistente transmissão de algumas práticas, posturas e valores deterministas, fazemos as seguintes observações iniciais:

Em geral, as pesquisas em ensino de projeto tendem a investigar suas problemáticas por duas principais vias: a análise de disciplinas de projeto via observação do planejamento previsto pela disciplina e das intercorrências do ambiente de ensino, ou pela produção acadêmica dos docentes e discentes e as considerações autoanalíticas de suas práticas. Ao entendermos que o ensino formal em projeto arquitetônico baliza o entendimento dos estudantes não só para os exercícios disciplinares que desenvolvem como também para o entendimento do espaço construído como um todo, seja ele formal ou informal, pressupomos que, a partir da comparação entre o Imaginário Antecedente e o Consequente sistematizados via discurso, é possível encontrar indícios acerca da penetração das práticas didáticas adotadas.

Não é objetivo desta pesquisa tecer elucubrações relacionadas à correspondência direta entre o discurso do estudante e a sua prática de projeto, para o caso dos entrevistados já iniciados no curso. Inclusive, esta autora está convencida de que não é incomum a desconexão entre a intenção verbalizada e o que se vê representado. Sobre essa desconexão, intervêm uma série de fatores, como limitações de tempo, meios de execução, falta de conhecimento e outros, que impedem o estudante de executar um projeto tal como idealizado verbalmente. Assume-se, assim, que as afirmações dos estudantes acerca do processo de projeto não sejam factualmente aplicadas à sua própria prática. Apesar de as entrevistas serem fontes absolutamente compatíveis com o objeto de pesquisa, o questionário que compõe as entrevistas não aborda, em nenhum momento, sequer o ambiente de ensino em projeto, nem interpela o estudante sobre juízos de valor acerca do seu desempenho ou, ainda, sobre suas apreciações quanto à qualidade do ensino em projeto. Depoimentos abordando essas questões compõem a pesquisa e nos auxiliam em certas afirmações, mas surgiram por iniciativa espontânea dos respondentes. Além disso, a experiência docente prévia da autora com estudantes iniciantes e concluintes da mesma instituição, nos dois turnos, possibilitou alguma aproximação por comparação entre o que foi presenciado no cotidiano de

sala de aula e os depoimentos, o que oportuniza, também, a deliberação qualitativa acerca da sinceridade dos respondentes alcançados pela pesquisa.

A partir de agora, discutiremos em que aspectos se entende a contribuição deste trabalho em relação à pesquisa em ensino de projeto.

1.2 Em busca de uma contribuição à pesquisa em ensino de projeto

A intenção exploratória nesta investigação é a de sugerir uma vertente de investigação sobre o ensino de projeto em que os tipos de práticas adotadas são manifestados por derivação. Ou seja, não estamos investigando *a partir* do ambiente de ensino. Em vez disso, estamos tentando apurar, por meio da sistematização de imaginários coletivos em momentos específicos do curso, possíveis correlações com o teor, ou seja, com o caráter do ensino-aprendizagem possivelmente adotado.

Pesquisas cujo interesse central seja a qualidade do ensino em projeto centram-se, muito oportunamente, em instrumentos e agentes diretamente ligados a esse ambiente de ensino-aprendizagem. Para sistematizar, poderíamos falar em alguns focos de pesquisas:

1. *Currículo*: discutem a macroestrutura, onde, via de regra, apontam lacunas e pontos débeis no ensino por meio de análise crítica da matriz e/ou da estrutura curricular, em alguns casos propondo revisões e melhorias;
2. *Elementos didático-pedagógicos em arquitetura*: investigam possíveis contribuições ao incremento da educação arquitetônica por meio de teorias da área de educação, privilegiando métodos e técnicas de ensino que colocam em prática as diretrizes de teorias pedagógicas que se aplicariam à arquitetura e ao urbanismo;
3. *Revisão de produção acadêmica na educação*: investigações que, através da sistematização analítica crítica da produção acadêmica na área de educação em projeto de arquitetura, remontam o estado da arte em metodologias de ensino, deliberando seus limites e potencialidades e, eventualmente, propondo novas abordagens metodológicas;
4. *Investigação via agentes envolvidos no ambiente de ensino*: investigação que se dá “de dentro para fora” do ambiente de ensino, onde professores e/ou alunos são inquiridos a avaliarem ou mesmo autoavaliarem seus procedimentos, desempenhos e posturas dentro do ambiente de ensino ou são observados pelo

pesquisador. Também há casos em que o pesquisador também é o docente que conduz a disciplina;

5. *Investigação via objetos*: investigação simultânea ou não à atividade prática de projeto, por meio da qual se avaliam as produções dos ateliês, com enfoque no processo de projeto, resultados dos objetos produzidos e seus contextos de produção (métodos, tipos de orientação etc.);

6. Mistas: quando alguns dos recursos de investigação supracitados são combinados entre si.

No escopo dos tipos enumerados, há pesquisas que, eventualmente, desenvolvem experimentos. Entretanto, da mesma maneira, centram-se em *análises do que foi feito ou sobre como foi feito em ateliê*.

Desse modo, a abordagem metodológica explorada nesta tese pretende contribuir na direção das pesquisas em ensino de projeto especialmente dedicadas a elaborar interpretações analíticas do que se tem feito no processo de ensino-aprendizagem em projeto de arquitetura, investigando o ambiente de *ensino a posteriori* (seus efeitos sob os estudantes) e *a priori* (como os futuros estudantes já apreendem e pensam arquitetura). Elaborando conceitualmente o objeto de investigação e confrontando seus resultados com a literatura pertinente, a intenção é de que sirva como vertente de análise possível, que complemente e auxilie a sedimentar o conhecimento que se tem sobre as práticas didáticas e seus rebatimentos nos estudantes.

Há duas possíveis questões que podem emergir acerca dessa proposta de investigação. A primeira é:

a. *Não seria mais eficaz simplesmente pesquisar o ambiente de ensino por técnicas e métodos que o acessem de maneira direta?*

Sem dúvidas que sim, caso o interesse estivesse imbricado, *diretamente*, à prática projetual, ou seja, ao processo de projeto. Naturalmente o caminho mais pertinente seria o de delinear algum método que o examinasse diretamente, fosse sincrônico ou ao menos permitisse contato com seus resultados e/ou agentes atuantes ao fim do processo. No entanto, estamos partindo da ideia de uma internalização coletiva *a partir de* práticas didáticas, uma representação da ideia sobre arquitetura internalizada, que nem sempre pode corresponder ao que de fato os estudantes praticam.

Além do mais, uma outra possível vantagem dessa perspectiva de pesquisa é que a investigação que não trata dessas relações de modo direto a despersonaliza, pois temos em conta que são sempre delicados os contornos que envolvem relações interpessoais. Como discutido por Schön (2000), relações entre professor e alunos em ateliê são naturalmente estreitas, pois há contato constante e direto garantido pelo regime de acompanhamento e orientações, incorrendo no risco de uma certa inibição do estudante em se expressar de maneira a dar nomes e detalhes às intercorrências próprias do ambiente de ensino, o que pode obscurecer informações potencialmente importantes a certas descobertas sobre a condução dos processos. De modo que o pesquisador, mesmo seguindo métodos de investigação estritamente interessados no objeto, por vezes, é obrigado a tangenciar certas naturezas de condução didática para desenvolver sua discussão, o que pode, como dito anteriormente, ser especialmente delicado de abordar.

Portanto, entendo que a virtude dessa proposta pode incluir a abordagem de se investigar possíveis práticas adotadas e quais ênfases são predominantemente dadas por essas práticas, uma vez identificadas como presentes de maneira extensiva no imaginário coletivo discente. Desse modo, o mapeamento torna-se mais direcionado a uma especulação de práticas dominantes e imaginários instituídos coletivamente do que propriamente de casos disciplinares isolados.

Os estudantes podem até conduzir seus projetos de modo a atender às prescrições didáticas propostas pelos docentes. Isso porque essas restrições à autonomia potencializam que as soluções tendam a convergir entre variações de um mesmo modelo típico. Entretanto, assim como Hubbard (1996), argumentamos que os alunos *não percebem* essas conduções de maneira acrítica, ainda que as reproduzam. Desse modo, reforçamos que o imaginário que se encontra ao interpelar os estudantes não se trata de um rebatimento “espelho”, ou seja, idêntico ao que foi recebido por eles, mas trata-se de uma espécie de filtragem dessas informações. Essa compreensão nos faz supor que, uma vez que tudo o que está nos domínios do ensino formal via ateliê é filtrado, o imaginário *coletivo* necessariamente nos reporta práticas e ideias proeminentes do curso.

A segunda questão que pode emergir acerca da proposta de investigação aqui apresentada é:

b. Como ter certeza de que o que os estudantes alegam corresponde ao que de fato praticam em seus projetos?

Pressuponho que não seja incomum, durante o desenvolvimento dos projetos e orientações, que, ao apresentarem o desenvolvimento de suas ideias, o discurso dos alunos e os produtos dos seus atos (as soluções gráficas em que o projeto está representado) não correspondem ou, ainda que correspondam em algum ponto, após a observação comparada dos diversos aspectos bastante desenvolvidos no discurso verbal, não se mostram no estado atual do objeto ali representado. Este “fenômeno” é inclusive muito comum entre arquitetos reconhecidos. São enigmáticas e, por vezes, não correspondentes à obra construída as explicações dadas que corresponderiam ao seu processo de criação ou às suas fontes de inspiração, frequentemente conceituais, abstratas ou mesmo poéticas. Apesar de certamente se tratarem de *gaps* discurso x objeto de diferentes naturezas — os motivos pelos quais isso acontece entre estudantes e profissionais são certamente distintos —, ajudam a ilustrar que é algo que acompanha as relações entre ideia > processo > produto em Arquitetura.

Uma vez que expus estar ciente disso, cabe observar que a intenção final que queremos acessar não se encontra nem nos possíveis processos mentais individuais de concepção projetual e, nem mesmo, nos produtos dos atos produzidos pelos estudantes, mas sim na correlação entre uma internalização *coletiva* da ideia e das preferências identificadas nos grupos de alunos que, ainda que tangenciem a ideia que fazem da prática projetual, servem tão somente à hipótese de que podem corresponder às práticas didáticas que convencionalmente são adotadas em ateliê, possibilitando sua apreciação analítica especulativa.

Uma lacuna identificada em investigações sobre tendências avaliativas e de preferências da literatura internacional consultadas, que contribuíram para delinear a presente tese, reside no fato de que *são minoritárias as que as abordam relacionadas às práticas didáticas em ateliê, sendo essa uma tendência investigativa mais recente*⁴. De modo geral, as pesquisas acessadas estão mais centradas na consonância das diferentes linguagens (formais e a de fora dos seus limites) para melhor comunicação entre arquiteto e público ou, quando investigam estudantes, centram-se em esclarecer quais são e como aperfeiçoam suas preferências estéticas em diferentes momentos do percurso formativo e por quais critérios cognitivos.

É banal até que arquitetos e não arquitetos tenham controversas opiniões sobre o aspecto plástico de algum edifício ou que atribuam valor aos espaços de modo distinto. Essas avaliações do espaço arquitetônico também são contrapostas em alguns estudos que

⁴ Incluo, nesse âmbito, as pesquisas de Downing (1992), Cho (2011) e Orsi e Elali (2015).

sugerem que modelos de avaliação são operados de forma distinta e sob diferentes critérios por profissionais e pelas demais pessoas.⁵

Identifico que essas investigações estão capilarizadas em áreas diversas (e afins) como: estudos de psicologia arquitetônica, percepção ambiental, significado ambiental. Podemos, resumidamente, classificá-las em dois tipos principais: *trabalhos tipo 1*, que tentam mapear quais fatores são determinantes para considerar a preferência de pessoas por certos espaços físicos; e *trabalhos tipo 2*, que tentam descobrir quais os esquemas de percepção e interpretação do ambiente e evidenciar quais são suas potencialidades na interação entre arquitetos e usuários, além de descobrir quais são as diferentes perspectivas sobre o espaço construído de arquitetos e usuários, a fim de estreitar o diálogo e descobrir um entendimento comum.

Ao reunir os achados das diferentes publicações estudadas, vimos que, tendo objetivos e abordagens extremamente especializados a aspectos que comentamos anteriormente, existe um ponto crítico em relação aos propósitos dessa investigação, no que diz respeito ao fato de o estudo do espaço construído ser frequentemente restrito aos aspectos do invólucro dos edifícios. Assim, esses estudos não foram considerados suficientes para nos explicar de maneira satisfatória a tendência do imaginário de certos grupos, como o de futuros estudantes de Arquitetura, não possibilitando também, que pudéssemos fazer afirmações sobre a relação dessas transformações com a realidade local das práticas didáticas em Arquitetura.

Dito isso, sistematizo e analiso criticamente a literatura consultada, a fim de embasar novas discussões ainda não sedimentadas a nível nacional sobre preferências arquitetônicas e tendências do imaginário via análise de sua transformação em três diferentes fases do percurso formativo, por compreender que possa ser aproveitada como um dos aspectos da contribuição metodológica desta tese para futuras pesquisas.

A despeito de todas as particularidades que podem ser aventadas entre as centenas de cursos de Arquitetura do país, há algo em comum: as Diretrizes Curriculares Nacionais (DNCs), que, nessa investigação, não aparecem como fonte de análise para deliberação de suas possíveis limitações, mas sim como uma evidência da uniformização do caráter do ensino arquitetônico, que, por mais que sejam adaptadas em seus contextos particulares, ainda vigoram como uma ordem tácita de procedimentos tradicionais nos quais, à despeito da atuação contracorrente de cursos e docentes comprometidos com uma diversificação de qualidade no ensino de projeto, há uma persistência da tradição prescritiva, que adjetivamos

⁵ Downing (1992) diz que as "imagens de lugares" dos projetistas diferem das demais pessoas comuns, ao serem usadas não apenas para rememorar eventos passados, mas sim para contemplar a natureza de eventos futuros.

como tradicionalista e que é caracterizada e brevemente discutida nos itens seguintes. Vale observar que a historicidade que envolve as práticas didáticas prescritivas⁶ do projeto arquitetônico no ambiente de ensino em projeto é importante para fomentar sua compreensão. No entanto, reconhecendo que isto já foi elaborado exemplarmente em outros trabalhos cujo enfoque específico era sua análise historiográfica⁷, nos limitamos a um recorte que dê relevo introdutório à tradição conservadora presente no fundamento das escolas de Arquitetura no país para dar bases à argumentação do que mantém a cultura educacional comum que mencionamos.

Por fim, a metodologia tem sua organização situada nas seguintes etapas principais: (i) práticas acadêmicas de iniciação à docência em projeto de arquitetura, em observância à simultânea prática em pesquisa de ensino de projeto, culminaram na *hipótese 0*, que posteriormente foi incorporada à presente pesquisa com sua tese central, que, por sua vez, já foi anteriormente abordada na Introdução. (ii) Essa *hipótese 0* motivou a aplicação de entrevistas, através da construção de um roteiro elaborado com o objetivo de mapear pensamentos e experiências dos estudantes relacionados a diferentes escalas do ambiente construído, a fim de fundamentar especulações sobre a correlação dos seus julgamentos e concepções sobre Arquitetura com as práticas didáticas em projeto arquitetônico; (iii) a imersão em campo e a familiarização com os dados da pesquisa direcionaram ao levantamento bibliográfico em 3 frentes principais: uma, com artigos empíricos que tratassem das diferenças de preferências e julgamentos do ambiente construído entre arquitetos e leigos; a segunda, permitindo que nos aproximássemos do delineamento teórico-conceitual que servisse à análise do imaginário arquitetônico sob os propósitos empíricos aqui propostos; além de um terceiro grupo documental e bibliográfico, que desse bases ao argumento da viabilidade de aplicação da metodologia desenvolvida no contexto de ensino em arquitetura através de sua contextualização histórica.

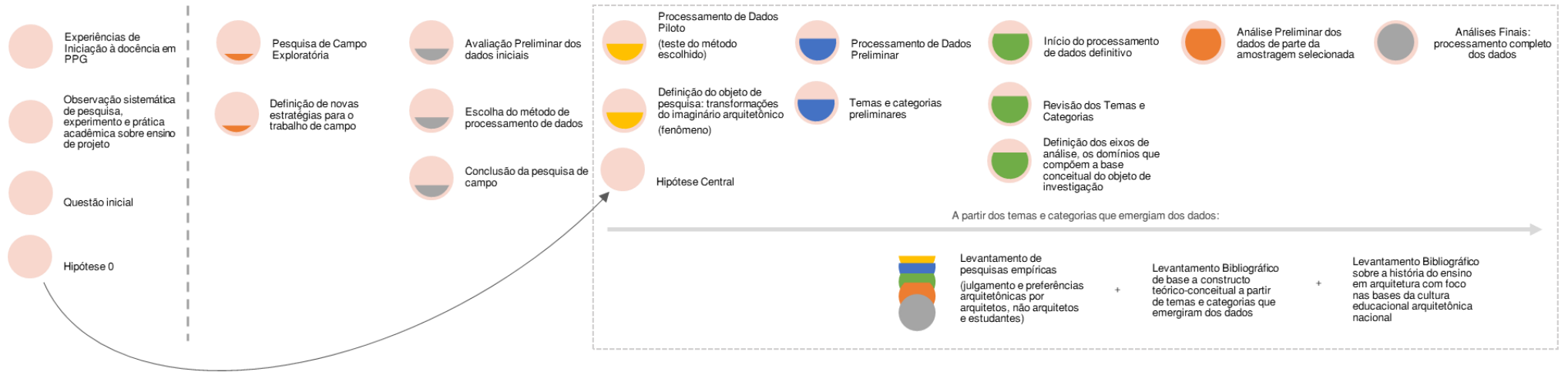
As etapas procedimentais da metodologia geral estão representadas na página seguinte (Figura 1):

⁶ Nos referimos efetivamente a trabalhos que demonstraram e sedimentaram por meio de uma abordagem historiográfica o entendimento de que *ensinar arquitetura era ensinar a prática da profissão*, sendo o ensino “modernista” amplamente situado nesse paradigma, baseado na determinação formal, onde o aluno abordaria o projeto como resultado óbvio da análise de dados, num processo “pseudo-científico” ou ensino “*Beaux-Arts*”, onde o professor determina cânones e os alunos os exercitam na prática ou ainda uma mistura dos dois, o que Carsalade (1997), trata como uma *simbiose* de *Bauhaus* com *Beaux-Arts*.

⁷ Ver, por exemplo, Santos (2002).

Figura 1 — Metodologia geral da tese

Metodologia Geral



Fonte: Elaborado pela autora.

1.3 Práticas didáticas no ensino de projeto: uma caracterização

A permanência de valores racionalistas, funcionalistas, formalistas de expressão individual, já foi extensivamente reafirmada pela literatura como uma realidade no contexto educacional arquitetônico brasileiro⁸. No entanto, os *efeitos* dessas práticas no imaginário discente ainda são pouco explorados, restritos até então à avaliação dos projetos elaborados durante a graduação. Dessa maneira, procuramos investigar — nos discursos dos estudantes — se esses efeitos se integram ao seu imaginário e como se manifestam.

Para além de conceber e representar edificações, arquitetos também produzem discursos com propósitos determinados, pois estes contêm valores específicos de quem os produz. Boudon *et al* (2001) apontam que, na profissão, o *discurso doutrinário* está a serviço do objeto arquitetônico, pois o representa, valoriza e o torna competitivo. Alinhamo-nos à ideia desses autores de que o discurso também visa “tranquilizar” o projetista, dando-lhe certezas e guiando-lhe o percurso criativo. Além disso, tendemos a entender que o discurso auxilia que a autoria e os traços de autoexpressão sejam mais facilmente reconhecidos nas obras.

Desse modo, não é difícil supor que os discursos doutrinários dos arquitetos se estendam ao ambiente de ensino arquitetônico, uma vez que as práticas didáticas são orientadas e comunicadas, em grande medida, via *discurso*. Em ateliê, a interlocução entre professores e estudantes e entre os próprios estudantes, ainda que mediadas por representações gráficas, só alcançam sentido quando relacionadas à fala, ganhando, para Schön (1984), o *status* de uma linguagem particular, própria do ateliê.⁹

Ao longo desse processo de aprendizado (derivado do discurso docente e da prática proposta na disciplina de projeto), é natural que exista uma interferência no modo de perceber o ambiente construído, seus qualificadores e, portanto, os atributos que o caracterizam. Esses fatores que envolvem o aprendizado contribuem para que o projetista seja capaz de levantar hipóteses sobre uma “lógica” do espaço, do projeto e/ou da construção envolvidos no problema que enfrenta. Nesse sentido, o *projeto* é objeto de uma *percepção*, no modo de compreender o espaço, a partir dos índices identificados e das preconcepções do sujeito que o percebe (BOUDON *et al.*, 2001). Essas preconcepções alteram-se de maneira paulatina, em função dos valores, procedimentos, códigos e posturas dominantes no ambiente de ensino, que, por

⁸ Sobre essa discussão, ver, por exemplo: Vidigal (2010); Arcipreste (2008); Caldana Júnior (2005); Silva (2003); Arcipreste (2002); Corona Martinez (2000); Oliveira (1992); Zanettini (1980).

⁹ No original, em inglês: “Rather, talking and drawing make up a single language. The drawing is understandable only through the talking, and the talking has no meaning without the drawing. I call this drawing and talking the language of designing.” (SCHÖN, 1984, p. 4).

sua vez, dão suporte à construção da ideia coletiva sobre arquitetura. Resta-nos saber quais qualificadores e atributos predominam no processo de formação e sob quais justificativas são erigidos, uma vez que pressupomos que diferentes tipos de práticas implicam em diferentes naturezas de concepções arquitetônicas.

Como demonstra Cho (2011), principalmente nos primeiros anos da educação arquitetônica, a percepção dos qualificadores espaciais dos docentes e discentes não é a mesma, sendo esta última direcionada a um progressivo alinhamento às concepções docentes. Essa afirmação é corroborada pelos dados desta pesquisa. Entre ingressantes, identificamos que a postura docente teve rápida interferência não só sobre o modo de compreender o processo de projeto arquitetônico, como também, sobre quais são os papéis dos agentes envolvidos e, ainda, quais são os procedimentos considerados “corretos” a essas práticas, apenas mediante sua exposição às disciplinas de fundamentação. A idealização sobre “boas práticas projetuais” ou “boa arquitetura” tem início *fora* da prática e, portanto, é anterior à própria experiência em ateliê. Além disso, dado o modo como é tradicionalmente organizado no curso de Arquitetura e Urbanismo, todas as demais disciplinas (de instrumentação e fundamentação), de certo modo, também se destinam, em última análise, ao ateliê.

Já entre estudantes avançados, dada a variedade dos percursos formativos tomados, subdividem-se linhas de pensamento que também foram referenciadas pelos respondentes como ideias alinhadas às concepções próprias de docentes (admitidas em menor medida) e às práticas alternativas em processo de projeto, que são objetos de pesquisa e extensão do curso, mas que também integram algumas das disciplinas de projeto. Veremos, ainda, que os exemplares referenciais presentes em diferentes momentos do imaginário tendem a um mesmo tipo de produção, mesmo que justificados por atributos e qualificadores espaciais distintos, o que denota os referenciais do curso.

Dado o exposto, propomos uma diferenciação introdutória que tipifique as *práticas didáticas*, aqui defendidas como importantes vetores da conformação do imaginário arquitetônico. Sendo impossível listar todas as práticas didáticas adotadas, optou-se por uma breve caracterização a partir do que enquadrámos como dois tipos de práticas didáticas: *tradicionalistas* e *não tradicionalistas*. As nuances citadas, é necessário dizer, são recortes, cujo enquadramento focaliza em aspectos que interpretamos como mais diretos à compreensão das transformações do fenômeno, objeto desta tese.

1.3.1 Práticas tradicionalistas

Sabe-se que história do ensino de Arquitetura no Brasil é fundamentada em dois paradigmas: o dos modelos franceses *Beaux-Arts* e *Polytechnique* e um segundo, fundamentado no repertório modernista *Bauhaus*¹⁰. Alternados os paradigmas, alternaram-se apenas os cânones, antes clássicos e agora modernos, mantendo-se o modelo mestre-discípulo (SANTOS, 2002, p. 105). Ainda que métodos didáticos dessas duas correntes, como o ensino de projeto por *tipologias* ou por *temas*, tenham perdido espaço, como defende Carsalade (2018), em favor de práticas que privilegiam a proposição de problemas físico-espaciais¹¹, não consideramos essa mudança como suficiente à superação de práticas em que a transmissão e reprodução de valores docentes¹² prevalecem. Os autores Malard e Monteiro (2016) sugerem que nem todo problema “serve” à abertura de uma maior autonomia do estudante. Isto porque, mesmo na formulação de problemas físico-espaciais, podem existir demandas excessivamente prescritivas, sejam elas de natureza referencial, autoral, física, socioeconômica, metodológica, procedimental, estética, programática etc.

Em suma, entendemos como *tradicionalistas* práticas que, em maior nível, contribuem à reprodução do paradigma mestre-aprendiz. Nelas, se determina peremptoriamente o caminho da solução, por meio da imposição de métodos e procedimentos únicos, referências previamente consideradas como exemplares ou ainda no tolhimento precoce às consideradas como comprometedoras à qualidade arquitetônica. Nesse raciocínio, entendemos que esse cenário tem mais chances de enquadrar-se em um espectro *mais prescritivo*, tendendo a reproduzir a relação mestre-aprendiz. Neste modelo transmissivo, é mais provável que o estudante reproduza o que foi ensinado como *adequado* à solução, com poucas variações. Sendo modelos referenciais, são exemplos *pré-qualificados*, ainda que tacitamente. Essas pré-qualificações são comunicadas tanto pelo discurso doutrinal do professor quanto pelos direcionamentos práticos que dão suporte ao ensino-aprendizagem de projeção. Sendo antepostas pelo docente, acabam predefinindo os critérios de projeto do estudante, uma vez que estes foram gerados fora do seu próprio processo de projeto.

¹⁰ O contexto do ensino não é o foco desta pesquisa, no entanto, dentre os inúmeros estudos que discutem a perspectiva histórica do ensino brasileiro e esses dois princípios fundamentais, podemos citar: Borba (2018), Laverde (2017), Santos (2002), Arcipreste (2008), Vidigal (2010), Barros (2014), para citar alguns.

¹¹ A “busca de novos paradigmas para um ensino de arquitetura e urbanismo inovador e comprometido socialmente, crescente no país no âmbito de algumas das IES públicas” ressaltadas por Arantes *et al* (2017), ainda não foi, ao menos na pesquisa especializada na área, reconhecida como dominante no ensino de arquitetura no país, ocupando espaços ainda marginais nas abordagens de ensino-aprendizagem em ateliê nas escolas e faculdades.

¹² Cujo perfil predominante é apontado por Santos (2002, p. 205) como o profissional de escritório com pouco ou nenhum interesse em pesquisa ou questões metodológicas e pedagógicas.

1.3.2 Práticas não tradicionalistas

Práticas aqui denominadas não tradicionalistas contornam procedimentos centrados em referências ou prescrições a partir do docente, privilegiando exercícios projetuais em que estejam previstos momentos de problematização pelo estudante, tendendo a contribuir para a autonomia discente. Potencializam o desenvolvimento de proposições mais alinhadas com as próprias ideias dos estudantes, suportadas, evidentemente, pela apreciação crítica do professor. Esse cenário, ao nosso ver, propicia debates mais diversificados sobre o mesmo exercício de projeto, algo discutido a partir de um experimento aplicado durante a pesquisa de mestrado (OLIVEIRA, 2017). Dos resultados considerados mais positivos na proposição, destacamos o engajamento por parte dos estudantes aos aspectos construtivos processuais, centrados em soluções de problema para: modos de construir, seu funcionamento, montagem e manutenção, o que não apenas potencializou a aproximação com processos construtivos conhecidos, como também estimulou seu raciocínio crítico, induzindo-os ao estudo de soluções construtivas que tinham de ser adaptadas à realidade do problema enfrentado e que, em alguns casos, não eram disponíveis no mercado¹³.

Assim, pressupomos que o exercício, em sua formulação, proposição e condução deva ser erigido de modo a dirimir a adesão do estudante às preferências pessoais do docente ou ao espelhamento de qualificadores arquitetônicos contidos em alguns objetos arquitetônicos proeminentes. Isso pode ser feito, entre outros recursos, a partir da ação sobre alguns dos elementos didáticos que compõem um ambiente convencional de ateliê: no *problema*, através da proposição de exercícios menos prescritivos, que estimulem a problematização por parte dos estudantes; na *condução*, através de sessões coletivas de discussão crítica das proposições desenvolvidas, sem, no entanto, determinar critérios e recursos projetuais que devem ser adotados indistintamente; na *avaliação*, onde os estudantes são convidados a refletirem criticamente sobre as propostas alcançadas, o que auxilia no reconhecimento do que não foi bem desenvolvido e dos aspectos que podem continuar desenvolvendo e tendo maior enfoque de sua atenção em projetos futuros.

1.3.3 Limites do ensino não tradicionalista

¹³ Para ilustrar essa afirmação, um dos grupos de estudantes criou uma solução hidrossanitária a partir da combinação de dois elementos pré-disponíveis no mercado e que não eram, a princípio, complementares, pois o seu problema de projeto exigia o abastecimento de água quente em regime itinerante do núcleo de abastecimento de água.

O principal limitante desse tipo de atividade didática pode estar contido no fator *tempo*. A ideia não tradicionalista exige que parte do cronograma disciplinar seja investido no enquadramento do problema por parte dos estudantes que, naturalmente, têm níveis de habilidades e dificuldades distintos, exigindo maior tempo para que as ideias sejam elaboradas. Sabemos que todas as práticas didáticas em ensino de projeto têm como objetivo geral habilitar o estudante à prática projetual e, ainda, o de gerar, ao final da disciplina, um produto arquitetônico. Assim, é importante que se estabeleça previamente um tempo limite, que não comprometa a atividade projetual propriamente dita, de modo que as ideias sejam aperfeiçoadas ou descartadas a partir da experimentação, que possibilita a avaliação da ideia, e ainda na interação com os pares e suas ideias. Além disso, alguma prescrição deve ser colocada, caso contrário, a própria natureza dos problemas de projeto, de incerteza e complexidade, pode retrair e intimidar o estudante, dificultando o seu enfrentamento do desafio. A dose dessa prescrição deve ser balanceada para não tolher o estudante na etapa de *problematização*, que é essencial à formação crítica do arquiteto.

Reconhecemos que existe ainda um distanciamento entre o que é praticado na realidade profissional, onde o problema e a demanda estão antepostos, pela situação-problema real e por quem solicita (cliente), e o tipo de exercício projetual que propomos como alternativa. Quando recém-formado, o arquiteto encontrará, como desafios projetuais iniciais, situações em que as demandas têm forte caráter pragmático, como custos, programas, dimensionamentos etc. No entanto, acreditamos que o ambiente de ensino não deve reproduzir essa realidade, pois, ao aderi-la, não estaremos formando sujeitos críticos dos problemas contemporâneos, mas profissionais treinados a executar e reproduzir demandas específicas, cujas soluções já nos são conhecidas por modelos típicos replicáveis.

1.4 Lócus da investigação: A Escola de Arquitetura da UFMG

As entrevistas que se constituem no trabalho de campo foram realizadas com alunos e futuros alunos (estes em fase de matrícula) dos cursos diurno e noturno da Escola de Arquitetura da UFMG (EA/UFMG)¹⁴, com sede na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, e conduzidas durante os semestres letivos 2019.1 e 2019.2. Não se trata de um Estudo de Caso, portanto, não se faz necessário o escrutínio dos princípios pedagógicos desses cursos. Assim,

¹⁴ Instituição de ensino na qual a autora participou de 4 diferentes turmas de projeto e fundamentação em projeto, o que deu base ao conhecimento prévio do universo e da realidade dos respondentes, contribuindo para a qualidade das análises, que puderam, em parte, ser feitas frente às situações observadas no ambiente de ensino, oportunizando também maior facilidade de acesso aos sujeitos.

farei apenas uma apresentação geral de aspectos que considero particulares nas propostas dos cursos diurno e noturno da EA/UFMG, com o único intuito de situar o leitor no ambiente convencionado à aplicação da metodologia desenvolvida na tese.

Naquele ano, o curso de Arquitetura e Urbanismo da EA/UFMG contava com 734 estudantes, 439 no diurno e 295 no noturno.¹⁵ A grade curricular de cada curso é específica, mas em ambos tem caráter semiflexível, o que não oportuniza a identificação exata dos percursos acadêmicos individuais após o 1º período. Entretanto, isso não é um fator preponderante para esta pesquisa, que não tem a intenção de discutir escolhas acadêmicas e disciplinares dos alunos individualmente, sim suas características coletivas.

A seguir, elaboro uma distinção introdutória dos dois cursos. Constam também quais as disciplinas com as quais alunos calouros dos dois turnos tiveram contato.¹⁶

1.4.1 Curso diurno

O curso diurno existe desde a criação da Escola de Arquitetura, ainda nos anos 30¹⁷. Conta com uma particularidade ainda pouco explorada nos cursos de Arquitetura e Urbanismo nacionais, as disciplinas de Projetos Flexibilizados (PFlex), cujas questões projetuais abordadas podem variar a cada período letivo, de acordo com os temas de interesse dos professores ofertantes. Além disso, estudantes do 3º ao 9º período podem cursar uma mesma turma de projeto, por livre adesão.¹⁸ As disciplinas obrigatórias do primeiro período do curso diurno são: História da Arte, Arquitetura e Cidade Antiga Medieval, Introdução aos Sistemas Estruturais (ofertada pelo Departamento de Estruturas da Escola de Engenharia), Fundamentos para Projeto de Arquitetura e Urbanismo I, Estudos Sociais: Espaço e Sociedade e Introdução ao Urbanismo¹⁹.

¹⁵ Dados fornecidos pelas Secretarias de graduação dos cursos diurno e noturno de Arquitetura e Urbanismo da UFMG em 2019.1.

¹⁶ Essa atenção é baseada nos apontamentos de pesquisas empíricas anteriores, que discriminam as avaliações arquitetônicas dos sujeitos segundo seu momento no curso ou grau de familiaridade com a área.

¹⁷ A Escola de Arquitetura tem seu início nos anos 30, sendo a primeira na América do Sul desvinculada das Escolas Politécnicas de Belas Artes e Engenharia. Só foi federalizada no final dos anos 40, junto à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

¹⁸ Embora os Projetos Flexibilizados (PFlex) só estejam instituídos no curso diurno, alunos do noturno podem cursá-las, podendo dispensar algumas disciplinas do seu turno, desde que sejam observadas a carga horária e ementa relativas às disciplinas específicas da sua grade curricular. As previsões de equivalências entre as disciplinas dos cursos diurno e noturno consideradas pelo Departamento de Projetos (PRJ) na Escola de Arquitetura da UFMG podem ser acessadas em: [https://ccgau.indlab.net/index.php?title=Atividades equivalentes entre turnos e vers%C3%B5es curriculares](https://ccgau.indlab.net/index.php?title=Atividades_equivalentes_entre_turnos_e_vers%C3%B5es_curriculares).

¹⁹ Esses dados refletem a grade curricular obrigatória dos alunos do 1º período do curso diurno em 2019, ano da coleta de dados desta pesquisa.

1.4.2 Curso noturno

O curso noturno de Arquitetura e Urbanismo foi implantando no âmbito do programa Reuni²⁰, em 2009, com a proposta de uma estrutura pedagógica interdisciplinar, apoiada em oficinas e seminários integrados de Arquitetura, Urbanismo, Paisagismo, Tecnologia e Planejamento Urbano e Habitacional, contando com razoável flexibilidade em sua estrutura curricular, distribuída entre atividades optativas e complementares.²¹ No primeiro período do curso noturno, há algumas disciplinas obrigatórias: Oficina de Fundamentação e Instrumentação I, Introdução aos Materiais e às Técnicas de Construção, Introdução à Análise Estrutural (ofertada pelo Departamento de Estruturas da Escola de Engenharia) e Introdução à Topografia e Cartografia (ofertada pelo Instituto de Geociências - IGC/UFMG), localizado no Campus Pampulha em Belo Horizonte.²²

1.5 Estrutura da tese

Embora a investigação teórica do imaginário em Arquitetura não seja o objetivo específico deste trabalho, no Capítulo 2 elaboro a caracterização conceitual do que é tratado como “imaginário arquitetônico” na investigação, além de fazer uma diferenciação do que é tratado na literatura consultada. Prossigo com a análise crítica de estudos empíricos internacionais para a discussão das hipóteses referendadas sobre preferências arquitetônicas com foco na formação acadêmica em Arquitetura, confrontando-as a alguns dos resultados dessa tese na instância das preferências estético-formais, dada a escassez na literatura nacional a esse respeito. Posteriormente, a fim de uma aproximação maior com os propósitos específicos desta investigação, esclareço apontamentos que focalizem questões mais pertinentes ao *ambiente de ensino em Arquitetura*, especificando as lacunas em relação a aspectos considerados como parte integrante do imaginário, para este trabalho.

O Capítulo 3 é dedicado a informar acerca do trabalho de campo realizado e a justificar a escolha do método de processamento dos dados coletados, principalmente em função do

²⁰ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) foi instituído pelo governo federal através do Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, com o principal objetivo de ampliar o acesso e a permanência na educação superior no Brasil.

²¹ Segundo o próprio texto do projeto político pedagógico do curso noturno, o item 5 p.2, destaca que o curso nasce da noção do fortalecimento da área de planejamento urbano e habitação, uma vez que o diurno já tem consolidada uma tradição de formação nas questões edilícias, de modo que a incorporação dessa necessidade observada geraria uma sobrecarga horária no curso até então existente.

²² Esses dados refletem a grade curricular obrigatória dos alunos do 1º período do curso noturno em 2019, ano da coleta de dados desta pesquisa.

método adotado ser apropriado a investigações qualitativas e exploratórias que prescindem de teoria, posto que o objetivo é promover, *a priori*, apontamentos fundamentados nos dados, para gerar esclarecimentos acerca de um fenômeno ainda pouco explorado em alguma área do conhecimento (BRAUN; CLARKE, 2006).

No Capítulo 4, apresento conceitualmente os padrões — temas e categorias — encontrados a partir dos dados coletados em campo, os perfis dos respondentes alcançados, além de esclarecer sobre os critérios adotados para análise e interpretação dos resultados.

No Capítulo 5, analiso os Imaginários Antecedente e Consequente em função dos resultados encontrados em seus dois principais domínios: representações de espacialização e representações imagéticas.

No Capítulo 6, elaboro considerações sobre os resultados alcançados, os limites da investigação do ensino via imaginário arquitetônico e recomendações para futuras pesquisas.

2 IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO

2.1 Investigações sobre o objeto

2.1.1 O recorte do conceito e os domínios do imaginário arquitetônico

Considerando que o termo “imaginário” possui diferentes acepções, faz-se necessário apresentar sob quais limites ele é considerado nesta investigação. Há um volume expressivo de pesquisas na antropologia, psicologia, sociologia etc. abordando essa questão. O que se depreende das diferentes perspectivas dadas ao termo, desde a teoria geral do imaginário de Durand (1989), é que o imaginário pode ser analisado em vários níveis: imaginário de uma profissão, de uma nação, de uma comunidade, de uma época etc. Daí deriva o meu entendimento de que o acesso ao imaginário de um grupo requer a identificação de elementos tipificantes (ou padrões) que aclaram a lógica do aparecimento de imagens recorrentes entre os sujeitos desse grupo. Nesses padrões se incluem as especializações, como discutiremos adiante.

Esta tese trabalha com a perspectiva do imaginário enquanto fenômeno social. A análise psicologizante de manifestações do imaginário individual não é a abordagem adotada para a análise dos dados desta pesquisa. Portanto, sempre que me refiro ao imaginário arquitetônico, estou considerando-o como uma representação coletiva, que reflete os pensamentos, ideias, posicionamentos e pressuposições de grupos sociais específicos: estudantes e futuros estudantes de arquitetura. Esse entendimento se coaduna com Baczko (1984) e Postic (1993).

Proponho que essas representações vão se reconfigurando à medida que o estudante avança a sua imersão no ambiente institucional, com a aquisição paulatina de posturas, discursos e práticas adotados no contexto social específico do ensino de Arquitetura. Entretanto, as influências do ambiente institucional não são um rebatimento direto de conceitos e práticas, mas sim representações devidamente filtradas e reeditadas pelos estudantes, que vão, ao longo desse processo, conformando suas pressuposições a partir das suas experiências disciplinares e dos paradigmas que nelas predominam.

Uma importante observação é que todas as unidades conceituais de análise do imaginário que apuramos a partir dos dados desta pesquisa emergem de um processo recursivo de processamento de dados > análises > *inputs* > processamento de dados > análises > *inputs*... Isso porque esta investigação tem caráter *bottom-up*. Sua natureza

exploratória exigiu partir dos dados para gerar delineamentos iniciais de um fenômeno ainda inexplorado (ao menos não sob esta perspectiva) nas investigações empíricas em Arquitetura.

Existem dois limitadores encontrados entre as proposições teóricas assentes em relação aos propósitos desta investigação. Primeiro, pelo fato de as abordagens consultadas considerarem apenas mecanismos psicológicos e, portanto, individualizados para explicar o imaginário. Por estarmos buscando por *tendências* que se revelam como padrões de um grupo social específico (estudantes de Arquitetura), neste trabalho privilegiam-se tais manifestações, ainda que características individuais sejam visitadas para o exame de contradições e potenciais manifestações até então não consideradas predominantes intragrupos e que podem sugerir interpretações diversas.

Em segundo lugar, por centrarem-se exclusivamente no paradigma da imagem, ignorando ou deliberadamente excluindo outros domínios. De fato, poderíamos nos guiar na busca do imaginário apenas através de seu elemento mínimo, a imagem, pois, ao menos em parte, é por meio das imagens que conhecemos ou pré-concebemos nossas experiências pessoais, que normalmente percebemos e interpretamos a realidade. No entanto, *além das imagens espaciais* (manifestações físicas), compreendemos, nesta investigação, os *eventos no espaço* (manifestações sociais) como elemento que complementa a essência das representações que estamos buscando identificar. Assim, a abordagem aqui proposta examina o imaginário arquitetônico sob dois aspectos chave, ou domínios de representação: o de espacialização e o imagético. Essa abordagem se justifica sob os seguintes raciocínios:

1. Examinar o imaginário apenas através da imagem é desconsiderar a arquitetura como um fenômeno espacial. Assim, estaríamos suprimindo a avaliação de um elemento indissociável da prática arquitetônica, que, por sua vez, se pretende como produtora de objetos que abrigam e mediam a vida cotidiana;

2. A arquitetura se manifesta tanto sob a percepção de quem a concebe quanto sob a de quem a experiencia, por dois aspectos principais: os *eventos*, que nada mais são do que os acontecimentos dados em um determinado espaço, a partir das atividades ali desempenhadas, e que, por sua vez, acontecem sob *determinadas condições* — iluminação, clima, ventilação, lotação de pessoas, paisagem circundante etc. Tanto a percepção dos eventos quanto das condições em que acontecem sofrem modificações ao longo do percurso formativo em Arquitetura. Assim, mapear como os estudantes percebem e categorizam os aspectos importantes à espacialização apresenta-se como essencial para captar os aspectos caros ao imaginário arquitetônico coletivo em diferentes momentos do curso;

3. Esses eventos mediados pelo espaço têm, invariavelmente, uma imagem; que pode ser *real*, caso esse evento tenha quem o interpreta como participante direto ou indireto, ou mesmo *virtual*, caso esse evento não esteja acontecendo sob participação direta presencial de quem o observa. Por exemplo, pesquisar as imagens de alguma cidade em um livro, sem nunca ter ido até lá, nos faz imaginar por associação, ao que já vimos e experienciamos, expectativas que nos remetem a cor, formas, cultura e todos os demais aspectos que nos parecem predominantes no lugar. Assim, *imagens fortes*²³ de lugares²⁴ específicos e seus padrões — sejam estes via forma, estilo, materiais predominantes, caráter do exemplar²⁵ — auxiliam a elucidar quais aspectos desses lugares são considerados mais importantes e como são percebidos/interpretados.

Em função de caracterizar essas representações e suas transformações, este trabalho elaborou um levantamento de dados que possibilitou erigir temas relacionados às espacializações (eventos no espaço) em complemento às imagens, para auxiliar no entendimento do fenômeno. Isso porque, se consideramos a atividade de criação arquitetônica como uma atividade intelectual e que, portanto, precisa da mobilização de diferentes conhecimentos de diferentes domínios, tratar o imaginário arquitetônico apenas por suas imagens enquanto artefatos ou por suas aparências é no mínimo incompleto. Em segundo lugar, se a arquitetura é, também, um fenômeno espacial, no imaginário de quem a concebe certamente estarão presentes certos modelos e referenciais espaciais, que, apesar de rememorados como imagens mentais (para que possam ser prefigurados mentalmente), são representações da experiência direta (ou até virtual) do corpo (ou, no mínimo, da visão) com os espaços. Se desconsiderarmos que no imaginário arquitetônico está imbricada a espacialização, estaremos desconsiderando um importante balizador no modo como a arquitetura é experimentada, codificada sob certos padrões e, portanto, reconhecida. Ou seja, é no domínio da espacialização mental que reside, a meu ver, a capacidade motriz de fixação e categorização das imagens arquitetônicas no imaginário.

Sobre espacializações, Malard (1992, p. 21, tradução nossa) define:

As espacializações são a expressão, no espaço, da interação entre eventos (formas sociais) e coisas (formas físicas). Assim espacializações são a ordenação de objetos, marcadores e signos realizados intencionalmente, ou seja, realizados de modo a abrir espaço para que as intenções ocorram. Um determinado ambiente construído constitui

²³ Expressão adotada a partir do conceito original de *imageabilidade* de Lynch (1960), que remete à alta capacidade de uma imagem fixar-se em diferentes observadores de maneira extensiva.

²⁴ Considerando *lugar* em seu sentido amplo: país, cidade, rua, uma esquina, um prédio, um parque etc.

²⁵ Se este trata-se de um espaço público, monumento urbano, arquitetura excepcional ou cotidiana, paisagem natural etc.

o universo de espacializações que são prescritas pela formação cultural da comunidade que o habita.

Nesta investigação, é particular o fato de as espacializações identificadas não serem sugeridas e analisadas diretamente via espaço material. As espacializações mapeadas são produtos mentais do contato dos estudantes com o espaço construído, interpretadas sob diferentes julgamentos de cada um dos respondentes do grupo, que as expressam verbalmente. Isso será analisado através da identificação das preferências e fatores considerados prioritários ao ato de projetar, percepções e interpretações espaciais e aspectos ressaltados para descrever esses julgamentos, além do esclarecimento dos seus vetores de influência.

Após a análise das proposições feitas pelos autores que contribuíram na conceituação, elencamos aquelas consideradas mais adequadas para caracterizar o que está sendo enquadrado como essencial ao domínio do imaginário arquitetônico para sua investigação empírica. Se mostram, assim, incompletas à aplicação empírica com os fins específicos propostos nesta tese, de modo que não aderimos a nenhuma das teorias do imaginário, nem mesmo do imaginário arquitetônico, como aplicáveis ao objeto de estudo. Ressaltamos, no entanto, que concordamos e, portanto, podemos ressaltar algumas contribuições teóricas pertinentes.

De Pallasmaa (2011), aproveitamos as considerações precisas que faz respeito da banalização da imagem e da produção arquitetônica relegada a circunstâncias e demandas funcionais e de financeirização da profissão. De modo que investigar o imaginário, seja de alguém ou de um certo grupo específico de pessoas, nos diz sobre como o mundo os é apresentado (suas vivências), sobre como lidam com suas experiências (seus pensamentos), e ainda sobre como interpretam e entendem o real e fazem dele instrumento para ações cotidianas. Em outras palavras, temos acesso à gênese de certos procedimentos práticos. Ou seja, é verdade que o imaginário em si existe somente na imaginação, mas dele decorrem produtos, refletidos nas práticas sociais e, para tomarmos um campo restrito, profissionais.

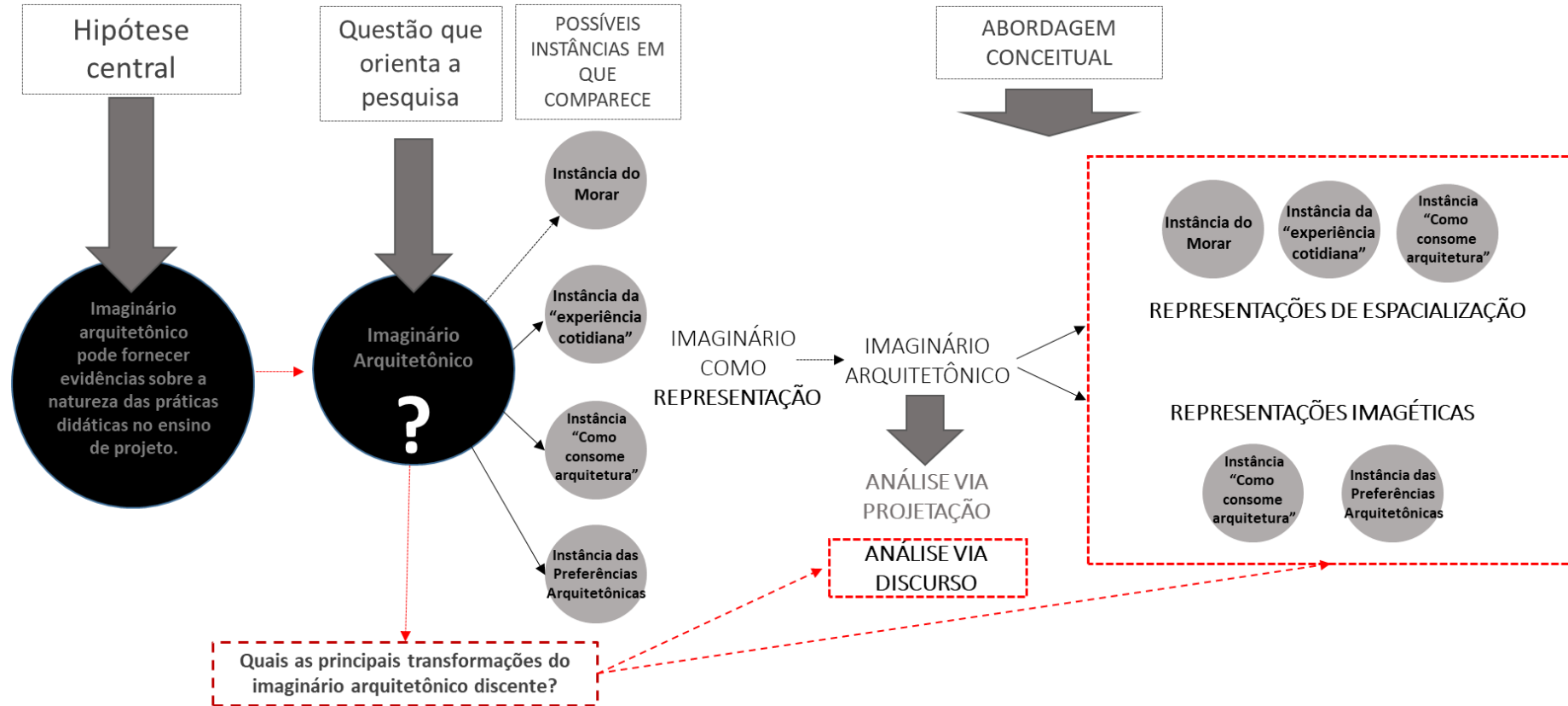
O imaginário é a expressão do pensamento que se realiza através de imagens e discursos com vistas a definir uma realidade, atuando como memória coletiva de uma comunidade. Uma vez que as imagens e os discursos não expressam a realidade como um espelho, faz sentido pensarmos o imaginário como um campo de representações. Portanto, aquilo que convencionamos chamar de real é sempre uma representação da realidade (PALLASMAA, 2011).

Imagens dominantes, ideias e conceitos são raramente aceitos acriticamente. Essa assertiva, proposta por Hubbard (1996), sugere que as representações sociais verdadeiramente hegemônicas, caso existam, são raras. Para o autor, sempre haverá interpretações conflituosas, seja de fenômenos sociais ou ambientais. Esse posicionamento acaba se alinhando à visão de Coelho Netto (1979), que entende que o imaginário se dá a partir de múltiplos pontos de vista utilizados simultaneamente, o que nos deve deixar, portanto, preparados para o contraditório nas representações do espaço construído.

O imaginário não se confunde com preferência, pois as impressões, signos e ideias que se extraem a partir da experiência no ambiente construído não necessariamente “agradam” ao indivíduo. Preferência, por sua vez, não se confunde com percepção. É certo que as duas advêm da interpretação a partir da observação e experiência no ambiente, entretanto, a preferência é o que o indivíduo toma como relevante para si e para sua fruição ambiental. Consideramos que os trabalhos que tratam de percepção, assim como os que tratam de preferências ambientais, são necessários a esta investigação, à medida que podem ser referenciais, ainda que parciais, aos padrões e suas raízes em diferentes grupos de sujeitos e contextos espaço-temporais.

Apresenta-se, em seguida, um diagrama síntese do enquadramento conceitual do objeto investigado, em consonância com a hipótese central e a questão de pesquisa. As chamadas “instâncias” são os aspectos delineados como centrais ao esclarecimento do fenômeno investigado, elaborados a partir da experiência da autora em iniciação à docência (Figura 2). A seguir, no Quadro 1, apresenta-se uma síntese da abordagem sobre a literatura pertinente consultada, identificando as principais contribuições, lacunas e adaptações metodológicas para o contexto desta investigação.

Figura 2 — Abordagem do imaginário arquitetônico como objeto de pesquisa via discurso



Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 1 — Síntese da abordagem sobre a literatura pertinente consultada, identificando as principais contribuições, lacunas e adaptações metodológicas para o contexto desta investigação.

TIPO DE LITERATURA DISPONÍVEL CONSULTADA	PRINCIPAIS INTENÇÕES PARA A TESE	CONTRIBUIÇÕES	OBSERVAÇÕES	LACUNAS IDENTIFICADAS	ADAPTAÇÕES METODOLÓGICAS PROPOSTAS NA TESE
LITERATURA PRECEDENTE EMPÍRICA	INVESTIGAR O QUE SE SABE SOBRE PREFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS DE ESTUDANTES DE ARQUITETURA E SUAS RELAÇÕES COM O AMBIENTE EDUCACIONAL	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos sobre diferenças nas preferências estéticas de edifícios entre arquitetos x não arquitetos • Conhecimentos sobre aquisição de referenciais e preferências de imagens significativas ao longo do período educacional em arquitetura 	<ul style="list-style-type: none"> • Objetivos predominantes centrados no “significado” do edifício em consonância com a profusão das teorias em semiótica e psicologia ambiental aplicadas à arquitetura • Abordagens que investigam os contextos educacionais são minoritárias 	<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento do espaço construído de modo extensivo (para além do edifício) • Quais os vetores de influência que conformam as preferências • Como estudantes entendem o processo de projeto ao longo do curso • Exploram exclusivamente preferências estéticas/estilísticas 	<ul style="list-style-type: none"> • Escopo de investigação que localize vetores de influência • Escopo de investigação que inclua diferentes instâncias espaciais • Técnica de coleta de dados de livre expressão do respondente, sem estímulos visuais preestabelecidos pelo pesquisador
LITERATURA PRECEDENTE TEÓRICA	COMPREENDER COMO O IMAGINÁRIO É ABORDADO E SE HÁ CONTRIBUIÇÃO À SISTEMATIZAÇÃO EMPÍRICA DA PESQUISA	<ul style="list-style-type: none"> • Dão bases ao entendimento do imaginário como representação coletiva de grupos sociais e de que pode ser acessado via relatos verbais • Abordagem do imaginário como representação imagética em arquitetura 	<ul style="list-style-type: none"> • Paradigma do imaginário arquitetônico focalizado em imagens e em sua interpretação psicológica, centrada no indivíduo criador - arquiteto – e em suas intenções 	<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento do imaginário arquitetônico como representação coletiva de uma cultura arquitetônica (no âmbito formal e informal) • Entendimento do imaginário arquitetônico restrito à representação imagética, com foco na interpretação subjetiva da mente humana 	<ul style="list-style-type: none"> • Entendimento do imaginário arquitetônico segundo categorias sistematizadas que, conceitualmente organizadas, possibilitem sua análise enquanto representação de espacialização e imagética

Fonte: Elaborado pela autora.

2.1.2 Sobre interpretação e preferências arquitetônicas

A partir do levantamento bibliográfico, identificamos que as abordagens teórico-conceituais nas quais esses trabalhos se apoiam têm um caráter tipológico. Nessas investigações, destacam-se tentativas de comparar estilos ou elementos arquitetônicos e sua eficácia em relação à transmissão de significado e de intenções arquitetônicas supostamente contidas em edifícios específicos ou de alinhar a linguagem dos edifícios — em seu nível semântico — entre arquitetos e não arquitetos, a fim de que fossem supostamente produzidos melhores objetos arquitetônicos e se potencializasse o grau de satisfação dos usuários.

Os sucessivos trabalhos consultados tentam demonstrar como e se arquitetos podem introduzir significado em seus projetos que seja compreensível aos não arquitetos (DEVLIN, 1990). Parecem muito mais interessados em investigar a penetração de uma suposta intenção arquitetônica sobre o público do que necessariamente em desvendar como essas pessoas entendem e lidam com o espaço construído, para que isso fosse de fato levado em consideração por arquitetos em sua prática de projetos.

Desde o final dos anos 60 e mais intensamente no início dos anos 70, proliferam trabalhos que tentam responder como certos grupos de pessoas percebem, interpretam e se relacionam com o ambiente. A despeito de nem todos focalizarem o espaço construído do cotidiano²⁶, os estudos pioneiros onde estes tiveram sua gênese privilegiavam as dimensões do significado ambiental e foram, em parte, determinantes para que a percepção da Arquitetura pelas pessoas começasse a ser investigada empiricamente.

No fim dos anos 60, passa-se a discutir até que ponto as dimensões do significado ambiental erigidas pelas pessoas correspondiam (ou não) às três dimensões defendidas por Osgood (1967), que relata o desenvolvimento de uma técnica de pesquisa empírica chamada *diferencial semântico*²⁷. Apresentando-a como uma ferramenta de avaliação para diversas áreas do conhecimento, postulam que a experiência do indivíduo no ambiente físico pode ser assim pautada: avaliação (bom-ruim), atividade (ativo-passivo) e potência (forte-fraco).

Percebe-se uma forte presença de trabalhos de percepção ambiental, ou seja, de relações socioespaciais no campo da psicologia, que surgem, na mesma década, com o objetivo de compreender as relações que as pessoas estabelecem com o espaço (seja ele

²⁶ Trata-se aqui por “espaço construído do cotidiano” todo e qualquer espaço modificado pela ação antrópica que esteja presente nos trajetos pessoais de algum indivíduo.

²⁷ Escala usada para medir reações afetivas das pessoas em relação a objetos e ambientes. Nela, os sujeitos são expostos a palavras e conceitos por meio de escalas bipolares, definida com adjetivos antônimos em seus extremos. Alinhados a esse modelo, se multiplicam diferentes métodos — sendo a *análise fatorial* a mais comum — a fim de extrair essas três dimensões nas investigações do período que consultamos.

natural ou construído), tendo um forte caráter interdisciplinar. Esses trabalhos concentram-se, sobretudo, na escala da dimensão social do *indivíduo* e de *grupos*, tendendo a estudar esses sujeitos em suas relações com os espaços públicos.

De modo geral, os estudos do período operam com base em experimentos que avaliam a reação de grupos específicos de pessoas (arquitetos e não arquitetos) em relação a exemplares de prédios específicos ou de como interpretam e se relacionam com alguns espaços restritos e específicos, como espaços públicos, por exemplo. Parte deles solicita que os participantes descrevam o lugar, a fim de interpretar certas categorias de percepção desses espaços. Geralmente os objetos de avaliação são escolhidos pelos pesquisadores. As limitações impostas à livre expressão do sujeito nesse tipo de condução serão criticadas bem mais tarde — e ainda assim apenas pontualmente —, nos anos 90.

Na segunda metade dos anos 70, é possível observar, em alguns estudos²⁸, uma vinculação entre classificações geradas pelos entrevistados e questões ambientais específicas²⁹, por exemplo, detalhes de fachada *versus* tipo de construção (GROAT, 1982). Muitos desses artigos aderem e operam com esse pensamento dominante, que emergiu proficuamente no período através, por exemplo, do postulado de que toda e qualquer construção (edifício) carrega significado e, portanto, simboliza algo para o observador. Tal postulado comparece em Broadbent (1977) e Rapoport (1982), que definem o significado como um importante mecanismo da relação entre as pessoas e o ambiente³⁰, procurando as respostas afetivas globais.

Rapoport, (1969, p. 338), argumenta que o significado particular que algum ambiente tem para um grupo de pessoas é baliza para as respostas afetivas que essas pessoas atribuem a ele. O autor defende, ainda, que o significado é uma função importante do ambiente construído. Ao tratar dos aspectos do ambiente construído, aponta que os arquitetos estão mais ligados a aspectos perceptivos, enquanto os leigos, a aspectos associativos. Essa classificação sofre inflexões entre trabalhos empíricos, segundo o arbítrio de cada autor. Por exemplo, em Hershberger (1970), o tipo de significado dos profissionais, o *representacional*, e

²⁸ Young (1979), Palmer (1978), Verderber e Moore (1977).

²⁹ Como *questões ambientais* em seu trabalho, Groat (1982) entende os detalhes de fachadas que alguns entrevistados, por sua vez, ligavam a um tipo de construção específico (residencial, religioso, cívico, multifamiliar...). No entanto, isso ainda é semântico em nosso entendimento, pois se trata de inferências geradas a partir de "tipos".

³⁰ Uma parte dos artigos analisados nesse Capítulo trata do *significado*, que, na teoria de Rapoport (1982), seria a comunicação não verbal do ambiente às pessoas. Uma outra parte das pesquisas intenciona esclarecer quais atributos espaciais otimizariam a *comunicação*, outro conceito trabalhado pelo autor que, desta vez, se refere à factual comunicação entre pessoas, seja ela verbal ou não verbal. Nos casos analisados, vemos que os grupos eram profissionais de arquitetura e público.

o dos não arquitetos, o *responsivo*, muito se assemelham à classificação de Devlin e Nasar (1989), que separam arquitetos como *classificadores interpretativos* do espaço enquanto que os não arquitetos agrupam-se sob a classificação *afetiva*.

Pode-se dizer que os estudos seguem um caráter essencialmente semântico, ou seja, meramente descritivos. Essa visão é corroborada por Groat (1982) e Wohlwill (1976). Além de publicações experimentais, trabalhos teóricos especialmente interessados nas questões de significado em Arquitetura são profícuos no período.

Hershberger (1970), defende que o significado não está contido nos elementos da Arquitetura, mas é algo que é pretendido ou atribuído a eles por seres humanos; que tais significados podem ou não ser considerados em comum por aqueles que o experimentam e que diferenças fundamentais na experiência humana causarão diferenças nos significados que as pessoas atribuem aos seus ambientes. Por este motivo, nos parece especialmente importante a investigação do perfil dos respondentes.

As duas principais hipóteses que os trabalhos empíricos e seus subsequentes confirmam são a de que i) arquitetos e não arquitetos usam diferentes categorias para interpretar arquitetura; ii) que a variedade/ordem das categorias de interpretação entre arquitetos e não arquitetos são diferentes.

Essas duas desdobram-se, nas décadas seguintes, em mais duas, que identificamos como centrais: iii) enquanto arquitetos tendem a reagir ao ambiente construído em termos de *qualidade estética* (conceitual, de ideias), entre os não arquitetos há a predominância de *preferência* (julgadora, de gosto), tendendo a respostas mais afetivas/descritivas às características físicas dos edifícios; iv) mesmo ao usarem categorias comuns, os dois grupos tendem a usá-las sob justificativas diferentes.

Há outras hipóteses mais específicas, como a que sugere que pessoas tendem a usar diferentes critérios de avaliação e interpretação para diferentes tipos de construção³¹ (NASAR, 1983). Explorando a interpretação dada pelos dois grupos (arquitetos e não arquitetos) em residências unifamiliares, Devlin e Nasar (1989) afirmam que os dois grupos diferem tanto no julgamento de arquitetura erudita e popular quanto em seus julgamentos afetivos. Segundo as autoras, as avaliações arquitetônicas podem ser conduzidas pelas pessoas de duas formas, segundo suas reações: as que privilegiam aspectos físicos (interpretativos) e as que enfatizam

³¹Daí surge o argumento de Devlin e Nasar (1989), ao considerarem apenas um tipo construtivo, o residencial unifamiliar, para os testes empíricos, diferenciando-o em dois segmentos: casas *eruditas* (as produzidas por arquitetos e publicadas em literatura profissional de arquitetura) e casas *populares* (aquela contidas em revistas não profissionais e veiculadas em jornais).

aspectos emocionais (afetivos). Arquitetos e não arquitetos ficaram no primeiro e segundo grupo, respectivamente, reforçando achados anteriores de Hershberger (1970) e Groat (1982).

Assim, o reforço e confirmação tendem a ser erigidos desses sucessivos resultados experimentais apresentados — mesmo nos mais recentes —, na justificativa de gerar pistas para uma unificação da linguagem entre não arquitetos e profissionais, a fim de que arquitetos compreendam quais seriam os aspectos “caros” ao público, melhorando o grau de satisfação pelos serviços prestados.

Esse paradigma é bastante ilustrativo em Gifford *et al.* (2000), que sugerem que seu estudo também poderia resultar na predição “aos arquitetos de como os leigos responderiam aos seus trabalhos, melhorando o grau de satisfação do público com suas criações” e para “educar as pessoas” sobre as razões pelas quais arquitetos acham atrativas certas construções que podem não ser atraentes ao público em geral. Somado a isto, há pesquisadores que afirmam que arquitetos não priorizam ou não parecem entender o que o público gosta (NASAR, 1988); ou ainda que o público não entende arquitetura erudita e arquitetos não gostam do popular e, por consequência, arquitetos “esquecem” o cliente no processo, já que arquitetos preferem o *antigo* e as pessoas, a *novidade*. Quanto ao antigo, entendo que pode ser a tradição do campo, refletida sobretudo em forma, aspecto plástico da edificação, e, por novidade, aparentes inovações que conferem, nos mesmos aspectos que citamos anteriormente, algo que destoa dos demais.

Uma série minoritária, por outro lado, explora especificamente como são formuladas as avaliações dos observadores sobre a qualidade estética da Arquitetura e os impactos emocionais que essas características físicas têm sobre os diferentes grupos. Partem do pressuposto de que as avaliações produzem efeitos emocionais que podem ser resumidos em respostas afetivas previsíveis, que, por sua vez, estão associados às avaliações gerais dos edifícios pelos observadores. A exploração das propriedades cognitivas identificadas via aparência ou aspecto plástico dos edifícios se mantém até os últimos artigos consultados.³²

Outra concordância comum entre os diferentes estudos analisados é de que arquitetos usam uma gama mais numerosa de categorias do que não arquitetos para interpretar

³² Para constar, as propriedades cognitivas variam segundo número e nome dado à categoria pelos diferentes autores, pelo fato de as nomenclaturas serem erigidas segundo critérios e abordagem próprias de cada autor. Por outro lado, há práticas metodológicas correntes em pesquisas que investigam padrões comportamentais e psicológicos em grupos humanos, que usam os chamados “livros de códigos”, onde tomam como referência categorias preestabelecidas por outros pesquisadores, reproduzindo-as em seus próprios trabalhos, caso identifiquem suas ocorrências. Em todo caso, não encontramos, entre os trabalhos consultados, categorias que fossem particulares ao ponto de oferecerem algum ineditismo à questão da percepção estética e cognitiva entre arquitetos e não arquitetos, de modo que mesmo as diferentes categorias não afetam as conclusões dos trabalhos de modo relevante, pois se diferem apenas no nível semântico.

arquitetura. Essa afirmação se confirma nos achados desta investigação, como será visto mais adiante.

Safárová *et al.* (2019) completam que arquitetos com menos experiência profissional também tendem a acertar mais as preferências dos não arquitetos, afirmando que ambos os grupos têm maior habilidade de predição entre si, sugerindo que jovens arquitetos, por ainda não estarem inteiramente imersos na profissão, tendem a avaliar alguns aspectos sob a perspectiva dos não arquitetos, tendo estes grupos, portanto, perspectivas estéticas parecidas.

Em estudos sobre a interpretação do espaço construído, de modo mais recorrente comparecem grupos de pessoas leigas, ocorrendo um trabalho que faz a diferenciação entre adultos e adolescentes, de gênero ou ocupacional, clientes de Arquitetura. Esse interesse prossegue até o início dos anos 2000, com Gifford *et al.* (2002), investigando o porquê de arquitetos e não arquitetos julgarem edifícios/construções de modo diferente, como mencionamos anteriormente.

2.1.3 Preferências no ambiente de ensino em projeto

In education and practice, architects spend a greater amount of time studying the physical environment, observing architecture and criticizing design than do most non-architects. This experience may make architects more sensitive to and aware of the physical environment (or buildings). *These past experiences may also influence.* (DEVLIN; NASAR, 1989, grifo nosso).

À época da citação que destacamos, a consideração pelos contextos anteriores ao ensino formal dos arquitetos era apenas uma elucubração. Mesmo as preferências estéticas de estudantes de Arquitetura foram pouco exploradas nesse período, já que as pesquisas precedentes recorriam, em sua maioria, a grupos de respondentes experientes, com relativo tempo de formação ou experiência profissional.

Contrapondo-se às limitações citadas, Purcell e Nasar (1992) apontavam, no início dos anos 90, que calouros de arquitetura têm preferências mais similares à população em geral do que estudantes avançados no curso. Alinhando-se à perspectiva de Wilson e Canter (1990), assumindo que conceitos usados por arquitetos são desenvolvidos durante o período de formação acadêmica, também afirmam que arquitetos se movem de conceitos físicos para conceitos mais abstratos e complexos. Essa transformação conceitual ocorreria ano após ano da formação profissional. Wilson (1996) analisou as diferenças de preferências visuais entre os estudantes de arquitetura de diferentes escolas durante 5 momentos diferentes do curso. Para ele, há 2 importantes sistemas de construção de preferências nos estudantes: o primeiro

é um sistema de conceitos para organizar e entender a arquitetura; é essencialmente descritivo, objetivo e não avaliativo; enquanto o segundo, de avaliação, guia julgamentos avaliativos subjetivos.

Com base nos trabalhos consultados, pode-se dizer que a percepção não é exclusivamente individual. O esquema perceptivo que controla a captação de informação é estabelecido culturalmente, assim como seu julgamento e avaliação.³³

Interesses voltados de modo mais consistente para o estudo e identificação das preferências e imagens mentais de grupos de estudantes de Arquitetura em diferentes momentos do curso e com objetivos voltados para a compreensão dos processos de ensino aprendizagem são encontrados apenas na segunda década dos anos 2000. Eles são importantes, ao demonstrarem como e quais conteúdos os estudantes apreendem durante o percurso formativo e como esse percurso influencia em suas imagens mentais e predileções sobre o espaço construído cotidiano sobre o qual irão atuar.

No contexto brasileiro, Elali e Pinheiro (2008) constatam que, até aquele momento, não havia pesquisas nacionais que tratassem de preferências arquitetônicas. O estudo de Carvalho (2016) aponta que as preferências arquitetônicas entre iniciantes são mais diversificadas, enquanto que, entre os estudantes de nível avançado, as obras de arquitetura moderna despontam no favoritismo.

De modo geral, investigações nacionais consultadas, que tratam da percepção da qualidade ambiental nos espaços e seus impactos na psicologia individual ou de preferências sobre atributos físicos dos espaços, se concentram sumariamente em evidências que permitam o aperfeiçoamento e precisão de Avaliação Pós-Ocupação (APO), por exemplo, ou desdobramentos em critérios projetuais mais adequados à percepção e à apropriação particulares de determinados grupos de sujeitos em espaços mais restritos, destacando-se o volume de investigações em espaços públicos. Também há registros de trabalhos que estão preocupados em problematizar a proliferação de certos estilos arquitetônicos no meio urbano

³³ Bourdieu (1977) usa o conceito de *habitus* para explicar as disposições e convenções sociais de grupos sociais específicos. Alguns dos autores analisados nesta tese trabalham com a noção de *habitus* para argumentar que existem esquemas subjetivos de concepção, percepção e ação comuns a todos os membros de uma mesma base social ou a grupos analisados nas pesquisas (PENNARTZ; ELISINGA, 1990). De modo que cada sistema individual parece ser uma variante estrutural do *habitus* de todos os outros sistemas individuais do grupo ou da classe, o que finalmente parece influenciar como as pessoas julgam e avaliam o espaço circundante. Em Arquitetura, esse conceito foi analisado, sob o viés da educação arquitetônica, por Garry Stevens (2003) e por alguns outros sociólogos das profissões. Apesar de a presente pesquisa também apontar nessa direção, não trabalhamos com o conceito. Para maiores aproximações sobre essa abordagem, consultar as teses de Arcipreste (2012) e de Barros (2014) sobre educação arquitetônica no Brasil, em que essa noção é amplamente discutida.

e quais condicionantes socioculturais as estimulam³⁴, sem focar no ambiente de formação dos arquitetos.

Conclusões a respeito de avaliações estéticas por estímulo³⁵ entre jovens arquitetos e não arquitetos têm sido controversas. Os resultados das pesquisas são divergentes quanto à concordância estabelecida entre esses grupos. Isso denota uma certa imprevisibilidade, que pode estar relacionada ao perfil das pessoas consultadas e ao contexto do ambiente construído ao qual estão atreladas.

Há de se ressaltar que os estudos que tratam da acepção estética não a restringem à solução plástica no sentido estrito da forma aparente e/ou do ornamento. Tratam *estética* tanto na sua dimensão material, enquanto um sistema de elementos físicos (sobretudo de composição de fachadas de edifícios), quanto de sua ordem afetiva, por vezes tratada sob a definição de *dimensão cognitiva*, ou seja, analisando a reação emocional e afetiva do respondente. Por exemplo, em Cho (2011) já foi apontado que professores e alunos³⁶ têm diferentes acepções sobre estética. Enquanto os instrutores a definem como uma *experiência* espacial, argumentando estar contido no processo projetual ou, por exemplo, na própria *racionalidade* modular (há beleza e, portanto, virtude neste modo de fazer, é uma evidência da tendência docente), alunos tendem a identificá-la em aspectos *exteriores* e *pontos de referência visuais*. Cho (2011) diz que os estudos indicam que a educação formal em ateliê/estúdio pode ser entendida como um processo através do qual leigos são "aculturados" para pertencer à comunidade profissional como projetistas. Cho (2011) diz que os estudantes entendem "estética" nos estúdios como um processo para se adquirir senso visual ou para lhes abrir os olhos ao que não consideravam anteriormente bonito e de ajustar-lhes ao novo ambiente cultural arquitetônico.

Dado o exposto, de modo geral, as pesquisas encontradas não falam sobre o espaço construído de modo abrangente. Há investigações sobre caracterização de preferências e interpretação de fachadas de prédios, tipos e estilos arquitetônicos específicos, ou mesmo sobre espaços naturais. Entretanto, ainda não se investigou de modo articulado toda a escala do espaço construído. Não foram rastreados também possíveis vetores de informação que

³⁴ Ver, por exemplo: Pulici (2015).

³⁵ A maioria dos estudos sobre interpretação e significado ambiental, seja do espaço natural, construído, híbrido ou mesmo arquitetônico, incluía em seus métodos o que chamam de "estímulo" (*stimuli*), que consiste em apresentar ao sujeito fotografias previamente escolhidas pelos pesquisadores para servirem de referência às classificações. O único trabalho que difere dessa abordagem é o de Devlin (1990). Concordamos com sua afirmação, de que os trabalhos anteriores que usam essa abordagem falham em apresentar imagens que podiam não ser previamente conhecidas pelos sujeitos, classificando esses estímulos como limitados e insuficientes.

³⁶ Alunos de disciplinas de Arquitetura da Paisagem e de Estudos Urbanos foram os sujeitos de pesquisa de Cho (2011).

pudessem, ao menos em parte, justificar algumas das avaliações feitas por sujeitos, limitando-se às relações adquiridas via ensino formal. Além do mais, a cultura arquitetônica e de construção dos Estados Unidos (onde se concentra a maior parte das pesquisas) e do Brasil são distintas, sendo necessário maiores esclarecimentos sobre preferências e interpretações entre os estudantes da nossa realidade cultural educacional e arquitetônica.

Neste trabalho, uma possível evidência que pode ser apontada em caráter preliminar, que pode ajudar a preencher, ao menos em parte, essas lacunas, é que a aproximação percebida em alguns aspectos de julgamento e gostos pessoais entre não arquitetos e estudantes de arquitetura pode estar no fato de que os vetores de informação consumidos por eles são muito próximos, com a particularidade de o grupo analisado que não teve qualquer contato com o ensino formal (pré-ingressantes) usar de recursos que o aproxima da lógica do processo de projeto e do desenho técnico (elementos hoje facilmente disponíveis em aplicativos e jogos de construção *online*).

2.1.4 Evidências de um imaginário transmissivo

Entre em qualquer estúdio de projeto arquitetônico em qualquer instituição de ensino no mundo ocidental e os alunos se debaterão com a velha questão de como para começar a projetar; como gerar ideias; como controlar os problemas difíceis de manejar projetos arquitetônicos; e como sustentar ideias ao longo do processo. O ateliê é um fenômeno único em comparação com a educação na maioria das disciplinas. Normalmente, há uma grande dose de orientação pessoal e *coaching* por parte do instrutor. (DOWNING, 1989, p. 24)

O aluno A1, por exemplo, criticou os critérios avaliativos utilizados pelos professores como um todo, em função do que considerou uma homogeneidade excessiva. Ele afirma que a pluralidade de usos em um mesmo espaço e o “conforto ambiental perfeito”, por exemplo, são “esperados e cobrados em todo e qualquer projeto” na Escola de Arquitetura, e os considera limitadores para determinadas experimentações. Afirma que este tipo de critério é aceito acriticamente pela maior parte dos colegas e chama a atenção para a necessidade de discutir outras possibilidades. (BRANT, 2019, p. 87)

Devlin e Nasar (1989) dizem que diferentes experiências/vivências influenciam em como percebemos nosso entorno e que, por isso, temos diferentes percepções individuais, o que converge com Boulding (1961), Hershberger (1988), Groat (1982), Purcell (1986) e corrobora o nosso entendimento de que esta pesquisa deveria auscultar, também, um pouco da vivência dos sujeitos ingressantes, uma vez que o imaginário parece ser resultante da convergência de toda e qualquer experiência direta significativa ao sujeito. Isso inclui, portanto, a instância particular, coletiva e institucional dos indivíduos.

Neste item, procuraremos trazer algumas evidências a respeito da influência de posturas, valores e práticas didáticas nas preferências dos estudantes e, por consequência, em seus procedimentos projetuais.

Acredita-se que o significado dado às aparências arquitetônicas pode diferir, dependendo dos assuntos de aprendizagem, ou seja, as estruturas de conhecimento³⁷. Normalmente, durante o processo de educação, imagens mentais³⁸ coletadas pela mente dos alunos por meio de livros, periódicos, palestras e trabalhos do curso podem mudar. Assumimos que, por conta de sua formação diferenciada e visão de mundo, os pré-arquitetos³⁹ tenderiam a aderir a diferentes representações dos estímulos arquitetônicos do que os calouros.” (ERDOGAN *et al.*, 2010, p. 508).

As *estruturas de conhecimento* seriam equivalentes a “códigos” através dos quais os significados arquitetônicos são construídos e socialmente transmitidos, por meio do aprendizado e da cultura, de modo que essas estruturas de conhecimento podem ser afetadas por práticas didáticas à medida que os estudantes avançam no curso (PURCELL; NASAR, 1992)⁴⁰.

Para alguns autores, essas estruturas podem ser discernidas entre novatos e veteranos, sendo os primeiros mais descritivos e objetivos em suas avaliações arquitetônicas, ao passo que os veteranos se apresentam mais avaliativos, usando de conceitos e valores conotativos (e subjetivos) para compreenderem arquitetura.

Tendo a não concordar que calouros são “não avaliativos”. Também não me parecem coerentes as afirmações de que veteranos usam mais sistemas de conceitos, pois isso tende a gerar uma perspectiva de que esse tipo de avaliação seria conotativo. É um contrassenso. Como pode haver julgamento sem avaliação? O que não há, a meu ver, são critérios delineados segundo a tradição formal (que, por acaso, eles sabem e são lembrados a todo

³⁷ No campo da psicologia, uma estrutura de conhecimento é definida como uma coleção inter-relacionada de fatos ou conhecimentos sobre um determinado tópico. É composta de conceitos ligados a outros conceitos por relações rotuladas via associações livres pelo indivíduo.

³⁸ Em Downing (1992), o conceito de “banco de imagem” (*image bank*) é definido como o acúmulo pelo projetista de imagens mentais a partir de experiências memoráveis de lugares vivenciados (do seu passado). Segundo a autora, esse banco de imagem propicia que o arquiteto resolva problemas de projetos desconhecidos através do seu conhecimento prévio. Por um lado, se diferencia do conceito tradicional de *repertório* em arquitetura, que, de modo geral, considera mais tradicionalmente referências formais, no entanto, conceitualmente, consideramos a mesma coisa.

³⁹ Segundo a lógica curricular de algumas universidades estrangeiras, pré-arquitetos são estudantes de arquitetura que dedicam seus dois primeiros anos de graduação apenas às disciplinas consideradas como introdutórias e preparatórias à formação em arquitetura, enquanto que os calouros referidos no texto são ingressantes do primeiro semestre do curso de arquitetura que não passaram ainda por essa mesma formação introdutória.

⁴⁰ Duas medidas foram usadas pelos pesquisadores para aferir a estrutura de conhecimento dos sujeitos: familiaridade e “quão bom é o exemplo”, no original em inglês, “*goodness of example*” (Rosch e Mervis (1975) e usado por Purcell e Nasar (1992)), que seria equivalente a “qual exemplo melhor representa a configuração mental que você tem de algo?”. Por exemplo: *qual imagem de um conjunto melhor representa para você uma casa dos anos 10?*

momento, no ambiente disciplinar, de que ela existe) e não uma ausência de critérios de avaliação em seus julgamentos. Erdogan *et al.* (2010) confirmam a hipótese de que o período formativo na escola de Arquitetura instila sistematicamente um sistema avaliativo característico da profissão. Demonstram que tanto calouros quanto veteranos são homogêneos intragrupo, embora alguns calouros sejam mais assemelhados ao perfil dos veteranos que outros. O trabalho procura chamar a atenção para o alto grau de estrutura de conhecimento de grupos de alunos calouros do 1º ano de curso, atentando para o erro de tratá-los como leigos, completamente sem conhecimento. Para Erdogan *et al.* (2010), alguns calouros, em seus resultados, já reconhecem estilos arquitetônicos e se aproximam dos pré-arquitetos no teste de "gosto" arquitetônico, o que é esperado, visto que, com um ano de curso já é possível haver homogeneidade de gosto arquitetônico.

As inflexões nas preferências acompanham as mudanças nos modelos avaliativos. Alguns estudos apontam o declínio de preferências e avaliações positivas de arquitetura da produção cotidiana (popular), por parte de estudantes avançados no curso.

Parece evidente que essas “estruturas de conhecimento”, como querem os autores, modificam-se ao longo do curso. No entanto, o paradigma de imagens mentais adquiridas somente via ensino formal acaba por evidenciar duas questões. A primeira é que o ensino é apenas recebido exatamente como o “banco” sugerido em que estas imagens mentais são meramente depositadas. No caso, evidencia-se somente o caminho: tutor > estudante. A segunda questão, por consequência, é a de que os conhecimentos prévios (inclusive via espaços informais em alunos iniciantes) não são objetos de interesse dos pesquisadores, até porque o conhecimento prévio dos estudantes não precisa ser conhecido pelo professor, bastando que o professor, sabendo que estes existem e que, se aproveitados pelos alunos poderão dar-lhes, senão mais qualidade, mais autonomia, inclusive para saber o que não foi bem abordado ou desenvolvido na ideia, lance mão de estratégias didáticas que estimulem o estudante a combinar e transmutar esses conhecimentos prévios à proposição que o problema que está enfrentando sugere.

No entanto, para mim, existe um componente fundamental do qual não se consegue escapar, mesmo nas abordagens mais “horizontais” entre professor e aluno: os produtos dos atos, ou melhor, dos processos conduzidos a partir das ideias, são avaliados pelo professor (ou por uma banca de professores). Serão postos ao crivo de docentes, ainda que estes tentem propor a autoavaliação dos alunos como parte do conceito final. Assim, não seria absurdo considerar que o estudante estará propício a se alinhar com o que conseguir “pescar” das preferências docentes, sejam elas captadas via casos análogos levados pelo professor,

seja via discurso durante os momentos expositivos ou de orientação ou até nas conversas informais.

Ao discutir essas práticas, não estamos colocando em xeque a qualidade dos produtos alcançados pelos estudantes. Direcionar um caminho ou um método ainda é melhor do que não ter nenhum rumo. A questão está no fato de que, ao tomar a disciplina e o tema e problema propostos como pressuposições ou bagagem própria, o docente estará se eximindo de duas coisas: de permitir que o estudante desenvolva a autonomia projetual em diversas instâncias (a metodológica, a estética, a funcional, a teórica) e, por conseguinte, também estará se eximindo de aprender outras possibilidades de criação e de se ensinar projeto.

Hubbard (1996) avança um pouco nesta questão ao evidenciar que as variações individuais a respeito das preferências entre os diferentes grupos de estudantes não se originam pelas diferenças de competências cognitivas, mas pelas regulações sociais que intervêm em sua estrutura de conhecimento comum, compartilhada. Isso nos sugere que o ambiente de ensino disciplinar pode corresponder a esses ambientes regulatórios e formatadores dessas preferências.

Também segundo a hipótese de Whitfield (1983), as pessoas preferem se adequar a modelos prévios (protótipos).⁴¹ Caso isso seja verdade em Arquitetura, precisa ser esclarecido. A maneira como valores ou padrões de qualidade repercutem em elementos arquitetônicos significativos para o aluno tem que ser mais explorada, tanto em seu conteúdo como em suas origens. Devlin e Nasar (1989) defendem que arquitetos constroem essa estrutura de conhecimento através de “construções prototípicas”, ou seja, um exemplo típico de algo normalmente aceito no campo de atuação, o que poderíamos chamar de arquétipos arquitetônicos.

O trabalho empreendido por Carvalho (2016) parece ser o que mais se aproxima das questões deste trabalho, dando atenção à especulação de que os conhecimentos prévios informais dos estudantes têm de ser melhor investigados, por poderem englobar influências consideráveis em relação aos seus referenciais arquitetônicos, verificando que, entre as ementas das disciplinas introdutórias dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, há pouquíssimas referências à bagagem arquitetônica dos estudantes. O autor evidencia, também, forte preferência pela estética dos exemplares do Movimento Moderno em todos os grupos de estudantes pesquisados. No entanto, essas preferências estético-formais foram

⁴¹ Todas as vezes em que comparece “protótipo”, interpretamos que seu sentido esteja alinhado ao *arquétipo*. Na arquitetura, alguns autores já tentaram precisar quais seriam os arquétipos comuns que atravessaram a história humana, definidos segundo o grau de influência destes sobre arquitetos e, portanto, sobre objetos arquitetônicos produzidos posteriormente. Ver, por exemplo, Unwin (2016). Também discutida por Pallasmaa (2011, p. 156).

testadas pelo autor segundo estímulos via exemplares pré-determinados, o que pode ter limitado a divergência entre essas preferências.

3 O TRABALHO DE CAMPO: ACESSANDO O IMAGINÁRIO

Neste Capítulo, as decisões relativas ao trabalho de campo são apresentadas e justificadas, considerando tanto a etapa de teste da coleta dos dados, utilizada para validar o método de coleta e as questões do questionário utilizado, quanto as etapas de coletas posteriores. Em relação à primeira, por tê-la considerado satisfatória, o grupo entrevistado nesta fase foi incorporado à pesquisa, sendo composto por alunos do 1º período dos cursos diurno e noturno (estudantes ingressantes). As demais etapas de entrevistas foram realizadas nos grupos que interessam a esta investigação, em ordem cronológica de aplicação: concluintes (entre o 7º e 10º períodos) e pré-ingressantes (sujeitos em fase de matrícula). Concluída a fase de coleta dos dados, justifico o método escolhido para análise dos dados.

Primeiramente, realizamos uma fase de teste que pudesse indicar a pertinência das informações encontradas em relação à pergunta de pesquisa. Pode-se dizer que se trata de uma pesquisa em que as análises se fundamentam em um tipo de raciocínio que parte dos fatos aos enunciados explicativos do fenômeno investigado. Desse modo, não se faz o uso de leis universais (teorias) ou de uma grade preestabelecida de categorias ou temas para analisar os dados e responder à questão de pesquisa posta inicialmente (BRAUN; CLARKE, 2006). Usa-se uma abordagem do tipo *reflexiva*, em que a codificação é fluida e flexível. Seu ponto principal não é alcançar acurácia, mas imersão e profundo engajamento com os dados (SOUZA, 2019). Dessa forma, partimos de premissas particulares a fim de alcançar alguma conclusão geral, ancorando-nos aos dados como o principal fundamento para a conclusão. Isto porque estamos explorando um fenômeno que, dada a pesquisa bibliográfica empreendida, ainda se demonstra pouco pesquisado e, portanto, pouco explorado na realidade educacional em Arquitetura e Urbanismo brasileira: as bases para a pesquisa empírica do imaginário arquitetônico discente não estavam dadas. No caso específico desta tese, esse caminho pode ser representado pelo seguinte esquema:

Figura 3 — Etapas conceituais do trabalho de tese



Fonte: Elaborado pela autora.

Para acessar de maneira eficiente algo tão complexo e à princípio não quantificável, como o imaginário coletivo, a técnica de coleta escolhida é a de entrevistas semiestruturadas. Além de adequada ao propósito de formar uma base de dados consistente em um período de tempo curto, permite aplicar as mesmas questões a diferentes grupos de sujeitos, como no caso desta investigação.⁴²

3.1 Fase de teste da coleta de dados

A fim de testar a eficácia da técnica escolhida para a coleta dos dados e posteriormente orientar a escolha do método de processamento dos dados, executei uma *fase de teste*, planejada segundo duas decisões principais: (i) *elaborar um questionário* com perguntas semiestruturadas que proporcionasse a maior cobertura possível de temas relativos ao cotidiano dos sujeitos, tendo como objetivo a coleta de suas opiniões e impressões pessoais a respeito do espaço construído; (ii) *aplicá-lo em 30 estudantes ingressantes*⁴³, cujas circunstâncias de aplicação e critérios para participação serão detalhados no itens seguintes.

3.1.1 Diretrizes para as entrevistas

Para inquirir sobre as possíveis interpretações dos sujeitos, elaborei um questionário com 15 perguntas abertas⁴⁴, desenvolvidas de modo a possibilitar que os respondentes tivessem abertura para proferir e justificar seus pensamentos, o que poderia implicar em uma maior variabilidade nas respostas obtidas entre os diferentes sujeitos. Essa estratégia também permite que novas perguntas surjam quando o entrevistador achar necessário ou quando uma resposta eventualmente implicar em algum esclarecimento adicional.

O questionário foi formulado a fim de garantir maior diversificação possível de fatores considerados como potenciais intervenientes na experiência dos sujeitos no espaço

⁴² Entrevistas semiestruturadas tendem a oferecer maior abertura aos sujeitos e, por isso, têm menos propensão a mascarar diferenças individuais. Sobre o uso de entrevistas semiestruturadas, Devlin (1990, p. 242, tradução nossa) diz que: "As entrevistas fornecem muitos *insights* sobre como as pessoas, fora da profissão de arquiteto, interpretam e 'veem' a arquitetura. Dá aos participantes a oportunidade de expressar seus 'sentimentos' sobre a arquitetura [...]. Um investigador pode chegar ao estudo com uma noção pré-concebida de qual pode ser a resposta e, ao estruturar as questões, essas noções pré-concebidas podem influenciar e enviesar a redação das questões subsequentes dadas pelo entrevistado." Deste modo, o piloto para teste da redação das questões e uma escolha criteriosa do método para processamento dos dados coletados são necessários para que esses aspectos importantes oportunizados pela ferramenta de entrevista não se percam. Isso será explicado ao longo deste Capítulo.

⁴³ Neste trabalho, o termo *ingressante* se refere a estudantes do 1º período do curso de Arquitetura e Urbanismo.

⁴⁴ No Apêndice A, constam o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos participantes da pesquisa, além do roteiro de entrevistas com todas as perguntas aplicadas.

construído. A experiência docente prévia também auxiliou a traduzir em roteiro investigativo alguns aspectos decorrentes de intercorrências no ambiente de ateliê que considero relevantes aos processos e resultados projetuais que acompanhei. As perguntas tinham que ser abrangentes, visto que esta foi a única ferramenta usada para coleta dos dados do objeto de análise. Argumentamos como evidências dessa abrangência:

- Exploramos o vínculo com o *lugar*, de maneira extensiva: no nível íntimo (da casa) e de suas experiências socioculturais via trajetos cotidianos e viagens, sem determinar que a dimensão explorada em qualquer uma dessas instâncias é física ou afetiva, de objetos arquitetônicos ou paisagem urbana, permitindo que o respondente explore aspectos significativos à medida que desenvolve livremente seu discurso;
- Exploramos vetores de influência que incluem as interpessoais, experiências extracurriculares, estágios etc. Consideramos também os vetores de consumo dos estudantes, mesmo os considerados entretenimentos (jogos de construção, aplicativos usados para representação gráfica, filmes, séries, sites, revistas, anuários de arquitetura frequentados etc.) como vetores referenciais potenciais dos sujeitos;
- Exploramos como a profissão é vista pelo respondente segundo o *ato de projetar e prioridades projetuais*, o que pode nos dar pistas do que os alunos imaginam permear o fazer arquitetônico e quais aspectos desse fazer lhe parecem importantes⁴⁵;

Em todos esses eixos de análise, é dada especial atenção às citações diretas dos vetores de influência do sujeito, seja via formal ou fora dos limites disciplinares.

Dadas essas premissas iniciais que explicam o eixo fundamental da entrevista, apresentamos sua configuração final. Divididos em 4 blocos⁴⁶, com uma média de 4 perguntas por bloco, cada grupo de perguntas detinha um objetivo específico:

- Bloco I – situar o indivíduo na instância do morar;

⁴⁵ Por serem perguntas abertas, ainda que, *a priori*, organizadas segundo blocos característicos, as respostas geradas em um bloco frequentemente acabaram gerando códigos e referências a outros blocos. Exemplo: em alguns casos, perguntas relacionadas ao bloco da instância do "morar" geraram indícios de características consideradas essenciais pelo respondente sobre *conforto* no espaço.

⁴⁶ A organização em blocos se restringe à mera organização pessoal e garantia dos aspectos definidos como critérios essenciais à prospecção do objeto de pesquisa. As perguntas foram aplicadas de modo que o teor dos *objetivos* de cada bloco não era comunicado ao respondente. Apesar de uma ordem pré-definida, não houve problemas ao longo das entrevistas em adiantar, adicionar ou modificar alguma(s) perguntas(s) da ordem original em função de assuntos que surgiam espontaneamente do sujeito de pesquisa.

- Bloco II – situar o indivíduo na instância da experiência cotidiana: arquitetônica e urbana;
- Bloco III – situar o indivíduo na instância do consumo: o que consome como arquitetura;
- Bloco IV – situar o indivíduo em suas preferências arquitetônicas.

Antes dos blocos de perguntas supracitados, perguntou-se: idade, lugar de origem (estado, cidade e região da cidade, no caso de alunos originários de Belo Horizonte) e se há alguma formação adicional ao curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG (estágios, emprego, formação técnica ou superior completa ou interrompida, iniciação científica ou qualquer atividade extracurricular que o respondente considerasse relevante, solicitando breve descrição).

As entrevistas tiveram formato individual e predominantemente em caráter presencial. O recurso das entrevistas via telefone também foi usado.

3.1.2 Critérios para seleção dos respondentes

Aproveitando o início do período letivo de 2019.1 na Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EA/UFMG), definimos, como critério para a *fase teste*, aplicar o questionário com 30 alunos matriculados no 1º período dos cursos diurno e noturno⁴⁷ da EA/UFMG. A princípio, foi definido que seriam entrevistados alunos até o 15º dia de aula, pressupondo que a interferência do ambiente formal de ensino nas respostas nesse limite temporal fosse mínima. Contudo, devido às dificuldades no acesso às turmas, as entrevistas no curso diurno foram realizadas com estudantes a partir do 18º dia de aula, estendendo-se até o 23º. Todas as entrevistas com alunos do curso noturno foram realizadas no intervalo do 6º ao 16º dia de aulas. A definição dos participantes se deu por livre adesão através de convite direto nas turmas. A entrada se daria logo no primeiro dia de aula. O universo amostral neste grupo foi conseguido por livre adesão diretamente nas salas de aula [27], com exceção de 3 estudantes, posteriormente indicados por colegas que já haviam sido entrevistados. Ao fim da aplicação das entrevistas, participaram 17 estudantes do curso noturno e 13 estudantes do curso diurno.

⁴⁷ Os turnos têm grades curriculares particulares, que resultam em percursos acadêmicos distintos entre si. Este detalhe motivou a consideração do universo amostral nos dois turnos.

3.1.3 Aplicação

As entrevistas tiveram uma duração média de 20 minutos por respondente, com gravação em áudio e registro escrito do discurso pela entrevistadora, com garantia de anonimato e consentimento prévio do aluno. Foram em sua maioria [25] presenciais. Cinco das entrevistas, no entanto, foram feitas por telefone, obedecendo ao procedimento de registro anterior, haja vista a impossibilidade imediata de contato presencial com esses estudantes. Ao início da entrevista, o estudante era perguntado sobre sua idade, se já havia concluído ou se estava cursando alguma outra graduação ou curso técnico, além de sua cidade de origem e eventuais lugares em que já morou.

3.1.4 Avaliação: fim da fase de teste

Quanto à apresentação e eficácia dos assuntos no questionário na geração de dados, verifiquei que as perguntas geraram insumos para discussão e identificação de certos padrões na interpretação do espaço construído por esses alunos. Feita a revisão das perguntas e sua aplicabilidade para outros grupos de sujeitos, mantive a conformação original do questionário, tanto na redação quanto na ordem e quantidade das questões.

Ao verificar as questões de forma isolada, também foram percebidos alguns padrões de respostas inicialmente não esperados. Por exemplo, boa parte dos alunos mencionou que a vontade dos usuários seria um dos principais critérios ao se projetar. Caso nos orientássemos pelo senso comum, seria natural especular que um aluno recém-chegado a um curso de Arquitetura estaria mais ligado à capacitação especializada que o próprio ensino formal lhe fornecerá, descartando ou obliterando a dimensão da participação ou opinião de um não arquiteto no processo de projeto.

A partir do terceiro dia de entrevistas, comecei a identificar repetições: frases bastante similares e que, em última análise, continham a mesma “mensagem”. Quando indagados sobre a origem das afirmações, reconheciam como aprendizados advindos do curso, sobretudo das leituras direcionadas pelas disciplinas, como no caso das afirmações que defendiam o projetar segundo a vontade dos clientes/usuários. Alguns chegaram a argumentar segundo o livro “Cidades Para Pessoas”, de Jan Gehl, lido por eles naquela semana. Considerando que o atraso no cronograma de entrevistas (maior do que se previa anteriormente) implicou em sua simultaneidade com um período de contato com as aulas, a

hipótese é de que padrões inesperados, como este que mencionamos acima, poderiam estar sendo incorporados pelos alunos já nas poucas aulas que tiveram.

Ademais, como a aplicação das entrevistas foi considerada bem-sucedida e fomos instigados pelos resultados das respostas, tomamos as seguintes decisões quanto aos passos da pesquisa:

- i) Entrevistar 30 concluintes de graduação da EA/UFMG dos cursos diurno e noturno (estabelecendo o critério inicial de pertencerem do 7º ao 10º período), ainda no semestre 2019.1;
- ii) Entrevistar 30 pré-ingressantes, ainda em fase de matrícula, sem qualquer contato com o ambiente formal de ensino arquitetônico, em 2019.2.
- iii) Como mencionado anteriormente, o grupo de alunos ingressantes entrevistados nesta etapa de teste também serão considerados nas análises subsequentes.

A decisão de aplicar as entrevistas em grupos de análise de concluintes foi orientada a fim de gerar um possível contraste entre os diferentes grupos de participantes, o que posteriormente também foi útil para permitir comparativos com um relevante número de pesquisas empíricas anteriores, que, por sua vez, tendem a enfatizar análises de sujeitos nesse momento final de curso. A lógica do contraste também vale para o grupo de ainda pretensos alunos da EA/UFMG de 2019.2 (aqui chamados de pré-ingressantes), já que a aplicação do teste com o grupo de alunos ingressos de 2019.1 revelou algumas ocorrências inesperadas, relacionadas à influência do ensino formal na tendência intragrupo, como apontado na página anterior.

Somado a isso, o grupo de pré-ingressantes é fundamental para superar a lacuna existente nos trabalhos analisados que, quando incluem o público não arquiteto, consideram um universo de estudantes de ensino superior ou profissionais de outras áreas do conhecimento. Portanto, esse perfil se revela peculiar, por caracterizar-se pela afinidade com Arquitetura e Urbanismo, já que são candidatos a futuros alunos, contudo sem que tenham sido previamente expostos ao ensino formal relacionado ao curso.

A análise comparativa entre grupos extremos, sendo um segundo composto por participantes com a graduação em vias de ser concluída e com um terceiro, de alunos que sequer tiveram aulas no curso de arquitetura, pode melhor explicar a influência do ensino formal precoce que observamos no primeiro grupo, de alunos ingressantes.

Além do roteiro do questionário, também foram mantidos os procedimentos de aplicação anteriormente descritos na fase de teste. A seguir, serão descritas as estratégias utilizadas para as entrevistas dos demais grupos de interesse.

3.2 Concluintes: aplicação do questionário

Finalizada a etapa de teste e os ajustes no questionário, prossegui com a realização das entrevistas nos dois grupos restantes, começando com o grupo de concluintes. Neste grupo, especificamente, também interessava registrar suas outras ocupações e atividades extracurriculares que considerassem relevantes do seu percurso acadêmico como, por exemplo, atuação em grupos ou projetos de pesquisa e extensão na UFMG, intercâmbios acadêmicos, bem como suas experiências em estágios e trabalhos voluntários e ocasionais.

Ainda que a intenção inicial fosse a de entrevistar alunos até o último período de graduação, nesse momento decidi aumentar o espectro do público para os também recém-egressos (que haviam se formado há, no máximo, 2 semestres), considerando que esse critério pudesse gerar uma maior variabilidade nas respostas desse grupo, uma vez que são alunos com o ciclo de graduação integralmente concluído e por possivelmente já estarem atuando profissionalmente ou com algum outro tipo de ocupação relacionada ao ofício.⁴⁸

Foram necessárias diferentes estratégias nesse grupo. Uma delas aconteceu via grupos públicos da Escola nas redes sociais, resultando em 4 manifestações de interesse⁴⁹. Depois, houve contato, através de e-mails, devidamente cedidos pelas Secretarias dos cursos, de todos os estudantes do diurno e do noturno matriculados nas disciplinas de trabalho final de curso no semestre corrente. Contudo essa abordagem não resultou em nenhum novo candidato para as entrevistas. Por fim, optou-se por adotar a abordagem conhecida como *snowball sampling* (“amostragem bola de neve”)⁵⁰. Consiste em uma técnica de amostragem não probabilística usada para acessar populações de baixa incidência e indivíduos de difícil acesso por parte do pesquisador em pesquisas qualitativas, na qual os indivíduos selecionados para o estudo convidam novos participantes que sejam seus amigos e/ou conhecidos. Há uma

⁴⁸ Os alunos egressos entrevistados foram poucos. Não configuram um volume expressivo de participantes que pudesse compor um novo grupo de análise. Portanto, importa ressaltar que os recém-egressos entrevistados são considerados parte do grupo de concluintes nesta pesquisa. Isso permite também contornar a dificuldade de acessar os sujeitos deste grupo, o único em que não consegui alcançar os 30 sujeitos inicialmente desejados.

⁴⁹ Um desses estudantes já era conhecido. Foi aluno em uma disciplina de projeto que ministrei 2 anos antes na Escola de Arquitetura da UFMG, na ocasião do estágio docência, durante o mestrado. Como o fator de conhecimento prévio entre entrevistador/entrevistado não foi considerado relevante para o contexto dessa investigação, o aluno foi aceito.

⁵⁰ Sobre a técnica, ver: Salganik e Heckathorn (2004).

possível desvantagem dessa técnica, que pudemos observar neste grupo: no passar da informação por terceiros, pode haver uma distorção no enunciado da solicitação e de seus propósitos iniciais, principalmente se a pesquisa detiver pré-requisitos amostrais restritos, o que faz com que um certo tempo seja investido acessando e reexplicando aos interessados a real solicitação.

A amostra final de entrevistados concluintes é de 26 estudantes, 4 a menos do que inicialmente previsto. No entanto, não a consideramos prejudicial à investigação, que não tem caráter estatístico. O curso diurno comparece com 17 entrevistados, enquanto que o curso noturno foi mais difícil de acessar e totaliza 9 entrevistados.

3.3 Pré-ingressantes: aplicação do questionário

Como mencionado previamente, a realização de entrevistas com esse grupo de alunos teve como objetivo observar sujeitos que, embora tenham interesse, não sofreram nenhuma influência direta do ensino formal em arquitetura. Assim, para garantir que todos os sujeitos deste grupo seriam entrevistados antes de terem qualquer aula ou atividade correlata nas dependências da EA/UFMG, recorri, através de e-mail e telefone, à Diretoria de Registro e Controle Acadêmico (DRCA/UFMG), órgão institucional responsável por recepcionar e efetuar o registro de matrícula dos alunos ingressos a cada semestre em todos os cursos ofertados na UFMG. Por meio deste contato, obtive a escala de matrícula dos alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo, de forma que foi possível planejar uma estratégia para conduzir as entrevistas.

Como boa parte desses sujeitos não residiam ou mesmo não conheciam a cidade de Belo Horizonte⁵¹, o que também dificultava agendar outro encontro presencial em algum dia próximo, foi necessário garantir que os alunos que não fossem entrevistados no ato da matrícula pudessem conceder a entrevista antes do início das aulas na Universidade. Por este motivo, foram adotadas duas opções para a condução do procedimento de entrevista. A primeira consistia em entrevistar o aluno presencialmente, quando possível. Nos casos onde a entrevista presencial não se fez possível, o telefone do aluno foi registrado para um contato posterior.

A entrevista teve baixa aplicação presencial [9], sendo majoritariamente feita através de telefone [20] e, nos casos em que mesmo por telefone o agendamento do horário se fazia difícil, conduziu-se o questionário por áudios, através do aplicativo de mensagens virtuais

⁵¹ Destaca-se que este dado é positivo à representatividade amostral.

WhatsApp [2], com envio prévio das perguntas por escrito, de modo que o aluno registrasse por mensagens de voz suas respostas. Nesses dois casos, a transcrição foi feita posteriormente, através da escuta dos áudios.

As abordagens presenciais, por sua vez, foram feitas através de um *stand* de atendimento improvisado, com autorização do Departamento de Registro e Controle Acadêmico - DRCA, no percurso que os estudantes tinham que seguir ao saírem do setor em que efetuavam suas matrículas.

Ao final, foram entrevistados 31 sujeitos. Nesse grupo, não consideramos o turno para o qual o aluno ingressou relevante, já que não teve qualquer contato com a sala de aula⁵². No entanto, foi dada a atenção para o caso de o voluntário citar, durante a entrevista, alguma particularidade com referência ao turno para o qual prestou vestibular.

3.4 Do método de processamento de dados

Encerrada a fase de coleta de dados, tínhamos três grupos de análise, que somaram 87 respondentes. No entanto, para verificar a viabilidade da análise das mais de 29 horas de áudio coletadas nos três grupos, além dos registros escritos, bem como a própria estratégia de tratamento desses dados, era necessário definir o método do processamento, de modo a testá-lo em um piloto⁵³.

Optou-se pelo método conhecido como análise temática (AT), que, servindo a diferentes abordagens teóricas, aplica-se às entrevistas cujas perguntas sejam abertas, caracterizando-se por ser um método relativamente simples de ser aplicado, se comparado com outros, como análise do discurso, por exemplo (BRAUN; CLARK, 2006). Enquadra-se em análises do tipo *bottom-up*, que têm como objetivo identificar, analisar e reportar temas, ou seja, aspectos extraídos a partir dos dados, que nos indiquem padrões entre sujeitos e grupos. Dada a sua abordagem de análise temática *reflexiva*, centra o papel ativo e interpretativo do pesquisador, além de prescindir que seja vinculada previamente a qualquer teoria para que possa ser realizada.

Dentre as vantagens que consideramos interessarem ao estudo, está o fato de o método considerar dados a princípio contraditórios e o de não orientar o grau de importância

⁵² Sendo registrado, a princípio, para caracterização do perfil amostral intragrupo.

⁵³ Em linhas gerais, as etapas realizadas durante a execução do processamento piloto são as mesmas recomendadas em Braun e Clark (2006). Mais detalhes a respeito desta etapa podem ser consultados no Apêndice B. O volume de informações extraídas do piloto correspondeu a 72 códigos e 5 temas, referentes a apenas uma pergunta da pesquisa em um grupo de análise, o que resultou em uma reconsideração do universo de respondentes que será discutida à frente, na seção 3.5.

de um dado em função de sua recorrência nas respostas, mas sim de sua relação com a pergunta de pesquisa. Por outro lado, isso exige uma grande aproximação e esforço interpretativo do *data corpus*⁵⁴, por parte do investigador.

3.5 Considerações sobre o método: revisão da amostra

A diversidade dos padrões identificada no piloto do método motivou sua escolha definitiva para a pesquisa. O método é adequado e, no entanto, exige retrabalho sobre os dados, sendo necessárias algumas considerações e previsão de limitações.

A pesquisa de campo foi fundamental para imersão nos propósitos do estudo, tendo alcançado 87 sujeitos. Trabalhar com o total de sujeitos entrevistados pode resultar em amostra numericamente maior, entretanto, não necessariamente mais aprofundada, já que o fato de nos determos prolongadamente em etapas de transcrição e codificação não significaria garantir uma maior diversificação de temas que nos apontem novos indícios. É possível que tivéssemos apenas temas mais “volumosos” — com maior número de códigos ou subtemas.

A diminuição da amostra nos três grupos foi ponderada, segundo duas justificativas principais:

Razão 1: saturação dos dados

Esta pesquisa tem natureza *não probabilística*, de caráter qualitativo. Por ser do tipo exploratória, decidi não limitar a amostra *a priori*. Mesmo definindo inicialmente 30 sujeitos por grupo, por um objetivo meramente procedimental, não considerei reduzir esse alcance inicial antes de concluídas as aplicações nos 3 grupos. A saturação se mostraria *a posteriori*, através do exame dos dados de campo, considerando que eu não poderia justificar a saturação apenas por impressões de falas aparentemente iguais ou repetitivas.

Para um entendimento de homogeneidades intragrupo, é necessário se fundamentar de modo mais sistemático nesses insumos. Para isso, realizei uma passagem por todos os áudios e registros escritos em todos os grupos de análise após a aplicação do piloto, processo que evidenciou a saturação. Percebi que as respostas recebidas chegam a “repetir a mensagem” em boa parte das perguntas, quando comparadas em seus grupos, a partir de, em média, 12 sujeitos por grupo. Nessas condições, *a redução planejada é viável sem que se prejudique o objetivo da pesquisa*.

⁵⁴ Coleta de dados linguísticos compilados como textos escritos ou como transcrição de falas gravadas.

Razão 2: fator representatividade amostral

Ao considerar o total de alunos matriculados na Escola de Arquitetura da UFMG em 2019.⁵⁵ — 734 estudantes, 439 no diurno e 295 no noturno —, essa amostra, em relação ao universo local, representa aproximadamente 6,13% do total de estudantes.⁵⁶

Para isso, estabeleci critérios de eliminação de sujeitos para cada grupo. No de *ingressantes de 2019.1*, desconsideramos os sujeitos entrevistados com mais de 15 dias de aulas. No de *concluintes*, foram descartados os sujeitos em situação de período indefinido no curso⁵⁷, enquanto que, no grupo de pré-ingressantes, eliminou-se participantes que já haviam tido contato com o curso de Arquitetura anteriormente [2]⁵⁸ assim como alunos que tiveram suas matrículas rejeitadas por alguma falha na documentação⁵⁹. Ainda assim, como restaram excedentes, a escolha deu-se de modo a privilegiar uma variedade representativa de perfis alcançados pela pesquisa, principalmente segundo gênero, idade, lugar de origem e turno.

Os temas/categorias resultantes do processamento de dados piloto sofreram algumas alterações, se comparados aos apresentados no Apêndice B. Ao interpretar os dados integralmente, as hierarquias entre as informações geradas foram reavaliadas, a fim de melhor acomodar os extratos das respostas em seus respectivos padrões. É importante destacar que o que chamamos de categorias, em alguns casos, compõem em mais de um tema. Isso se deve ao fato de a *ênfase* dada nos conjuntos das respostas ora estarem *justificadas* pelos respondentes sob o aspecto de um padrão, ora de outro.

⁵⁵ Dados fornecidos pelas Secretarias de graduação dos cursos diurno e noturno de Arquitetura e Urbanismo da UFMG, em 2019.1.

⁵⁶ “Como a análise qualitativa geralmente tem a ver com (*a consideração de*) muito mais parâmetros de um caso ou cenário do que a análise quantitativa, o tamanho da amostra é geralmente menor.” (HUBERMAN; MILES, 1984, tradução e grifo nossos)

⁵⁷ Tratam-se de estudantes que, apesar de serem alunos que pertencem ao 7º período para frente, na grade curricular ainda estão cursando disciplinas de períodos anteriores. Eles foram preteridos em relação a outros “tipos” de respondentes — como os recém-egressos, por exemplo — pela possibilidade de estarem com carga horária integralizada *real* muito baixa em relação à carga horária *esperada* no 7º período, nosso pré-requisito mínimo considerado.

⁵⁸ Um participante alegou que havia cursado três semanas de aula, enquanto um segundo sujeito havia cursado um semestre do curso de Arquitetura e Urbanismo em outra cidade.

⁵⁹ Não consideramos esse um fator de exclusão preponderante. O fato de a matrícula ter sido recusada por qualquer motivo não anula as opiniões do sujeito como não arquiteto, continuando sob propósitos da investigação. No entanto, tendo que adotar algum critério de eliminação de excedentes, esse nos pareceu apropriado.

4 PADRÕES DO IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO

Este Capítulo apresenta os perfis dos sujeitos de pesquisa alcançados e quais os padrões⁶⁰ identificados a partir das entrevistas: temas e categorias. Os resultados apresentados contemplam 45 respondentes, 15 de cada grupo. Os dados coletados foram sistematizados⁶¹ através do método análise temática.

4.1 Os respondentes

Considerando todo o universo de análise, em cada um dos grupos há 9 mulheres e 6 homens⁶². A média geral de idade, considerando os três grupos, é de 20 anos. As maiores médias de idade são entre estudantes do gênero masculino, no curso noturno. Em linhas gerais, a maioria depende da renda familiar, moram com os pais ou repúblicas em bairros de classe média e média alta⁶³, passando por pelo menos duas habitações ao longo da vida. A maioria cursou ensino técnico antes da graduação. Dos que já atuam no mercado de trabalho ou que já passaram por formação superior, a maioria é do curso noturno. Por região, a maioria é da região sudeste e da capital e interior de Minas Gerais.

Os pré-ingressantes têm entre 18 e 23 anos. A maioria tem 18 anos. Os alunos do noturno são os com idade um pouco mais avançada (a maioria com 21 anos). Um deles fez faculdade não concluída em Engenharia Ambiental, dois têm curso técnico e apenas um trabalha. À exceção de um participante da região Nordeste, natural do interior da Bahia, todos os demais são da região Sudeste: a maioria é de Minas Gerais [11], seguido de representantes dos estados de São Paulo [2] e Espírito Santo [1]. Dez destes futuros estudantes já moraram em pelo menos mais de uma cidade, entre capitais e cidades do interior dos estados acima citados. Os que moraram em apenas uma cidade durante toda a vida eram residentes de Belo Horizonte, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) ou do interior de Minas Gerais, de

⁶⁰ Nesta investigação, os *padrões* do imaginário correspondem aos *temas* analisados vinculados às suas *categorias*.

⁶¹ O caminho para o acesso ao arquivo digital em que estão hospedadas a sumarização dos dados detalhados acerca dos perfis dos entrevistados encontra-se no Apêndice C.

⁶² Esses números coincidentes não foram propositais. Apenas refletem o maior alcance entre mulheres no curso de arquitetura da escola da UFMG como voluntárias à pesquisa.

⁶³ A situação socioeconômica não foi pauta das entrevistas. As referências a esse respeito são genéricas por parte dos respondentes, tendo sido deduzidas pela autora por indicativos diversos nos discursos, tais como: menções à estrutura familiar, ocupação dos pais, atividades, experiências acadêmicas e trabalhos anteriores ou paralelos ao curso, além da correlação ao IDHM dos lugares em que residem, quando se tratam de bairros da cidade de Belo Horizonte, que configura a maior parcela do lugar de residência atual dos respondentes, mesmo contando com futuros estudantes do curso.

diferentes regiões do estado: norte de Minas, Triângulo Mineiro (oeste de Minas), leste e nordeste de Minas. Dos sete estudantes que moram em Belo Horizonte, dois moraram em mais de um bairro em diferentes regiões da cidade. Há representantes de bairros nobres de classe média e média alta e também de bairros populares que, no entanto, são minoritários.

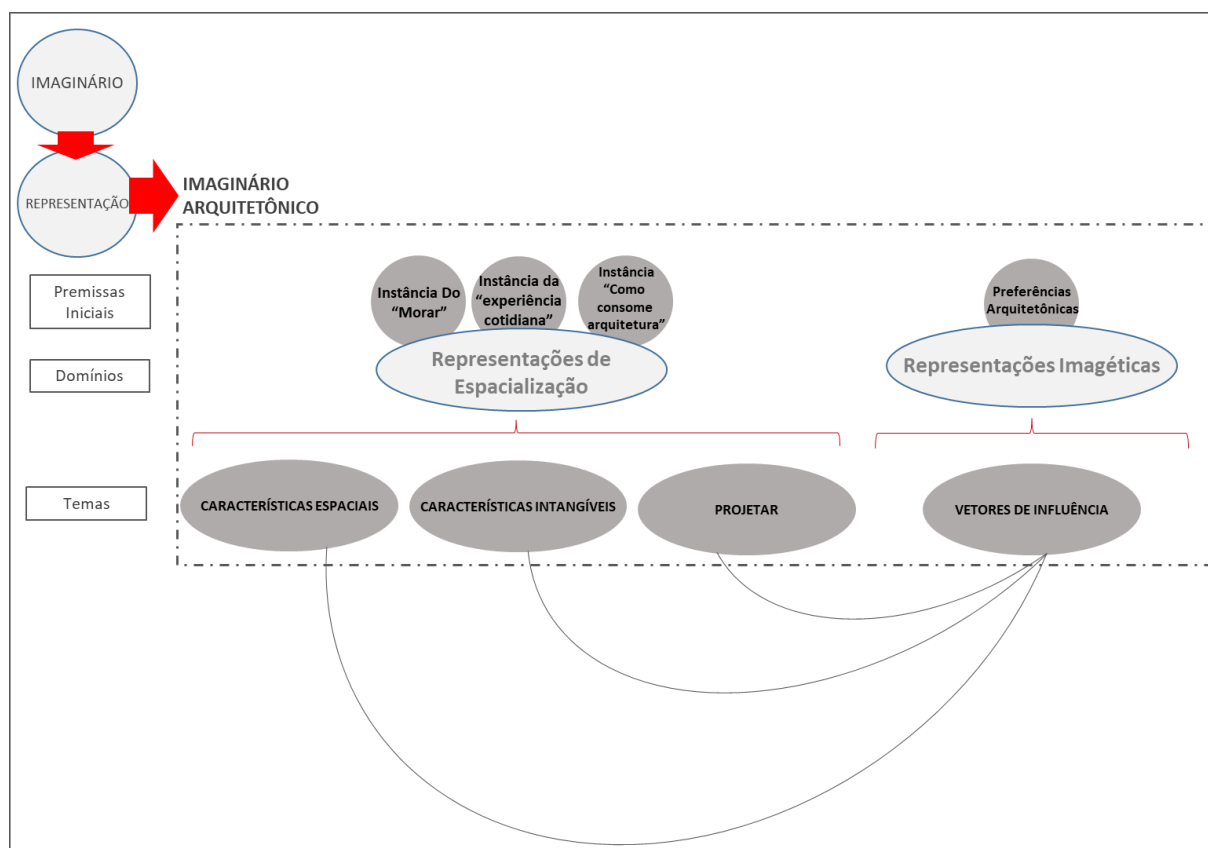
Entre ingressantes, dois já atuam no mercado de trabalho: um faz estágio em projeto de infraestrutura urbana voltada para habitação de interesse social; o outro trabalha como analista de TI. A maioria é recém-saída do ensino médio. Cinco pessoas já têm formação técnica anterior: Agropecuária [1], Edificações [1], Informática [2] e dupla formação técnica, em Edificações e Estradas [1]. Outro respondente tem concluída uma faculdade de Administração, cursada no Rio Grande do Sul. A maioria é da região Sudeste, predominando nascidos em Belo Horizonte [5], havendo dois que nasceram na capital, mas moraram a maior parte da vida no interior do estado, além de outros dois que também moraram em outras regiões do país. Um é do Nordeste, um é do Distrito Federal e dois são do interior de Minas (um da região nordeste, no Vale do Jequitinhonha, e a outra de Cataguazes, Zona da Mata Mineira). Cinco sempre moraram no mesmo bairro.

Os concluintes têm entre 22 e 25 anos. A maioria saiu direto do ensino médio para o curso de Arquitetura e Urbanismo, mas também há os que fizeram curso técnico junto com o ensino médio, prevalecendo, nesse caso, o curso técnico em Edificações e um em Turismo. Há um de formação paralela, em Teatro. A maioria passou por pelo menos um estágio, atuando em: acompanhamento do desenvolvimento do projeto arquitetônico, estágios em escritórios de *Design* de Interiores e aprovação de projetos na prefeitura. Há ainda perfis com estágios em instituições públicas, trabalhando com mapeamento, levantamento e projetos de reforma. Há apenas 1 participante do 7º período que ainda não havia participado de nenhum estágio. A grande maioria também tem experiência em pelo menos um projeto de iniciação à pesquisa e extensão na EA/UFMG ou fez intercâmbio. Os temas gerais dessas experiências relacionam-se à autonomia do usuário, processos participativos na escala arquitetônica e urbana ou, ainda, projetos de extensão multidisciplinares nos quais desenvolvem trabalhos junto às comunidades da capital e RMBH. A maioria tem perfis de classe média ou média alta. Por origem, a quase totalidade é composta por representantes da Região Sudeste, em sua maioria de Belo Horizonte ou de cidades da Região Metropolitana (RMBH), sendo minoritários os de outras regiões de Minas Gerais mais distantes da capital. Os demais são do interior de São Paulo e um deles é da Região Nordeste.

4.2 Os padrões

Identificamos, a partir dos dados, padrões que organizam o conteúdo dos discursos, o que permite nomeá-los e descrevê-los objetivamente. Antes de apresentá-los, há algumas informações importantes para compreender o modo como esses padrões são trabalhados nessa investigação:

Figura 4 — Diagrama dos domínios do imaginário arquitetônico e os padrões identificados aos quais se relacionam



Fonte: Elaborado pela autora.

Primeiro, os padrões são compostos pelos que convencionamos como *temas* e *categorias*. Segundo, há 4 *temas* estruturantes comuns aos três grupos. Terceiro, conseguimos aferir *tendências* em cada grupo, através do que chamamos de *categorias*, tendo sido identificadas um total de 34 delas. Como veremos nas análises do Capítulo seguinte, o que difere um grupo para outro é, basicamente, quais as categorias vinculadas aos temas e a importância de cada uma delas no grupo. Quarto, essa importância, a qual chamamos de *ênfase*, é aferida através da intensidade/frequência em que ocorre em relação ao discurso relativo ao tema. Por este motivo, nos valeremos de informações percentuais para situar a

proporcionalidade tanto dos temas quanto das categorias, de modo a melhor ilustrar as hierarquias entre os diferentes padrões nos grupos. Em quinto e último lugar, uma categoria pode estar vinculada a mais de um tema. Isso acontece em casos em que um mesmo extrato de fala pode ser considerado complexo, por relacionar-se a diversos âmbitos simultaneamente. Assim, a alocação das categorias em todos os temas aos quais corresponde foi a maneira escolhida para resolver o não mascaramento dessa complexidade. Essa correspondência, por sua vez, depende da percepção do relevo aos assuntos específicos aos quais um mesmo extrato de fala está vinculado. Podemos dizer que é essa cadeia relacional de informações que nos permite identificar indícios sobre a constituição particular dos imaginários que estamos investigando e que serão escrutinados no próximo Capítulo.

Por fim, os temas, seguidos de suas categorias são:

1. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS: citações relacionadas a aspectos tangíveis do espaço, ou seja, características dadas no plano físico ou material.

1.a Analogias e Associações: toda e qualquer relação de semelhança, aproximação ou contraste por abstração entre alguma obra ou experiência arquitetônica e qualquer outra obra, experiência espacial, elemento, forma, funcionamento, estética, sensação etc.

1.b Aspectos Construtivos: toda e qualquer menção ao ato de construir, às modificações construtivas no espaço físico ou que remeta às técnicas e tecnologias construtivas aplicadas a essas ações de modificação espacial.

1.c Aspectos Contextuais: todo e qualquer comentário sobre o espaço construído, com ênfase em contextos de natureza cultural, política, histórica, econômica e social, usados para explicar ou ilustrar algum argumento.

1.d Circulação e Barreiras: toda e qualquer alusão a fluxos e movimento no espaço e seus possíveis vetores de obstrução e interdição.

1.e Conforto Ambiental: todo e qualquer aspecto relacionado a alguma qualidade ambiental considerada importante aos níveis de conforto térmico, lumínico e acústico.

1.f Elementos Naturais: toda e qualquer menção a elementos naturais como aspectos próprios da Arquitetura ou relacionados a ela.

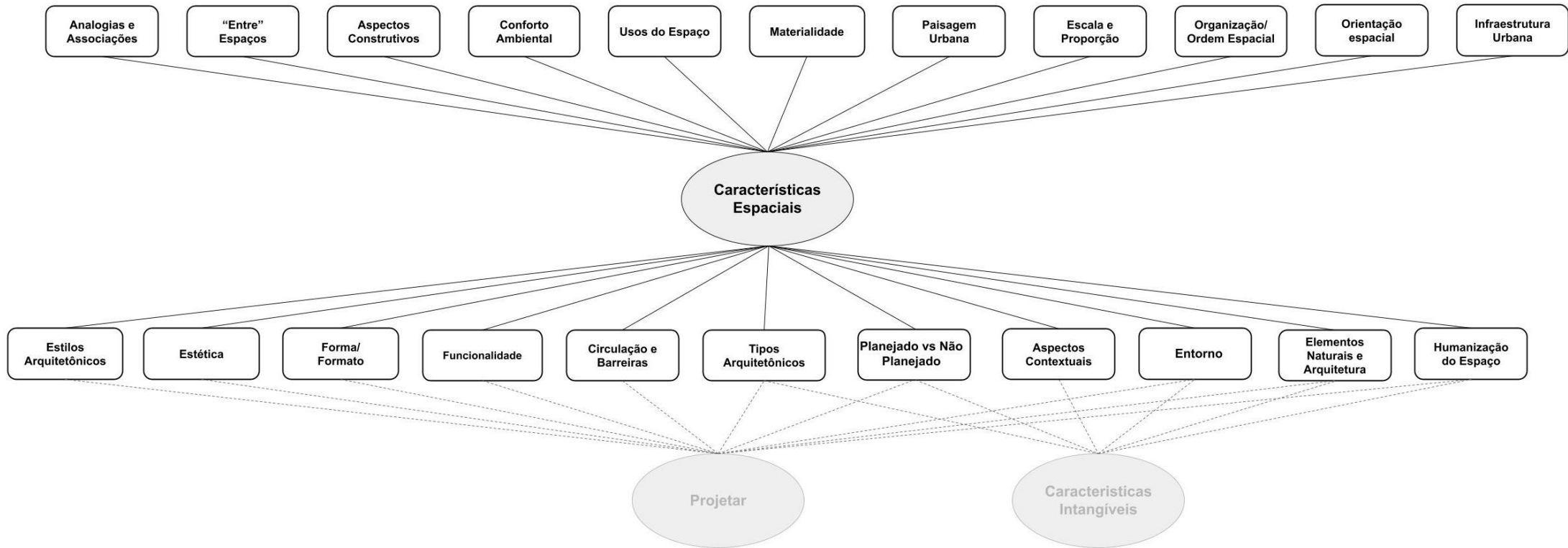
1.g Entorno: aspectos que relacionem o espaço descrito ao entorno imediato. Seja ele a rua, bairro e adjacências ou mesmo sua relação com o centro urbano.

- 1.h Escala e Proporção:** menções que privilegiem sensação de escala e proporção em relação ao espaço e seus elementos (edifícios, monumentos urbanos etc.)
- 1.i Espaço planejado versus não planejado:** depoimentos que indiquem o que o respondente considera característico a espaços planejados e não planejados por arquitetos e se lhe parecem facilmente reconhecíveis.
- 1.j Estética:** menções aos aspectos plásticos, formais, de composição e ordenamento de mobiliário, elementos e obras de arquitetura bem como de elementos e ambientes urbanos.
- 1.k Estilos Arquitetônicos:** comentários que cite estilos arquitetônicos.
- 1.l Forma/Formato:** menções acerca da forma/formato de edificações e configurações urbanas, assim como comentários específicos da associação entre características formais e autoria arquitetônica.
- 1.m Funcionalidade:** comentários em que consta predominantemente a ênfase às funções espaciais e seus qualificadores, seja na escala arquitetônica ou urbana.
- 1.n Humanização do Espaço:** toda e qualquer menção à presença de pessoas e interações pessoais em descrição de ambientes ou que revele uma ênfase na relação entre as pessoas e os espaços.
- 1.o Infraestrutura Urbana:** comentários que enfatizem a identificação e criticidade espacial em relação aos serviços básicos à vida urbana.
- 1.p Materialidade:** comentários que tenham ênfase sobre elementos constituintes de edificações ou espaços urbanos (elementos e sistemas construtivos, materiais e acabamentos etc.)
- 1.q Organização/Ordem Espacial:** referências a princípios de ordenamento espacial seja na escala de mobiliário, arquitetônica ou urbana, tais como simetria, ritmo, contraste etc.
- 1.r Orientação Espacial:** comentários com ênfase na capacidade de orientação espacial em relação a objetos, pessoas ou espaços.
- 1.s Os "entre" espaços:** menções com ênfase a intervalos espaciais, usados para conectar ou serem usados como espaços de referência ou de destaque nas descrições de algum espaço arquitetônico ou urbano, que se caracterizam eminentemente como de passagem (circulações, corredores escadas, rampas etc.)
- 1.t Paisagem Urbana:** menções à dimensão urbana e suas características.

1.v Tipos arquitetônicos: toda e qualquer citação ou ainda descrição por similaridade ou contraste de tipos arquitetônicos (casa, condomínio fechado, apartamento, hospital, escola, banco, teatro, museu etc.)

1.w Usos do espaço: descrições e críticas ao uso cotidiano dos espaços na escala arquitetônica e urbana, da integração de uso/função e destes com os usuários.

Figura 5 — Mapa conceitual do tema Características Espaciais e suas categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

2. CARACTERÍSTICAS INTANGÍVEIS: considerações subjetivas e/ou pessoais sobre espaços que estejam eminentemente vinculadas a aspectos não materiais e não palpáveis, tais como memória e sensações.

2.a Analogias e Associações: toda e qualquer relação de semelhança, aproximação ou contraste por abstração entre alguma obra ou experiência arquitetônica e qualquer outra obra experiência espacial, elemento, forma, funcionamento, estética, sensação etc.

2.b Aspectos Contextuais: todo e qualquer comentário sobre o espaço construído, com ênfase em contextos de natureza cultural, política, histórica, econômica e social, usados para explicar ou ilustrar algum argumento.

2.c Aspectos Sensoriais: todo e qualquer comentário que se refira a aspectos intangíveis e/ou subjetivos, que remeta às sensações, emoções e reações pessoais sobre alguma situação ou espaço.

2.d Elementos Naturais: toda e qualquer menção a elementos naturais como aspectos próprios da Arquitetura ou relacionados a ela.

2.e Entorno: aspectos que relacionem o espaço descrito com o entorno imediato, seja ele a rua, bairro e adjacências ou mesmo sua relação com o centro urbano.

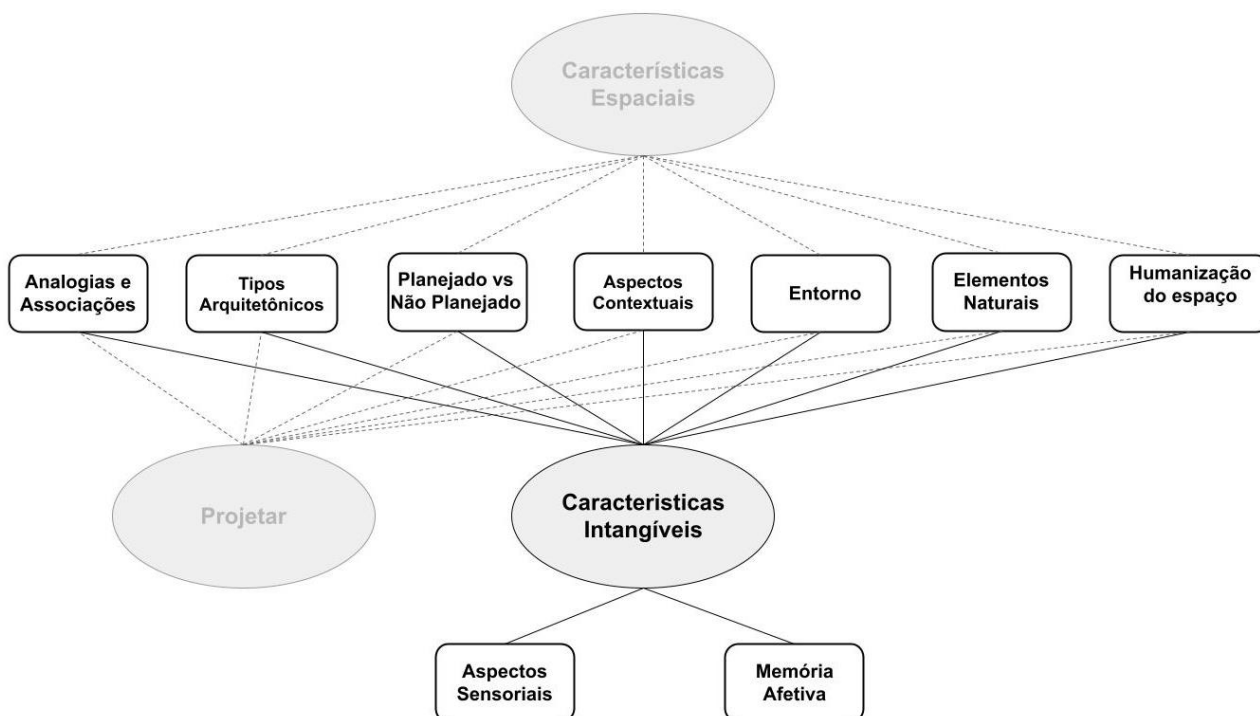
2.f Espaço planejado versus não planejado: depoimentos que indiquem o que o respondente considera característico a espaços planejados e não planejados por arquitetos e se lhe parecem facilmente reconhecíveis.

2.g Humanização do Espaço: toda e qualquer menção à presença de pessoas e interações pessoais em descrição de ambientes ou que revele uma ênfase na relação entre as pessoas e os espaços.

2.h Memória Afetiva: lembranças pessoais ou relatos de sensações que remetem a períodos vividos anteriormente.

2.i Tipos arquitetônicos: toda e qualquer citação ou ainda descrição por similaridade ou contraste de tipos arquitetônicos (casa, condomínio fechado, apartamento, hospital, escola, banco, teatro, museu etc.

Figura 6 — Mapa conceitual do tema Características Intangíveis e suas categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

3. PROJETAR: envolve todo e qualquer depoimento que dê indícios do que o respondente considera importante ou intrínseco ao ato de projetar ou a qualquer aspecto do ofício do arquiteto e urbanista.

3.a Analogias e Associações: toda e qualquer relação de semelhança, aproximação ou contraste por abstração entre alguma obra ou experiência arquitetônica e qualquer outra obra, experiência espacial, elemento, forma, funcionamento, estética, sensação etc.

3.b Aspectos Contextuais: todo e qualquer comentário sobre o espaço construído, com ênfase em contextos de natureza cultural, política, histórica, econômica e social, usados para explicar ou ilustrar algum argumento.

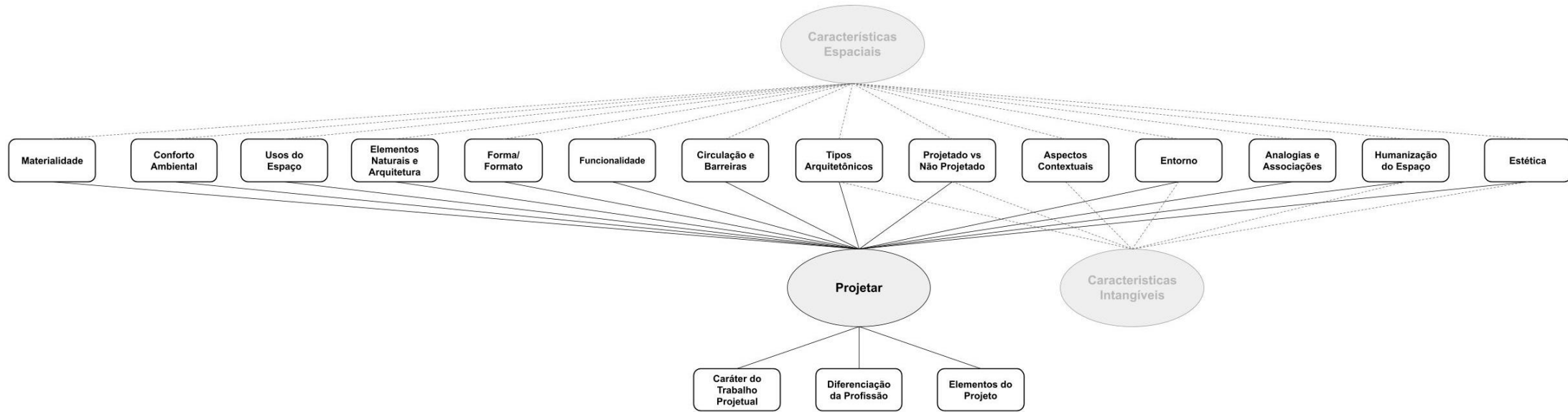
3.c Caráter do trabalho projetual: comentários sobre a concepção do que compreende do ofício do arquiteto e urbanista, mais especificamente de sua atuação como projetista.

3.d Circulação e Barreiras: toda e qualquer alusão a fluxos e movimento no espaço e seus possíveis vetores de obstrução e interdição.

- 3.e Conforto Ambiental:** todo e qualquer aspecto relacionado a alguma qualidade ambiental considerada importante aos níveis de conforto térmico, lumínico e acústico.
- 3.f Diferenciação da profissão:** todo e qualquer depoimento que se caracterize por distinguir a profissão das demais áreas de atuação na construção civil e projeto. (ex.: diferenças entre arquitetos e engenheiros e a repercussão dessas diferenças no resultado do projeto.)
- 3.g Elementos de Projeto:** menções a aspectos prioritários no ato de projetar.
- 3.h Elementos Naturais:** menções a elementos naturais tratados como aspectos próprios da Arquitetura ou como elementos a serem considerados nas estratégias de projeto.
- 3.i Entorno:** aspectos que relacionem o espaço descrito com o entorno imediato, seja ele a rua, bairro e adjacências ou mesmo sua relação com o centro urbano.
- 3.j Espaço planejado versus não planejado:** depoimentos que indiquem o que o respondente considera característico a espaços planejados e não planejados por arquitetos e se lhe parecem facilmente reconhecíveis.
- 3.k Estética:** menções aos aspectos plásticos, formais, de composição e ordenamento de mobiliário, elementos e obras de arquitetura bem como de elementos e ambientes urbanos.
- 3.l Funcionalidade:** comentários em que constam predominantemente a ênfase às funções espaciais e seus qualificadores, seja na escala arquitetônica ou urbana.
- 3.m Humanização do Espaço:** menções à presença de pessoas e interações pessoais em descrição de ambientes ou que revele uma ênfase na relação entre as pessoas e os espaços.
- 3.n Materialidade:** comentários que tenham ênfase sobre elementos constituintes de edificações ou espaços urbanos (elementos e sistemas construtivos, materiais e acabamentos etc.)
- 3.o Organização/Ordem Espacial:** referências a princípios de ordenamento espacial, seja na escala de mobiliário, arquitetônica ou urbana, tais como simetria, ritmo, contraste etc.
- 3.p Tipos arquitetônicos:** toda e qualquer citação ou ainda descrição, por similaridade ou contraste, de tipos arquitetônicos (casa, condomínio fechado, apartamento, hospital, escola, banco, teatro, museu etc.)

3.q Usos do espaço: menções, descrições e críticas ao uso cotidiano dos espaços na escala arquitetônica e urbana, da integração de uso/função e destes com os usuários.

Figura 7 — Mapa conceitual do tema Projetar e suas categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

4 VETORES DE INFLUÊNCIA: Trata-se de todo e qualquer vetor/agente identificado nos discursos, seja por ter sido mencionado diretamente ou sugerido no contexto da fala, como influência ao argumento, referências e preferências sobre arquitetura. As informações contidas nas categorias deste tema reforçam possíveis explicações em que os temas anteriores (1 2 e 3) ocorrem⁶⁴, pois explicitam seus contextos de origem e aquisição.

4.a Autoria: Toda e qualquer menção a referências de obras e arquitetos, bem como argumentos que evidenciem que o respondente considere esse aspecto como relevante.

4.b Influência do ensino formal: Citações diretas sobre aprendizados e conteúdos que relatam ter adquirido no percurso formativo. Comentários em que afirmam ter sua percepção sobre o espaço construído direcionada por integrarem o curso, além de referências diretas a alguma afirmação do professor e/ou colegas no ensino formal da qual o respondente tenha se apropriado para citar e argumentar a favor.

4.c Influências de escolha do curso: comentários que aludem à autopercepção de inclinações do contexto pessoal que levaram à escolha da graduação na área.

4.d Interesses e habilidades pessoais: Envolve toda e qualquer menção à autopercepção de habilidades e inclinações de gosto pessoal que o respondente reconheça como conteúdos que o interessam e o aproximem da arquitetura.

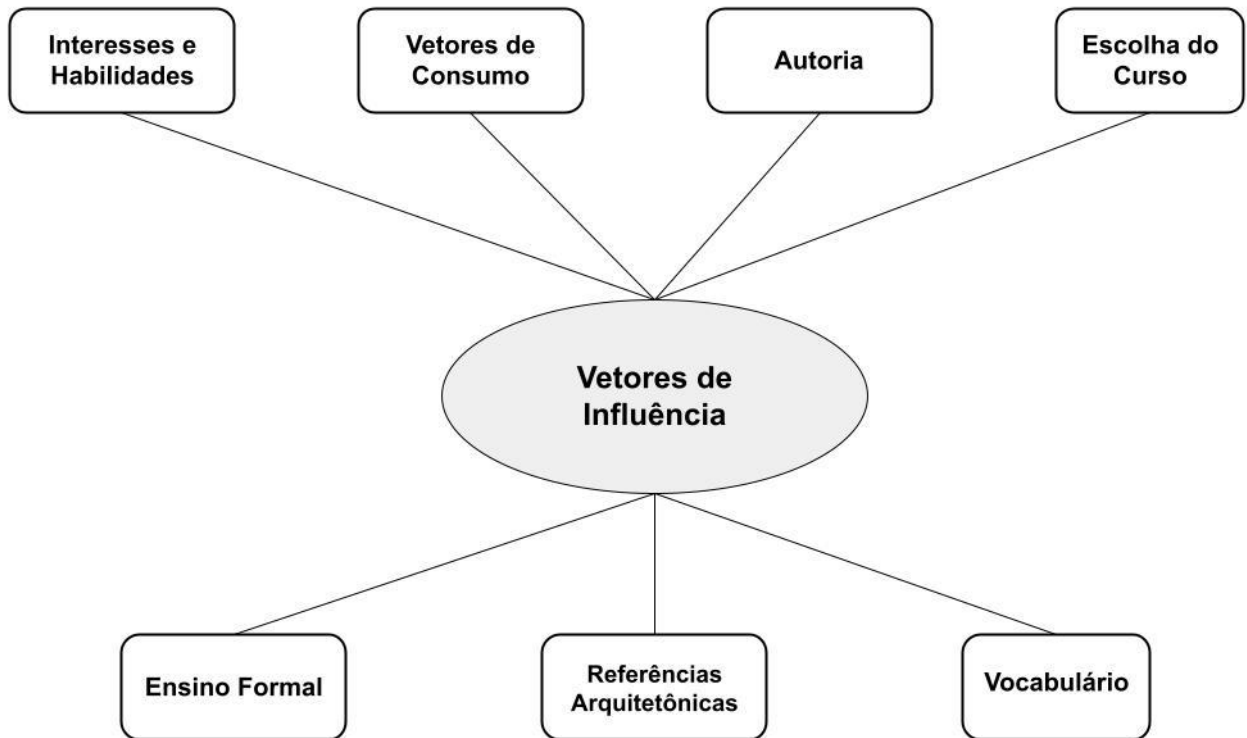
4.e Referências arquitetônicas: Todo e qualquer lugar citado como marcante ou, em certo aspecto, chamativo para o respondente, expressado de maneira positiva ou negativa (inclui obras de arquitetura, cidades, países, conjuntos de produções de arquitetos específicos, estilos arquitetônicos etc.).

4.f Vetores de Consumo: Todo e qualquer vetor de informação relacionado à arquitetura costumeiramente consumido pelo respondente.

4.g Vocabulário arquitetônico: Envolve todo e qualquer termo, seja técnico ou jargão, considerado (pela autora) próprio ou comum em Arquitetura e Urbanismo.

⁶⁴Essas relações são discutidas no Capítulo 5, a partir da subseção 5.2.2.

Figura 8 — Mapa conceitual do tema Vetores de Influência e suas categorias



Fonte: Elaborado pela autora.

Importante ressaltar que existem categorias que são diretamente vinculadas às perguntas previstas no questionário. As categorias são: Espaço Planejado *versus* não Planejado, Caráter do Trabalho Projetual, Elementos do Projeto e Vetores de Consumo.⁶⁵ Isto porque estes eram aspectos gerais relevantes à identificação do imaginário arquitetônico, auxiliando a compreender o que os estudantes consideram e reconhecem como próprios da Arquitetura enquanto prática em diferentes momentos do curso, e que poderiam ser acessados tanto em grupos de não projetistas (pré-ingressantes e ingressantes) quanto de concluintes já experientes em projeção. Por outro lado, o caráter semiestruturado das perguntas permitiu que dados vinculados a essas mesmas categorias emergissem de maneira espontânea a partir de outras questões, assim como as questões as quais originalmente se vinculam também geraram extratos que foram classificados e interpretados como pertinentes em outras instâncias de avaliação.

⁶⁵ Essas categorias, por sua vez, correspondem às questões 7, 8, 9, 11 e 12, respectivamente. O questionário completo consta no Apêndice A.

4.3 Padrões intragrupos

Até aqui, demonstramos como chegamos aos padrões, quais são eles e como se estruturam, através da apresentação das categorias às quais os temas se vinculam.

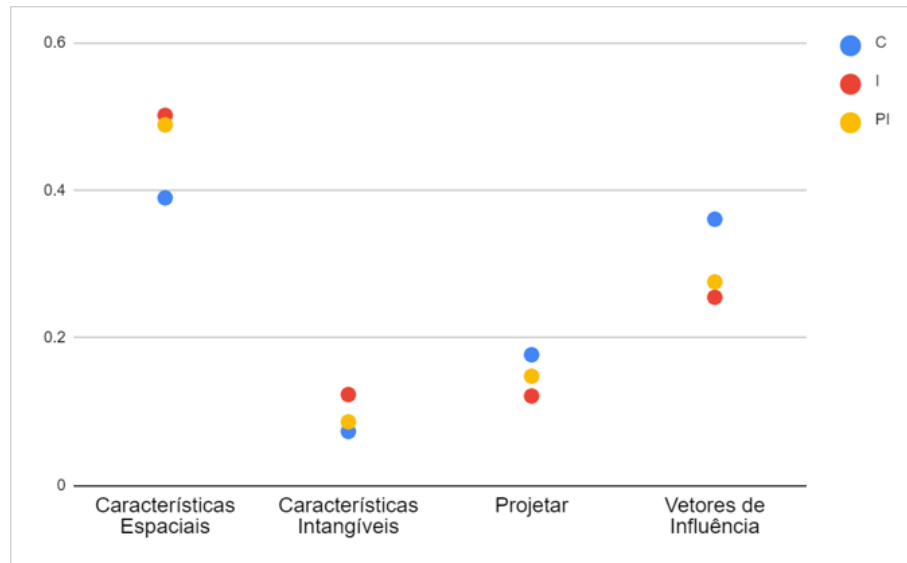
O gráfico da Figura 9, na página seguinte, mostra como os diferentes grupos comportaram-se em relação a cada tema. Ingressantes (em vermelho) destacaram seu discurso nos temas Características Espaciais e Intangíveis, enquanto que Projetar e Vetores de Influência tiveram mais vazão entre os estudantes em momentos avançados no curso (representados em azul).

Apesar de pré-ingressantes (em amarelo) não despontarem em nenhum tema específico, aproximam-se de ingressantes em Características Espaciais e Vetores de Influência. Isto porque concluintes com mais repertório tenderam a concentrar os discursos no tema que explora as referências e gostos pessoais, naturalmente mais amplos nesse estágio de formação. No entanto, imaginava-se que Características Espaciais tendessem a delongar-se em interpretações e avaliações espaciais, no entanto, o resultado o demonstrou mais conciso do que em todos os demais momentos de formação.

Pré-ingressantes também tenderam a comportar-se de forma mais semelhante aos concluintes em relação aos temas Características Intangíveis e Projetar. Isto foi o contrário do esperado, pois pressupunha-se que, no tema Projetar, ingressantes estivessem mais próximos dos estudantes avançados no curso e que a incidência de aspectos espaciais intangíveis fosse inferior aos de futuros estudantes do curso.

Ressalvamos que as elaborações supracitadas são aproximações em relação à concentração dos referidos temas no discurso coletivo de cada grupo. As sumarizações das categorias a eles vinculadas, que possibilitam examinar seu *teor qualitativo*, entram em discussão ao longo do Capítulo 5, no qual elaboramos, de maneira mais detalhada, hipóteses que ofereçam possíveis explicações para esses resultados não esperados.

Figura 9 — Comportamento dos grupos em relação aos temas de análise



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, importa ainda esclarecer *como* discutiremos esses padrões. Assumindo que estamos focalizando as *transformações* sofridas por esse imaginário no percurso formativo na graduação, apontando possíveis argumentos que as expliquem com foco nas práticas didáticas, conduziremos nossas análises do seguinte modo:

No Capítulo seguinte, a fim de caracterizar os Imaginários Antecedente e Consequente, os resultados dos temas e suas categorias são apresentados e discutidos. Via de regra, é dado relevo aos resultados que melhor caracterizam o fenômeno. Foram consideradas características dominantes aquelas que, a partir da análise qualitativa, mostraram-se expressivas junto aos padrões, indicando as tendências e transformações nos diferentes momentos de formação acadêmica. Por outro lado, isso não impede que resultados aparentemente inconclusivos por baixa ou nula ocorrência sejam ressaltados, pois estamos também em busca de contradições em aparentes tendências, já que esse tipo de contraste, ao nosso ver, também contribui para melhor compreensão do objeto de investigação.

Os grupos de pré-ingressantes e ingressantes são discutidos num mesmo meta-grupo, dentro do que chamamos de *Imaginário Antecedente*, enquanto os concluintes são discutidos no *Imaginário Consequente*. Essa decisão se orienta pelo fato de que, ao considerarmos o fator tempo na formação superior, os dois primeiros grupos são mais próximos. Assim, para fins conceituais, foram alocados em um só imaginário, embora sejam discutidos separadamente, segundo suas particularidades.

Advertimos que todos esses padrões são, na realidade, correlacionados e por vezes encontram-se sobrepostos. No entanto, optou-se por submeter os Imaginários Antecedente e Consequente a uma mesma estrutura de análise, para que a discussão seja inteligível e também para que sejam conceitualmente comparáveis. Essa estrutura é orientada por dois aspectos chave que constam nos objetivos desta tese: as Representações de Espacialização e as Representações Imagéticas. Estas, por sua vez, serão examinadas seguindo a lógica dos temas comuns a todos os grupos de análise. Primeiro, são apresentados os temas Características Espaciais, Características Intangíveis e Projetar, que classificamos sob domínio das Representações de Espacialização. Isso porque entendemos que as categorias vinculadas a esses temas oferecem bases mais apropriadas à compreensão dos fenômenos espaciais contidos no discurso. O tema Vetores de Influência é discutido sob o domínio das Representações Imagéticas, uma vez que nos fornece dados mais direcionados a esses referenciais e seus vetores.

4.3.1 Critérios de análise e interpretação dos resultados

Como as categorias vinculadas aos temas são numerosas, serão privilegiadas, na discussão e interpretação das representações, aquelas cujos resultados foram interpretados como mais relevantes ao problema de pesquisa proposto.

Estamos identificando e considerando as categorias dominantes vinculadas aos momentos da educação arquitetônica por dois vieses de interpretação. No primeiro, estão as que consideramos mais características do imaginário, levando em consideração a quantidade de vezes em que interpretamos os extratos de fala como próprios de uma determinada categoria, sem diferenciar por *quais* e *quandos* respondentes do grupo foram citadas. No segundo viés, uma categoria é relevante para o imaginário quando comparece entre um maior número de respondentes. Importa destacar que uma não exclui a outra, de modo que a análise do viés predominante foi feita caso a caso.

Para ilustrar melhor esse procedimento de interpretação, tomemos um caso no imaginário Antecedente de pré-ingressantes. Nele, destaco a categoria *Usos do Espaço* como uma das mais frequentes entre os futuros estudantes ao tratarem do tema Características Espaciais. Nesse caso, a interpretação toma em consideração a quantidade de ocorrências relativas a essa categoria no cômputo total *do grupo*, observando, claro, sua ênfase no contexto das falas. Por outro lado, essa categoria é citada por pouco menos da metade dos entrevistados — 7 dos 15 respondentes. Assim, sob o segundo viés de interpretação, haveria

outras categorias que poderiam ser consideradas como mais presentes no imaginário, observando-se a predominância entre uma maior quantidade de diferentes indivíduos do mesmo grupo (se >7), como no caso da categoria *Analogias e Associações*, que comparece nos discursos de 10 dos 15 respondentes, mas é citada mais pontualmente quando ancorada ao contexto geral das falas. Isso significa que, de modo geral, ocupa breves passagens nas falas, denotando um desempenho secundário enquanto representação mental arquitetônica coletiva quando comparada a outras categorias. Qualitativamente, pode ainda significar que, a despeito de ser uma categoria latente — uma vez que é bem distribuída entre diferentes indivíduos do grupo —, não se configura como um aspecto enfatizado no imaginário arquitetônico *nesse* momento da formação, o que pode indicar que seja observada de modo mais acurado para verificar sua expansão ou retração nos momentos futuros da formação arquitetônica.

Há ainda categorias que, a rigor, podemos interpretar como dominantes em certos aspectos do imaginário de um grupo, por contemplarem os dois vieses de interpretação acima ilustrados. Por exemplo: também no Imaginário Antecedente, entre o mesmo grupo de futuros estudantes, há a prevalência compartilhada da categoria *Aspectos Construtivos* — citada por 12 dos 15 respondentes — ao discorrerem acerca do tema Características Espaciais. Além disso, figura como característico ao analisarmos os contextos das falas, pois, de modo geral, identificam-se, em uma mesma fala, *diversas passagens* em que os respondentes usam a mesma categoria como recurso à sua representação mental sobre o espaço, configurando-a como uma tendência relevante.

Na página seguinte, o Quadro 2 apresenta um mapa calor geral, que indica os valores proporcionais dos 4 temas e 34 categorias em relação ao total da composição dos extratos de fala de cada grupo. Como se trata de uma abordagem qualitativa, esses valores apenas nos auxiliam a demonstrar a pertinência das tendências, interpretações, contradições ou exceções indicadas ao longo das análises e serão examinados separadamente, por tema, no Capítulo a seguir.⁶⁶

⁶⁶ Além disso, as mesmas informações estão disponíveis para visualização, separadas em tabelas por grupo, sumarizadas em nuvem, cujo caminho para acesso consta no Apêndice C.

Quadro 2 — Mapa de calor com as proporções de todos os temas e categorias nos discursos de cada grupo: concluintes (C), ingressantes (I) e pré-ingressantes (PI)

	Analogias e Associações	Aspectos construtivos	Aspectos Contextuais	Aspectos sensoriais	Autoria	Caráter do trabalho projetual	Circulação e Barreiras	Conforto Ambiental	Diferenciação da Profissão	Elementos de Projeto	Elementos Naturais e arquitetura	Entorno	Escala e Proporção	Espaço Planejado vs não Planejado	Estética	Estilos Arquitetônicos	Forma/Formato	Funcionalidade	Humanização do Espaço	Influência do Ensino Formal	Influências de escolha do curso	Infraestrutura Urbana	Interesses e Habilidades Pessoais	Materialidade	Memória Afetiva	Organização/Ordem Espacial	Orientação Espacial	Os "entre" espaços	Paisagem Urbana	Referências Arquitetônicas	Tipos arquitetônicos	Usos do Espaço	Vetores de Consumo	Vocabulário arquitetônico			
C	Características Espaciais	1,12%	3,07%	1,33%		1,02%	2,35%		1,33%	2,04%	0,61%	3,17%	1,23%	0,72%	1,02%	2,15%	5,32%		0,61%		0,82%	1,74%	0,41%	0,10%	2,86%	1,84%	4,09%										
	Características Intangíveis	0,31%		1,02%	3,07%						0,20%	0,31%		0,10%											1,84%								0,10%				
	Projetar	0,41%		0,20%			4,09%	0,10%	0,20%	4,09%	4,70%	0,20%	0,20%	0,41%	0,31%		0,31%	0,51%				0,61%		0,41%								0,72%	0,20%				
	Vetores de Influência					1,94%																												2,86%	5,11%		
I	Características Espaciais	3,56%	4,42%	1,40%			0,86%	2,05%		1,62%	3,34%	0,65%	3,02%	3,24%	0,43%	2,48%	1,83%	3,34%			1,29%		3,67%	1,94%	0,11%	0,76%	2,70%	4,81%		2,37%	5,07%						
	Características Intangíveis	0,43%		0,65%	5,72%									0,32%				2,16%							2,91%								0,11%				
	Projetar					2,37%		0,54%	1,83%	3,56%		0,86%			0,11%		0,54%								0,11%		0,11%						0,43%	0,32%			
	Vetores de Influência					1,29%																												1,83%	5,50%		
PI	Características Espaciais	1,96%	5,55%	0,82%			0,49%	2,77%		1,96%	2,61%	0,49%	4,24%	3,10%	0,16%	2,45%	1,96%	2,61%			0,65%		2,28%	2,94%		0,16%	5,38%		3,59%	2,77%							
	Características Intangíveis	0,16%			5,87%									0,33%				0,98%							1,31%									0,16%	0,33%		
	Projetar					1,63%	2,77%	0,16%		1,79%	5,55%	0,33%	0,49%	0,49%	0,49%		0,49%	1,63%																0,16%	0,33%		
	Vetores de Influência																				1,47%	3,10%		10,28%										3,10%	1,47%		
C Total	1,84%	3,07%	2,56%	3,07%	1,94%	4,09%	1,12%	2,56%	4,09%	4,70%	1,74%	2,56%	0,61%	3,68%	1,64%	0,92%	1,02%	2,45%	6,44%	6,34%	4,40%	0,61%	10,02%	1,43%	1,84%	2,15%	0,41%	0,10%	2,86%	4,81%	2,66%	4,29%	2,86%	5,11%			
I Total	3,99%	4,42%	2,05%	5,72%	1,29%	2,37%	0,86%	2,59%	1,83%	3,56%	1,62%	4,21%	0,65%	3,34%	3,34%	0,43%	2,48%	2,37%	6,90%	4,75%	3,02%	1,29%	6,04%	3,78%	2,91%	2,05%	0,11%	0,76%	2,70%	2,91%	2,91%	5,39%	1,83%	5,50%			
PI Total	2,12%	5,55%	0,82%	5,87%	1,63%	2,77%	0,65%	2,77%	1,79%	5,55%	2,28%	3,10%	0,49%	5,06%	3,59%	0,16%	2,45%	2,45%	5,22%	1,47%	3,10%	0,65%	10,28%	2,28%	1,31%	3,10%		0,16%	5,38%	6,53%	3,75%	3,10%	3,10%	1,47%			

Fonte: Elaborado pela autora.

5 OS IMAGINÁRIOS ANTECEDENTE E CONSEQUENTE

Neste Capítulo, são discutidos os dois domínios de representação do imaginário arquitetônico examinados nesta tese: o de espacialização e o imagético. A discussão é feita a partir dos resultados obtidos, que foram analisados segundo os critérios descritos na subseção 4.3.1.

O objetivo do Capítulo é o de identificar e diagramar os atributos valorizados e/ou suprimidos nos diferentes estágios da especialização arquitetônica, evidenciando suas transformações. Por fim, as considerações sobre cada domínio intendem em interpretar as circunstâncias que envolvem essas transformações, especialmente as que especulamos estarem ligadas às práticas didáticas, quando possível. Pelo caráter exploratório da investigação, adverte-se que tais aproximações são inferências decorrentes dos resultados ancorados aos dados, como também da pesquisa bibliográfica e da experiência prática da autora em ateliê de projeto, já abordados em Capítulos anteriores. Outra pontuação preliminar necessária à apreciação das análises é que mesmo os aspectos do discurso em que não identificamos evidências dessas relações também são discutidos. Primeiro, pelo fato de sua análise, por si só, explicar seu — aparente — distanciamento de efeitos de práticas didáticas no âmbito de projeto, mas também entendemos que as informações aqui produzidas servem a futuras pesquisas que estiverem interessadas em aprofundar tais questões. Em função disso, optou-se por não suprimir nenhum dos resultados encontrados, ainda que alguns sejam, por hora, inconclusivos.

Para melhor fluidez do texto, convencionamos que: os temas e as categorias a eles relacionados parecem com iniciais maiúsculas, a fim de facilitar distingui-los no texto. O Imaginário Antecedente compreende dois grupos de análise. Por este motivo, convencionamos também que os pré-ingressantes pertencem ao momento zero (IA zero) do Imaginário Antecedente, enquanto que ingressantes integram o momento um (IA um). Além disso, convencionamos as siglas IA para Imaginário Antecedente e IC para Imaginário Consequente.

5.1 As representações de espacialização

5.1.1 Introdução

O ponto de vista marca tanto uma noção espacial — aquela que reconheço porque vejo — mas também marca uma noção narrativa, digo isso porque reconheço ou sei.” (SILVA, 2000, p. 23)

O espaço é onde se concretiza a Arquitetura⁶⁷, que, para Zevi (1992), não reside em seus elementos componentes de fechamento, mas sim no espaço interior, no vazio em que se encerra o objeto arquitetônico, depreendendo disso a singularidade do volume arquitetônico⁶⁸. Desse modo, a Arquitetura só pode ser compreendida de fato em sua apreciação presencial, através da experiência direta. Alinhando-me a essa ideia, considero que, enquanto metodologia, o estudo do imaginário arquitetônico deve considerar para além das fachadas que encerram os espaços, ou para além da sua “caixa”, como quer Zevi.

Ainda seguindo esse raciocínio, para que a Arquitetura aconteça, são necessários espaços que abriguem os eventos essenciais à vida humana, que, por sua vez, lhe conferem sentido, uma vez que, ao distribuir objetos nesses espaços, segundo uma intenção ou propósitos determinados, constituem-se os lugares significativos. Malard (1992) denomina esta cadeia de elementos, que viabilizam a expressão dos eventos humanos no espaço, como *espacializações*. Dessa maneira, as espacializações são, em si, uma manifestação representacional, seja da cultura, dos padrões e códigos normativos de um lugar ou mesmo das prioridades de quem o planeja ou utiliza⁶⁹. Assim, podemos considerar que representações de espacialização são, na verdade, metarrepresentações.

Ao transpormos esse entendimento à análise das representações arquitetônicas, compreender *como* as manifestações espaciais do espaço construído são interpretadas e avaliadas torna-se potencialmente importante ao entendimento do imaginário arquitetônico coletivo. Nessas análises, é dada especial atenção a como os estudantes descrevem, interpretam ou enfatizam qualitativamente as diferentes espacializações que são de seu contexto habitual, atentando para a possibilidade de, em alguma medida, os que já estão no curso refletirem padrões culturalmente aceitos nos limites disciplinares, que podem ser reconhecidos a partir da sistematização das tendências adotadas pelos grupos, ao abordarem as relações que identificam entre lugares, pessoas, objetos e eventos espaciais.

Como citado no Capítulo 2, as pesquisas consultadas não exploram, em sua maioria, o imaginário arquitetônico sob a perspectiva da avaliação do espaço de modo abrangente e

⁶⁷ Essa discussão se dá precisamente no Capítulo “O espaço, protagonista da arquitetura” do livro *Saber ver a arquitetura*.

⁶⁸ Para essa assertiva, Zevi a diferencia em relação às propriedades volumétricas próprias da escultura, que, ainda que como a arquitetura seja concebida em três dimensões, não se faz possível caminhar em seu interior.

⁶⁹ Rapoport, (1969), explora isso ao discorrer sobre as relações estabelecidas entre os artefatos arquitetônicos e as lógicas sociais nas quais estão inseridos, ou, como estão *dispostos* no espaço.

também não privilegiam lugares conhecidos pelos participantes. Quanto à abrangência, nos referimos às várias instâncias de experiência espacial e isto se justifica pois, ao longo da formação, o estudante de Arquitetura e Urbanismo é solicitado a lidar com essas diversas instâncias, ou escalas espaciais, não se restringindo, portanto, à apreciação de artefatos arquitetônicos de valor reconhecido entre a crítica, profissionais e acadêmicos. Quanto à importância do conhecimento prévio do lugar, não incorremos no risco de que a tendência seja a de avaliar apenas as qualidades do invólucro dos edifícios, que pouco nos informaria sobre as leituras espaciais dos respondentes, sem também desconsiderar caso a interpretação espacial se concentre ou se dê em função desse aspecto. Nesse raciocínio, convenciono uma análise que se inicia da unidade arquitetônica mais familiar possível, a casa, indo até a lugares da escala urbana, que pode envolver trajetos cotidianos e também os fortuitos, através, por exemplo, de viagens feitas pelos respondentes, que, apesar de ocasionais, são de sua experiência direta.

Em segundo lugar, sabendo que uma das técnicas que estimulam o projeto é a de operações de síntese da base material disponível, identificar quais elementos dessa base material são ressaltadas nos diferentes momentos do imaginário arquitetônico pode nos dar pistas de como o espaço arquitetural é analisado, bem como a influência do ensino formal sobre essas formas de análise espacial. Em Leupen *et al.* (1997, p. 18), a análise é definida como um meio de se ganhar *insights* no processo de projeto. Embora saibamos que os autores se referem à análise de projetos arquitetônicos existentes⁷⁰, o mesmo vale para espaços da experiência precedente dos respondentes, já que as ideias necessárias à projeção também podem ser desenvolvidas a partir de experiências espaciais informais vividas pelo projetista.

Leupen *et al.* (1997) definem como “redução” e “hierarquia” algumas técnicas de análise⁷¹ que podem ser usadas para este fim, já que o objetivo nunca é fazer um escrutínio onde são reproduzidos todos os detalhes do objeto, problema ou sítio analisado, mas examinar seus *componentes cruciais*. São esses componentes, aqui chamados de *atributos*, que nos indicarão, portanto, como essas interpretações mentais são processadas e hierarquizadas nos diferentes grupos de estudantes.

⁷⁰ Essa instância de avaliação arquitetônica precedente também foi analisada na tese. A discussão se dá ao longo da seção 5.2 e suas subseções, mais especificamente em 5.2.2.3.

⁷¹ Em nosso caso, nos interessam os resultados analíticos a partir do *discurso*. Os autores focalizam em técnicas de análise que envolvem a síntese através do desenho. Mas eles próprios advertem que o resultado dessas análises pode ser expresso em forma de textos, textos acompanhados de desenhos, modelos (maquetes) ou mesmo simulações computacionais.

O espaço é um dos elementos de interesse fundamental da Arquitetura e, portanto, da educação arquitetônica. Logo cedo, os estudantes são estimulados a reconhecê-lo, interpretá-lo sob certos princípios para que se fundamentem e se instrumentalizem, a fim de se capacitarem a manipular, modificar e criar espaços com os mais diversos propósitos. Assim, é comum que, em alguns exercícios de projeto, seja previsto um momento em que o estudante é solicitado a realizar algum tipo de *leitura espacial* do lugar de intervenção, com o propósito de elaborar uma *interpretação ou diagnóstico* espacial. Em geral, essa atividade tem o objetivo de que os estudantes avancem na proposição projetual, a partir do reconhecimento e sistematização das informações relativas ao problema, em auxílio à formulação de critérios de intervenção. O caso é que, em alguns exercícios, esses critérios já estão antepostos, ou seja, são previamente determinados pelo docente. Enquanto que, em práticas didáticas não tradicionalistas, que compreendemos aqui como menos prescritivas, existe abertura à problematização do desafio projetual quando há a previsão do estabelecimento dos critérios projetuais pelo próprio aluno, como, por exemplo, a base material que orienta seus critérios de arranjos e articulações espaciais. Esse é um treinamento no sentido de instruir e exercitar a capacidade de identificação de condicionantes do projeto.

Ainda é preciso que se esclareça que a leitura espacial não é feita pelo estudante apenas em um momento do desenvolvimento do projeto ou apenas em um tipo de exercício, mas o usamos aqui como caso típico para ilustrar uma das maneiras comuns usadas como recurso didático para se estimular a criticidade espacial sobre o problema de projeto e, de modo mais específico, sobre suas variáveis. Isso implica na suposição de que, quanto mais instigados a exercitarem critérios de análise espacial em suporte à problematização, tanto mais *diversas* serão as bases materiais de leitura do lugar acumuladas pelos alunos. Essa pressuposição, por sua vez, gera a expectativa de que, à medida que avançam no curso, diversifiquem esses critérios não apenas numericamente como também em qualidades analíticas mais elaboradas e até mesmo mais particulares, não convencionadas pelo professor ou por manuais didáticos⁷².

⁷² Maciel (2009) analisa, em sua tese, alguns dos livros mais amplamente adotados nos períodos introdutórios de iniciação ao projeto nas escolas de Arquitetura, avaliando que contêm modelos didáticos excessivamente prescritivos e simplificadoros, que pouco informam e instrumentalizam ao processo do projeto, concentrando-se em instruir o estudante na representação e apresentação enciclopédica de configurações espaciais convencionadas. Apesar da didática e clareza gráfica com que apresentam seus exemplos, restringem-se à apresentação de modelos espaciais e configurações formais. As análises empreendidas pela autora apontam pouco benefício ao proveito do aprendizado de *criação* do aluno, uma vez que, com a justificativa de “introdutórios”, alguns desses materiais não se propõem a aprofundar no embasamento do leitor em como os modelos apresentados foram desenvolvidos durante o projeto.

Caso essa base material não se demonstre crescente ou, de certo modo, qualitativamente mais diversificada no Imaginário Consequente em relação a momentos anteriores da educação arquitetônica, podemos especular que pode haver a predominância de métodos ou problemas de projeto mais prescritivos, que não estejam estimulando que os estudantes exercitem seu potencial em delinear o problema com o qual estão lidando na disciplina. Assim, vale perguntar:

Como os atributos usados como recursos para a leitura espacial vão se alterando nas diferentes fases da formação arquitetônica que analisamos? Existem atributos dominantes entre os estudantes que orientam suas leituras espaciais que possam indicar práticas didáticas mais prescritivas no enfrentamento dos problemas de projeto?

Além disso, uma de minhas hipóteses iniciais, relacionadas a essas instâncias temáticas relativas às representações de espacialização, é a de que haveria um decréscimo entre o grupo sem contato com o ensino formal até o grupo mais avançado no curso, com relação às ênfases em aspectos subjetivos. Ligada a essa hipótese, está o fato de que, na educação arquitetônica, via de regra, o processo de ensino-aprendizagem projetual direciona os aspectos avaliativos e a criticidade espacial a critérios objetivos, o que, em tese, direciona a leitura espacial de estudantes avançados às características físicas do espaço. Também contribuindo com essa noção, estão os apontamentos de estudos empíricos de Hershberger (1970), Groat (1982), Devlin (1990) e Hubbard (1996), que indicam esse tipo de aspecto avaliativo predominante em concluintes. De maneira que, na instância de representação do imaginário, nos interessam especialmente quais atributos físicos e afetivos tendem a emergir, por duas motivações principais:

Em primeiro lugar, a de identificar se os critérios de concluintes sobre os lugares aos quais estão familiarizados tendem a convergir, e, ainda, sob quais bases esses critérios são elaborados, com a intenção de avaliar se podem corresponder a um imaginário arquitetônico adquirido pela cultura dominante no curso. Segundo Cialone, Tenbrink e Spiers (2018), a profissão exercida está diretamente relacionada às diferentes conceituações espaciais apresentadas por um indivíduo, manifestadas, por sua vez, de maneiras contrastantes ao se comparar diferentes grupos falando sobre o espaço. Essa conclusão pode significar que, através do *discurso*, alguns padrões conceituais acerca do espaço podem ser minimamente reconhecíveis ao adotarmos a abordagem das transformações do imaginário sob esse elemento fundamental da natureza arquitetônica.

Em segundo lugar, há uma motivação de natureza metodológica, já que a literatura pertinente consultada tende a concluir que alunos avançados no curso tendem a privilegiar certos aspectos formais e materiais de edificações, utilizando métodos de estímulo de exemplares arquitetônicos alheios à instância “particular” desses sujeitos, o que possivelmente induziu a uma avaliação da composição plástica e formal desses edifícios. O mesmo vale para outros grupos de estudos que concluíram que, ao longo da formação arquitetônica, os estudantes veteranos tendem a “mover-se” de avaliações centradas em aspectos físicos para avaliações consideradas mais abstratas e complexas⁷³.

A segunda hipótese é a de que, *entre as Características Espaciais, no momento um do Imaginário Antecedente, existe uma perceptível modificação qualitativa em relação aos atributos espaciais quando comparamos ao momento zero, e que essa mudança é resultada da rápida incorporação de valores arquitetônicos espaciais absorvidos logo nos primeiros dias de imersão no ambiente formal.*⁷⁴ Além da mudança na predominância de atributos para descrição, interpretação e julgamento dos espaços, caso a hipótese se confirme, também é esperado que haja mais homogeneidade de julgamentos entre os calouros do que entre os futuros estudantes.⁷⁵

Nesta investigação, essas experiências são avaliadas pelos respondentes sob dois padrões — ou temas — estruturantes: em função de suas características espaciais, sob os aspectos físicos e materiais concernentes ao lugar ou, ainda, em função de suas características intangíveis, cujos aspectos avaliativos do espaço são elaborados a partir de apreensões afetivas e/ou sensoriais.

Importa ainda destacar que interpretações intangíveis são estimuladas pelo espaço, que é físico. No entanto, ao considerar que o mesmo espaço físico abriga diferentes dimensões — a funcional, a simbólica e a tecnológica—, existem outros níveis de avaliação espacial que não se encerram nos aspectos físicos do espaço; isto é, as qualidades materiais desse lugar não

⁷³ Entende-se que o termo “abstratas”, a que as pesquisas se referem, não está necessariamente ligado a aspectos afetivos e sim à tendência, por parte de alunos avançados, em integralizar os aspectos espaciais a um conceito específico, ou pelo uso de adjetivos qualificadores um pouco mais imprecisos, como “harmonioso”, “elegante”, “espaços que conversam entre si” etc.

⁷⁴ Essa rápida incorporação foi embasada tanto a partir das análises preliminares dos dados desta pesquisa, que indicavam essa tendência preliminar, quanto aos apontamentos em Purcell e Nasar (1992), que já sugeriam esse comportamento, mas que ainda se encontrava como especulação, haja vista as escassas investigações empíricas dedicadas a essa questão desde então, as quais já foram comentadas no Capítulo 2, a partir da subseção 2.1.3.

⁷⁵ Essa expectativa se justifica a partir de resultados anteriores, descritos em Erdogan *et al.* (2010, p. 506), que mostram que o grupo de calouros também exibiu homogeneidade de julgamento — discordando, portanto, das abordagens e conclusões de Hubbard (1996) e Downing (1989), que, por sua vez, assumem que a homogeneidade é significativa apenas no grupo de projetistas, e que isso necessariamente cresce de acordo com seu tempo de formação profissional.

são usadas como um *fim* nas avaliações e sim um *meio* para acessar sensações espaciais mais próximas aos estímulos subjetivos que essas qualidades do espaço físico sugerem. A esse nível de avaliação, denominamos de intangível, discutido no tópico 5.1.3 e suas subseções.

Dado o exposto, não é difícil supor que os critérios de leitura espacial adotados muitas vezes “contaminam” as posturas do projetista em função de suas estratégias de entrada no problema de projeto. Por esse motivo, o terceiro tema que integra as representações de espacialização é o Projetar. Nele, coletamos interpretações a respeito dos elementos de projeto que os grupos consideram como prioritários e como pensam sobre o caráter do trabalho projetual, ou seja, como imaginam a atuação e situam o ofício do arquiteto projetista.

Durante a pesquisa de campo, foi comum que estudantes dos três grupos citassem o ato de “*treinar o olhar para a Arquitetura*”, com a diferença de que o pré-ingressante diz que “começou agora, depois da aprovação no curso”. O ingressante, já em contato com o ambiente formal, preocupa-se em ressaltar que ainda “tem poucas bases e conhecimentos para avaliar” os espaços, mas que as discussões em sala de aula o fazem refletir sobre certos aspectos não previamente considerados; enquanto que um concluinte tende a enfatizar que o curso “abriu as possibilidades de pensar arquitetura para além de construir prédio”. Esse treinamento do olhar é aqui entendido na atenção dada a aspectos antes não colocados em relevo e que, agora, se fazem importantes, já que é automática a relação direta que estabelecem entre a formação arquitetônica e a interpretação espacial implícita a qual esta se vincula.

As Características Espaciais, assim como as Intangíveis, são analisadas em referência a duas instâncias principais⁷⁶: o lugar de morar e da experiência cotidiana. Isso porque, ao considerarmos as dimensões funcional, tecnológica e simbólica do espaço arquitetônico como suas constituintes fundamentais, veremos que os aspectos mais objetivos são indissociáveis nos relatos referentes a essas instâncias familiares da experiência e, portanto, mais próximos das duas primeiras dimensões, enquanto que esses mesmos espaços podem simultaneamente ou não serem caracterizados sob óticas menos tangíveis, implicando na lógica conceitual de interpretação do espaço real, imprimindo significados simbólicos particulares a esses espaços. O Projetar será discutido enquanto elemento de análise das representações de espacialização, para fins de identificação de quais lógicas espaciais ou ideias e procedimentos de concepção espacial próprias ao arquiteto são relatados pelos respondentes.

⁷⁶ Essas instâncias correspondem aos diferentes blocos das entrevistas, discutidos no Capítulo 3, subseção 3.1.1. As questões relacionadas aos blocos constam na segunda página do Apêndice A.

A fim de facilitar o entendimento, os temas relacionados às representações de espacialização são abordados separadamente, por critérios conceituais; no entanto, são complementares e, às vezes, encontram-se sobrepostos. Para ilustrar melhor isso, tomemos de exemplo um estudante falando a respeito da sua casa. Ao mesmo tempo que elabora quais os aspectos físicos que considera mais representativos, intercala com digressões a respeito dos eventos familiares costumeiros de um espaço específico, resgatando alguns comentários de memória afetiva. Em um outro momento, esse mesmo estudante pode estar discorrendo sobre elementos que imagina como primordiais ao desenvolvimento de um projeto de arquitetura e, mais uma vez, retornar a comentários sobre a casa, pois acaba de lembrar de uma obra em que contrataram algum arquiteto, de como interpretou o processo de trabalho do profissional, e assim por diante. Assim, nossa interpretação qualitativa convencionou essas categorias de modo a organizar esses pensamentos em categorias definidas, mas que, na verdade, estão imbricadas em vários contextos simultâneos.

5.1.2 Características espaciais

5.1.2.1 Introdução aos resultados e comentários gerais

O Quadro 3, na página seguinte, mostra como se comportam as diferentes categorias vinculadas ao tema Características Espaciais. A coluna colorida acusa a intensidade, através da *proporção* da categoria ao discurso *total* (em valores percentuais) dos respondentes de cada grupo, enquanto que a coluna dos *extratos de fala* mostra a quantidade de vezes em que a categoria foi reconhecida, indicando sua *frequência*.⁷⁷

⁷⁷ Será usado o mesmo recurso para todas as visualizações dos resultados nos próximos 3 padrões discutidos na tese. A diferenciação entre proporcionalidade e frequência é importante, pois como se trata de uma interpretação qualitativa, além de atentar para a categoria em si, o contexto em relação às demais categorizações das ocorrências teve de ser observado, podendo tanto cancelar a importância da categoria para o discurso intragrupo, como pode indicar que outras tendências são de igual ou até de maior relevância.

Quadro 3 — Resultados do tema Características Espaciais

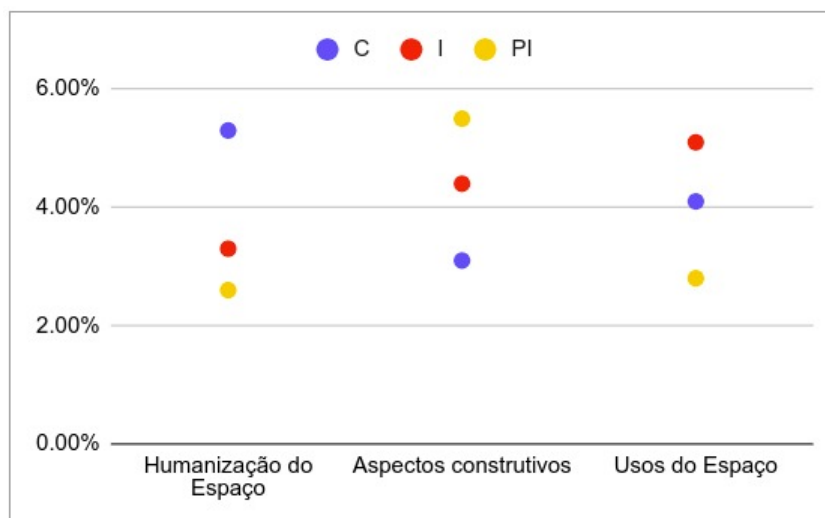
	CATEGORIAS	Proporção no Discurso			Extratos de fala		
		C	I	PI	C	I	PI
CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS	Analogias e Associações	1,1%	3,6%	2,0%	11	33	12
	Aspectos Construtivos	3,1%	4,4%	5,5%	30	41	34
	Aspectos Contextuais	1,3%	1,4%	0,8%	13	13	5
	Circulação e Barreiras	1,0%	0,9%	0,5%	10	8	3
	Conforto Ambiental	2,4%	2,0%	2,8%	23	19	17
	Elementos Naturais e Arquitetura	1,3%	1,6%	2,0%	13	15	12
	Entorno	2,0%	3,3%	2,6%	20	31	16
	Escala e Proporção	0,6%	0,6%	0,5%	6	6	3
	Espaço Planejado <i>versus</i> Não Planejado	3,2%	3,0%	4,2%	31	28	26
	Estética	1,2%	3,2%	3,1%	12	30	19
	Estilos Arquitetônicos	0,7%	0,4%	0,2%	7	4	1
	Forma/Formato	1,0%	2,5%	2,4%	10	23	15
	Funcionalidade	2,1%	1,8%	2,0%	21	17	12
	Humanização do Espaço	5,3%	3,3%	2,6%	52	31	16
	Infraestrutura Urbana	0,6%	1,3%	0,7%	6	12	4
	Materialidade	0,8%	3,7%	2,3%	8	34	14
	Organização/Ordem Espacial	1,7%	1,9%	2,9%	17	18	18
	Orientação Espacial	0,4%	0,1%	0,0%	4	1	
	Os "entre" Espaços	0,1%	0,8%	0,2%	1	7	1
	Paisagem Urbana	2,9%	2,7%	5,4%	28	25	33
	Tipos Arquitetônicos	1,8%	2,4%	3,6%	18	22	22
	Usos do Espaço	4,1%	5,1%	2,8%	40	47	17
Características Espaciais Total		39,0%	50,2%	48,9%	381	465	300

Obs.: Resultados proporcionais em relação ao total do discurso e totais numéricos puros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Foram reconhecidas 22 categorias vinculadas ao tema. As consideradas mais representativas em todas as fases do imaginário são: *Humanização do Espaço*, *Aspectos Construtivos* e *Usos do Espaço*. Interessante notar que as ênfases centrais ligadas às características físicas e objetivas do espaço modificam-se de um grupo para outro, como pode ser visto no gráfico da Figura 10, na página a seguir:

Figura 10 — Categorias de destaque em Características Espaciais e seu comportamento nos 3 grupos: Concluintes (C) em azul, Ingressantes (I) em vermelho e Pré-Ingressantes (PI) em amarelo



Fonte: Elaborado pela autora.

No IA zero, são enfatizados *Aspectos Construtivos*⁷⁸, alternando para uma ênfase a *Usos do Espaço*, de maneira abrupta, no momento um do IA. Já alunos avançados concentram-se em aspectos relacionados à *Humanização do Espaço*⁷⁹.

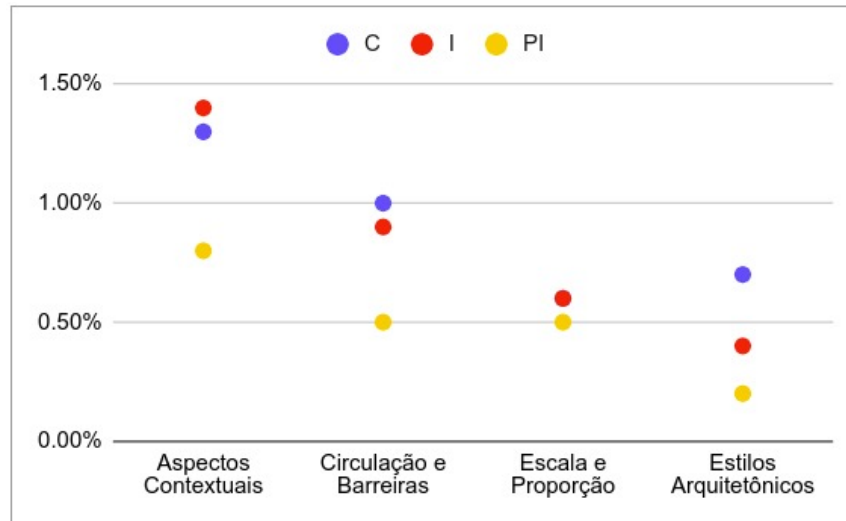
Nessas duas últimas categorias, residem os maiores contrastes temáticos entre IA e IC. *Aspectos Contextuais* também comparecem em uma ascendente, aproximando, nesse aspecto de interpretação do espaço construído, ingressantes e concluintes. Essa aproximação também se apresenta como tendência potencial em outras categorias, como *Circulação e Barreiras*, *Estilos Arquitetônicos* e *Escala e Proporção*, que, a despeito de não terem ampla representatividade, são mais negligenciadas no IA zero (ver Figura 11).

A categoria *Funcionalidade* também tem uma frequência *sempre* decrescente do IC para o momento zero do IA, no entanto, *proporcionalmente* mostra-se um pouco menos expressiva no discurso de ingressantes. Sendo uma categoria bastante relacionada ao aspecto utilitário do espaço, faz sentido que esteja também mais demarcada entre ingressantes e concluintes, onde *Usos do Espaço* mostrou-se mais expressiva.

⁷⁸ Apesar disso, são mais citados, ou seja, têm maior frequência, no discurso de ingressantes, o que a denota como categoria significativa do Imaginário Antecedente.

⁷⁹ Humanização do Espaço ocupa entre os calouros apenas a 5ª posição em relação às Características Espaciais. Mais à frente, na subseção 5.1.3, veremos que essa categoria, no IA um, tem uma conotação *intangível*, onde também foi observada influência direta do curso.

Figura 11 — Categorias de aproximação e contraste entre grupos no tema Características Espaciais: Concluintes (C) em azul, Ingressantes (I) em vermelho e Pré-Ingressantes (PI) em amarelo.



Obs.: Na categoria Escala e Proporção, ingressantes e concluintes estão sobrepostos por apresentarem comportamentos coincidentes.

Fonte: Elaborado pela autora.

A partir desses resultados, especulamos que o contato com o ensino formal pode ter sido responsável pelo rápido crescimento da categoria *Usos do Espaço* no Imaginário Antecedente, além de sugerir também que critérios de interpretação que considerem o *público* como parte relevante do cenário espacial são estimulados de maneira sistemática nos limites disciplinares em Arquitetura, uma vez que se configura como uma crescente.

Voltando ao momento zero do IA, *proporcionalmente*, há mais ênfase às categorias *Espaços Planejados versus Não Planejados*, *Paisagem Urbana*, *Elementos Naturais e Arquitetura*, *Organização/Ordem Espacial e Tipos Arquitetônicos*, sendo também o único grupo em que a categoria *Orientação Espacial* é inexistente. Deve-se ter em conta que, nos demais grupos, a categoria também não apresenta um vínculo substancial. Esse resultado pode denotar que *Orientação Espacial* não seria representativa no imaginário arquitetônico em nenhum momento da formação acadêmica quando o tema em discussão diz respeito aos aspectos físicos e materiais nas experiências e interpretações espaciais dos estudantes.

O mesmo poderia ser estendido à categoria *Os "entre" espaços*, com a ressalva de que, por algum motivo, os ingressantes tendem a incluir com mais frequência, em suas descrições, os espaços serventes, tais como circulações, *hall*, rampas de acesso, corredores, escadas etc., o que praticamente não acontece nos demais grupos. Apesar de denotar que nesse momento do imaginário esses sejam elementos considerados integrantes e importantes à compreensão da espacialidade que estão descrevendo e de ser um potencial marcador de

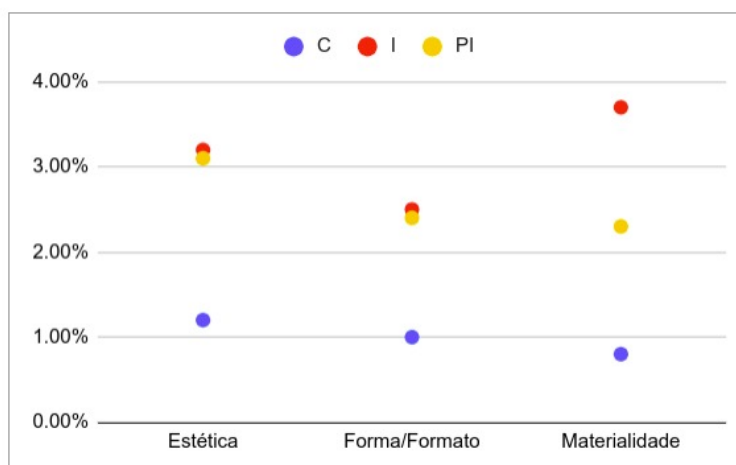
diferenciação aos demais momentos do imaginário arquitetônico, este resultado não foi considerado conclusivo em relação ao conjunto de dados e à investigação.

Existem ainda categorias destacadas no Imaginário Antecedente observadas apenas entre os respondentes já em contato com o ensino formal: *Entorno*, *Analogias e Associações* e *Infraestrutura Urbana*. Dadas as disciplinas introdutórias no curso, também é possível fazer aproximações com esses destaques nesse momento de fundamentação⁸⁰. Estas questões são discutidas mais à frente, na subseção 5.2.2.2, p. 167.

Observamos também que, no IC, o tema Características Espaciais tem seu ponto mínimo no discurso em termos proporcionais, o que pode ter se dado pelo fato de que os concluintes se detêm em aspectos mais diretamente ligados ao tema Projetar (ver subseção 5.1.4), uma vez que compõem o único grupo de “projetistas” da investigação. Foi perceptível que se delongaram menos em *descrições* espaciais e mais em *avaliações* desses espaços e, no que diz respeito à entrevista, também tenderam a concentrar seu discurso sobre aspectos inscritos ao tema Vetores de Influência (ver subseção 5.2.2, p. 164). Desse modo, podemos dizer que a experiência prévia acumulada direcionou a categorização de depoimentos no IC.

As categorias mais valorizadas no IA e que, portanto, aproximam os aspectos interpretativos e avaliativos acerca das características físicas do espaço entre pré-ingressantes e ingressantes são: *Forma/Formato*, *Materialidade* e *Estética*, todas *sempre* com maior destaque no IA um.

Figura 12 — Categorias que tendem a ser valorizadas em todos os momentos do Imaginário Antecedente (em vermelho e amarelo) no tema Características Espaciais



Fonte: Elaborado pela autora.

⁸⁰ As versões curriculares da EA/UFMG, assim como os programas das disciplinas, podem ser acessados em: <https://sites.arq.ufmg.br/ea/au/>.

Comentários acerca da Categoria Conforto Ambiental são citados de modo mais extensivo entre ingressantes e concluintes, apesar da proporcionalidade acusar que, no IA zero, esta seja uma categoria mais valorizada no discurso.

Nos itens seguintes, alguns aspectos desses resultados são discutidos e analisados a partir de duas instâncias: o lugar de morar e a experiência cotidiana, focalizando a resposta à seguinte indagação inicial: *Quais os principais atributos de interpretação e avaliação em cada instância?*

Para alcançar esse objetivo, interessa à investigação a maneira como os estudantes descrevem os espaços domésticos e citadinos e quais ênfases foram dadas a esses aspectos. Interessa também se a descrição é vinculada a um contexto ou se o objeto da descrição é tratado à parte de seu contexto espacial imediato. E, por fim, dos aspectos enfatizados, interessa diferenciar o que tende a ser tratado positivamente ou depreciado nas falas.

Em nossa abordagem, para além do reconhecimento visual ou perceptivo individual do espaço experimentado, compreendemos as interpretações espaciais dos estudantes também como parte do reflexo de discursos coletivos, orientados por certos aspectos comuns à narrativa predominante em certos grupos sociais, denotando seu pertencimento — ou não — a eles⁸¹. Assim, por meio da correlação entre as noções espaciais coletivas e seus atributos, buscamos as bases para identificação de transformações nos padrões reconhecidos em distintos momentos da formação disciplinar arquitetônica.

5.1.2.2 Leituras espaciais: o lugar de morar

Do ponto de vista metodológico, a estratégia em estimular primeiro a interpretação do espaço arquitetônico de maior familiaridade — a casa — potencializa o conforto dos respondentes em detalhar suas considerações, principalmente quando consideramos grupos de estudantes ainda sem contato com a prática projetual.

A fim de identificar os principais atributos espaciais, aderimos à noção apresentada por Edward Hall (1968), também utilizada em Rapoport (1982), na qual o espaço se organiza conceitualmente em três elementos, definidos por seu grau de estabilidade: *fixos*, *semifixos* e *não-fixos*⁸². Além disso, iremos identificar qual a dimensão espacial predominante que deriva dessas ênfases: funcional, tecnológica ou simbólica.

⁸¹ Essa discussão comparece no Capítulo 2. O grupo social que interessa à esta investigação é aquele que compõe os limites disciplinares em Arquitetura e Urbanismo.

⁸² O termo original em Hall: “*informais*”. No entanto, optou-se por “não-fixos”, por entendermos que o termo acomoda-se mais ao conceito de níveis de estabilidade que constam nos dois primeiros.

Elementos *fixos* são aqueles de lenta modificação, como a arquitetura. Sua predominância é denotada, por exemplo, na concentração de descrição de cômodos e suas características (aspectos estruturais e infraestruturais, amplitude, altura, organização e relação entre espaços etc.). Os *semifixos* são modificados com maior frequência, tais como elementos de mobiliário, jardins e decoração. Já os *não-fixos* se relacionam com os ocupantes do ambiente e suas relações, mediadas por uma comunicação corporal e, ao mesmo tempo, *não-verbal*: suas relações espaciais em movimento, suas posturas, posições, gestos e expressões etc. Todos esses elementos podem ser enfatizados sob as dimensões funcional, tecnológica e/ou simbólica.

O grau de estabilidade é importante, pois pode denotar quais elementos são interpretados e avaliados como mais necessários. Assim, agrupados nesses 3 conjuntos conceituais, conseguimos organizá-los de modo mais eficaz. Além disso, a instância do lugar de morar é a única em que poderemos factualmente analisar a interpretação do espaço enquanto ambiente interno. A despeito das demais instâncias poderem envolver elementos próprios do nível espacial interior, veremos que as referências desse nível serão mais pontuais.

No momento zero do IA, o lugar de morar é descrito eminentemente por seus *Aspectos Construtivos*⁸³ e *Usos do Espaço*⁸⁴, como visto nas falas de quatro respondentes a seguir:

“Que ela é ruim, temos vontade de derrubar, as paredes tão caindo praticamente, o terreno retangular e a casa tá meio curvada, porque a base da casa não segue reto o terreno, certinho.”

“É uma casa bem antiga e acaba tendo alguns problemas de estrutura”

“[...] está em construção, então está uma bagunça desde mudamos pra cá, e parece que não acaba nunca isso.”

“E minha casa é uma casa espaçosa, um andar só e é isso... não sei o que falar muito dela.”

“É uma casa pequena, bem pequena mesmo, mas vivemos numa boa porque somos só eu minha mãe e irmã.”

O lugar de morar é descrito, pelos respondentes, de modo genérico, com ênfases a seus aspectos dimensionais, como “espaçosa” ou “muito pequena”. Cômodos específicos, terreno de implantação ou região da cidade comparecem pontualmente. Uma possível interpretação acerca da tendência na focalização sobre *Aspectos Construtivos* poderia estar

⁸³ 12 dos 15 respondentes citaram *Aspectos Construtivos*, com predominância entre respondentes do gênero feminino [9] em relação ao masculino [3].

⁸⁴ Nesse caso, a distribuição de ocorrência de menção a *Usos do Espaço* entre gêneros é bem distribuída, com 4 mulheres e 3 homens.

ligada ao próprio perfil dos respondentes. Quase metade deles fez cursos técnicos. Desse subgrupo, existem os que fizeram cursos que teriam maior correlação com Arquitetura — Edificações e Engenharia. Nesse sentido, consideramos a possibilidade de o ensino técnico subsidiar, entre alguns desses pré-ingressantes, aspectos mais ligados à identificação de problemas ou disfuncionalidades espaciais⁸⁵.

Os respondentes que se encaixam em perfis que já moraram em mais de um tipo habitacional ou cidade tendem a mencionar ou comparar os graus de interação humana condicionados aos diferentes modos de morar, como exemplificam as falas a seguir:

“[...] como em São Paulo é uma capital, é bem diferente de uma casa, principalmente por conta de convivência em apartamento, você acaba encontrando com mais pessoas. A casa de agora é mais isolada, moro em um lugar mais afastado e até pouco tempo eu sequer tinha vizinhos”

“[...] sinto que morar em casa te dá maior privacidade pelo espaço ser maior, agora em apartamento você interage mais porque você tem relação com o porteiro, com as pessoas...”

“[...] no segundo apartamento em que morei o que mais senti de diferença eram os vizinhos...”

Entre os respondentes, existe também uma valorização coletiva à privacidade. Por esse motivo, o cômodo mais citado por eles é o quarto. Áreas livres, como varandas, quintais e áreas de lazer, também são destacadas, enquanto que os demais espaços não são valorizados ou sequer mencionados no discurso geral. São ainda pontuais menções ao conforto ambiental ou a aspectos subjetivos, como tranquilidade e conforto no sentido de bem-estar.

A categoria *Humanização do Espaço* tem sua menor expressão nesse grupo, quando comparado aos demais. Como a ênfase a essa categoria é gradativa no imaginário arquitetônico, de acordo com o avanço na educação formal, como veremos adiante, essa pode ser uma categoria diretamente afetada no imaginário estudantil durante o percurso formativo.

No momento em do IA, a dimensão com maior vazão coletiva em relação ao lugar de morar é a simbólica, expressa principalmente por categorias como *Humanização do Espaço* e *Memórias Afetivas*⁸⁶, como demonstrado nas falas a seguir:

⁸⁵ Ao levantar essa possibilidade, não coloco o ensino técnico como nocivo ou problemático, mas sim o notabilizo como possível vetor da ênfase identificada intragrupo.

⁸⁶ Essa categoria, própria do tema Características Intangíveis, será tratada mais à frente, na subseção 5.1.3.

“[...] já vivendo em apartamentos, no primeiro eu tinha mais relação com os vizinhos, mas era muito restrito porque era um apartamento bem pequenininho e a interação era mais com a família mesmo que morava perto.”

“[...] a casa é bem grande, não mora muita gente em volta, só alguns tios mesmo. Então é bem familiar.”

“Na minha antiga casa eu gostava muito do bairro, dos vizinhos, mas o outro bairro era bom. Era um bairro tranquilo também.”

“O prédio que eu morei em Pitangui era muito pequeno, até pelo perfil da cidade, em questão de andares. Mas tinha uma rede de vizinhos, todo mundo se conhecia. eu tinha uma amiga de infância...”

“Antes morava num condomínio mais popular onde todos interagem e se conheciam. Isso foi bom pra minha infância, porque brincava muito. Senti muito quando mudei para o segundo prédio, porque lá tinham poucas crianças. Mas hoje em dia converso com os vizinhos porque o prédio é pequeno.”

“[...] por mais que na minha rua existam vizinhos, a gente não tem muito contato, então as individualidades só foram sendo aumentados em detrimento ao coletivo.”

Quando comparecem, as descrições relacionadas à categoria *Usos do Espaço* na casa apresentam duas abordagens principais. Uma delas percebemos entre os primeiros estudantes entrevistados e, portanto, com menos tempo de contato com o ensino formal, em que ainda se mantém padrões de uma criticidade não formal, presente também entre os pré-ingressantes. Assim, o padrão reconhecido no momento zero do IA se mantém: a casa é apresentada pelos respondentes por aspectos dimensionais e sequenciais dos cômodos e por algumas características ou elementos espaciais marcantes, em geral mais *descritivas* quanto à ordem dos cômodos e organização interna da casa, pontuando o que gostam ou não no lugar, por vezes enfatizando problemas ou incômodos. É o que podemos perceber nas falas a seguir:

“Olha, a primeira era uma casa bem grande, era bem embaixo assim... tinha uma rampa até chegar nela e ela era bem comprida. A segunda era num bairro bem afastado sabe, tinha um pasto em volta, não tinha nada de interessante. Já era num conjunto habitacional, mas não tinha nada de muito interessante assim não... acho que era só isso mesmo que mudava, a fachada, porque a primeira era de grade, a segunda também e a terceira já era um portão bem fechado.”

“Não muito pequena, mas também não muito grande. Tem meu quarto, o quarto dos meus irmãos (eu tenho dois irmãos), o quarto dos meus pais, a sala, a cozinha, um banheiro só e uma área externa em que a gente coloca garagem, não tem muito demais assim, pra descrever...”

“Você entra assim e tem um jardim bem grande, área de lazer com churrasqueira, lugares para as pessoas sentarem, a cozinha tinha dois armários. A cozinha não tinha mesa. Aí tinha um corredor bem comprido, dois quartos, banheiro, a copa (nela, um computador), outra sala com uma mesa e o quarto da minha mãe.”

Um segundo tipo de descrições relacionadas à categoria *Usos do Espaço*, presente entre estudantes com mais tempo de aulas, acaba por deslocar essa criticidade espacial sob conceitos ou lógicas que acusam avaliações menos particulares, orientadas por juízos de valor pessoais e mais alinhadas ao compartilhamento de um vocabulário e de um repertório adquirido. As falas a seguir são exemplos desse tipo:

“[...] todos são apartamentos com aquela visão bem modernista de segregar os espaços, seja um espaço para tal coisa. Os espaços eram extremamente segmentados nesse sentido, com uma divisão bem clara: quarto, banheiro, cozinha, varanda... todos eram assim.”

“O prédio, se você olhar de fora, é um prédio que foi reformado, ele tem um aspecto mais moderno, mas o meu apartamento é bastante antigo.”

Há casos em que, mesmo que o primeiro tipo de abordagem compareça, se detém em um viés analítico desse espaço, quando discursam sobre uso ou funcionalidade do lugar.

“[...] o apartamento em si era um pouco mais amplo, a sala era maior, os quartos maiores, a cozinha grande... era um apartamento, mas que não era tanto o perfil de apartamento de Belo Horizonte.”

“[...] moro em um conjunto habitacional, no térreo. Então, por ser no térreo, meu apartamento é um pouco maior do que o padrão. Então, tem uma varandinha a mais e isso já muda o cotidiano... [É?... Por quê?]⁸⁷... porque nessa área que a gente fez, meu pai usa como ambiente de trabalho... o bairro é tranquilo... os vizinhos, a gente tem uma relação boa, porque são vizinhos antigos também e na área externa do prédio tem um jardim que as crianças brincam e eu brinquei muito também. [Você me falou que muda um pouco o cotidiano por sua casa ser no térreo e pelo tipo dela ser um pouco diferente das outras unidades... mas isso só muda porque seu pai pôde adaptar para um ambiente de trabalho ou por mais algum aspecto?] É, a gente também fez um banheiro a mais também e a cozinha é bem mais ampla.”

Percebe-se também que respondentes com perfis que moram em prédios de apartamentos pouco se detêm em descrições mais detalhadas dos cômodos ou usos espaciais. Nesses casos, o IA coletivo tende a privilegiar a citação de padrões reconhecíveis, como a planta tipo do apartamento comentada como padrão ou bastante típica, ou ainda uma crítica à organização espacial dos cômodos do apartamento ou mesmo à tipologia das construções da vizinhança, que também reconhecem como padrões.

Isso denota um direcionamento à contextualização desses espaços, o que também pode ser interpretado como uma expressão de criticidade espacial mais analítica, superando juízos de valor restritos ao gosto pessoal, a partir da tentativa de articulação da unidade

⁸⁷ Nas falas dos respondentes, os trechos entre colchetes, quando aparecem, indicam intervenções ou perguntas da pesquisadora.

residencial a algum contexto imediato, como parte de escalas maiores (rua, vizinhança, bairro, cidade). No momento um do IA, a topografia ou o desenho do terreno também são associados às narrativas acerca da casa, e seu entorno é bastante presente, ainda que de forma descritiva, demarcando como tendência de um recurso importante para a contextualização dos espaços.

“[...] quando eu mudei para o Gutierrez, eu senti porque é um bairro que tem mais morro e mais carro e não tinha tanto espaço [...] gosto bastante da questão do apartamento porque tem uma vista bonita, porque eu moro em uma parte alta do Gutierrez, então dá para ver uma boa parte da cidade.”

“Assim, fica no lugar alto, então tem uma vista bonita eu acho que é uma coisa que todo mundo repara quando vai lá.”

“Outra coisa também é que a topografia da minha cidade é muito irregular, tem muitos morros. E essas casas tinham muitos degraus de um cômodo para o outro. Então, nessa lógica da rua inclinada, havia casos em que a janela ficava muito próxima do chão da rua e às vezes eles criavam um relevo plano embaixo da calçada, construíam uma casa toda plana, mas para rua a casa ficava recortada, então ela já tava quase no nível do chão.”

“[...] é um lote dividido com a minha tia, né, um muro separado, totalmente independente, mas por isso ficou mais comprido... o terreno é bem inclinado, a casa tem dois andares, o quarto dos meus irmãos fica em cima, eu tenho dois irmãos e... é isso, a cozinha fica ao fundo, todo mundo tem o seu espaço, a área de convívio tem um corredor grande, a área de convívio é a sala mais a frente, a cozinha fica ao fundo, tem dois banheiros, espaço pra uma garagem, tem uma rampa de entrada bem íngreme, que eu detesto, aquilo pra mim é horroroso, mas meu avô que construiu...”

Como veremos adiante, na subseção 5.1.3, no IA um a casa é uma instância arquitetônica circunscrita de modo majoritário ao padrão Características Intangíveis, pelo alto destaque a aspectos subjetivos. No caso específico do universo analisado nessa pesquisa, essa tendência pode ser explicada por aspectos de abordagem disciplinar, pois uma das disciplinas introdutórias aborda a interpretação fenomenológica, incentivando avaliações a partir do reconhecimento e sensibilização do corpo como central nas interações e eventos espaciais.

No IC, por sua vez, o espaço doméstico é descrito e explicado através de recursos mais próximos das categorias que definimos, como: Humanização do Espaço, Usos do Espaço, Organização/Ordem espacial e Aspectos Contextuais, principalmente. Apesar de os espaços de morar serem descritos por seus recintos, as lógicas espaciais entre cômodos são frequentemente visitadas nas falas. Assim, identificamos uma ênfase aos Aspectos Contextuais.

As relações interpessoais do espaço doméstico também ganham relevância: com quem moram, a rotina de cada morador, os espaços preferidos por diferentes pessoas e como

se especializam as relações entre entes do lugar em função dos hábitos, que ajudam a definir esses usos, mais do que sua destinação genérica como: quarto para ler, sofá da sala para ouvir música. Assim, o IA um concentra-se em elementos espaciais não-fixos. É o que vemos na fala a seguir:

“[...] cada um tem seu espaço. A minha irmã mais nova fica muito na sala, mas, quando ninguém está lá, o meu pai gosta de ficar na área de serviço, que é onde ele pode fumar, porque eu tenho alergia. A minha mãe raramente tá lá, mas, quando ela tá, gosta de ler no quarto dela, ficar mais reclusa e eu gosto do banheiro, porque é mais gelado. Meu apartamento é mais quente, virado pro Oeste, mas é uma casa assim muito espaçosa, então dá essa liberdade da gente ficar separados, mas essa questão das salas, tem muito espaço, mas a gente concentra quase todos os móveis na sala de tv. Assim de ler, de pegar o computador a gente faz tudo dentro da cozinha, que tem uma mesa dentro da cozinha que a iluminação é legal.”

Neste momento da formação, é peculiar a visão do espaço de morar deslocada de sua materialidade. Ou seja, a casa não é enfatizada como objeto construído. O entendimento direciona-se ao espaço de abrigo das diferentes necessidades humanas, em uma perspectiva mais *comportamental*, sendo importante aí a divisão entre o público e o privado nos espaços de morar e as territorialidades estabelecidas nesses lugares. Essa compreensão fica evidente na fala a seguir, de outro respondente do grupo:

“[...] depois fui morar em uma outra cidade, que era Lily, que aí eu morei numa casa de família, que aí era uma casa muito compartimentada, com quatro andares e... por exemplo, a casa não tinha mesa de jantar e isso também dava um outra relação sabe, pra família, eles almoçavam sempre na frente da televisão, e isso é um hábito completamente diferente do que eu tinha aqui e completamente diferente do que eu tinha em Paris também, e, pelo fato de ser muito compartimentada, eu achava que a relação da família seguia muito o modelo da casa... isso foi bem estranho pra mim, mas eu achei interessante, porque eu pensava que, como arquiteto, eu não podia formar sem antes ter morado numa casa, porque eu só tinha morado em apartamento e, se eu ia projetar casa, eu tinha que saber como era morar numa casa, então achei interessante assim, pra eu ter uma experiência assim de como que é ter uma casa de quatro andares, de poucos cômodos por andar, sabe... assim de ver essas consequências espaciais.”

Nesse entendimento, as relações funcionais visíveis são pouco exploradas, dando lugar às manifestações de natureza simbólica. Também é bastante claro, ao analisar as falas em relação aos perfis de respondentes, que esse aspecto é mais forte entre aqueles que moram em espaços não familiares, geralmente apartamentos em regime de repúblicas estudantis, por exemplo. Entre esses respondentes, há mais cuidado nas falas com elementos não fixos, enfatizando por exemplo, as necessidades da alternância de tipos de convivência no espaço, como evidenciado nas falas a seguir:

“Um corte que eu posso fazer é privacidade. Eu acho que todo local que eu mudo eu vejo como que a privacidade muda [...] lugar que eu mais me identifiquei tanto financeiramente quanto com as pessoas que moram lá, quanto geograficamente, agora no resto eu tive muitos, muitos conflitos e a diferença é que eu sempre morei em repúblicas né e agora essa é a primeira vez que eu estou morando em república mista, então é menino e menina e aí de novo essa questão da privacidade, ela vem à tona porque é muito diferente a dinâmica de morar com as meninas que eu moro pelo menos ela tem uma privacidade maior. As meninas que dividem quarto elas sempre deixam a porta aberta, as meninas que não dividem estão sempre com as portas fechadas, então elas meio que criam pra elas aquela ambiência delas e, como as meninas dividem quarto, elas são mais livres.”

“Acho que o principal foi o grau não de intimidade, privacidade, que eu tinha, na minha casa eu sempre tive privacidade e depois que eu fui morar em repúblicas e aí perde completamente. E, semelhanças... eu acho que a semelhança é que, independente de estar ou não na minha casa, o meu quarto é o espaço de intimidade; eu nunca vi toda a casa como um lugar de intimidade.”

“[...] mas esse do [bairro] Horto tinha mais cara de construção MRV⁸⁸, que o povo faz aquele monte igual e é aquele padrão e que fica mais difícil de ocupar. Esse que eu tô agora me parece que tem muito mais possibilidade pra ocupar, pra vida acontecer de diferentes organizações e eu sempre gostei muito de organizar móveis mudar de lugar, pensar se for ter um evento, algo assim, e lá no Horto era algo que não dava pra pensar muito, porque só tinha uma sala gigante retangular e os outros cômodos eram muito pequenos, que era só os quartos e cozinha e nesse aqui a sala já é em L, a cozinha é muito grande e só em mudar o formato já aumenta muito as possibilidades de ocupar o espaço.

Assumindo que as noções de privacidade no espaço de morar têm mais destaque no IC, há aspectos mais voltados à demarcação desses limites não visíveis no espaço. A essa lógica da disposição dos elementos visíveis ou não no espaço, chamaremos aqui de territorialidade. Nesses casos, os limites territoriais do abrigo doméstico não se fundamentam sob a divisão de zonas social, íntima e de serviço, tendo em contrapartida, como principais referentes, as atividades desempenhadas pelos habitantes. As zonas espaciais convencionais (setores social, íntimo e de serviço) são ignoradas em favor de qualificadores de identidade territorial da casa. Os depoimentos acima denotam uma maior familiarização com o ambiente e uma personalização do pensamento espacial, na qual elementos não fixos orientam e moldam os recintos e suas relações e não o contrário. O mesmo é percebido nas falas a seguir:

“[...] daí tem uma cachorra, a Pretinha, que ela é muito territorial, tanto que a casa se organiza muito por causa dela. Então tem a sala aonde ela fica, que é a sala de estar, tem o portãozinho dela e, quando a gente precisa isolar ela, a gente fecha. [...] A sala de TV é uma zona média de Pretinha, porque ela entra, fica, mas ela não pode subir no sofá, fazer nada lá. Ela vive, mas não usufrui da sala de TV, porque a gente fica muito lá, eu durmo lá às vezes porque lá é mais fresco, o sofá é bom. A cozinha não é área de Pretinha, ela não pode passar pela cozinha, se ela quiser ir pra área de serviço, que é o banheiro dela, ela pode passar, e ela entende muito bem que ela pode passar pela cozinha, mas não pode ficar na cozinha e a despensa tem mais coisas dela mesmo.”

⁸⁸ Referência à MRV Engenharia, construtora com sede na cidade de Belo Horizonte - MG.

“[...] quando morando aqui, eu tinha que vir muito à faculdade pra poder estudar, acho que sempre morei em quarto compartilhado enquanto eu estudava e eu achava o ambiente muito barulhento, muito incômodo e eu achava que a faculdade era um ambiente melhor pra estudar ou um lugar pra ter lazer, por exemplo, eu tinha que sair de casa, ir a um museu ou a alguma coisa, uma coisa que quando eu morava em casa era diferente, eu tinha mais possibilidades de fazer coisas dentro de casa.”

No Imaginário Consequente, a casa tende a ser pensada sob sua configuração física de modo a não subjugar os *eventos*, oferecendo uma perspectiva das atividades e preferências pessoais dos usuários como as definidoras do funcionamento do habitar, ou seja, a comunicação e disposição dos elementos não fixos do espaço é que são destacadas como determinantes ao seu funcionamento cotidiano.

Analisando essas diferentes ênfases anteriormente descritas, podemos citar alguns fatores com potencial destaque no IC, na instância do espaço doméstico: (i) que tipos de relações interpessoais acontecem e como se espacializam no lugar, (ii) como as configurações espaciais disponíveis permitem ou interditam as necessidades de uso e (iii) sob quais aspectos contextuais essas configurações espaciais podem ser explicadas, o que pode ser percebido no seguinte depoimento:

“[...] moro em um prédio de apartamentos que tem oito andares, que tem uma portaria, área de lazer... um prédio que eu diria que é de um padrão típico; aí meu apartamento também tem um funcionamento típico do que a gente... pode falar em termos técnicos?... do que a gente aprendeu aqui (no curso) muito, que seria a planta do apartamento burguês, assim, que você entra, tem a sala de estar, você passa e tem a sala de jantar, ao lado a cozinha, a área de serviço e, pro interior do apartamento, os quartos e os banheiros. A cozinha separada da sala porque ainda tava meio naquela de separar ainda muito o serviço e é um apartamento que tem ainda quarto de empregada que sei lá, acho que é uma consequência desse modelo mesmo de ocupação.”

Como já observado desde o momento zero do IA, já considerávamos que os tipos habitacionais experienciados seriam um fator interveniente importante sobre o imaginário arquitetônico da casa. No entanto, as análises dessa instância no IC demonstraram que os modos de morar, no que diz respeito à composição do núcleo de convívio interpessoal estabelecido nesses espaços, também alteram de modo significativo as ênfases coletivas.

Entre os concluintes, podemos categorizar dois grandes “núcleos” nesta instância do lugar de morar: um subgrupo pertencente a um *núcleo estável* e um segundo subgrupo que se encontra no que denominamos de *núcleo mutável*. Ao compararmos os perfis que sempre moraram na mesma habitação com seu núcleo familiar original (pais e irmãos, geralmente), com os que ao longo do percurso formativo tiveram contato com tipos residenciais diversos (tal como casa e apartamento, para citar os mais comuns) e com diferentes pessoas (por vezes

desconhecidas, em geral, em repúblicas estudantis), a ênfase das respostas é alternada entre as categorias *Funcionalidade, Materialidade e Forma/Formato Espaciais* nos *núcleos estáveis*, para uma maior focalização nas categoriais *Aspectos Contextuais e Humanização do Espaço*, com forte atenção na interação do corpo e espaço nos *núcleos mutáveis*.

“[...] em um apartamento em que morava eu e um colega, que a gente alugava o apartamento inteiro, a gente tinha a liberdade de fazer essas mudanças, de ter um pouco mais de permanência no espaço e de fazer o lugar um lar.”

“[...] hoje eu moro num quarto que é separado e eu tenho um bocado de liberdade de estudar, mais silêncio, etc. mas eu não vejo muito como um "lar" porque é um lugar meio transitório.”

“Acho que a casa tem muito a questão de espaço livre né, quando você entra em Arquitetura que você tem essa visão, mas as coisas não são tão funcionalizadas, tem o quintal, o espaço livre etc. Em Belo Horizonte, os apartamentos que morei no Centro eles sempre são muito pequenos, exíguos e têm que ser muito funcionalizados pra atender a funções que a gente precisa. Acho que a diferença maior é essa. Acho que casa você consegue resolver muito mais dentro da sua casa e no apartamento tem que acabar saindo dele pra resolver suas coisas porque ele só envolve as funções mínimas que você tem pra morar ali, normalmente experiências diversas do habitar e dos modos de morar de extrema importância para compreender de modo mais acentuado os projetos que desenvolvem.”

A dimensão simbólica do espaço é obliterada no IC, se compararmos ao momento um do IA. Apesar de termos percebido a relação público e privado com certo destaque nessa fase, percebemos que no IC é enfatizada em um subgrupo específico, dos pertencentes ao *núcleo mutável*. O que nos indica que tal dimensão é mais facilmente percebida e destacada em perfis específicos e bastante comuns entre universitários, em que há privação/deslocamento do recinto doméstico original familiar. Em ambiente não-familiares, é possível que sejam destacadas, pois são lugares onde as fronteiras espaciais implícitas compõem as regras de convívio de maneira mais sistemática ou restrita. A casa como objeto da memória afetiva foi enfatizada apenas uma vez no IC, o que reforça que essa ênfase percebida no IA deriva do momento disciplinar dos respondentes ingressantes. Menções ao entorno, às características do terreno do lugar de morar também pouco comparecem, e de modo distinto aos dois primeiros grupos. apesar de pontualmente citado como elemento condicionante à fruição do espaço, a topografia do lugar não comparece nas relações e argumentações desenvolvidas no IC de modo extensivo. Análises críticas ao projeto arquitetônico do lugar em que moram, com considerações de natureza mais técnica, como, por exemplo, deliberação sobre as visadas, insolação nos ambientes, implantação e cota em relação à rua etc., *não* são um padrão, tendo comparecido apenas uma vez.

Através das análises, ficou perceptível que se privilegia, no IC, a experiência espacial a partir dos *eventos*, com ênfase ao modo e frequência com que acontecem e se transformam no espaço, como é evidenciado na fala a seguir:

“[...] tive isso de perceber as maneira de viver muito diferentes, porque eu morei na França e lá tem umas questões habitacionais muito diferentes das nossas... primeiro, fui morar num apartamento em Paris e, como o metro quadrado de Paris é muito caro, no meu apartamento de lá, a gente não tinha sala, por exemplo, porque todos os cômodos foram ocupados pra ser quarto e isso eu percebi que deu uma dinâmica completamente diferente... na rotina da casa, a cozinha era utilizada muito mais, as festas aconteciam nos próprios quartos das pessoas, e assim, era um apartamento muito atípico assim, só de brasileiros.”

Dadas as considerações, entendemos que a transformação que se pronuncia na instância do lugar de morar é a de um gradativo deslocamento do *objeto* casa para a *função* da casa enquanto *abrigo*, com ênfase aos aspectos que elaborem essa essência no discurso coletivo. Assim, percebe-se que a maior mudança incidente ao longo da verticalização na formação no que diz respeito a casa é que, enquanto o Imaginário Antecedente a descreve enquanto entidade física, atendo-se a seus elementos físicos e espaciais, o Imaginário Consequente a toma por sua característica fundamental, o habitar, com destaque aos eventos e indivíduos que caracterizam esse fenômeno a partir da vida doméstica.

5.1.2.3 Leituras espaciais: a experiência urbana

Na instância da experiência urbana cotidiana, o objetivo era o de coletar uma maior proporção de relatos de paisagem ou qualquer elemento espacial que está “fora” da escala arquitetônica íntima, o que convida o estudante a explorar o território urbano e público, sem, no entanto, interditar que alterne entre (espaço) interior e exterior. Isso contorna que o discurso coletivo seja direcionado *apenas* à contemplação estética da cidade.

Aspectos da Paisagem Urbana são proporcionalmente mais presentes no momento zero do IA do que em todos os demais grupos, o que se explica quando analisamos que as ênfases dadas entre ingressantes sobre o território urbano não se concentram tanto na *descrição* da paisagem em si, mas dividem-se nas categorias *Aspectos Contextuais*, *Usos do Espaço* e *Humanização do Espaço*. No IC, existe uma tendência parecida ao IA *um* nessa instância do imaginário, no entanto, a categoria *Humanização do Espaço* é ainda mais presente.

Na experiência cotidiana, os relatos voltam-se ao território urbano e público, alternando entre espaços público/privados, interior/exterior. Essa abertura de possibilidades contornou que o discurso coletivo fosse direcionado apenas à contemplação estética da cidade.

Pré-ingressantes costumam associar modelos arquitetônicos típicos para caracterizar a paisagem de lugares da cidade, principalmente ao enfatizar diferenças em relação a outro lugar de referência. Os principais contrastes são estabelecidos entre bairros em regiões nobres ou mais populares e entre capitais e cidades de interior. Esses padrões são reconhecidos pelo grupo através de tipologias construtivas residenciais, seus gabaritos, seus elementos construtivos e de composição das fachadas e materiais, como visto nas falas a seguir:

“No interior, eu percebia bastante semelhanças, casas afastadas umas das outras, com plantas em volta da casa, principal característica de casa do interior...”

“[...] principais diferenças acho que nas alturas dos prédios.”

“Esse fim de semana fui a um lugar chamado Belo Vale, com um museu muito legal, a arquitetura era mais antiga, casas de barão, não sei falar direito qual arquitetura que é, mas sempre começo a reparar, também fui pra São Tomé das Letras e as casas são construídas com as próprias pedras da cidade.”

“Regiões com construções mais modernas, chiques, por assim dizer.”

“[...] no meu próprio bairro tem casas mais antigas.”

“[...] não achei nada de muito novo em construções litorâneas, frequento desde nova.”

“[...] da parte histórica achei que algumas igrejas, a parte externa, não estão bem conservadas, só a interna.”

“Ouro Preto e me impactou bastante porque é uma cidade extremamente histórica, mas muito pouco conservada, o ambiente histórico está bem degradado.”

Em apenas um desses depoimentos uma respondente faz alusão aos modos de vida inscritos nas diferentes tipologias habitacionais, ultrapassando a noção estética, causada pelo estímulo visual imediato da paisagem:

“No [bairro] Santa Inês tem mais casas e no meu [bairro] são mais prédios e são bem mais altos, então passa uma ideia diferente e outros bairros assim e minha família mora no [bairro] Sion e os prédios são bem mais altos e acho que vai mudando a ideia de como as pessoas vivem e como se comunicam as casas.”

Um outro padrão amplamente reconhecível no IA zero trata-se da valorização à *organização e ortogonalidade*, por serem entidades espaciais associadas a *planejamento*. Além disso, também existe uma associação entre relevo acidentado no território urbano e ausência de planejamento formal. Atributos como o desenho ortogonal na escala urbana e

arquitetônica são amplamente demarcados pelo grupo. Não por acaso, é o momento em que proporcionalmente a categoria *Espaços Planejado versus Não Planejado*⁸⁹ é mais demarcada, denotando a centralidade dessa argumentação em seu discurso espacial, como visto nos seguintes depoimentos:

“[...] as casas são mais tradicionais e certinhas, mais retas, planejadas e aqui tem mais ruas becos morros [...] aquelas casas de bairro, direto pra rua, janela grande, ou esses prédios com a vista pra rua e você tá na rua e consegue ver como é a casa, aqui tem muita casa com muro e com prédios menores, em Belo Horizonte não são prédios grandes.”

“[...] quando as ruas são assim largas, árvores alinhadinhas, postes alinhados, me dá a impressão que foi planejada e o contrário é quando as calçadas tão quebradas e quando tem muitos morros, não sei se faz muito sentido, mas me passa essa impressão.”

“É uma cidade pouco planejada, então no centro tinha aquela muvuca mesmo. Não tinha muito contato com periferia.”

“[...] é gritante a diferença das casas de lá para o Sudeste. A diferença de organização das ruas também.”

“[...] as casas são mais tradicionais e certinhas, mais retas, planejadas e aqui tem mais ruas, becos, morros.”

“[...] também achei bem diferente porque a universidade ficava no morro e a parte histórica do entretenimento fica lá embaixo.”

“[...] estive em Belo Horizonte pela primeira vez, eu fui fazer a matrícula essa semana. Tava um trânsito absurdo e o Waze⁹⁰ mandou a gente pra uma parte de cima da Pampulha, ali pela Rua Desembargador Paulo Mota, foi uma rota muito estranha e as ruas ali com certeza não eram planejadas, seu carro fica muito inclinado umas subidas muito absurdas.”

Poucos são os fenômenos urbanos que afetam a paisagem e a rotina citados no grupo. Quando comparecem, são referências pontuais ou mais secundárias ao contexto da argumentação. Os casos abaixo, que tocam nos assuntos poluição e segurança urbana, são exceções à tendência coletiva:

“[...] em volta do apartamento é bem mais poluído... as diferenças de capital e interior.”

“A diferença que vejo é a questão da segurança. Onde moro não tem muita gente andando a pé, é mais carro, enquanto em Barão Geraldo [distrito de Campinas – SP], como é a cidade universitária, você vê 24h gente andando na rua, então eu me sinto muito mais segura.”

⁸⁹ É o grupo com menor quantidade de extratos de fala de todos os demais. No entanto, é o com maior proporção da categoria atrelada ao tema Características Espaciais (ver Quadro 3, p. 92). Apesar de estar prevista no roteiro a pergunta sobre o que denota, para o respondente, um espaço planejado por um arquiteto, muitos pré-ingressantes anteciparam espontaneamente essa discussão, quando falavam, principalmente, de contrastes percebidos na paisagem urbana.

⁹⁰ Aplicativo de navegação por GPS.

“Acho que a infraestrutura eram as diferenças mais notáveis, e semelhanças que lembro era a sujeira das ruas, em todo lugar tinha...”

Existe também a tendência de referência a elementos que ambientam a paisagem urbana, seja na escala do bairro, da rua ou da cidade de modo geral e, por isso, as caracterizam de maneira peculiar: automóveis, materiais e forma/formatos predominantes no conjunto arquitetônico edificado, presença de elementos verdes nos bairros e cidades:

“[...] fui acostumada a morar em bairro com muito carro e pouquinho de vegetação.”

“[...] no meio dos bairros você encontra hortas comunitárias.”

“[...] cidade pequena, tem muita área verde e sítio, é tranquila...”

“na região central da cidade, no centro o que a gente mais vê é concreto, né.”

“Ouro Preto, nossos olhos se atentam muito pra isso, pra essa arquitetura que não estamos acostumados a ver, arquitetura mais antiga, mais barroca... também já fui pro Canadá, uns prédios assim com um formato triangular, Oscar Niemeyer aqui em Belo Horizonte, não tem como a gente não atentar, chama muita atenção.”

“[...] essa última viagem que fiz pro Chile, me despertou bastante (o interesse) porque foi a primeira viagem internacional que fiz depois de ter passado pra Arquitetura e reparei também que cidades muito grandes, em Sidney, Nova York... o estilo é bem parecido, no Chile, especialmente Santiago é bem interessante, fui a um templo que demorou 10 anos para ser construído.”

Aspectos de infraestrutura urbana concentram-se nos usos predominantes que reconhecem nos lugares, pinçando pontos de referência que, de alguma forma, caracterizem a ambiência desses espaços:

“[...] na rua principal tem uma farmácia, padaria e supermercado e à noite começam a abrir os bares.”

“[...] a região do Santa Efigênia que eu vou tem umas construções mais modernas, mais chiques por assim dizer. No meu bairro é de muitas casas mais antigas, os prédios são de no máximo 4 andares, então a diferença é mais as construções do bairro e não tem muita farmácia, supermercado perto assim e em outras regiões as pessoas moram do lado de farmácia e isso eu não tenho no meio bairro.”

“[...] acho que uma que me impactou bastante pela diferença foi pra Mykonos, na Grécia. A maior parte da minha vida morei em Sorocaba, então fui acostumada a morar em bairro com muito carro e pouquinho de vegetação... e lá é muito diferente, casas, morros, pouquíssima vegetação quase nenhum entretenimento, fica na parte de baixo. Era toda igual, seguia um padrão. Acho que outra, foi que Ouro Preto me impactou bastante porque é uma cidade extremamente histórica, mas muito pouco conservada. O ambiente histórico está bem degradado assim... e devia ser bem conservado. Em relação à cidade também achei bem diferente porque a universidade ficava no morro e a parte histórica do entretenimento fica lá embaixo... e acho que isso me impactou bastante.”

“[...] costumo frequentar lugares fora do meu circuito de moradia, acho que pelo fato de aqui ser um bairro mais residencial.”

“[...] entre os bairros eu acho que é a questão de que ambos oferecem muito entretenimento. Tem bastante restaurante, bares, cursinhos, escolas, os dois têm.”

No IA um, por sua vez, o grande mote do imaginário volta-se à *habitabilidade na cidade*. A interferência em relação aos estímulos do ambiente formal não só transformou de maneira significativa os elementos espaciais urbanos percebidos pelos estudantes como também direciona o padrão de análise espacial para pontos específicos. Prova de que existe a correlação é que as falas (como exemplificado a seguir) trabalham com argumentações que orbitam em torno de paradigmas de problemáticas urbanas que constam em “Cidades para Pessoas” e “Morte e Vida nas Grandes Cidades”, tais como o automóvel e suas consequências para os resultados da configuração de ruas e calçadas e a centralidade da vida pública, não só para a vida das ruas, como matéria central de interesse da Arquitetura.

“Ultimamente a gente tava fazendo umas leituras sobre as críticas de Jane Jacobs aos urbanistas, a gente fez umas discussões sobre isso e ela é uma crítica ferrenha mesmo da forma como o urbanismo se dava na época e hoje ainda no Brasil eu vejo um pouco disso. Agora que eu tô morando aqui em Belo Horizonte, eu vejo isso, por exemplo, questões da cidade e da mobilidade das pessoas na cidade, tudo muito lotado de veículos e cada vez mais um indivíduo pedestre não tem muito espaço, eu mesmo ando muito de ônibus de carro e fico a passar por viadutos como uma pessoa passa por aqui a pé. Então eu acho que esse é um desafio e mudar uma estrutura urbana como do Brasil não é trivial, não é tão simples... tem muita coisa para ser feita ainda.”

“Muitas vezes tinha feito de uma forma criativa ou se aproveitando um espaço aqui, não foi feito para cá ela finalidade. E se eu acho bem legal o incentivo para o uso da cidade de forma não motorizada, por exemplo. De incentivar as pessoas a caminhar, o desincentivo ao uso do automóvel em áreas mais centrais.”

Assim como o paradigma modernista, seu apreço ao rodoviarismo também é citado, desembocando em uma tendência a pontuar aspectos considerados importantes à plena mobilidade e acessibilidade das pessoas. Pontuam também a sustentabilidade e problemas climáticos, onde entra a atenção às bicicletas (bastante presente ao longo da obra de Jan Gehl) e modais de transporte alternativos, não poluentes. Quanto aos aspectos qualitativos, também coadunam com a defesa de lugares livres públicos de lazer e entretenimento. Esses elementos estão evidenciados nas falas a seguir:

“A professora passou umas leituras também e eu comecei a ler o “Cidade para Pessoas” e também o “Morte e Vida das Grandes Cidades” e eu acho incrível sabe, como arquitetura moderna projetava para carros e não levava em conta as pessoas e as cidades são feitas para as pessoas, então achei essa parte mais interessante do curso de Arquitetura. Eu tinha um pouco a ideia [do aspecto social da arquitetura], mas eu nunca tinha parado para pensar em como afeta as nossas vidas. Parei para pensar

depois que eu conheci esses textos. Agora consigo enxergar como as cidades são projetadas para carros e como as pessoas são colocadas em segundo plano.”

“Na escala urbana, me chama atenção a Barra [bairro no Rio de Janeiro] porque onde eu andei as ruas eram muito amplas. Então tinha secretário⁹¹ na cidade, ciclovias... daí, claro que aquilo foi planejado.”

No entanto, esse parece ser um efeito direto do avanço dos dias de aulas. No primeiro dia, no qual houve três rodadas de entrevistas, expressões como “ar moderno”, “construções modernas” etc. têm conotação positiva, associadas ao planejamento, desenvolvimento e progresso. Nesse caso, a acepção crítica ao movimento moderno representa uma mudança em curso do imaginário discente, a partir do ambiente de ensino. Analisamos também no tema Vetores de Influência, que será discutido na subseção 5.2.2, que os referenciais arquitetônicos ainda são OAM.

“Acho que por ser uma região mais importante, mais comercial, ele [o Centro] tem uma infraestrutura um pouco melhor do que bairros e do que locais mais isolados da cidade, e ele tem também uma construção urbana mais assim moderna, mais de cidade maior, apesar de ser uma cidade mais do interior, o centro remete um pouco dessa urbanização de cidades maiores.”

Os próximos trechos demonstram a penetração de atributos de mobilidade e transporte na interpretação e avaliação dos lugares significativos e de experiência direta dos estudantes, sejam eles do seu cotidiano ou fortuitos:

“Foi quando eu fui ao Rio de Janeiro em 2018, achei a cidade muito bonita, mas também eu só frequentei esses lugares turísticos. Eu fiquei em Copacabana, mas eu fazia tudo de transporte público, andava muito de metrô a todos os lugares, eu ia de metrô e ônibus então achei muito bom, porque eu conheci o Rio de Janeiro mesmo.”

“[...] meu trajeto era entrar no ônibus, ir e voltar, então meu trajeto era interagir com as pessoas no ônibus e na escola. Dentro da cidade eu ia de carro com a minha mãe e andava muito de bicicleta lá, eu andava muito de bicicleta. Aqui nem tanto, mas eu tinha prazer em andar de bicicleta lá. Mas aqui [em Belo Horizonte] é meio complicado isso.”

“[...] achei muito interessante também urbanismo de lá, eu conseguia fazer paralelo em como os carros e as pessoas andavam na cidade e como era na minha cidade. E era muito diferente lá, por exemplo, acredito que por ser uma cidade turística o pedestre era sempre uma prioridade, então se você precisava atravessar e os carros viam que você tinha intenção, já paravam e na minha cidade não tem isso. Você tem que ter sorte, você tem que contar com a gentileza das pessoas, o que muitas vezes não acontece.”

“Eu ia de bicicleta para escola. Quando eu mudei para o Rio Grande do Sul, eu fui para uma casa de estudante, que tinha acesso fácil ao metrô e dava para ir de bicicleta também. Então, sempre fiz questão de ter uma acessibilidade tanto de transporte, de

⁹¹ Refere-se à Secretaria Municipal de Planejamento Urbano do Rio de Janeiro (SMPU).

metrô, transporte público como de bicicleta também, como meio de transporte principal.”

“A escolha do lugar também foi função de transporte, priorizando a acessibilidade ao lugar onde eu trabalho ao metrô, principalmente. Eu trabalho no [bairro] Floresta. Eu moro no [bairro] Santa Inês a meia quadra da estação de metrô José Cândido da Silveira. Eu também venho de bicicleta para o serviço.”

“[...] gosto de pedalar também mais para o interior, gosto de sair de Belo Horizonte para pedalar nas cidades vizinhas que a gente tem aqui.”

“Quando eu tô pedalando eu gosto de observar tanto os aspectos naturais, quanto os lugares, as vilas... Eu gosto muito de um lugar onde tanto o caminho e quanto a estrada... gosto muito da ida para Caeté porque você vai numa crista de serra, então tem pontos em que você tá no topo da Serra e pedala fazendo as curvas, você consegue ver os dois lados da Serra e é muito bonita. Então é pela beleza natural e é um caminho gostoso de pedalar.”

“Algumas viagens me marcaram mais ... duas delas eu fiz de bicicleta. Eu saí de Porto Alegre uma vez e fui até Florianópolis e, uma outra vez, saí de Porto Alegre com mais dois amigos até Curitiba e passamos por bastantes cidades de interior. Passei por um vale europeu em Santa Catarina, então eu tive o contato com a arquitetura mais europeia, imaginei que inicialmente que as pessoas seriam muito fechadas e não foi isso que encontrei lá, fui muito bem acolhido na cidade. E tudo isso permeado por belezas naturais porque os caminhos de interior são muito bonitos e também porque eu vivenciei uma maneira muito forte, tanto trajeto quanto as pessoas.”

“[...] a questão do trânsito lá, aquele monte de gente circulando e o metrô, é uma confusão, apesar de ser muito bom porque você consegue atravessar a cidade inteira, mas é muita gente assim no mesmo lugar.”

A temática da *habitabilidade* permeia todo o imaginário coletivo no IA um, não só na escala urbana como na arquitetônica. A liberdade de deslocamento na cidade e a segurança urbana não se apresentam como padrão significativo. Entretanto, isso já se torna algo demarcado no universo feminino do IA um:

“[...] quando vou para lugares piores do que o meu bairro, eu também percebo que é diferente essa sensação de não-segurança, quando eu vou a locais que não conheço, mesmo que o lugar seja bom, eu não consigo me sentir segura.”

“Quando vou de um bairro mais elitizado, tem mais acesso às coisas, tanto de mobilidade quanto de serviços...”

“São lugares piores que o meu bairro pela questão de não ter coisas como ônibus para a gente conseguir chegar a esses serviços.”

Talvez pelo fato de a temática da *habitabilidade* se relacionar à facilidade de acesso ao que a cidade tem a oferecer, um outro padrão emergente é a referência do lugar em razão do núcleo central do espaço urbano, demarcando, por vezes, a variação de usos percebida, notabilizando certos usos como atrativos à movimentação e permanência de pessoas:

“A minha primeira casa era mais afastada do centro a minha cidade.”

“[...] o centro era um polo mesmo, então essa delimitação entre áreas residenciais e comerciais no meu bairro não era central, era vizinho ao Centro e era muito residencial, tinha também escola muito prédio, mas pouco estabelecimento de comércio, uma ou outra padaria ou algo mais pontual então eu senti a diferença porque o centro concentrava praticamente toda cidade e você achava qualquer coisa.”

“[...] minha cidade era bem pequena, era tudo bem perto. Então, se eu precisasse ir a um posto ou na escola, uma praça, era perto, [...] tô morando no bairro Nova Esperança, perto do Caiçara e eu achei esse interessante porque eu tava procurando por um bairro assim em Belo Horizonte, que tivesse as coisas mais acessíveis que eu não precisasse vir ao Centro para ver as coisas, com a loteria, por exemplo...”

“[...] tenho bastante costume de ficar nessa área mais central porque tem muita coisa para fazer e também porque as minhas amigas da escola moram aqui. Então eu não sei, é totalmente diferente. Meu bairro é bem menorzinho, não tem tanto movimento no comércio, não tem muita coisa para fazer nele direito, então é totalmente e diferente para mim. A maior diferença é a movimentação e atividade.”

“Barretos, em relação à Colina [cidades do interior de São Paulo] é maior, e o que mais diferencia é que a segunda tem equipamentos de lazer como shopping e cinema.”

As espacializações urbanas têm sua ênfase direcionada aos eventos e na interação entre pessoa-lugar e pessoa-pessoa:

“Eu acho que é uma parte muito elitizada da cidade, sabe? Eu tenho consciência dos meus privilégios. Eu sempre estudei em um colégio particular, em um colégio tradicional. Então eu nunca fugi disso... até tentava fugir um pouco, pois eu tinha consciência que sempre frequentava os mesmos lugares, mas meio que não dá, mas eu tenho essa visão que ela é elitizada. [Áreas elitizadas] são partes mais cuidadas, partes mais vivas da cidade, onde acontecem os eventos culturais onde as calçadas são melhores... não são tão boas, mas ainda assim são melhores do que em outros lugares. Até mesmo de estabelecimentos que eu frequento e frequentei costumam ser mais caros. Essas são as semelhanças entre esses lugares.”

“As diferenças que percebo em dias atípicos como fim de semana e feriado, eu vejo mais como as pessoas ocupam um espaço. Eu confesso ser um pouco relapsa quanto ao espaço, porque eu tô treinando meu olhar um pouco mais agora, mas eu percebo esse engajamento que as pessoas da minha bolha, do meu círculo social, são muito engajadas com os espaços, que frequentam lugares bastante centrais. A minha bolha não frequenta muito lugares elitizados, então tem muita troca de experiências nesses espaços, pessoas de todas as classes sociais, de todos os tipos de lugares, livres de preconceito e nesse horário comercial a gente não consegue observar isso, mas à noite é bastante claro, e os lugares de divertimento sempre se tornam lugar de reafirmação política.”

Comentários sobre apreciação centrada na dimensão estética da cidade ou conjunto edificado também são presentes, assemelhando-se ao IA zero neste ponto. No entanto, entre os ingressantes, aspectos da paisagem natural não têm a mesma expressividade no imaginário coletivo nesse momento. Além disso, o que é considerado estético no nível da cidade não é apenas a aparência do edifício ou de gosto pessoal. Aproxima-se mais de uma

análise visual da paisagem urbana como um todo, sendo incluídos qualificadores de ambiência urbana, dados pela conjugação entre desenho das ruas, calçadas, quarteirões, ou como críticas, ainda que não desenvolvidas como tal, a fenômenos mais amplos, como verticalização urbana, o que demonstra certa ampliação do imaginário urbano entre alunos calouros. Esses elementos aparecem nos comentários a seguir:

“A última que fiz e me marcou mais foi Ubatuba em São Paulo, porque acho mais marcante que o estilo de construção, quando você está numa área de praias, costuma ser um pouco diferente do que a gente vê em cidades mais normais assim. Aqui em Minas, por exemplo, que não tem praia... acho que a arquitetura de lá, principalmente por ser uma cidade em que ficam várias montanhas em volta dela, acaba que fica com uma estrutura diferente, porque é mais difícil chegar recursos pra construir grandes coisas, apesar de ter, você vê uma arquitetura menos gigantesca e menos central como em cidades grandes.”

“[...] achei muito marcante no Rio de Janeiro, a presença da natureza, a mistura dos prédios com as rochas no meio da cidade, o Pão de Açúcar e tal achei uma cidade muito bonita.”

“Os bairros são bem próximos, então tem as mesmas características em relação aos equipamentos as ruas são bem homogêneas. Para quem não conhece parece tudo igual todas as ruas têm o mesmo estilo as construções e as ruas todas parecidas e bem diferentes, por exemplo, das que tem aqui na Savassi.”

“[...] fui a São Paulo e fiquei muito incomodada com a cidade, com o modelo dos prédios com aquele tanto de prédio assim...”

“[...] a temperatura de Buenos Aires seria tão europeia, o estilo de cidade me passava sensação de Europa muito forte, prédios altos, ruas super longas, algumas delas, e arquitetura de Buenos Aires me parecia ser uma coisa mais fria.”

“O prédio que eu morei em Pitangui era muito pequeno, até pelo perfil da cidade, em questão de andares”

“Ubatuba [São Paulo] é uma cidade turística, com rede hoteleira, cidade de praias. O que influencia no estilo da construção e na arquitetura do lugar, por ser uma cidade montanhosa, estrutura diferente.”

“Era muito tranquilo, porque era no Centro. Então a rua era muito boa era um trecho mais bonito da cidade, mas Viçosa eu acho uma cidade meio feia, é muito bonita até a universidade. Mas você vai para outros bairros mais longe e é pouco arborizada, a rua não é mais pavimentada são aquelas pedrinhas, tem asfalto só nessa parte que eu falei, na área mais central.”

“Já Ouro Preto não parecia ter sido planejado, porque algumas ruas eram mais estreitas e sei lá, por exemplo.”

Ao descreverem, rememorarem ou compararem diferentes lugares (sejam regiões distintas da cidade ou mesmo cidades diferentes), existe a ênfase ao espaço vivido, dando projeção aos eventos e às relações entre pessoas ou mesmo às memórias pessoais:

“[...] lá em Natal eu morava com os meus pais, com a família. Quando eu fui no Rio Grande do Sul, é uma república, em uma casa de estudante, e morava com mais 14 pessoas, homens, mulheres... e essa vivência com outras pessoas foi uma novidade para mim, algo diferente do que eu vivia em Natal e algo diferente do que eu busquei para mim quando eu mudei para cá, para Belo Horizonte, porque aqui eu tentei morar sozinho buscando o meu próprio espaço.”

“De Barra Mansa, eu gostava mais por serem os meus anos de adolescente que eu vivi lá, então era tudo muito mágico, tinha muitos amigos, essas coisas... em Brasília, pela questão de ser muito grande, tem muita coisa para fazer. Mas em Belo Horizonte eu ‘tô’ gostando muito pela questão de ser muito grande, ter muita coisa para fazer e ainda assim as pessoas serem muito conexas.”

“Em Brasília, mesmo que na minha casa tivesse um quintal enorme, a minha infância era muito retraída, eu sempre fui muito de ficar em casa porque o condomínio não tinha muitas crianças, então eu cresci jogando no computador.”

“[...] no bairro, por que tem muitos amigos meus que moram lá, então eu meio que criei uma turma, lá tem uma quadra, então era muito bom, eu jogava futebol com meu irmão, tinha piscina também, então eu sempre gostei muito.”

Apesar de não se apresentar como um padrão nessa instância de avaliação espacial, ainda encontramos pontuais menções à organização e ordenação ortogonal e planejamento da malha urbana como um aspecto qualificador positivo:

“Quando eu viajei para os Estados Unidos, eu reparei muito na organização e no fato de que os lugares eram mais espaçados, não sei, as calçadas, ruas e tudo mais amplas e me parece que tudo mais espaçado e são todos retinhos. Até quando você vê de cima, do avião, percebe que são todas retinhas. E é totalmente diferente de Belo Horizonte, por exemplo, eu acho que se destacou bastante.”

“Acho que, quando eu viajei para Natal, também tem uma coisa que eu não lembro se foi em Natal ou em Salvador, mas fiquei muito impressionada com a visão clara do contraste de bairros muito nobres e muito pobres... aqui também tem isso, mas lá era mais claro.”

“Outra coisa também é que a topografia da minha cidade é muito irregular, tem muitos morros. E essas casas tinham muitos degraus de um cômodo para o outro. Então nessa lógica da rua inclinada, havia casos em que a janela ficava muito próxima do chão da rua, e às vezes eles criavam um relevo plano embaixo da calçada, construíam uma casa toda plana, mas para rua a casa ficava recortada, então ela já tava quase no nível do chão.”

Nas considerações a respeito da experiência urbana cotidiana no IC, a categoria Humanização do Espaço é a mais proeminente, como expresso na própria sumarização dos dados gerais do tema, na subseção 5.1.2.1, p. 91. No que diz respeito ao teor que compõe essa categoria, as ênfases interpretativas são distintas em relação ao IA um, embora a categoria seja valorizada nos dois imaginários.

No grupo anterior, percebe-se uma noção que valoriza atributos convidativos à permanência e apropriação do espaço. Essa noção também comparece no IC, mas é pontual.

Agora, o imaginário tende a voltar-se a atributos que conferem *maior possibilidade de fruição espacial*, não se restringindo, no entanto, às atividades de permanência, mas sim aos qualificadores que, de certo modo, potencializem a exploração de espaços urbanos e seus percursos, tais como detalhes percebidos do desenho urbano que potencializam a apropriação, valorizando a escala humana, a orientação visual e a ampliação da possibilidade de contemplação da paisagem. Nesse aspecto, parece haver uma mudança em relação ao IA um, onde, principalmente ao examinarmos as tendências entre ingressantes, essa fruição urbana centra-se na permanência e na experiência do outro, ou em uma experiência generalizante, direcionada ao coletivo:

“[...] que algumas coisas me impressionavam mais lá [em Barcelona], acho que uma era aquele recorte na quina da rua, que fazem pro pedestre andar, mas dá uma visibilidade da cidade bem interessante, questão de visada na escala de quem tá andando na rua, a padronização das fachadas, também às vezes era difícil se localizar se você não sabia o ponto.”

“[...] acho que uma questão de escala, acho que isso faz muito sentido tanto no urbano quanto no... dentro de casa assim, você tá andando na rua com uns prédios altíssimos, aquelas calçadas imensas... esses lugares não são onde me sinto melhor.”

“Amsterdã foi o lugar em que eu me senti mais confortável na vida. Eu não precisava ir a um ponto turístico assim, eu sentia que o tempo todo eu tava vivendo aquela cidade ali, aquela experiência, aquela cultura, porque é uma escala muito reduzida, as ruas são mais estreitas, as pessoas passam por você de bicicleta, as construções são mais baixas, não tem aqueles arranha-céus, então escala é uma coisa importante e dentro de casa eu vejo materiais muito nesse sentido.”

“Eu acho que Buenos Aires é construído numa escala muito mais humana, apesar de ter grandes edifícios e tal, lá não tem muito afastamento frontal, foi uma coisa que me chamou a atenção, ainda mais onde eu moro, que os prédios têm um super afastamento da rua, lá não tem isso...”

“[...] eu sou mais de arquitetura né, eu trabalho num escritório em que a gente trabalha mais com interiores e isso eu gosto muito, mas acho que, por eu ser do noturno, que é um curso com muito contato com urbanismo, eu olho muito isso na cidade, às vezes as construções, claro que eu acho incríveis e tal, mas eu fico reparando muito nisso, como é a calçada, como as pessoas circulam, se tem muita gente na rua ou não, a sensação de segurança.”

“[...] tem essa coisa de ser visualmente mais agradável e... não sei, mais essa questão de você sentir que o espaço não te trava em nada, porque geralmente, quando é planejado, dá pra você sentir um fluxo bom pra você percorrer aquele espaço de um lugar pro outro, mais uma questão de como que as relações, como que planejar um espaço amplia as relações que podem acontecer naquele espaço.”

“[...] o que eu conheci mais de Belo Horizonte e dos arredores foi fazendo trabalho para a faculdade, frequentava outros bairros, fazendo trabalho de campo... acho que não só Belo Horizonte mas em outras cidades metropolitanas, cidades vizinhas, Caeté... acho isso muito interessante porque acaba somado a uma desconstrução do que é ser arquiteto, uma noção muito diferente de cidade que eu tinha em São Paulo, por exemplo, como eu morava na Região Metropolitana, tudo o que eu fazia era pegando um trem pro centro de São Paulo e voltando pra cidade e acho que agora eu tenho

muito mais noção de como se compõe, uma cidade, da problemática a respeito de mobilidade etc.”

No IC também apresenta-se como padrão a referência a lugares dotados de qualificadores naturais, pela amenidade climática que conferem, e alguns qualificadores mais subjetivos, ligados ao que chamam de “ambiência do espaço”, que, segundo evidências dos relatos, estão mais próximos do que podemos entender como a cultura do lugar, materializada na cidade por meio dos eventos espaciais, de algum fenômeno social identificado como recorrente, costumes e os elementos espaciais que os demarcam e os espacializam, como feiras públicas ou mesmo a disposição de mobiliário nas calçadas. Também estão presentes aspectos mais próximos da instância visual, referindo-se ao gabarito dos edifícios e aparência das fachadas como elementos representativos da identidade do conjunto edificado que descrevem. Vejamos esses pontos nas falas a seguir:

“[...] a questão da rua ser plana muda completamente, eu tenho muita liberdade de vir pra cá pra Escola de Arquitetura a pé, por exemplo, não é um trajeto muito pequeno, mas é tranquilo de fazer.”

“[...] foi Brasília, fui visitar a primeira vez e foi um choque porque eu tentei andar a pé e foi um erro. Assim, apesar de já ter estudado e de ver o quão monumental é a escala e o quanto era um negócio feito pra carro e pra ser admirado, foi um choque ver o quanto era diferente de qualquer outra cidade que eu já tinha visto na vida.”

“[...] mas tem um banco que funciona do lado da praça que tá sempre cheio de gente saindo do trabalho e engraçado que o banco dá pra ver de fora que a estrutura é aberta, tipo escritório Google, então tem sempre gente no vidro conversando, você consegue ver lá dentro, então contrasta muito com as casas fechadas do Cidade Jardim. Você passa dele e é um escurão, um tanto de muro, você só vê carro lá dentro e um pouco do jardim da casa e eu passo por uma praça onde tem uma igreja, onde fica a antiga Odontologia da UFMG e sempre tá cheio de cachorro e chego na aula. Então é só isso que eu vejo, um tanto de casa fechada e um banco super aberto e carro, ônibus, pouca gente andando a pé, a não ser que seja na praça com cachorro [...]”

“[...] vou muito ao [bairro] Caiçara [...] engraçado o Caiçara porque você vê uma clara mudança, é um bairro muito antigo que tá virando novo, de jovem, só que de classe média baixa, média. Então o bairro é antigo, mas tem muita gente nova, e a maioria dos apartamentos sem elevador, um por andar, dois por andar, mas no Caiçara as pessoas andam menos a pé do que no Centro, mas também é porque é muito mais íngreme.”

“[...] depois de todo um percurso que a gente vai sendo ensinado a isso, estimulam os sentidos de uma forma positiva pra cada um, porque eu acho que uma cultura, o agradável da pessoa é ver uma praia, às vezes é sentir uma brisa fresca, outros é estar muito quentinho e confortável em algum lugar. Então eu falo pela minha percepção do que é agradável. Então como a gente é levado a ter um senso estético um pouco mais aprimorado de uma problematização do espaço, eu sinto que um espaço agradável é um espaço onde eu posso ter uma sombra e aonde eu posso me sentir segura. É claro que o sentimento de segurança também tá muito intrínseco a várias outras coisas né, a quem tá no espaço, de quem usa o espaço, então eu acho que depende muito mais da vivência assim do que isso é agradável ou não agradável.”

“[...] nasci e fui criada num bairro de periferia, então aquilo pra mim era o mundo que eu conhecia tal com ele era e quando você vem pra região centro sul, que tem uma tipologia diferente de construção com pessoas que usam o espaço de outras formas, com pessoas também de outras formas, que vestem roupas diferentes, que se comportam de forma diferente, você começa a perceber que a cidade não é a mesma em todos os lugares, até mesmo a tipologia de comércio o fluxo de pessoas.”

“[...] fui a Nova Zelândia [...] o impacto que você tem quando você chega e fala: gente isso aqui pode dar certo... Em questões urbanísticas é uma experiência completamente diferente da nossa, que as pessoas ocupam lugares públicos e ela querem ocupar... que eu acho assim, a gente quer ocupar, mas a gente não tem como né. Quanto aos edifícios, respeitam muito as condições climáticas, assim. Eu lembro de todo lugar que eu ia eu reparava na iluminação natural, ventilação cruzada, aproveitavam o clima que foi dado e que a gente ignora muitas vezes aqui no Brasil.”

Uma das diferenças mais demarcadas em relação ao IA um reside na baixa ênfase sobre os modais de transporte, o que denota a peculiaridade desse qualificador urbano àquele momento específico do curso. O depoimento abaixo é de uma estudante do 10º período, contrariando a tendência coletiva encontrada no grupo, que não se mostra inclinado à atividade espontânea de exploração do território urbano.

“[...] acho que nem vou ser uma arquiteta e tudo, mas um amigo falou que gosta de andar pela cidade comigo. Gosto muito de andar pela cidade e conhecer além do olhar turístico, fazer deslocamentos com o meio de transporte público e lá na casa da minha mãe mesmo, em Rio das Ostras, eu pego uma bicicleta e me acho e aqui em Belo Horizonte já percebi que eu já parei, meu deslocamento sempre é com pressa, eu ando e nem olho a cidade.”

A ênfase agora se desloca do modal para a experiência enquanto pedestre e de qualificadores urbanos que tomam o lugar “*caminhável*”, adjetivo extensivamente usado entre os respondentes no IC. Além disso, citações diretas aos modais de transporte não se apresentam como reivindicações coletivas, estando mais centralizadas na experiência pessoal do estudante. De todo modo, lugares “*caminháveis*” tendem a ser avaliados positivamente, como é visto nos comentários seguintes:

“[...] bom, o aspecto de diferença é que não é muito caminhável. Eu detesto pegar ônibus e detesto pegar Uber. Eu faço tudo a pé, eu não tenho carro e nem carteira, então eu gosto muito de andar a pé. Eu não gosto de ônibus porque acho um negócio caro pra caramba, que demora muito. Acho muito caro você pagar quase 9 reais pra chegar num lugar. Então o que eu gosto da região centro sul é que é uma região muito caminhável, o que é impossibilitado em todos esses outros lugares. Se eu vou sair com meus amigos, tem que ficar pegando carro, pedindo Uber, indo de carona, então isso pra mim é muito chato, principalmente porque me deixa muito preso e acho isso muito ruim.”

“[...] eu acho a Pampulha altamente sem graça, é pra você ir morar quando tiver velho. Primeiro que você só consegue morar lá se tiver carro e acho carro uma coisa horrível, barulhento, sujo. E acho que os bairros da Pampulha não têm diversidade

de uso nenhuma. Acho perigoso, não é caminhável e é desinteressante, assim. Mas eu gosto muito de caminhar na Lagoa da Pampulha também, quando vou pra lá. Mas aquilo é distinto né, aquilo não é Pampulha. É Niemeyer.”

“[...] o entorno, como ponto de ônibus, padaria, essas coisas, eram bem iguais assim e também, como eu morei com as mesmas pessoas nesses lugares, que é minha família, acho que não mudava muito a relação e no intercâmbio a casa era muito diferente, não por ser uma casa, mas também porque eu morava com muitas pessoas, 35 pessoas, aí eu acho que muda muito. Daí sobre o entorno... eu não sei o que mudava do entorno, acho que era mais caminhável.”

Deste qualificador derivam alguns outros atributos considerados positivos à experiência urbana, concentrados no *conforto ambiental e fluxo de pessoas* (lugares que propiciam sombra, que sejam iluminados à noite, que tenham pessoas circulando). Dentre os aspectos bioclimáticos mais comentados, estão a incidência de luz e ventilação, assim como som do ambiente, no sentido da poluição sonora urbana. Apesar disso, vegetação, arborização ou qualquer atributo paisagístico não se apresentam como uma tendência emergente nesse momento do imaginário, apesar de citados pontualmente como parte de um cenário espacial considerado “agradável”:

“[...] ando muito. Nos outros bairros, minha avó morava no Santa Tereza, num ponto meio ruim porque tava naquela beirada da linha férrea, aí eu sentia de barulho, era completamente diferente.”

“O que acontece lá na Pampulha é diferente aqui da Savassi, o ritmo, a concentração de pessoas, acho que uma coisa meio do tempo do ritmo porque aqui tem essa coisa muito pontual, mais acelerado. Você tá ali por um tempo e logo você tem que voltar pra sua rotina, pra sua correria e ali na Pampulha tem uma coisa mais bucólica [...]”

“[...] acho que Amsterdam também eu achei lindo, acho que mais pela questão dos rios, por eles serem visíveis, limpos, lindos... mas achei legal em questão de paisagem.”

Outro ponto que emerge no IC de modo extensivo trata-se da noção de *escala humana*, bastante valorizada nos discursos, também com uma conotação um pouco distinta do IA um, onde aspectos de mobilidade, acessibilidade e usos livres do espaço público eram mais emblemáticos, ou seja, o espaço funcionando como um mediador para atividades humanas. Já os estudantes avançados tendem a focalizar em aspectos de escala e proporção que se estabelecem entre pessoas e espaço, colocando-os de maneira mais direta no impacto sobre a plena fruição do lugar:

“[...] questão de escala, acho que isso faz muito sentido tanto no urbano quanto no... dentro de casa assim, você tá andando na rua com uns prédios altíssimos aquelas calçadas imensas... esses lugares não são onde me sinto melhor.”

De todos os momentos, o IC é o que mais se concentra nos *fenômenos urbanos*. Ainda que cite atributos, a categoria *Aspectos Contextuais* se notabiliza pelo fato de serem preponderantes, no padrão de interpretação espacial urbana no IC, características culturais (como visto nos exemplos a seguir), o que já se anunciava em alguma medida no IA um, como referência aos processos de especulação imobiliária, renovação urbana etc. Talvez, por esse motivo, as categorias relativas ao tema *Características Espaciais* mais ligadas à dimensão estética (*Estética, Forma/Formato e Materialidade*) são mais baixas no IC do que em todos os demais momentos, o que reforça o caráter dessa transformação nesse aspecto do imaginário arquitetônico.

“[A Região da] Pampulha, por motivos de esporte e por também meu namorado morar lá, Então até assim sendo as ocupações, um bairro mais antigo na região ali do Jaraguá, as ocupações ainda são mais antigas e agora tá tendo um processo de renovação que a gente já não vê com tanta frequência mais no Cidade Nova, porque há 5 anos atrás tavam construindo prédio adoidado lá e no Jaraguá é um processo que tá começando agora e assim no meu bairro foi num período pré crise e agora na região da Pampulha tá sendo num pós crise... eu acho assim que até questão de público alvo que as empreiteiras buscaram atingir... no meu bairro é um bairro muito familiar; o Jaraguá, que eu convivo mais, é muito universitário e com muita gente nova. Acho que o pessoal que morava lá há muito tempo em casa tende a querer ficar lá. A paisagem limpa, você não vê prédio, é difícil até acessar serviço, é uma outra cidade, acho que a própria vivência é muito diferente do resto. A gente tem acesso à transporte público por exemplo nas principais vias, dentro dos bairros é quase ninguém sabe, muro o tempo inteiro, não tem olhos virados pra rua.”

“Minha cidade, que é muito voltada para indústria calçadista, essa questão de muito galpão e não passa muito disso. E eu não tinha muita vivência em outras cidades fora de lá também, então nessa viagem eu acabei tendo contato tanto com uma arquitetura muito diferente que eu nunca tinha tido contato antes como a minha cidade mesmo, não tem praça não tem parque e lá eu tive mais contato com isso, lá tem muita deficiência de espaços públicos, espaços culturais...”

“Barcelona é muito interessante na parte urbana pra gente como estudante de Arquitetura. Já fui pra lá com essa coisa, uma cidade com um super plano e tal e que a malha viária é bem destoante da parte planejada e da parte medieval, então ela tem muita paisagem, muito diferente, você anda quatro quarteirões e é completamente diferente e acho que aqui é mais suave essa questão de mudança de paisagem.”

“Eu viajo muito na verdade, vou muito pro interior assim em cidade histórica. E como é que o passado consegue coexistir muito bem com o presente, às vezes nem históricas assim como Ouro Preto, e sim cidades antigas que você vê que tem um processo de renovação mais lento, onde as coisas coexistem naturalmente sem ter uma coisa impositiva.”

“Colômbia lá também tem essa questão de ocupação das encostas pela população mais carente e assim na escala de andar na rua dá pra ver que tiveram alterações estruturais muito claras.”

Assim como percebido de maneira menos sistemática no IA, no IC mulheres *sempre* citam algo relacionado à segurança urbana, associando à sensação de segurança atributos

dos equipamentos e serviços urbanos, como iluminação urbana, além do movimento de pessoas no lugar.

“[...] olho muito isso na cidade, às vezes as construções, claro que eu acho incríveis e tal, mas eu fico reparando muito nisso, como é a calçada, como as pessoas circulam, se tem muita gente na rua ou não, a sensação de segurança... Eu gosto muito de reparar a sensação que eu estou tendo nos lugares, se eu tô me sentindo livre, acolhida, se eu não estou, acho que mais isso do que a arquitetura das edificações assim.”

“[...] Santa Tereza me dá muito assim essa cara de interior, que eu gosto muito assim. Acho que a maior diferença pra esses lugares que frequento é a iluminação, minha rua, depois que passa o movimento dos carros, a iluminação dos faróis, fica mais escura.”

Algo em comum nesses relatos é a eleição de um marco/referente arquitetônico para ilustrar com mais detalhe alguma escala mais próxima, da espacialização do bairro e das ruas que frequenta, as tipologias predominantes, além da interação e estilo de vida das pessoas do lugar ou do “espírito” do bairro, sem, no entanto, focalizar no conjunto arquitetônico edificado, que não configura uma tendência coletiva:

“[...] na praça tinha uma micro drenagem que foi até usada como uma coisa estética, com umas mini valetas que iam percorrendo e fazendo desenhos assim e isso não é uma coisa muito óbvia, mostrar a ideia de uma água que existe e não esconder em um ralo.”

São poucos os comentários com ligação direta aos aspectos construtivos. Pontualmente, há comentários que descrevem a tipologia construtiva do lugar narrado, a solução volumétrica adotada no projeto que descrevem, ou comentários que procuram distinguir materiais, em sua grande parte, os usados em revestimentos, em tipos arquitetônicos ou para distinguir estratos sociais através das características materiais da arquitetura. Assim, esses espaços não habituais tornam-se referências de espacialidade e materialidade que representem “novidade” por contraste ou estranhamento às mesmas características contidas em espaços urbanos do seu cotidiano.

Um aspecto compositivo do espaço compareceu de modo direto apenas uma vez, onde a estudante ressalta a *simetria* no plano vertical como importante à estética da paisagem urbana. Para ela, diferentes gabaritos em uma série de casas vizinhas causam incômodo, enquanto que configurações em que a simetria acontece são mais agradáveis:

“[...] tem que apresentar um pouco de simetria, porque senão ele me deixa meio zozza assim, ele tem que ter um pouco de simetria...no plano vertical sabe, eu prefiro andar em ruas, por exemplo, que todas as casas e edifícios tem todos eles 3 andares e não

em um de 3, outro de 7, outro de 5. Eu me sinto mais confortável andando em ruas que tem uma altimetria mais regular...”

É particular, no IC, o uso de viagens inscritas à experiência acadêmica como fonte de referência para o repertório arquitetônico⁹², como visitas técnicas e intercâmbios. Não é possível, no entanto, concluir que esse repertório preferencial tem por finalidade seu uso como referenciais em processos de projeto ou de princípios projetuais. Nesses casos, aparenta se tratar de uma espécie de checagem *in loco* de fenômenos ou produções de arquitetos que já conheciam anteriormente pela teoria ou que tiveram contato por qualquer fonte não presencial (como livros, internet etc.). Assim pode-se dizer que essa é uma outra diferença que se demarca em relação ao momento anterior. Um estudante, por exemplo, usa como critério, para escolher seus destinos de viagens, o desejo de incursão em produções arquitetônicas específicas, escolhidas por autoria.

O padrão que se insinuava no IA, a respeito da associação entre ortogonalidade e planejamento não se sedimenta no IC. O primeiro trecho destacado a seguir é o único que contraria essa conclusão. O segundo trecho, de outro concluinte, traz uma pista sobre a factual associação entre forma e planejamento que pode permear o IA, com variações, já que, além da ortogonalidade, também cita que formas orgânicas também remeteriam a artefatos planejados.

“Quando as coisas são retas, acho que dá uma sensação de planejamento e é o que mais me chama atenção, e, quando não tem esse planejamento ortogonal, eu acho que não tem.”

“[...] antes de entrar pra faculdade, eu diria que seria diferenciado por uma forma mais orgânica ou por uma forma que foi pensada mais geometricamente ou com alguma lógica... mas eu acho que isso não é sempre, isso não é definidor, acho que você consegue visualizar uma certa determinação de alguma coisa independente da forma ou do modo como foi construído.”

5.1.2.4 Atributos das leituras espaciais nos imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática

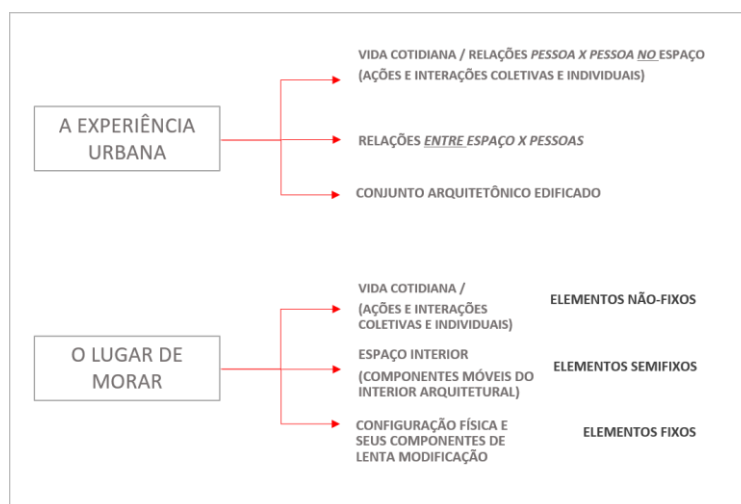
A fim de facilitar a síntese dos atributos e suas transformações conforme o momento de informação, sistematizamos uma decomposição simplificada, a partir das tendências principais que emergem a partir da discussão das duas instâncias que interessaram a esta tese: o lugar de morar e a experiência urbana cotidiana.

⁹² Isso é discutido mais à frente, em Vetores de Influência, subseção 5.2.2.

Na primeira, o espaço arquitetônico emerge em três principais níveis de interpretação e avaliação. O primeiro é o do cotidiano do lugar, dado por seus elementos não-fixos, estabelecidos nas relações não-verbais entre pessoas no espaço. No segundo nível, existe um enfoque no espaço arquitetônico interior, em que objetos de rápida modificação são privilegiados enquanto signos espaciais relevantes no discurso coletivo. Por último, existe o nível do espaço arquitetônico enquanto objeto construído, no qual a configuração física do espaço é centrada em sua descrição funcional e em componentes fixos, ou seja, de lenta modificação, como os aspectos infraestruturais da residência.

Na instância da experiência urbana, por sua vez, os enfoques podem ser sintetizados também em três níveis conceituais. No primeiro, estão em foco as relações interpessoais e os eventos decorrentes delas no espaço urbano. No segundo nível, residem as relações estabelecidas entre pessoas e os espaços que ocupam. Já em uma terceira abordagem de interpretação e avaliação, o foco do espaço urbano e de seus qualificadores reside sobre o conjunto arquitetônico/urbano edificado: prédios, praças, parques etc. A Figura 13, a seguir, sintetiza esse esquema avaliativo geral, identificado a partir das análises das entrevistas nos três momentos do imaginário arquitetônico dos estudantes:

Figura 13 — Síntese dos níveis conceituais de avaliação e interpretação do lugar de morar e da experiência urbana que emergiram do imaginário arquitetônico coletivo



Fonte: Elaborado pela autora.

Vimos que as avaliações qualitativas entre os grupos se alternam ao longo do processo de educação arquitetônica e que tais alterações incidem mesmo quando um mesmo elemento ou atributo é considerado por mais de um grupo como qualificador espacial. Isso acontece porque os critérios de julgamento também se transformam, incorrendo em uma reelaboração

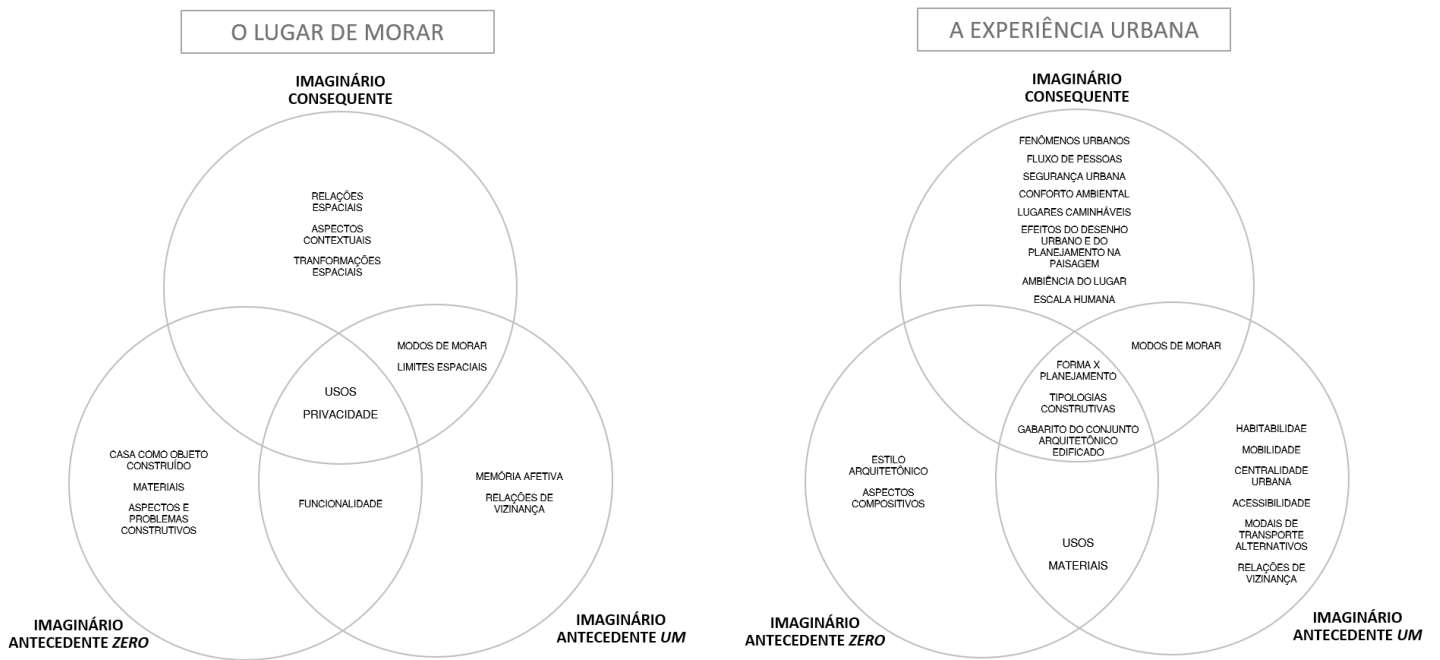
de elementos que antes tomavam um certo enquadramento no imaginário coletivo, enquanto que, em outro, saem de foco para caracterizar algum atributo considerado mais relevante.

Concluimos que, na *instância do lugar de morar*, no AI zero, a casa é avaliada e interpretada sob sua configuração física. Isso se sinaliza pela forte presença de elementos fixos no discurso, como descrições funcionais e de elementos componentes de lenta modificação, centrados geralmente em problemas construtivos e da materialidade da construção. Já no AI um, dividem-se os níveis de elementos não-fixos e semifixos onde, apesar de centrados em descrições funcionais, o espaço passa a ser interpretado como lugar de manifestações sensoriais e afetivas entre os integrantes. Além disso, é nessa instância em que relações entre coletivo/individual e privacidade começam a ser identificadas como uma tendência de leitura espacial relevante.

Existe forte apelo à descrição e à avaliação da materialidade, demarcando gosto pessoal, assim como o estilo, situando esse objeto no tempo. Além disso, é a primeira vez em que o objeto é avaliado enquanto relações exterior/interior, já que, no IA zero, a casa configura-se como um objeto à parte do lugar urbano. No IC, por sua vez, todos os níveis são enfatizados, com a ressalva de que todos os elementos semifixos e fixos estão subordinados a uma lógica avaliativa que *privilegia o espaço dos eventos e das relações humanas que acontecem ali (elementos não-fixos)*. Nesse momento, o imaginário volta-se às *questões contextuais* que explicam os modos de morar e como eles são afetados por configurações sociais e físicas de culturas específicas. Consideramos que esse enfoque esteja relacionado ao universo consultado, cuja maioria indicou a imersão em configurações espaciais residenciais contrastantes, espacialmente e culturalmente.

O diagrama da Figura 14 sintetiza os atributos recorrentes e alguns que não compareceram como tendências, mas que foram interpretados como contradições relevantes intragrupos, anteriormente discutidos nos itens 5.1.2.2 e 5.1.2.3:

Figura 14 — Diagramas-síntese dos atributos identificados nos 3 grupos na instância do morar e da experiência urbana



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.3 Características intangíveis

5.1.3.1 Introdução aos resultados e comentários gerais

Foram identificadas 9 categorias relacionadas ao tema Características Intangíveis. O Quadro 4, abaixo, nos mostra que, seja no Imaginário Antecedente ou no Consequente, o tema é liderado pela categoria *Aspectos Sensoriais*⁹³. Outras duas consideradas importantes são *Memória Afetiva*, seguida de *Humanização do Espaço*, apresentando expressividade em todos os momentos do imaginário arquitetônico, com destaque para os ingressantes. Além disso, a categoria *Aspectos Contextuais* compareceu com ênfase subjetiva apenas entre calouros. As demais são consideradas menos expressivas e serão discutidas conforme o reconhecimento da pertinência, nos itens seguintes.

Como veremos nas análises nos tópicos seguintes, é no IA um que a subjetividade espacial marcadamente se destaca, tendendo a imprimir um forte caráter subjetivo junto às interpretações espaciais. Conformam uma atenção concentrada à dimensão simbólica das espacializações, principalmente nas interpretações de lugares familiares, como a casa, nos espaços da cidade pessoalmente significativos ou mesmo durante exemplificações de qualidades de lugares potencialmente agradáveis, propícios à permanência e interação entre pessoas.

Quadro 4 — Resultados do tema Características Intangíveis

	CATEGORIAS	Proporção no Discurso			Extratos de fala		
		C	I	PI	C	I	PI
CARACTERÍSTICAS INTANGÍVEIS	Analogias e Associações	0,3%	0,4%	0,2%	3	4	1
	Aspectos Contextuais	1,0%	0,6%	0,0%	10	6	
	Aspectos sensoriais	3,1%	5,7%	5,9%	30	53	36
	Elementos Naturais e arquitetura	0,2%	0,0%	0,0%	2		
	Entorno	0,3%	0,0%	0,0%	3		
	Espaço Planejado <i>versus</i> Não Planejado	0,1%	0,3%	0,3%	1	3	2
	Humanização do Espaço	0,3%	2,2%	1,0%	3	20	6
	Memória Afetiva	1,8%	2,9%	1,3%	18	27	8
	Tipos arquitetônicos	0,1%	0,1%	0,0%	1	1	
Características Intangíveis Total	7,3%	12,3%	8,6%	71	114	53	

Obs.: Resultados proporcionais em relação ao total do discurso e totais numéricos puros.

Fonte: Elaborado pela autora.

⁹³ Lembramos que o conceito abordado na tese se refere a “aspectos intangíveis e/ou subjetivos, que remetam às sensações, emoções e reações pessoais sobre alguma situação ou espaço”. Por exemplo: sensação de bem-estar, sensação de segurança e conforto etc., enquanto que a categoria *Memória Afetiva* é um subgrupo mais específico de interpretação subjetiva, em que são destacadas “lembranças pessoais ou relatos de sensações que remetem a períodos vividos anteriormente.” Esses conceitos estão descritos no Capítulo 4, seção 4.2.

Esse resultado pode estar, em parte, correlacionado ao teor das disciplinas introdutórias para o 1º período do curso. A consulta à ementa e ao conteúdo programático demonstraram enfoques como: a relação entre corpo e espaço e de introdução à fenomenologia com ênfase à sensibilização da experiência espacial. Durante o período de entrevistas, nas conversas com dias de aulas mais avançados, as respostas obtidas de respondentes ingressantes apresentavam esse tipo de interpretação de maneira a rapidamente conformar um padrão coletivo, algo que não se observou entre futuros estudantes e nem mesmo em concluintes⁹⁴. Interpreto como um forte indicativo da correlação dessa tendência a esse momento específico do curso pois, a julgar pelos resultados obtidos entre concluintes, não se mantém crescente e nem ao menos constante na formação arquitetônica⁹⁵.

Há uma maior variedade de categorias de aspectos intangíveis do espaço entre veteranos (fato que pode ser percebido pela coluna de extratos de falas em todas as categorias), o que denota que o avanço na formação pode ser um vetor que aguça a diversificação de *critérios* de interpretação espaciais simbólicos ou subjetivos. Por outro lado, como vimos, essa diversificação não garante seu protagonismo no IC, sendo esses aspectos mais ressaltados apenas no primeiro momento do curso.

A despeito da abordagem subjetiva comparecer de forma inexpressiva no Imaginário Consequente, é este grupo que detém a maior *variedade* de categorias relacionadas ao tema, se comparado aos demais.⁹⁶ Já as categorias *Entorno* e *Espaço Planejado versus Não Planejado*, apesar de serem exclusivas do Imaginário Consequente neste tema, não são consideradas como tendências significativas, pela baixa incidência nos discursos, o que nos leva a interpretá-las como categorias com baixo potencial a serem classificadas, em qualquer momento do curso, com conotação subjetiva.

⁹⁴ Esse comentário apenas reforça a manifestação do fenômeno da adesão indistinta dos ingressantes a certo tópico disciplinar abordado, mas não se configura como uma crítica e nem mesmo classificação dessa tendência como resultado de prática didática tradicionalista, pois trata-se de uma disciplina de fundamentação e não de projeto, ainda que, de certo modo, instrumentalize os estudantes a aspectos teórico-conceituais que interessam à prática projetual.

⁹⁵ Especulo, portanto, que deriva da abordagem programática das disciplinas na EA/UFMG. A pertinência dessa observação em outros contextos educacionais teria de ser investigada para que se pudesse levantar outras hipóteses. Em todo caso, essa tendência nos aponta, através dos dados, algo que pode ser facilmente identificado ainda que por senso comum: há uma clara interferência no imaginário estudantil ao estarem imersos em novos conceitos ou assuntos, que fatalmente induzem esse imaginário, ainda que momentaneamente, a voltar-se para esses aspectos. Uma evidência que reforça isso é que a disciplina que tratava dos conteúdos indicados é a mais citada de modo espontâneo entre os calouros desde as primeiras entrevistas.

⁹⁶ Essa variedade mais abrangente de categorias em concluintes também se repetirá nos temas *Projetar* e *Vetores de influência*. Reportamos esses resultados como próprios de um contato mais alargado com diferentes questões espaciais e de referências imagéticas ao longo do curso.

Também cabe notar que, independentemente do grupo, todos os respondentes homens citam aspectos intangíveis. No IA zero e no IC, 8 das 9 mulheres de cada grupo citam esses aspectos. No IA um, esse número cai para 7. Em todo caso, entre mulheres, a incidência tende a ser mais extensiva no discurso, sendo citada mais pontualmente no caso dos respondentes homens. Ao mesmo tempo que essa constância na predominância feminina tenda a indicar uma maior abertura ou adesão a essa abordagem de pensamento espacial entre o gênero, também aponta a fragilidade contida no senso comum de que aspectos mais subjetivos *não* estariam ou *seriam menos frequentes* no imaginário arquitetônico entre homens.

5.1.3.2 Os aspectos subjetivos

As Características Intangíveis absorvem todo e qualquer aspecto da leitura espacial que não esteja inserida ou não seja imediatamente visível no espaço físico, embora seja interpretada a partir dele. Compreende fatores subjetivos que, em maior ou menor medida, sempre estão imbricados à projeção e, por consequência, também no discurso arquitetônico. Ao ser vista como uma prática criativa, a interpretação individual que também instrumentaliza a abordagem do projeto é valorizada.

As categorias *Memória Afetiva* e *Humanização do Espaço* têm baixa frequência no IA zero, seguindo o padrão já observado no tema Características Espaciais. Esse aspecto é o que os diferencia de modo mais determinante em relação aos já estudantes do curso, no que diz respeito aos critérios de avaliação espacial subjetivos. No entanto, quando recorrem à memória afetiva acerca do espaço, o *tempo de permanência* e as atividades desempenhadas no lugar são enfatizados como responsáveis por sedimentar a *identificação* com o espaço. Novamente, assim como em Características Espaciais, referências ao entorno da casa e a abordagem afetiva em relação às relações de vizinhança não se apresentam como tendência no grupo.

Ainda entre os futuros estudantes, todas as demais categorias também são obliteradas em favor de Aspectos Sensoriais⁹⁷. No IA zero, são dominantes observações que enfatizam a relação entre *bem-estar* e espaços considerados *confortáveis* e *tranquilos* do ponto de vista individual. Tendem a sugerir ambiências que, em tese, transmitiriam qualidades que propiciam permanência, tais como organização, limpeza, clareza, conforto visual, plantas, som de

⁹⁷ Nos demais grupos, onde, apesar de a categoria *Aspectos Sensoriais* também se destacar no tema, divide protagonismo com outras categorias de modo um pouco mais equilibrado.

pássaros, identidade com o lugar etc., todos muito ligados aos *lugares de morar*, discutidos na subseção 5.1.2.2. Manifestações de identificação com o espaço urbano cotidiano não são manifestadas de maneira extensiva.

Outras observações, diversas a essa tendência, mostram um quadro bastante diversificado de acepções, o que denota que o tema nesse grupo tem um caráter heterogêneo. Há casos que exploram sensações em relação a obras monumentais e seus elementos, descrevendo a sensação que transmitem ao observador, pois, como demonstrado na subseção 5.1.2.3, esses são fortes elementos espaciais no IA zero. Identificou-se ainda: o efeito intencional que o planejamento de certos espaços tem sobre os sentidos de quem os experimenta; a comparação entre tipologias habitacionais; e associações com diferentes efeitos sobre a impressão que transmitem.

Uma estudante entrevistada deixa claro o que outros alunos já comentaram sobre a experiência do lugar ou de lugar que te deixa confortável, independente do consumo ou de como você está vestido, e diz de modo direto que isso foi uma discussão levantada para que eles problematisassem em sala de aula entre ingressantes. Há um frequente envolvimento do que seria a função do arquiteto, ligada por eles diretamente, algumas vezes, a alguns termos e conceitos que aprenderam nas disciplinas do curso ou mesmo em discussões promovidas pelos professores das disciplinas através dos conteúdos.

No IC, o tema alcança a *menor* relevância nos discursos, destacando-se um pouco mais, se comparado aos momentos anteriores do curso, apenas sob a categoria *Aspectos Contextuais*, que, de modo geral, é *sempre* predominante entre estudantes avançados, independente do tema ao qual está atrelada.⁹⁸

Aspectos Sensoriais é a categoria com maior incidência entre as falas, que ora revela questões de gosto estético, ora ênfase à configuração espacial do lugar citado, seguida de análise da espacialização das relações pessoais que são afetadas e que afetam simultaneamente esses lugares do cotidiano. Identifico que a maior tendência no Imaginário Consequente neste tema é a atenção dada à *liberdade*, que, por sua vez, comparece sob seis principais aspectos, dispostos aqui em ordem decrescente de tendência intragrupo:

- i. Sensação de acolhimento, bem-estar e tranquilidade: são recorrentes ao serem questionados sob o que consideram espaços confortáveis, assim como, no Imaginário Antecedente, comparecem independente de gênero e também sob diferentes

⁹⁸ As demais categorias apresentam-se com ênfases bastante semelhantes e com menor expressividade entre os discursos.

perspectivas. Há os que afirmam não haver algo definido nos espaços que os façam distinguir o que lhes deixam à vontade. Seria, então, algo mais subjetivo associado ao espaço; talvez, algo que inclusive transcenda suas características espaciais. Poderíamos especular, como exemplos, a partir dos depoimentos analisados, o grau de intimidade com os demais habitantes ou quem são os “donos” do lugar, seu humor, sua intimidação por diferenças de poder aquisitivo etc.: *“O copo vai estar dentro do armário e o garfo vai estar no fundo da gaveta da mesma forma nas duas casas, mas em uma você se sente confortável em abrir pra pegar e na outra não”*. Por outro lado, alguns elementos arquitetônicos e fenômenos urbanos percebidos são citados como importantes ao conforto no espaço, definindo a estética — algo não subjetivo nessa perspectiva, pois é fruído a partir de elementos dispostos no espaço material — como um fator espacial preponderante;

- ii. Identidade: relatos que enfatizam as possibilidades de transformação e ação espacial através de atividades como estimuladores de uma identidade espacial, segundo, justamente, essa abertura à mudança que faz da casa um lar. Há ainda a associação de espaços de diferentes qualidades (urbana e arquitetônica) como complementares, como quando uma estudante afirma que se identifica tanto com a rua em que mora hoje, que é como se fosse extensão da sua casa.
- iii. Ambiência: classifico como ambiência declarações transmitidas pela consideração entre a integração de elementos físicos e não físicos como comunicantes à sensação de bem-estar e agradabilidade do ambiente que constituem o “clima” do lugar. Assim, tangencia, em parte, o aspecto (i);
- iv. Sensação de segurança: assim como no IA, a tendência comparece apenas entre respondentes mulheres, o que nos permite inferir que esse fenômeno se consolida no gênero não exatamente por influência e estímulos do ensino formal, ou mesmo pela região de origem e lugares em que as respondentes moram. Considerando a variedade de perfis femininos entrevistados, percebo que esse marcador tende a ser algo culturalmente consolidado no imaginário feminino coletivo brasileiro por suas características estruturais, percebidas por indicadores de violência contra a mulher, estando refletido no imaginário arquitetônico.

- v. Privacidade: o fenômeno é considerado como intangível, pois os níveis de privacidade, nesses casos, *não* são justificados sob características físicas ou materiais do espaço. Um estudante, por exemplo, afirma que o gênero dos habitantes da casa influencia significativamente nos níveis de privacidade experimentados pelo demais usuários. Argumenta ainda que dividir repúblicas mistas restringe bastante o livre uso dos espaços pelos homens, em função das necessidades intrínsecas de maior privacidade espacial no ambiente doméstico concernente ao gênero feminino.

- vi. Experiência espacial: apenas homens citaram diretamente as experiências espaciais que tiveram e o que sentiam, o que o espaço os despertou, como fatores preponderantes de fruição do espaço, o que se torna, nesses casos, assunto de suas conversas sobre esses lugares.

Valores subjetivos associados ao espaço também comparecem de modo expressivo em outra categoria, *Memória Afetiva*. Apesar de ser a segunda mais recorrente, comparece de modo bastante pontual, se comparada ao IA um, se restringindo a breve rememoração de diferenças entre relações de vizinhança entre alunos que já moraram em mais de um lugar ao longo da vida ou que moram na mesma casa desde a infância, em geral para enfatizar o caráter mais interiorano e residencial dessas localidades. No IA, principalmente entre *ingressantes*, vimos que esse aspecto tende a ser mais demarcado em suas considerações, o que denota uma certa ênfase proposital nesse tema. Isso também pode estar relacionado diretamente às vivências das primeiras semanas acadêmicas no curso, cujos módulos disciplinares concentravam-se em explorar a relação *pessoa-pessoa* e *pessoa-espaço*, de modo que os estudantes deste grupo tendem a destacar mais das *relações interpessoais* como marcadores da memória infantil. Quando a memória infantil comparece, alunos avançados tendem a se concentrar mais na relação pessoal com os lugares do espaço doméstico e em como ele apresentava aberturas e interdições às ações próprias da infância.

Veremos mais à frente, na subseção 5.2.2.3, que essa baixa tendência à valorização de atributos espaciais subjetivos reverbera nos lugares significativos no IC, que tende a privilegiar lugares e experiências enfatizados segundo suas qualidades espaciais tangíveis e que também são pertencentes à produção arquitetônica formal⁹⁹.

⁹⁹ Discutimos esse aspecto com mais acuidade em representações imagéticas, a partir da subseção 5.2.2.2, p. 167.

5.1.3.3 Atributos subjetivos nos imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática

A descoberta que mais chama atenção a respeito do tema é a de que as características subjetivas do imaginário arquitetônico apresentam forte interferência do curso no grupo de recém-ingressos. Pode ser percebida em contraposição ao IA zero, em que há quase exclusiva atenção à fruição individualizada, ou seja, aos próprios juízos pessoais a partir da experiência sobre os lugares. A instância coletiva, sob o viés das relações entre pessoas e delas com os espaços, é potencializada no IA um. Além disso, não raro o espaço é secundarizado em favor de privilegiar as espacializações que decorrem da interação entre pessoas e eventos, assim como os fenômenos sociais implícitos que os expliquem. Por essa tendência encontrada entre calouros, há ênfase na *experiência sensorial e afetiva nos lugares de vivência cotidiana e valorização de espaços de permanência e que propiciem apropriação coletiva*.

Mesmo entre estudantes calouros com tão pouco contato com o curso, o senso de identidade com o grupo social no qual recém ingressaram os fazem apreender bastante rápido noções e fundamentos importantes à área. Isso é interessante, pois, como veremos na subseção 5.2.2.3, essa tendência de interpretação espacial aparenta influenciar os tipos de lugares citados, assim como as próprias justificativas de atributos qualificadores desses espaços, onde critérios avaliativos menos objetivos são mais perceptíveis nesse momento de formação.

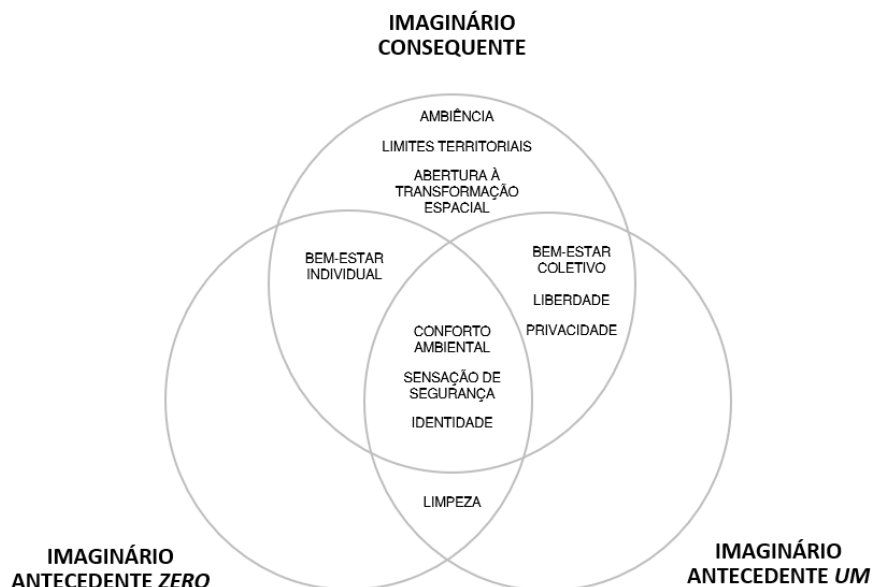
Já entre alunos avançados no curso, a consideração dessa dimensão é citada em momentos específicos da conversa, ao ressaltarem alguma dimensão subjetiva que os faz considerar espaços como confortáveis, o que nos leva a perceber que um lugar confortável, ainda no Imaginário Consequente, não é primariamente imaginado sob viés técnico ou material, ainda que estes também sejam citados. Veremos adiante que esse imaginário de caráter intangível tem direta interferência sobre o caráter dos lugares citados pelos estudantes novatos como marcantes, tanto em suas experiências anteriores como em experiências arquitetônicas desejadas¹⁰⁰.

Um segundo aspecto é que essa concepção da estreita relação entre arquitetura e pessoas (que também compareceu no tema anterior), no que diz respeito à apropriação e liberdade de ocupação, não guarda coerência com os interesses de consumo sobre arquitetura que os ingressantes alegam possuir (ver subseção 5.2.2). Esse achado pode reforçar a hipótese de que tanto *os lugares quanto as preferências* citadas por esses alunos tendem a

¹⁰⁰ Ver discussão no item 5.2.2 e suas subseções.

sofrer progressiva influência do contato disciplinar. A seguir, a Figura 15 representa os principais atributos subjetivos identificados:

Figura 15 — Diagrama dos atributos subjetivos nos três momentos do imaginário arquitetônico discente



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.4 Projetar

5.1.4.1 Introdução aos resultados e comentários gerais

O Quadro 5, na página seguinte, demonstra os resultados alcançados no tema Projetar. A este tema estão associadas as categorias em que os respondentes mencionam assuntos relacionados à atuação do arquiteto, à profissão e também ao ato de projetar, em específico com referências a elementos considerados essenciais à projeção, de maneira que as três categorias de maior destaque são *Elementos de Projeto*, *Diferenciação da Profissão* e *Caráter do Trabalho Projetual*.¹⁰²

¹⁰² Os dados que correspondem a essas três categorias estão, em sua maioria, vinculados às questões 7, 8 e 9 do roteiro de questões. Para conferir o teor das perguntas, ver Apêndice A.

Quadro 5 — Resultados do tema Projetar

	CATEGORIAS	Proporção no Discurso			Extratos de fala		
		C	I	PI	C	I	PI
PROJETAR	Analogias e Associações	0,4%	0,0%	0,0%	4		
	Aspectos Contextuais	0,2%	0,0%	0,0%	2		
	Caráter do trabalho projetual	4,1%	2,4%	2,8%	40	22	17
	Circulação e Barreiras	0,1%	0,0%	0,2%	1		1
	Conforto Ambiental	0,2%	0,5%	0,0%	2	5	
	Diferenciação da Profissão	4,1%	1,8%	1,8%	40	17	11
	Elementos de Projeto	4,7%	3,6%	5,5%	46	33	34
	Elementos Naturais e arquitetura	0,2%	0,0%	0,3%	2		2
	Entorno	0,2%	0,9%	0,5%	2	8	3
	Espaço Planejado <i>versus</i> Não Planejado	0,4%	0,0%	0,5%	4		3
	Estética	0,3%	0,1%	0,5%	3	1	3
	Funcionalidade	0,3%	0,5%	0,5%	3	5	3
	Humanização do Espaço	0,5%	1,3%	1,6%	5	12	10
	Materialidade	0,6%	0,1%	0,0%	6	1	
	Organização/Ordem Espacial	0,4%	0,1%	0,2%	4	1	1
	Tipos arquitetônicos	0,7%	0,4%	0,2%	7	4	1
	Usos do Espaço	0,2%	0,3%	0,3%	2	3	2
Projetar Total		17,7%	12,1%	14,8%	173	112	91

Obs.: Resultados proporcionais em relação ao total do discurso e totais numéricos puros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Destas três categorias de destaque, ressalta-se que *Diferenciação da Profissão* não era um aspecto previsto ou ainda previamente considerado no roteiro de entrevistas. Ainda assim, se mostrou uma tônica importante, com maior destaque no Imaginário Consequente.

Tendo em vista a amplitude conceitual do tema, que pode envolver uma perspectiva de ação projetual direta bem como apreciação de tópicos reconhecidos como importantes à prática projetual de uma maneira apenas avaliativa, optou-se por manter categorias em que estão contidos extratos de fala que tangenciam a atividade projetual de uma maneira ampla, mas que não dizem respeito necessariamente às questões que levantavam os aspectos de investigação descritos no parágrafo anterior. Para ilustrar isso, na categoria *Estética* estão agrupados aspectos do discurso em que a estética era o assunto central do discurso e que, ao mesmo tempo, continham menção à prática de projeto. No entanto, quando um discurso era centrado na estética e diretamente classificado, pelo próprio respondente, como aspecto primordial na intenção projetual do arquiteto, esse extrato era classificado como *Elementos do Projeto*, por exemplo:

- Categoria *Estética*: “[...] o pensamento do arquiteto dá à construção um aspecto mais moderno e impacto visual.”

- Categoria *Elementos do Projeto*, em que estética é incluída como um dos princípios fundamentais para o projeto arquitetônico: “[O projeto de arquitetura] tem que ter uma estrutura física, colocar o negócio de pé, tem que ter uma beleza, então você pega o que é o comum da beleza, o que foi instituído como belo e tem que ter uma utilidade.”

Dito isso, fica claro que, mesmo que a categoria *Estética* apresente pouca expressividade de maneira geral no tema, isso não significa necessariamente que *estética* é um qualificador pouco considerado como princípio projetual ou pouco valorizado como aspecto avaliativo para julgamento de uma obra arquitetônica ou do espaço urbano. O mesmo vale para as demais categorias não citadas.

Como esperado, esse tema torna-se mais expressivo (em frequência) e variado (em categorias) no IC. No entanto, *Projetar não* é tema sempre ascendente conforme o tempo de formação, como também mostra o Quadro 5. Proporcionalmente, ocupa maior espaço no discurso em IA zero dos que no IA um. Esse resultado pode conter alguma correlação com o fato de, como vimos, o IA um tender a uma ênfase significativamente maior no tema *Características Intangíveis*, por motivos já levantados no item anterior. Ainda assim, entre ingressantes, há maior *frequência* de citações dessa natureza do que entre pré-ingressantes, apesar da pouca diferença. Outro aspecto a analisar com mais atenção entre os resultados é que, embora o IC apresente maior variedade de categorias¹⁰³, não é resultado suficiente para concluir uma menor homogeneidade no que diz respeito ao projeto e à profissão no imaginário coletivo de estudantes avançados no curso. Para isso, examinaremos na subseção seguinte, o *teor qualitativo* das categorias dominantes.

5.1.4.2 O processo, os elementos de projeto e a profissão

Nessa instância, analisamos as tendências que emergiram no tema em relação ao ato de projetar e seus fatores preponderantes, agentes envolvidos e atuação do arquiteto. Assim, para essa instância, optou-se por sintetizar o entendimento do processo de projeto em diagramas, de modo a indicar as principais modificações segundo os mesmos elementos nos diferentes grupos: o processo, os agentes (arquiteto e clientes/usuários¹⁰⁴) e o produto,

¹⁰³ As categorias *Analogias e Associações* e *Aspectos Contextuais* são exclusivas ao grupo de concluintes, ainda que apresentem uma modesta expressividade no tema.

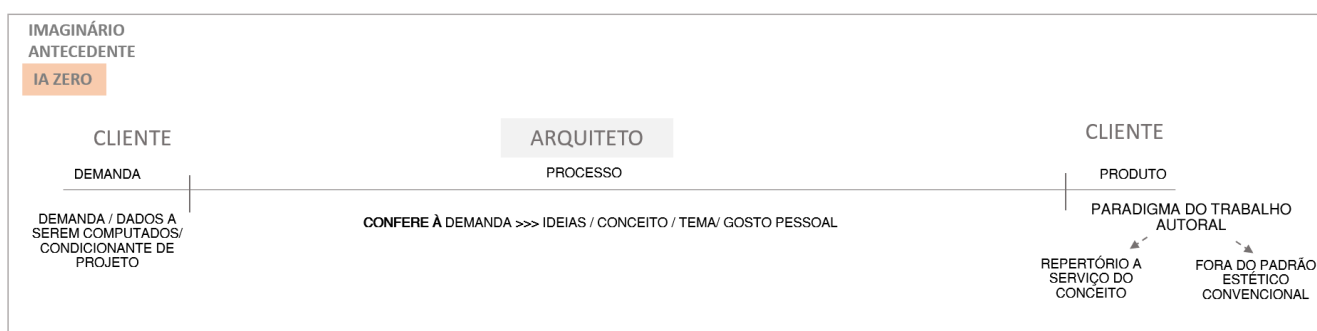
¹⁰⁴ Para efeito destas análises, os termos “*clientes*”, “*usuários*” ou ainda “*pessoas*” não são equivalentes. Nos diferentes contextos de interpretação, veremos que a perspectiva da função desse agente no processo se modifica, de forma que o uso dos termos não se restringe a uma simples alternância de vocabulário. Integra e

evidenciando as tendências de entendimento quanto à atuação e atribuições dos agentes atuantes considerados em cada grupo, além do resultado projetual.

Falas analisadas e consideradas pertencentes à *categoria Caráter do Trabalho Projetual* tratam-se de menções ao entendimento do que seria o trabalho do arquiteto ou mesmo alguma declaração que se caracterize como uma tentativa de definir ou sintetizar a essência do exercício profissional em Arquitetura. Desse modo, muitas das declarações tangenciam a categoria *Elementos do Projeto*, onde a relação com usuário é bastante mencionada, com forte atenção a *intenção do arquiteto e anseios do usuário*.

No IA zero, a síntese do entendimento do trabalho processual de projeto arquitetônico pode ser assim representada:

Figura 16 — Esquema do entendimento do processo projetual no momento zero do Imaginário Antecedente (IA zero)



Fonte: Elaborado pela autora.

Há uma forte penetração no entendimento comum no IA zero de que o projeto arquitetônico é uma resultante do entendimento pessoal e do repertório do arquiteto sobre uma demanda, resultando em espaços satisfatórios ao cliente, sobretudo do ponto de vista do conceito estético e da funcionalidade, e que, de preferência, se diferencie dos padrões visíveis da arquitetura cotidiana convencionalmente produzida: “[...] *casa projetada por gente normal é tudo a mesma coisa, não tem nada de diferente.*” Por este motivo, são frequentes as afirmações de que o espaço é projetado por arquiteto quando percebem no lugar algo “*fora do convencional*”. Em um dos argumentos, obras fora do padrão seriam as dotadas de algum *estilo arquitetônico*, o que indica o entendimento da existência de uma linguagem formal intrínseca à Arquitetura, que confere distinção da produção formal em relação ao espaço construído cotidiano.

evidencia a transformação da representação desse participante no processo de projeto, auxiliando no entendimento de como o próprio processo é compreendido pelos estudantes.

A Figura 16 demonstra que, no IA zero, o entendimento dominante é o de que o arquiteto conheça o espaço em que irá intervir, com a finalidade de melhor “aproveitá-lo”. Assim, é imprescindível a análise do lugar para que as condições preexistentes do local de intervenção sejam melhor compreendidas. Dentre elas, o aproveitamento das condições naturais (como clima, luz, luminosidade, ventilação e insolação) é bastante destacado.

Existe uma contradição interessante intragrupo, pois, ao mesmo tempo em que o “para quem se projeta” é uma tendência prioritária importante, o entendimento coletivo do processo de projeto retratado na Figura 16 demonstra que a relação arquiteto x cliente não é compreendida em um processo dialógico. Todas as decisões e impressões, que, por sua vez, resultam nas intenções projetuais, estão centradas na figura do arquiteto.

O ponto de contradição reside no fato de que, apesar do entendimento de que compreender o cliente a fim de priorizar seu bem-estar e suas necessidades seja uma tendência relevante, essa noção está mais voltada a uma *interpretação do profissional em relação a uma demanda*, às necessidades, rotina, personalidade ou mesmo poder aquisitivo de quem irá usufruir do espaço. Desse modo, a priorização das demandas se daria caso a caso e, por vezes, assumindo que deve predominar a vontade ou o gosto pessoal do arquiteto. Como veremos adiante, esse aspecto não se alinha ao entendimento enfatizado no IA um e no IC, que tendem a apresentar maior abertura à participação do utente.

Nesse sentido, a atuação do arquiteto enquanto projetista é compreendida como uma prestação de serviços de caráter privado, por demanda, que, por sua vez, é decodificada pelo profissional por meio de seu repertório estético e técnico, apesar de coexistir um reconhecimento de que a área tem atuação profissional diversa: “*descobri que arquitetura era mais que planejar casa e interiores, mas depois, pesquisando, vi que vai muito além disso, planejar espaços urbanos, queria fazer coisas mais coletivas...*”

Esse paradigma é perceptível ainda no caso de um estudante, que reforça diretamente que “*o usuário é mais importante do que a estética*”, onde apenas as hierarquias entre os elementos de projeto são reclassificadas, mas ainda ao entendimento *individual* do arquiteto. Esses pontos reforçam uma ideia de projeto autoral.

A noção de quais aspectos são prioritários ao projetar é relativizada segundo o *tipo de projeto vinculado à sua escala* (pequeno ou grande porte, por exemplo) ou a partir da *previsão de necessidades* de uso do futuro usuário no espaço.

Um respondente chega a fazer uma diferenciação dos tipos de *clientes*, que, em última análise, alteram também o caráter das demandas: caso o projeto seja de uma demanda privada/particular, predomina a vontade do cliente e, caso seja público, prioriza-se a arquitetura

preexistente da região. Essa observação é uma exceção ao grupo, que tende a tratar o processo de projeto sob uma perspectiva de prestação de serviços em um contexto privado, como dito anteriormente.

O “*para quê*” o projeto irá servir também é aspecto mandatório no IA zero, onde o atendimento à previsão de usos do espaço e, por consequência, à funcionalidade são recorrentes. Há também uma preocupação compositiva enquanto conjunto edificado, ou seja, da edificação sendo avaliada segundo sua relação com o entorno urbano. Pelo teor dado a esse critério, nos parece mais próximo de características materiais e de escala em relação aos edifícios circundantes. Chama a atenção que referências aos aspectos topográficos do entorno que descrevem em seus relatos são inexpressivas ou inexistentes nesse grupo. Topografia e entorno também são padrões pouco explorados no IC. Nesse aspecto, portanto, esses imaginários se aproximam.

O entendimento sobre alguns dos principais aspectos prioritários identificados no IA zero podem ser sintetizados na fala de uma respondente: “[...] *melhor aproveitamento do ambiente, do clima, pra escolher os materiais, o entorno... pra construção não destoar e a funcionalidade dele né, pra quê ele vai servir*”.

Menções à preocupação prioritária com a integridade física e estrutural dos espaços, o que deve fazer com que se exija da profissão que o arquiteto se preocupe com as normas de segurança instituídas, compareceram em dois depoimentos: “*planejar um lugar e um ambiente e seguir norma de segurança pra não ter perigo daquele projeto desabar*”; “[...] *acredito que deva se considerar bastante os materiais né, a questão estrutural*”.¹⁰⁵

Assim como nos demais grupos, há uma ênfase à diferenciação da profissão, bastante centrada no objeto arquitetônico gerado pelo ato de projetar, e, conseqüentemente, à autoria, pois há uma consideração de que o resultado do projeto via arquiteto é naturalmente dotado de algum elemento que o diferencie e que, portanto, suporta um caráter autoral. Apesar de não explicitada, mas amparando-nos sobre os contextos das ocorrências, acreditamos que essa distinção esteja ligada a algum elemento da construção que possa ser percebido na instância estética.

Uma evidência que corrobora essa hipótese reside no fato de que, no grupo, há uma tendência ao entendimento de que espaços dotados de beleza são relacionados com obras necessariamente conduzidas por arquitetos e não por engenheiros. A atuação da profissão

¹⁰⁵ Nenhuma das duas respondentes às quais esses trechos pertencem têm curso técnico em áreas correlatas, não existindo nesse tema a identificação de alguma correlação entre a formação prévia dos pré-ingressantes e suas tendências de respostas, como especulamos na instância do morar, na subseção 5.1.2.2.

também é citada em comentários que remetem à paisagem urbana, onde figuram deduções de que a ausência de arquitetos pode ser uma das causas da “*desorganização urbana*” que identificam em suas cidades de origem. A segunda evidência, amparada sob um critério um pouco menos tangível da arquitetura, mas também eminentemente visual e que denota uma percepção sobre a atuação da profissão, é a de que, ao adentrar ou olhar algum espaço, o relacionam a um projeto de arquiteto quando nesse espaço há um “*tema*” e quando seus elementos estão “*combinando*”.

Algo diferente do esperado é que a *criatividade* não comparece como um elemento necessário ou intrínseco ao processo de projeto ou mesmo à personalidade do arquiteto¹⁰⁶. Esse fenômeno pode estar relacionado aos vetores de informação disponíveis e largamente acessados antes do ingresso no curso, que podem não estar mais abordando a imagem da profissão como de indivíduos necessariamente com talento nato¹⁰⁷ — que é como a criatividade na profissão tende a ser entendida, principalmente fora dos limites formais. Nos parece que o gosto pessoal e o repertório, que discutimos no início deste item, aparecem como “substitutos” a essa ideia.

Nesse grupo, há frequentes referências à *funcionalidade* como *praticidade* no uso cotidiano do espaço: “*mas acho que tenho que pensar na realidade das pessoas e ver o que vai ser mais prático e útil no dia a dia.*”; “*um bom projeto é prático, funcional e bonito*”; “*Não se deve deixar de pensar no lado funcional*”. A qualidade funcional do espaço, com uso direto no discurso do vocabulário relacionado a ela (*funcional, funcionalidade, por exemplo*), é a mais popular entre os respondentes, sendo tema frequente em suas conversas informais do cotidiano relacionadas à Arquitetura.

Ainda sublinhando a afirmação acima, uma respondente afirma que Arquitetura não se limita a “*emissão de um alvará*”, criticando a restrição ao cumprimento de requisitos técnicos e legais mínimos, enfatizando a atenção necessária aos aspectos funcionais do projeto. Uma segunda evidência que a reforça é o fato de reconhecerem um espaço como planejado por arquiteto quando o ambiente foi “*pensado para aquele fim*”, denotando que, ao habitarem os

¹⁰⁶ Foi citada por apenas um respondente do grupo: “[...] acho que o ponto inicial (do projeto arquitetônico) é usar a criatividade, porque é uma profissão bem criativa...”

¹⁰⁷ Esse deslocamento na imagem do profissional, apesar de bastante desejável e positivo em sua superfície, pode revelar interesses mercadológicos em camadas mais profundas, principalmente de parte da rede privada de ensino, em que a financeirização do ensino superior governa seus modos de operar e onde as vagas e novos cursos pressupõem um alargamento no público-alvo. No entanto, não se pode também desconsiderar que tal perspectiva pode estar relacionada a vetores de informação de outra natureza, como feiras das profissões, que prestam esclarecimentos menos focados no mercado e nas possibilidades de atuação e mais nos cursos disponíveis, suas disciplinas e seu funcionamento, segundo a estrutura de pesquisa, projeto e extensão.

espaços, pode haver um juízo de valor bastante presente sobre a correspondência “instantânea” entre *uso e função*.

Pode-se dizer ainda que, no que diz respeito às considerações acerca do planejamento dos espaços, o termo *organização* é tido como sinônimo da indicação, no espaço, de que houve planejamento (projeto formal), como aspecto necessário para que ocorra a contento: “*pensar para construir*”. Assim, ambientes construídos frequentemente adjetivados de forma direta como “*desorganizados*” tratam-se de casas em obras e/ou autoproduzidas por não-arquitetos.

Fluxo e circulação de pessoas também compareceram como elementos observados ao habitarem espaços, além de alturas e posições de elementos do lugar, o que denota maior ligação com aspectos de ergonomia dos ambientes nessas observações ligadas à *organização*. No entanto, a priorização de elementos específicos à promoção de mobilidade e acessibilidade foi citada por apenas uma respondente do grupo.

Apesar de ter ficado evidente a inclinação desse grupo por construções “fora do padrão”, ou “extraordinárias”, seja pelo caráter dos conteúdos que consomem e se interessam, seja pelos exemplares arquitetônicos que descrevem como interessantes, marcantes ou agradáveis, ainda assim, considerações específicas a materiais e elementos construtivos como principais elementos do processo de concepção projetual têm baixa citação. O concreto foi único material citado em razão de preferência, por uma respondente no grupo de pré-ingressantes, vinculado também a um tipo de produção específica, a arquitetura moderna.

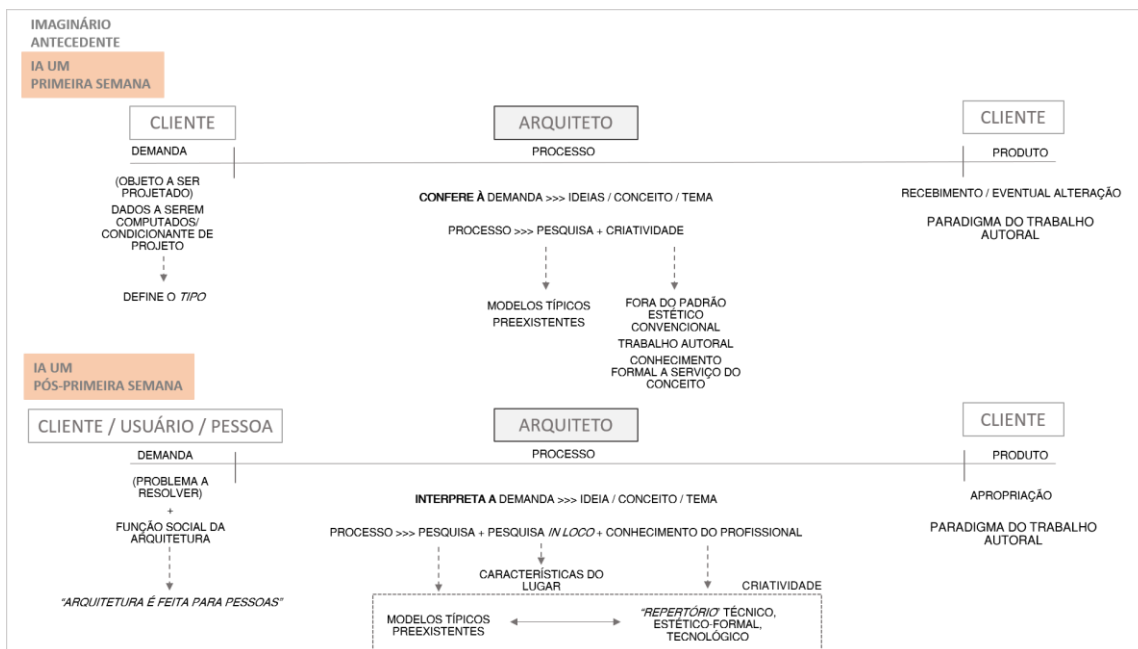
Em não raras passagens, os respondentes do grupo demonstram criticidade espacial como reforço ao argumento acerca dos qualificadores espaciais que consideram relevantes. Em um trecho em que advoga a favor da relação entre o espaço interior e exterior, uma respondente, que se posiciona criticamente a uma reforma no hotel que costuma frequentar, observa que a mudança na posição do bloco de sanitários, agora instalado de modo a obstruir toda a visada — antes livre — para a praia, desqualifica o edifício espacialmente, tornando-o menos atrativo. Esse qualificador, no entanto, não é uma tendência coletiva no IA zero.

Já no *IA um*, o processo de projeto é demarcado por dois entendimentos. Isto porque, até a primeira semana de entrevistas, os respondentes tendiam a aproximar-se mais da noção apresentada anteriormente, no IA zero, em que o centro das decisões é do arquiteto, tendo o cliente a participação no início (demanda) e no fim do processo (entrega do produto). A diferença em relação ao imaginário dos futuros estudantes reside no fato de que, nesse momento, os meandros do trabalho intelectual do arquiteto no processo de projeto são mais valorizados como criativos, apesar de coexistir também a concepção do projeto como um

processo de pesquisa de referências para que o repertório seja consolidado e utilizado no processo de trabalho. Novamente, o serviço centra-se sobre a ideia de prestação de serviços em caráter privado, onde comparece a figura do “cliente” de maneira preponderante. Além disso, consolida-se a função da profissão de denotar, sobre a obra planejada, certo aspecto autoral, através da atribuição deliberada de um conceito, ou tema, que padronize e dê, segundo esse entendimento, certa coerência ao projeto.

Entre respondentes com mais de uma semana em contato de aulas, percebe-se um deslocamento desse imaginário no que diz respeito à ampliação do trabalho projetual para além de demandas privadas, uma vez que, nessa nova tendência, usuários e pessoas são mencionados para exemplificar intervenções na escala urbana em espaços comuns de uso público, onde a demanda do trabalho projetual é vista como um problema a ser resolvido. Nesse momento, há uma valorização crescente ao projeto como *pesquisa*, que se direciona à formação de um *repertório referencial* baseado em modelos típicos preexistentes, além das habilidades e competências esperadas do profissional atuante. A Figura 17, abaixo, sintetiza esses dois padrões identificados:

Figura 17 — Esquema dos diferentes entendimentos do processo projetual no momento um do Imaginário Antecedente (IA um)



Fonte: Elaborado pela autora.

Pelo fato de a tendência ter sido configurada após um contato de aulas mais extenso, isso indica que a concepção acerca do processo de projeto profissional foi construída a partir do ambiente de ensino. Além disso, outro ponto importante é que, apesar de esse novo

paradigma no IA um estar também direcionado ao trabalho autoral de propriedade intelectual individual¹⁰⁸ — pois o usuário não é citado como agente ativo no processo de concepção —, o discurso coletivo retrata o produto final como uma proposição que abra espaço para *apropriação* dos espaços por pessoas, narrativa que se estende por outros temas que discutimos aqui.

Há evidência de entendimento do projeto arquitetônico como consequência direta da *observação e previsão* por parte do arquiteto dos eventos ou usos que ocorrerão no espaço, e é a partir dessa premissa que se determinam os elementos a serem priorizados na projeção, o que modifica um pouco o processo de escuta e sistematização dos desejos comunicados diretamente pelo cliente para uma noção mais escalar, em que o projeto, sendo de interesse coletivo, exigiria uma observação sistemática de necessidades diversas. Essa concepção modifica toda o entendimento da cadeia do processo projetual em relação às tendências anteriores. A primeira evidência é que a consideração do desejo e do gosto do cliente ou mesmo a ideia de que a “*arquitetura é feita para pessoas*”¹⁰⁹ comparecem em muitos depoimentos sobre aspectos considerados importantes ou inerentes ao ato de projetar. A segunda evidência é que o projeto arquitetônico chega a ser categorizado em “tipos”, ainda que de modo genérico, pelos estudantes:

“[...] em uns projetos que vão focar mais na função deles e outros em que a pessoa vai estar buscando mais a questão estética. Assim, por exemplo, uma casa; quando uma pessoa vai projetar uma casa, ela quer que tenha tais cômodos e que seja de um jeito por dentro, mas a função de uma casa vai ser igual função de outra casa residencial; agora, o que vai mudar mais é a estética, tanto exterior quanto interior. Agora, quando você tá, por exemplo, num hospital, você tem que pensar muito mais na funcionalidade dentro dele e em volta; em como ele vai ser... se precisar colocar a garagem da ambulância em um lugar que não fique tão bonito, é mais necessário do que a aparência.”

Os respondentes separam a categoria de projetos mais “artísticos”, em que a criatividade é tida como ilimitada, da categoria de projetos menos flexíveis nas proposições, tendo que ser adaptado para ser considerado mais usual (do ponto de vista prático do cotidiano). Assim, a associação entre *criatividade e liberdade irrestrita* é frequentemente relativizada na atuação profissional, algo não identificado no IA zero.

O modo como o grupo percebe a *criatividade* na profissão acompanha o paradigma da excepcionalidade e da inovação, sendo frequentemente relacionada a aspectos visuais.

¹⁰⁸ A percepção do ofício do arquiteto e do ato de projetar como um trabalho em equipe *não* comparece no IA um em nenhum dos seus padrões.

¹⁰⁹ Máxima recorrente entre ingressantes.

Apesar disso, a criatividade também comparece ligada à solução de problemas de projeto. Não há indícios claros do que o grupo considera uma solução projetual criativa que não seja uma situação extraordinária, como, por exemplo, o projeto de uma “casa submersa” visto num episódio de uma série de TV e que foi citado por um estudante como criativo.

Comparecem menções ao processo de projeto arquitetônico como *pesquisa*, com referências claras ao projeto como um *problema a ser resolvido*, considerando que, especificamente em problemas de arquitetura, não há uma única solução possível, ainda que sejam projetos do mesmo tipo. Há alegações específicas de que o arquiteto deve imergir no problema de modo a corresponder às necessidades de desempenho de atividades no lugar, condicionando à função para a qual o espaço será supostamente destinado.

Uma ocorrência dissonante à tendência geral do grupo sobre percepção do ato de projetar considera que, *além* da intenção do arquiteto, há uma *característica intrínseca aos espaços*, que consiste na abertura às possibilidades de transformação, e que, por isso, o ato de projetar deve considerar várias possibilidades, em observância a esse qualificador de espaços que considera agradáveis: “[...] *acho isso muito importante e acho que a possibilidade de eu transformar o espaço em mais coisas, sabe, de não ser um espaço muito condensado naquilo mesmo, por isso eu gosto de espaços grandes, porque eu posso mudar a disposição dos móveis, fazer mais de uma coisa naquele lugar, coisas assim.*”.

Adaptações ou alterações dos projetos arquitetônicos concebidos pelos profissionais comparecem como necessárias na percepção desses estudantes, tendo em vista o gosto do público, que, por sua vez, é frequentemente colocado em contraposição ao gosto estético dos arquitetos. Essa afirmação é representativa em passagens em que, segundo a percepção dos estudantes, obras de arquitetos se diferenciam sobretudo por estéticas não convencionais, consideradas “desconstruídas”, “extraordinárias” ou mesmo fazendo referências a elementos mais específicos à materialidade, como cores usadas nas fachadas.

Organização volta como um termo com forte penetração do Imaginário Antecedente, relacionado à intervenção do arquiteto/projeto arquitetônico no espaço, denotando planejamento e boas soluções arquitetônicas, de modo semelhante ainda ao entendimento estabelecido entre os pré-ingressantes.

Mobilidade e Acessibilidade no ambiente comparecem como aspectos recorrentes, como características essenciais à qualidade espacial, consideradas prioritárias num projeto arquitetônico. No geral, percebe-se que, nesses aspectos, a preocupação recai sobre o correto dimensionamento de elementos de circulação do espaço ou de acesso direto a ele, como corredores, escadas ou rampas otimizando essas noções espaciais.

Há falas que defendem a atenção ao entorno e ao conjunto com o qual o objeto arquitetônico produzido no projeto irá se relacionar. Fatores como localização, como o prédio funcionará em relação às construções próximas e fluxo de pessoas e veículos também foram ponderados como prioritários no ato de projetar. Nesse ponto, há uma transformação importante em relação ao IA zero, em que o objeto arquitetônico é considerado mais à parte. Nesse caso, *entorno e fluxo de pessoas*, apesar de citados, não se apresentaram como tendências muito características no grupo anterior.

No enquadramento dado pelo grupo, espaços que dão a percepção de não projetados formalmente parecem ser reconhecidos sobretudo via fachadas. A percepção, portanto, centra-se em aspectos visuais, tais como a ausência de revestimento, tijolos aparentes, aparência inacabada ou ainda erguidas com soluções de materiais e elementos arquitetônicos, como cores e esquadrias, de aspectos distintos e sem coesão visual em diferentes partes da construção. É bastante presente intragrupo a percepção da autoprodução como “puxadinho” e de soluções de autoconstrução como esteticamente convencionais. Houve também a extensão dessa percepção em relação à ausência de planejamento a nível urbano, em que o insucesso da estética do conjunto da paisagem é atribuído à ausência de arquitetos em exercício na cidade, assim como também foi observado no IA zero.

A relação entre obras monumentais, tanto em escala quanto em “desvio” do padrão estético do ambiente construído cotidiano, parece ser fator de reconhecimento de obras planejadas por arquitetos.

Quanto à materialidade do espaço construído, geralmente tem relação com comentários relacionados à aparência do edifício e Consequentes julgamentos estéticos. No entanto, compareceu, de forma pontual, a comparação entre tecnologias construtivas de diferentes países e sua contextualização aos modos de morar. Há, ainda, menção direta da relação entre a materialidade do edifício e sua situação na escala temporal do espaço construído, como, por exemplo, a associação entre edifícios com vidro e cimento liso como próprios à estética de prédios modernos.

Características de qualidade ambiental, como boa iluminação e amplitude nas dimensões, estão para esse grupo, relacionadas com a identificação imediata de presença de projeto arquitetônico. Elementos e paisagens naturais, assim como áreas verdes ou arborizadas, praticamente não comparecem nos depoimentos de modo direto. Apesar da identificação de uma ligação direta, por exemplo, entre um ambiente confortável e espaços com boa iluminação por parte dos alunos calouros, esses recursos naturais não foram citados como parte de estratégias possíveis para se alcançar tais níveis de conforto.

A “*mistura entre novo e o antigo*” é vista de maneira positiva, tanto no que diz respeito à ornamentação na escala arquitetônica quanto na escala urbana, ao citarem exemplos de paisagem urbana ou cidades em que consideram essa coexistência bem-sucedida.

Apesar de haver referências à *forma* da edificação, não foi possível identificar qual composição formal levaria às conclusões, por parte do grupo, da presença de projeto arquitetônico na edificação. No entanto, há referências claras de aspectos formais em que concluem que o desenvolvimento do projeto foi conduzido por engenheiros, como prédios com formato ortogonal, regular, frequentemente citados, de modo pejorativo, como “caixinha”.

Ainda é muito presente nas falas o que consideramos aspectos ligados à humanização dos espaços ou mesmo da arquitetura enquanto *experiência*. Isso porque há diversas passagens descritivas de ambientes, sejam eles urbanos ou em escala arquitetônica, nas quais incluem a presença humana e/ou as atividades que as pessoas desempenham naquele espaço como parte importante do lugar e de sua caracterização (já discutidos em Características Espaciais, item 5.1.2 e suas subseções), tais como as relações de vizinhança nos espaços residenciais, na escala da rua e do bairro. Alguns vão além, fazendo referências mais diretas à relação intrínseca das pessoas com o lugar, com o prédio ou mesmo com a rua e seus percursos. Em uma fala, além da relação *pessoa-pessoa* propiciada pelo ambiente, ou dificultada por ele, há referência a espaços “não democráticos”, gerando, segundo a respondente, problemas como segregação espacial entre grupos sociais distintos.

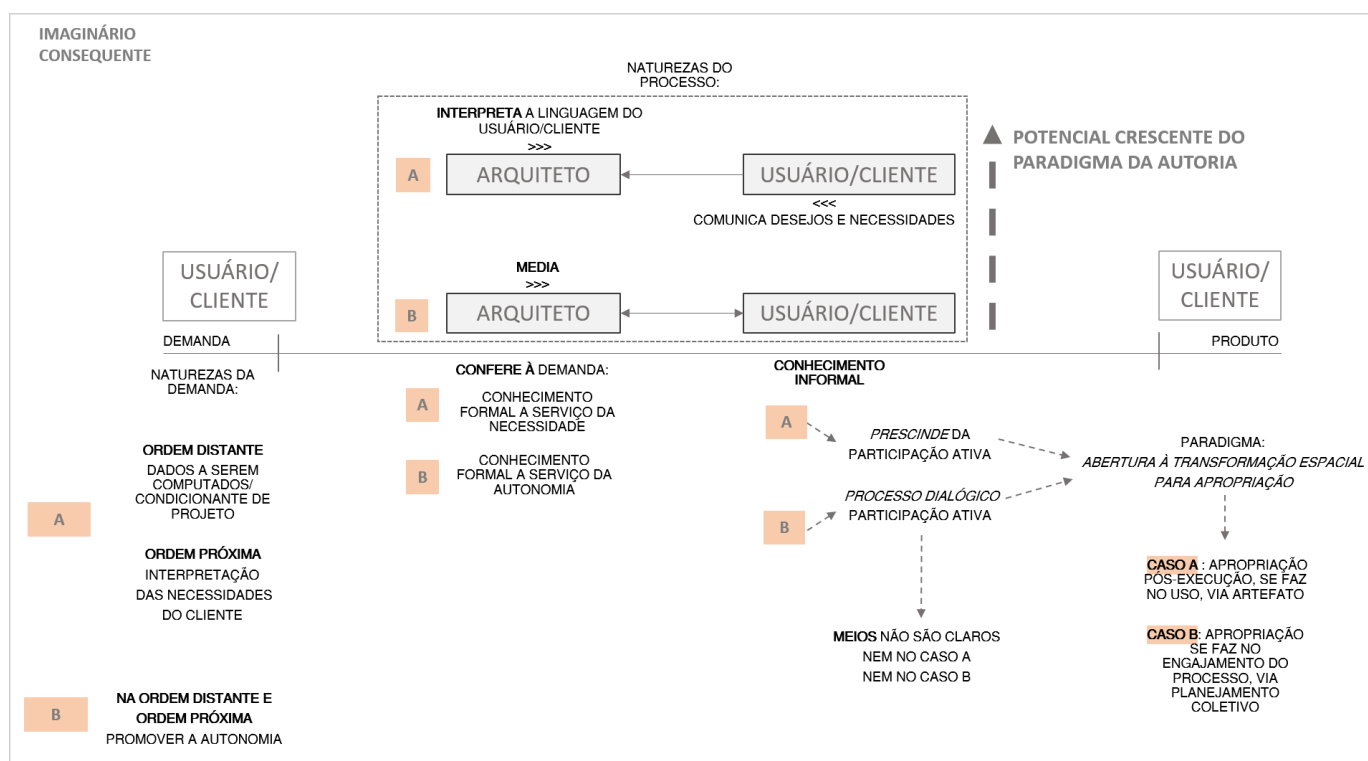
No IC, também coexistem dois entendimentos distintos sobre o processo de projeto e das atribuições estabelecidas entre *arquiteto x cliente/usuário*. Identificamos que ambos são definidos por dois tipos distintos de perfis de estudantes. Com isso, queremos dizer que, ainda que outros vetores de influência, em menor medida, também estejam envolvidos, o *percurso formativo* dos estudantes avançados parece influenciar diretamente suas visões sobre a projeção e a atuação profissional e que isso transcende as disciplinas obrigatórias¹¹⁰.

A Figura 18 representa esses dois paradigmas, sob a classificação de CASO A e CASO B. O CASO A tende a integrar o imaginário de estudantes avançados, que têm experiências em estágios voltados às demandas privadas em escritórios de projetos de arquitetura e interiores, que fizeram ou não intercâmbio acadêmico e que, de maneira geral, *não* integraram grupos de pesquisa e extensão do curso. Já o CASO B representa o imaginário de estudantes

¹¹⁰ Discutimos isso em maior detalhe no tema *Vetores de Influência*, item 5.2.2, e suas subseções.

que, em sua maioria, integraram grupos de pesquisa e extensão, que também não realizaram intercâmbios acadêmicos e cujos estágios deram-se em setor público¹¹¹.

Figura 18 — Esquema dos diferentes entendimentos do processo projetual no momento um do Imaginário Consequente (IC)



Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se uma perspectiva em que a *realidade* da atuação profissional comparece com mais clareza do que no Imaginário Antecedente. Naturalmente muitos desses estudantes já tiveram contato com o mercado formal, ao menos via estágios, o que favorece essa perspectiva. A realidade da relação arquiteto x cliente é posta ora como desafiadora e motivadora, ora como uma relação de risco, na qual, para que se saiba se o projeto resultante tenha tido êxito, é necessário que usuários e arquiteto, de certa maneira, compactuem para que as configurações espaciais propostas sejam cooptadas pelas pessoas.

¹¹¹ Dos estudantes pertencentes a este subgrupo, apenas um estudante realizou mobilidade acadêmica em outra IES do Brasil.

Quanto à natureza do processo de projeto, no CASO A, são incluídas demandas da *ordem próxima* e da *ordem distante*¹¹². Na primeira ordem, há um entendimento de que a demanda gerada é processada por meio de métricas, dados objetivos e condicionantes, havendo baixa interferência decisória do usuário no processo, prevalecendo, na relação *arquiteto x cliente*, a “interpretação da linguagem” pelo profissional sobre a demanda comunicada pelos clientes/usuários, em função do cumprimento de requisitos reconhecidos a partir desses dados decodificados pelo arquiteto. Nessa lógica, é dispensada a participação ativa do solicitante durante sua elaboração. A rigor, a expressão “*atender às necessidades do cliente*”, no sentido literal, foi mencionada por apenas dois dos alunos avançados, prevalecendo a ideia de *interpretação* da demanda, tendência em que o vetor do ambiente disciplinar comparece de modo direto em alguns depoimentos: “[...] *o cliente fala, ah, eu quero uma lareira... isso é uma coisa que o professor [X] fala muito, que é uma coisa de o arquiteto ouvir isso e não falar assim ‘ah, eu vou pôr uma lareira’, mas você conseguir entender o que significa a lareira pra pessoa, porque às vezes ela quer um espaço de convivência mais íntimo, mais aconchegante...*”. Assim, para esse estudante, o ato de projetar para alguém é “*quase uma atividade psicanalítica*”.

Ainda nessa ideia, o sucesso do resultado depende, portanto, da convergência das intenções do arquiteto e das necessidades dos usuários. Analogias e associações subjetivas foram ressaltadas quando um aluno qualifica projetos que não foram bem-sucedidos: “[...] *quando não dá certo, gera espaços genéricos ou ‘frios’, casas de revista*”.

Outro aspecto com menor penetração no IC, mas que chama atenção para um entendimento particular do ato de projetar, é o da responsabilidade do arquiteto, na proposição a partir do projeto, de outras “*formas de habitar*”, em referência à inserção de espacialidades não esperadas.

Já no CASO B, existe um entendimento de que, tanto na ordem próxima quanto na distante, devem existir processos em que o poder decisório é mais horizontal. O arquiteto, nesse cenário, é entendido como um “mediador” entre necessidades e usuários, tendo em vista a *autonomia* e um processo dialógico de projeção, no qual é desejável a participação

¹¹² Esses conceitos, abordados em Lefebvre (2014), são usados para distinguir os diferentes níveis da função social da produção arquitetônica. A *ordem próxima* se caracteriza por demandas construtivas com recursos privados, em que a apropriação, via de regra, se faz imediata, por ser um espaço produzido a partir de desígnios individuais, gerando edifícios-tipo, destinados, em sua maioria, ao habitar. Na *ordem distante*, situam-se as produções por demanda pública, geralmente do Estado, e que não necessariamente atendem às vontades coletivas. A apropriação dessa produção (geralmente infraestrutura e monumentos, por sua carga simbólica), quando acontece, não se dá no *tempo*, pois a lógica que opera é a de dominação, imposta a partir de um *evento* representativo à manutenção do *status quo*.

ativa do usuário em todas as etapas, principalmente a de tomada de decisão no ato da projeção.

Os *meios operacionais*, como metodologias de projeção possíveis de serem adotadas nessas lógicas processuais, não foram manifestados de modo direto pelos respondentes¹¹³ e também não os inquirimos a esse respeito. Acreditamos, entretanto, que maiores detalhes sobre as ferramentas de atuação projetual junto ao público podem servir para elucidar melhor se, dentro desses dois tipos, existem também abordagens, métodos procedimentos e técnicas introjetados no imaginário coletivo do IC de maneira sistemática.

Ainda que sob paradigmas distintos, tanto no CASO A quanto no CASO B predomina o discurso do resultado do processo da abertura à transformação espacial com vistas à apropriação por parte dos usuários, com a diferença de que, no A, essa apropriação pode acontecer, ou não, apenas pelo artefato, via uso, enquanto que, na ideia defendida no CASO B, a apropriação se realiza no processo, a partir do engajamento e planejamento coletivos.

Assim, interpretamos que o paradigma da autoria, no CASO B, ao menos em tese, é desestimulado no imaginário desse subgrupo de estudantes, interessados em processos alternativos de produção arquitetônica e espacial, enquanto que o potencial à perpetuação do paradigma autoral, como vimos, bastante presente no Imaginário Antecedente, tem mais potencial de estar imbricado na natureza processual idealizada por estudantes mais afeitos ao CASO A. Isso porque a atuação do arquiteto é majoritariamente colocada como individual no CASO A, o que corrobora a ideia tradicional do trabalho criativo em arquitetura como algo próprio de autoria personalizada, não havendo, nesse aspecto, uma inflexão significativa em relação à figura do arquiteto construída no Imaginário Antecedente.

Quando correlacionamos os perfis de percurso formativo dos subgrupos de estudantes às diferentes visões das naturezas do processo às quais tendem a aderir, podemos especular que os vetores de maior influência para o CASO B podem estar *fora do ambiente disciplinar convencional*¹¹⁴. Portanto, pode ser uma tendência resultante de uma confluência de estímulos formativos, dados a partir de experiências em pesquisa e extensão, em intercâmbios acadêmicos e estágios, o que mais diretamente identificamos como padrões que tendem a

¹¹³ Houve citações pontuais de três estudantes, representantes do CASO B, em que há a compreensão de que metodologias voltadas à produção de interfaces arquitetônicas são um meio possível para emancipação de certos grupos sociais, alegando estarem alinhados com as práticas estudadas em grupos de pesquisa que integram/integraram durante o curso.

¹¹⁴ Nos referimos também às disciplinas de projeto, obrigatórias no curso.

insuflar uma nova tendência de trabalho arquitetônico colaborativo no momento avançado no curso, como percebido no depoimento a seguir:¹¹⁵

“[...] pra mim, o principal é o cliente. Desde o início da graduação, eu me envolvi muito com trabalhar com interfaces, métodos e jogos, dinâmicas pra interagir com o cliente e aí essa foi a parte que sempre me interessou, mais do que o próprio projeto, porque acho que projetar na frente do computador é muito sozinho, acho que falta alguém ali pra me falar se tá gostando, se não está, até se aquilo tá certo ou errado... quando eu levo pro cliente e vejo que ele gostou ou, sei lá, as alterações que ele quer que faça, é algo que me motiva muito a pensar no espaço.”

Apenas um depoimento analisa sua concepção acerca de princípios projetuais a partir do que apreendeu em disciplinas de projeto:

“[...] vou falar muito da organização porque é algo que pesa muito, assim, eu realmente gosto muito, realmente pensar o espaço de um jeito que seja realmente estruturado, mais pensando nos PFlex que eu fiz, porque ele (o professor da disciplina) tem essa coisa de projetos que tenham uma estrutura ambiental, então acho que é conectar isso... você não vai pensar o espaço do nada e colocar uma curva lá, tem que ter uma estrutura de organização por trás. Essa coisa das variações que você pode inserir numa organização... na verdade, assim... como que uma organização pode gerar várias possibilidades e daí isso conectado a essa coisa (da interação) do cliente”.

No entanto, é importante ressaltar que, no IC, mesmo no CASO B, o trabalho projetual — embora defendido como colaborativo com o usuário —, não é enquadrado como um processo interdisciplinar, em que a atuação de equipes de trabalho de diferentes áreas é frequentemente necessária para atender de modo mais eficaz à sua complexidade. Essa noção é destacada em apenas um depoimento:

“[...] um bom projeto mesmo não é feito sozinho, porque acho que não tem nenhum arquiteto, nem os grandes ‘starchitects’, que conseguem executar o projeto inteiro. Eles têm uma ideia e vão esmiuçando pra cada especialista na área fazer aquilo da melhor forma, então eu vejo muito um projeto como se fosse uma parte de um lego que você vai pegando boas partes e juntando a partir dos propósitos que você tem e você forma uma coisa que seja concreta e que seja bonita e estável...”

A adequação ao orçamento e poder aquisitivo dos clientes continua não sendo uma tendência importante no IC, ainda que este *não seja*, e nem nos parece adequado que seja, um elemento primariamente abordado na educação arquitetônica. Apesar de sabermos que, na realidade da prática profissional, limites orçamentários são componentes indissociáveis da construção, com forte interveniência sobre as decisões arquitetônicas, entendemos que o desafio projetual pode estar situado em outras aspectos interessantes ao problema

¹¹⁵ Essas questões são discutidas com maior acuidade mais à frente, na subseção 5.2.2 Vetores de Influência.

arquitetônico. No entanto, também consideramos que a análise das potencialidades do fator custo como componente do desenvolvimento da problemática projetual pode perfeitamente ser usada pelo estudante, caso queira, para desenvolver as prescrições da base material de sua produção projetual. Nesse caso, vemos o fator custo como uma abordagem problemática, caso ele seja um qualificador preponderante em um ambiente de experimentação (ateliê), pois pode direcionar o exercício às questões mercadológicas, que não seria desejável que fossem reproduzidas/ou simuladas no ambiente formal, sob o risco do enquadramento dessas práticas ao tipo tradicionalista, que discutimos na subseção 1.3.1.

No IC, a distinção que tende a ser estabelecida entre espaços planejados e não planejados converge ao entendimento dos espaços não planejados como mais “orgânicos”, por não seguirem, por exemplo, uma coerência ou padrão estético específico. Nesse momento do imaginário, os espaços planejados são conceituados como menos “espontâneos” e, no entanto, são qualificados por estabelecerem uma lógica espacial própria, que, ao dar certo, podem gerar experiências espaciais diferentes das convencionais.

“[...] acho que a primeira coisa [que diferencia espaços planejados e não planejados] é a estética, a linguagem estética do lugar... porque eu acho que arquiteto, mesmo sendo de épocas diferentes e tal, tem umas linguagens que são muito da arquitetura, que não são de outras pessoas. Isso fica muito claro em casas de arquiteto, casas que tem projeto de arquitetura e casas que não tem... ah, os tipos de móveis e as espacialidades, mesmo assim que você percebe, porque a lógica espacial é outra, assim.”

Há um outro entendimento sobre planejamento espacial no IC, que tangencia também aspectos relacionados à diferenciação da profissão. Nele, a tendência identificada é a de distinguir o trabalho do arquiteto via “*fator surpresa*” no lugar, que pode ser manifestado através da configuração espacial, assim como ressaltado pelo estudante do depoimento anterior. São valorizados elementos “não óbvios” presentes na fruição espacial, que otimizem a experiência espacial. Assim, o “*desenho*” do espaço, que entendemos como referência ao arranjo dos seus diferentes elementos com rebatimento nas relações espaciais, é frequentemente creditado como um aspecto de fácil reconhecimento da presença prévia de projeto. *Fluidez e polivalência de usos* nos espaços também são exaltados como qualificadores positivos e desejáveis.

No que diz respeito à distinção entre *espaços planejados e não planejados*, os critérios de análise e julgamento mudam em relação ao Imaginário Antecedente, que, como vimos, privilegia a distinção de materiais e acabamentos como um marcador entre diferentes classes sociais. Isso não comparece entre os alunos avançados de modo extensivo, à exceção de dois concluintes, que ressaltam padrões compositivos e de materialidade da obra em suas

percepções de espaços planejados, com a diferença de que, enquanto, no primeiro caso, o imaginário ainda está centrado no contraste da produção formal e espontânea, no segundo caso, a comparação se dá em relação ao trabalho de engenheiros, que mantém o imaginário dos grupos anteriores centrado no formalismo e em questões de modas datadas e estilos:

“[...] você consegue perceber em algumas casas a questão das fachadinhas que foram todas trabalhadas e às vezes elas conjugam com o prédio do lado, sabe? Então é mais uma questão de organização de como que eles organizaram o espaço do que ele estar aparentemente sendo como se fosse uma autoconstrução”.

“Quando não tem arquiteto... prédio caixotão. Quando o prédio parece uma caixa, eu já acho que é prédio de engenheiro... as coisas que eu acho que arquiteto deveria solucionar, tipo insolação etc..., mas assim, coisas que são muito convencionais desconfiar que sejam de um engenheiro.”

“Mas (dá pra identificar) pelos materiais, assim, e tem umas coisas estilísticas que acho que são muito de arquiteto, tipo concreto aparente, umas coisas que eu consigo inclusive identificar a moda que tava. Mas, assim, eu não tenho esse olho tão treinado pra identificar.”

Ao buscarem diferenciar o projeto resultante de um engenheiro do de um arquiteto (que, por sua vez, não tem um critério objetivo convergente entre os respondentes que o citam), comparecem justificativas via uso de materiais, relação com o cliente e a percepção de que, entre projetos concebidos por engenheiros, são mais comuns elementos estruturais sobressalentes, gerando volumes não intencionais no espaço, posto que essa preocupação, segundo a visão de uma estudante, não é prioritária entre esses profissionais.

Uma outra tendência no IC, relativa à diferenciação da profissão, é a tentativa de distinguir a *profissão* da *figura* do arquiteto que os estudantes pressupõem habitar o imaginário popular. Entre veteranos, esse senso comum é contraposto principalmente através do argumento do gosto estético. Nesse entendimento, haveria uma associação simplista por parte dos não arquitetos em relacionar a profissão a um privilégio apenas da dimensão estética, além de destacarem também o contraste entre o que é *belo* ao senso comum e o que eles, como arquitetos em formação, compreendem como esteticamente agradáveis:

“Tem muita gente que acha que belo é um prédio envidraçado, com um pé direito enorme, gigantesco, cheio de planta, então você pega o senso comum às vezes e aplica no projeto.”

No IC, não se sedimenta o reconhecimento de um espaço *bem planejado* à intervenção formal via arquiteto. Em alguns casos, está incluso um entendimento de valorização de espaços autoproduzidos:

“[...] valorizo mais arquitetura como necessidade humana do que um arquitetura esteticamente bela. Valorizo muito mais uma casa de pau a pique que uma pessoa fez por uma necessidade dela de fazer e de viver em algum lugar e esse conhecimento ela mesma que construiu ou construiu em sociedade ou de um conhecimento que passou de geração em geração, do que um grande museu Guggenheim feito por maiores arquitetos do estilo da época... isso é interessante também, mas eu valorizo muito mais a arquitetura que nasce [autoproduzida] e não a que é produzida [formalmente].”

Dentre as principais tendências de elementos de projeto considerados prioritários no IC, está a consideração aos aspectos preexistentes com diferentes ênfases. O entorno, condições bioclimáticas e físicas do lugar, com vistas ao conforto térmico, comparecem como importantes qualificadores espaciais, assim como a consideração de *para quem* se projeta, já abordada quando discutimos as ênfases dadas no IC acerca do processo de projeto.

Além disso apontam a *escala* como definidora das prioridades nas decisões de projeto. No discurso coletivo, o termo aproxima-se de uma alusão à complexidade exigida quanto mais o tipo arquitetônico necessita de manipulação de uma maior quantidade de base material para fazê-lo, se de uso público ou privado, por exemplo. Assim como nos outros dois grupos de análise, há a relativização do que se deve priorizar em um projeto, a depender da escala e do tipo — se comercial ou residencial, por exemplo —, mas há também hipóteses que levam à reflexão para além do funcional ou utilitário, de fundo crítico aos supostos objetivos gerais dos espaços, como na comparação de que o bem-estar na casa é um fim, enquanto que, no *shopping center*, é um meio para atingir a finalidade desses espaços: o estímulo ao consumo.

Esses resultados semelhantes entre os diferentes momentos do imaginário nos levam a considerar que a questão colocada pode ter induzido a construção da ideia de variação entre os critérios de priorização projetual segundo a escala e o tipo, posto que o enunciado os colocava de antemão.¹¹⁶ Assim, não é possível saber se essa tendência se manteria a mesma entre os grupos consultados.

A estética é citada como importante, mas *não o principal*, de maneira que não protagoniza as considerações de prioridade no ato de projetar como acontece no Imaginário Antecedente.

Quanto às características espaciais, espaços livres com jardim e a presença de forte relação com espaços externos são vistos positivamente. No IC, espaços confortáveis têm ainda relação direta com alguns elementos naturais que não apenas a luz, e seus efeitos na ambiência, como no caso dos grupos anteriores. O *som* ambiente parece mais valorizado

¹¹⁶ Ver enunciado da questão 9, no Apêndice A.

nesse estágio de formação. A presença de vegetação também foi citada como recurso para se criar um microclima mais agradável. Esses aspectos denotam uma aproximação desses elementos às estratégias de projeto direcionadas a soluções de conforto ambiental. Assim, apesar de a *natureza* não ser fator com alta penetração no IC, sua noção é mais *diversificada* do que no IA, que tende a compreender uma menor abrangência de elementos naturais majoritariamente, como vegetação e iluminação natural.

Existem também algumas nuances pontuais, mas que podem ser observadas para futuras amostragens maiores. Dentre elas, destacamos a *legislação e padrões normativos*, que foram citados por dois estudantes:

“É muito difícil de ir num prédio e ter aquela identificação, porque tem toda aquela coisa de reserva técnica, de padrões urbanísticos, que, sei lá, deixam a coisa toda muito genérica, de certa forma.”

“Então eu acho que tem essas duas coisas, que no Brasil eu sinto uma coisa de ter muito mais... discussão sobre transporte urbano, problemas construtivos, então acho que essa é muito mais a discussão, assim. Então, não sei, talvez seja a faculdade que reforça isso, mas no final das contas eu não sei se é só isso.”

Um deles a vê como importante fator interveniente no projeto, enquanto que o segundo, apesar de concordar até certo ponto, afirma que é, na verdade, o fator limitante à proposição de outras qualidades projetuais, o que confere, no caso brasileiro, um caráter genérico às edificações. No entanto, o estudante não entra no mérito se esse caráter genérico se restringe às consequências no aspecto plástico ou se também às configurações espaciais do edifício. O agente legal não comparece no IA, onde o ofício e as decisões arquitetônicas estão desvinculados desses aspectos que não só delimitam a atuação profissional como também os resultados espaciais e formais dos edifícios.

O segundo respondente vê o tratamento de questões técnicas como um problema estrutural da educação formal na graduação e normativas restritivas à forma e configurações espaciais no Brasil, o que, para ele, limita as discussões locais a aspectos técnicos. Faz um contraponto com a Europa, ao afirma-la como um lugar em que aspectos menos objetivos, como a *poética do espaço*, são mais valorizados no meio acadêmico e profissional.

Em outro caso, uma estudante entende a tríade vitruviana como o maior desafio ao projetista, citando a estrutura, a beleza e a utilidade como fatores importantes ao projeto, reproduzindo esse roteiro em todas as exemplificações do seu discurso. Destes aspectos, os dois primeiros também foram citados por outros estudantes, mas com menor penetração no imaginário.

Há ainda uma resposta que destoa da tendência do grupo na percepção de espaços agradáveis; em que o respondente afirma *não* gostar de espaços que propiciem pleno conforto. Percebe como positivo o conflito (espacial) entre pessoas, o que nos leva a interpretar o conflito como abertura à flexibilidade de uso e *diversidade de atividades e grupos sociais*.

5.1.4.3 Atributos projetuais nos Imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática

Concluimos que a transformação no imaginário sobre o processo de projeto no discurso discente reside na mudança de paradigma sobre a relação entre *arquiteto x público*, através da progressiva participação de não arquitetos, e também no entendimento de que o projeto deve prover o espaço de flexibilidade de uso. Identificamos também que diferentes vetores de influência atuam diretamente sobre esses imaginários, como no caso das mídias (no IA zero), do ambiente formal (no IA um) e, mais especificamente, dos percursos acadêmicos dos estudantes (no IC).

Vimos que, nesses dois últimos momentos, coexistem diferentes modelos processuais de projeção. No caso do IA um, orientam-se pelo *tempo de imersão nas disciplinas*, o que nos faz concluir que esse cenário poderia convergir completamente a um único modelo, caso abordássemos os calouros em momentos mais avançados do 1º período do curso. Talvez seja o grupo que figure como mais sujeito a variações de modelos de imaginário arquitetônico coletivo, dadas as diferentes nuances percebidas ao longo dos temas que discutimos nas Representações de Espacialização entre alunos com menor e maior quantidade de aulas acompanhadas. No IC, o que define a adesão aos dois diferentes entendimentos apresentados é o próprio percurso formativo, existindo, no caso de estudantes que acumulam experiências para além das disciplinas obrigatórias do curso, uma percepção de maior abertura aos dois paradigmas do processo de projeto que identificamos: participação e flexibilidade. Isso também nos leva a inferir que o ambiente formal, a depender se suas tradições e ênfases acadêmicas, pode insuflar entendimentos paralelos em estudantes de mesmo tempo de formação, em diferentes espectros, acerca da atuação do arquiteto e do processo de trabalho junto ao público.

Discutimos também que, mesmo em espectros, em tese, mais democráticos, horizontais e flexíveis, ainda resiste um imaginário do trabalho projetual como uma atividade intelectual de propriedade individual, onde não são citados grupos de trabalho de maneira sistemática. Quando muito, o contato do arquiteto com o cliente/usuário é sublinhado, sem

mencionar outros grupos de trabalho do campo formal que também fazem parte do planejamento e execução dessas ideias.

Atributos espaciais que definem a percepção acerca de espaços planejados ou não por vias formais também se alteram significativamente entre IA e IC. Nos imaginários dos grupos de futuros estudantes e calouros, a ideia coletiva sobre objetos arquitetônicos e conjuntos urbanos concentram-se em qualificadores de natureza formal, estética e estilística, valorizando uma coerência espacial no que diz respeito ao conceito ou tema. Esses atributos tendem a cancelar o imaginário da profissão como um trabalho autoral, sendo bastante coerentes com as interpretações que fazem do processo de projeto, onde o processo decisório é centrado no profissional e em seu repertório. Entre concluintes, essa noção é alternada. Mesmo quando admitem que a natureza estética material e compositiva seja importante, não a assumem como fundamental, argumentando a favor de atributos de ordem, focalizando em configurações espaciais com vistas à proposição de maneiras não convencionais de se experienciar os espaços.

Sobre a diferenciação da profissão, é presente, tanto no IA como no IC, o forte contraponto entre arquitetos e engenheiros, que pode ser resumido na percepção geral de simplicidade formal (“projetos caixa”), com baixa preocupação estética. No caso de concluintes, há a percepção de baixa prioridade aos eventos humanos e ao bem-estar do usuário em favor de soluções estritamente técnicas ou hiperfuncionalizadas.

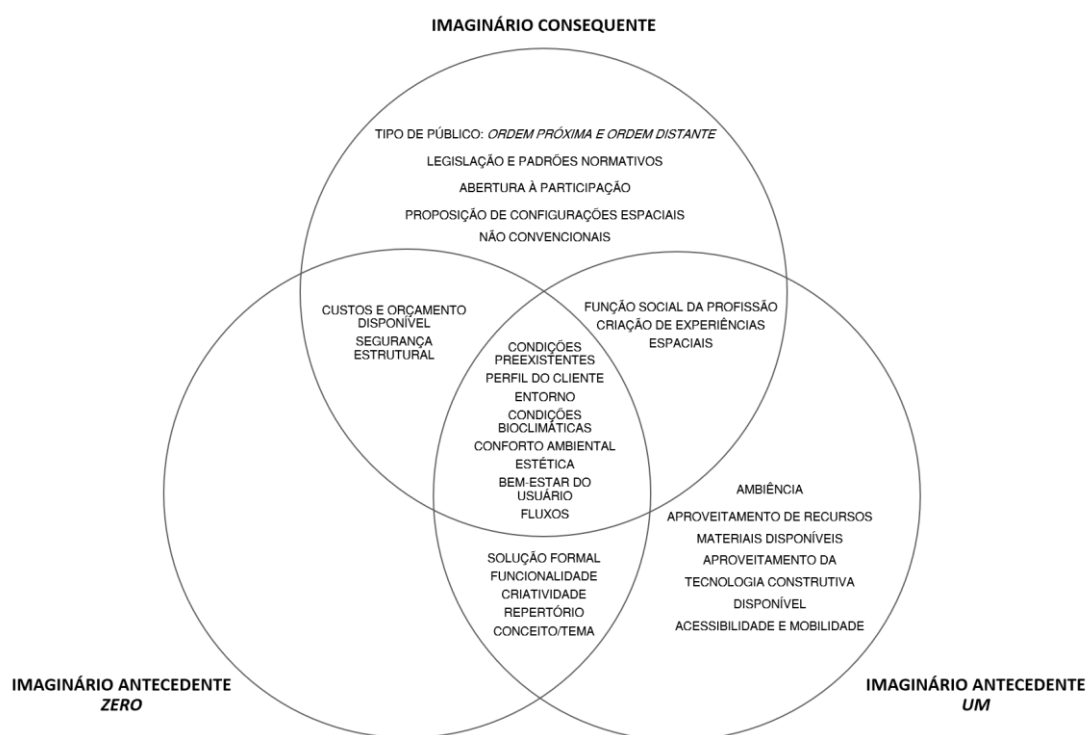
Quanto aos elementos prioritários ao ato de projetar e suas justificativas, vimos que se mantêm, em todos os momentos do imaginário, atributos relacionados principalmente às questões bioclimáticas e de conforto ambiental, e atenção às condições preexistentes do lugar, da comunidade e do entorno imediato à intervenção, embora aspectos contextuais e as próprias ideias do *público* sejam mais valorizadas no discurso do IC.

Talvez o principal ponto de inflexão entre os Imaginários Antecedente e Consequente quanto aos atributos de projeção seja justamente a transposição da valorização de aspectos formais e estéticos para atributos que valorizam a função social da profissão. Além disso, quanto a aspectos exclusivos dos momentos avançados no curso, ainda que pontualmente citados, identificamos aspectos legais e ênfase à introdução de novas lógicas de experiência espacial por meio da projeção, através de estratégias de configuração espacial não convencionais que visam outras lógicas de ocupação e de modos de habitar. Esse elemento de experiência espacial, no IA um, é ressaltado sob aspectos menos objetivos, que integram a ambiência percebida do lugar, valorizada por aspectos relacionados à permanência e à

liberdade de fluxos, posto que calouros valorizam aspectos de acessibilidade e mobilidade, como destacamos em suas leituras espaciais (ver subseção 5.1.2.4).

Para ilustrar essas constatações, apresentamos, na Figura 19, uma síntese diagramática que esquematiza as ocorrências de alguns atributos qualificadores do projeto arquitetônico em cada momento da formação:

Figura 19 — Diagrama dos atributos projetuais nos três momentos do imaginário arquitetônico discente



Fonte: Elaborado pela autora.

5.1.5 Considerações sobre Representações de Espacialização nos Imaginários Antecedente e Consequente: possíveis correlações com práticas didáticas

Recuperamos, primeiramente, as questões centrais colocadas na introdução das representações de espacialização (subseção 5.1.1, p. 84):

Como os atributos usados como recursos para a leitura espacial vão se alterando nas diferentes fases da formação arquitetônica que analisamos?

Existem atributos dominantes entre os estudantes que orientam suas leituras espaciais, que possam indicar práticas didáticas mais prescritivas no enfrentamento dos problemas de projeto?

Em primeiro lugar, do ponto de vista metodológico, podemos dizer que, ao analisarmos os três temas que integraram as Representações de Espacialização, inferimos que servem a diferentes noções acerca dos padrões das leituras espaciais dos discentes. Os temas Características Espaciais e Características Intangíveis deram suporte à identificação de aspectos analíticos da leitura espacial, operados para fins de *avaliação e interpretação* dos espaços cotidianos. No tema Projetar, os atributos identificados contribuíram ao esclarecimento de padrões referentes às implicações de *ação espacial*, via prática de projeto, que percebem como centrais.

Como ressaltado na introdução, a literatura pertinente consultada indica que *alunos avançados no curso tendem a privilegiar aspectos formais e materiais*, ou ainda que, *ao longo da formação arquitetônica, os estudantes veteranos tendem a “mover-se” de uma avaliação centrada em aspectos físicos para avaliações consideradas mais abstratas e complexas*. No entanto, os atributos identificados nos temas Espaciais e Intangíveis, que acusam essas noções analíticas e interpretativas, nos apontaram tendências contrárias, visto que atributos formais, estéticos e da materialidade da edificação são mais importantes no IA, enquanto que, no IC, dominam critérios de interpretação voltados às relações entre pessoas e espaços. Concordamos apenas que esses critérios de avaliação se tornam naturalmente mais complexos e diversificados no IC, dado o tempo de imersão no ambiente formal.

Além disso, também levantamos a hipótese de que as Características Intangíveis iriam decaindo progressivamente como critérios de interpretação espacial no segundo momento do IA um e no IC, em relação ao IA zero. De fato, a hipótese se confirma em parte, pois, apesar de realmente atingir seu mínimo no imaginário de estudantes avançados, tem a maior representatividade no IA um, momento em que identificamos que esse universo amostral estava sendo ativamente sensibilizado a essas questões no contexto das disciplinas cursadas.

Isso nos aponta a duas questões estruturantes. A primeira consiste na demonstração de que a abordagem didático-pedagógica assumida em sala de aula, por meio da exposição da turma a documentários, livros ou qualquer material de apoio cuja mensagem direcione a um ou mais aspectos de leitura espacial, invariavelmente conforma o imaginário arquitetônico coletivo de maneira bastante rápida, especialmente nos primeiros momentos do curso, quando os estudantes estão mais receptivos às novas ideias que compreendem como integrantes de um “pensar como arquiteto” e, por consequência se “voluntariam” mais a apreender tais

questões¹¹⁷. Além disso, esse imaginário coletivo também se potencializa a partir do reforço dado pelo *discurso docente*¹¹⁸, que entrecorta parte relevante dos argumentos apresentados entre ingressantes e também comparece entre concluintes. Esse fato nos sugere um nível elevado de penetração do discurso docente no IA. Isso não acontece porque os estudantes tenham baixa capacidade crítica, mas sim porque estão colocando essa capacidade crítica à disposição dos aprendizados que compreendem como “entradas” ao campo de atuação que escolheram. Outro aspecto que denota isso é a especial atenção dada por estudantes do curso *noturno* às *questões urbanas*, por já as pressuporem como a tônica do curso. Assim, parece natural que o imaginário coletivo se direcione para algum caminho específico, sem que isso — é necessário demarcar — signifique receber informações de maneira acrítica.

A segunda questão estruturante é que, pelo motivo discutido acima, consultar as preferências dos estudantes calouros, mesmo com menos de uma semana de aulas, como foi o nosso caso, pode revelar discrepâncias em relação ao Imaginário Antecedente de uma semana antes, quando ainda não tinham sido apresentados a novas questões e perspectivas dentro do curso. Desse modo, esse ponto das considerações serve como um sobreaviso metodológico. É flagrante o redirecionamento dado às leituras espaciais quando compararmos pré-ingressantes e ingressantes no curso, o que indica a validade de se considerar um grupo de futuros estudantes para se avaliar o imaginário arquitetônico discente.

Desse modo, é possível especular sobre o caráter geral da educação arquitetônica através das leituras espaciais dominantes entre os grupos. A crescente atenção dada à humanização do espaço indica que as Representações de Espacialização, no IC, privilegiam a dimensão coletiva com viés participativo e flexível do ponto de vista de usos espaciais, o que sugere que esses atributos figuram como uma base material em projeto valorizada no âmbito da educação do arquiteto e, possivelmente, também sejam qualificadores presentes nos critérios de avaliação dos exercícios desenvolvidos pelos docentes. Vimos que esses mesmos critérios começaram a dominar certo momento do IA um, ganhando significativo espaço entre novatos no curso, principalmente no tema Projetar, revelando uma possível tônica na instância

¹¹⁷ Uma pesquisa recente no curso apresenta o seguinte resultado: “A *fonte teórica* identificada como a *mais recorrente* nos relatos coletados sobre a construção de ideias é o *contato com obras de outros arquitetos*, que caracterizou 29% das respostas para a pergunta sobre a origem da ideia, identificada pelo aluno como a principal do projeto.” (BRANT, 2019, p. 85, grifos nossos). Esse achado acaba sugerindo a importância de se atentar para as referências frequentes no imaginário arquitetônico discente, seja ele Antecedente ou Consequente. As referências que compareceram nas entrevistas desta tese são analisadas na subseção 5.2.2.2, p.167.

¹¹⁸ Também em Brant (2019, p. 105): “os professores foram identificados como a principal referência para os alunos sobre como iniciar um projeto (quais processos utilizar) e como tomar decisões (crítica feita em sala)”. Embora essa pesquisa tenha consultado apenas estudantes já com prática na projeção, acreditamos que nossos resultados sugerem que a influência sobre o imaginário da prática projetual transcende as disciplinas de ateliê, sendo ele formado já nos estágios iniciais do curso.

espacial que integra as visões de qualidade espaciais valorizadas na cultura arquitetônica do curso. Isso confirma a segunda hipótese colocada: *entre as Características Espaciais, no IA um, existe uma perceptível modificação qualitativa em relação aos atributos espaciais quando comparamos ao IA zero, e essa mudança é resultado da rápida incorporação de valores arquitetônicos espaciais absorvidos logo nos primeiros dias de imersão com o ambiente formal.*

O estímulo à leitura espacial focalizado nas especializações que tenham ênfase nas relações humanas e na valoração da vida coletiva é notadamente presente na formação disciplinar. Entretanto, talvez esse resultado nos indique que, ao menos na instância teórica (do discurso), os estudantes são continuamente estimulados a privilegiar atenção às normas, códigos ou padrões culturais e de interação social para análise e interpretação de seus espaços de intervenção¹¹⁹.

Em contrapartida, ainda no tema Características Espaciais, há um apontamento importante sobre a pouca atenção dada, no Imaginário Consequente, a aspectos da *materialidade*¹²⁰ espacial. Isso pode denotar que a educação arquitetônica não tem sido satisfatória em estimular a curiosidade e a criticidade espacial do estudante a aspectos que dizem respeito a acessar como o que se está projetando funciona do ponto de vista construtivo. O mesmo padrão de retração, no IC, acontece com *Aspectos Construtivos*¹²¹ e *Infraestrutura Urbana*, categorias em que se esperava, a princípio, um destaque significativo no Imaginário Consequente, dada a experiência contínua desse grupo na prática projetual.

Um outro aspecto tomado a partir das análises é que, no IA, existe uma atenção às questões mais próximas de aspectos estruturais, infraestruturais e da materialidade da construção. Ainda que sejam evocados para focar em problemas construtivos que identificam, pode ser evidência de que os estudantes os considerem elementos caros ao conhecimento arquitetônico e projetual. Assim, os aspectos que mais aproximam o artefato arquitetônico como “objeto construído” são justamente as categorias e atributos com menor destaque no Imaginário Consequente. São escassas as leituras espaciais, por exemplo, em que há menção

¹¹⁹ Santa Cecília (2016, p. 149) observa que a hipótese desses aspectos se especializarem nos artefatos construídos é aceita e discutida por muitos autores e teóricos de arquitetura. Com alguns deles, seguramente, os estudantes têm contato em algum momento da educação arquitetônica, como Alexander, Gehl, Hertzberger etc. Como argumentamos anteriormente, os recursos metodológicos acabam sendo integrados no sistema de aprendizado do estudante iniciante e, portanto, com maior possibilidade de integrarem seu imaginário.

¹²⁰ Correspondem, nessa investigação, a comentários que tenham ênfase acerca dos elementos construtivos de edificações e dos espaços urbanos.

¹²¹ Correspondem, nessa investigação, a qualquer menção ao ato de construir, às *modificações construtivas* no espaço físico ou que remeta às *técnicas e tecnologias construtivas* aplicadas a essas ações de modificação espacial.

a elementos construtivos e ao papel que desempenham no processo de concepção e desenvolvimento do processo de projeto.

A análise das transformações no tema Projetar nos autoriza a supor que o paradigma do projeto como prática autoral ainda não foi suplantado na educação arquitetônica. Ainda que essa visão se dilua ao longo do curso, perceberemos fatores que possivelmente perpetuem esse paradigma, como o entendimento de que as ideias e intenções projetuais são propriedades intelectuais individuais. Entretanto, essa visão não comparece entre respondentes que tiveram contato com experiências extradisciplinares que valorizavam abordagens alternativas, principalmente de processos participativos.

5.2 As representações imagéticas

5.2.1 Introdução

Representações imagéticas referem-se a toda e qualquer entidade do imaginário arquitetônico que se exprima *por* ou *a partir de* imagens. Assumindo que as imagens são, ao mesmo tempo, produtos e produtoras do imaginário (LAPLANTINE; TRINDADE, 1997), significa dizer que todas as representações que analisamos, inclusive as pertencentes ao domínio das espacializações, são manifestadas como ideia a partir de estímulos visuais do espaço experimentado. Quando esse espaço é significativo ao respondente, seja através de suas qualidades ou pelo incômodo que geram, as imagens que representam essa significância são fixadas na memória ou no seu “banco de imagens”¹²², como quer Downing (1992), ou, como é costumeiro em Arquitetura, passam a integrar o seu repertório. Por exemplo, quando o estudante me fala sobre a casa em que mora, seu entorno e seus elementos, não a pensa de modo “verbal”, mas espacial, portanto, vinculado ao domínio imagético.

Mas o que então diferencia os dois domínios — o imagético e o das espacializações? Quando falamos de imaginário arquitetônico, estamos empreendendo a noção de que, além da essência espacial como condição para que a arquitetura se realize, existe uma outra essência também inevitável à sua existência como ideia exequível: a imagem. Digo exequível pois, ao ser fruída por experiência direta, a arquitetura produzirá, com maior ou menor efeito, alguma imagem mental, ainda que subsidiária de alguma sensação. Além disso, sendo necessária como imagem exequível também, ao falarmos de sua *produção*, para ser

¹²² O banco de imagens é definido pela autora como um conjunto de experiências, onde o *lugar* é um fator primordial à “memorabilidade”, qualidade de uma experiência com forte potencial de fixação na memória.

concebida como ideia, tem de ser representada como imagem, para que então possa ser desenvolvida ou aperfeiçoada. Para ser comunicada a outrem tem que ser expressa por imagem e, para viabilizar sua construção, tem de ser, também, detalhada e compreendida como imagem possível de ser executada. Nesse entendimento, a arquitetura é e produz, por essência, uma representação imagética.

Seu impacto imagético a pode tornar emblemática, reconhecida, criticada ou, ainda, inconveniente. Por este motivo, não é incomum que seja desse modo que os juízos de valor a respeito de um edifício são elaborados, quer seja no domínio formal ou no informal. Esse aspecto fica mais claro ainda quando a arquitetura é fruída *exclusivamente* como imagem, já que a experiência indireta não permitiria a fruição de sua qualidade espacial e ambiental, subjugando essas outras dimensões de avaliação.

Ao longo da graduação em Arquitetura e Urbanismo, é apresentada uma série de recursos aos estudantes, para que possam desenvolver conhecimentos capazes de idealizar e/ou realizar algum artefato, cuja *imagem*¹²³ não prejudique seu entorno físico, o bem-estar físico e mental dos usuários, a cultura local de alguma comunidade etc. Uma prática didática corriqueira em disciplinas de projeto trata de apresentar ao estudante referências projetuais ou casos análogos como um desses recursos para desenvolver seu conhecimento arquitetônico.¹²⁴ Os objetivos didáticos desse recurso referencial no ensino de Arquitetura, ao menos em tese, fazem parte deste objetivo último, sintetizado em Boudon *et al.* (2001, p. 30, tradução e grifos nossos):

A importância dada ao “educar o olho” no ensino de arquitetura está ligada a esse objetivo de *desenvolver certo domínio de conhecimentos que assegure o ponto de vista de um conhecedor, o de um especialista*. E a particularidade do olhar do arquiteto não é ser principalmente o olhar de um projetista, isto é, de alguém que entende a concepção dos edifícios? Assim, *ao perceber o ambiente construído, o arquiteto é capaz de levantar hipóteses sobre uma “lógica” do projeto de construção*. Nesse caso, o projeto é objeto de uma percepção que se dá no modo de compreender, a partir das pistas identificadas e do conhecimento prévio do sujeito que percebe.

¹²³ Ao falar da imagem, não estamos isolando a expressão plástica da edificação como o objetivo central do ensino em projeto arquitetônico e muito menos da Arquitetura. Sendo o artefato arquitetônico construído em um objeto visível, todas as suas demais dimensões constituintes, como a funcional ou mesmo a tecnológica, integram-se em um objeto que é apreciado, antes de tudo, pela visão. Uma vez espacializada, essa imagem deve atender às necessidades humanas, sem restringir-se à perseguição formal.

¹²⁴ Em pesquisa a 14 instituições de ensino brasileiras, nas regiões Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste, Bianchi (2008) aponta o uso de analogias como método para estímulo a ideias em 74% das escolas de Arquitetura, sendo 59% de aplicação em disciplinas de projeto arquitetônico.

A literatura empírica tende a concordar que estudantes avançados no curso estão mais próximos da “alta arquitetura” (DEVLIN; NASAR, 1989; HERSHBERGER, 1970; DOWNING, 1992), ou seja, mais inclinados à preferência por arquitetura excepcional produzida por arquitetos reconhecidos pela crítica especializada.

Quando o domínio imagético se relaciona à metodologia de pesquisa, assim como já abordamos, no Capítulo 2, advertimos que as técnicas de estímulo por imagem para avaliação do ambiente construído e da produção arquitetônica aplicadas em pesquisas em que os exemplares são previamente selecionados pelo pesquisador, implicam que o participante apenas *escolha* e não possa manifestar preferências ou julgamentos atrelados à sua própria avaliação arquitetônica.

[...] na fotografia da arquitetura e da cidade, as edificações desvinculadas de seu contexto são avaliadas meramente como objetos estéticos separadas dos valores que representam. Esse contexto histórico e social significa o espaço urbano e, ainda que se recorte da imagem o edifício isolado, a imagem mental que se faz dele e de seus espaços são representações metafóricas condensadas em cultura que interferem em nossas percepções e pensamentos. (PALLASMAA, 2011, p. 118)

Isso é particularmente importante no mapeamento das transformações do imaginário, ao nos apontar os tipos de produção aos quais os estudantes se alinham em diferentes momentos do curso e as possíveis correlações dessa proximidade com o ambiente de ensino.

Para contornar essa lacuna, nesta pesquisa, analisamos as ocorrências citadas considerando ainda as justificativas vinculadas às imagens, o que amplia o entendimento de representação imagética para além da apreciação estética da imagem. Assim, consegue-se mapear exemplares arquitetônicos que não sejam necessariamente um edifício. Além do artefato arquitetônico como unidade em si, toma-se como representação imagética a produção arquitetônica de um profissional específico (autoria), a paisagem urbana da cidade, um espaço público aberto etc. Também foi investigado como os estudantes consomem assuntos correlatos à área ao longo da formação, a fim de mapear suas preferências e os vetores de informação habituais que auxiliam em sua conformação.

A partir desses e de outros indicadores, podemos especular sobre o tipo de produção com a qual os estudantes convencionalmente têm contato nos limites disciplinares e se há uma diversidade na exposição desses estudantes a uma variedade mais ampla de produção do espaço construído, além dos atributos que incidem como justificativas gerais convertidas em um discurso dominante coletivo. Nesse caso, a ampliação das imagens arquitetônicas

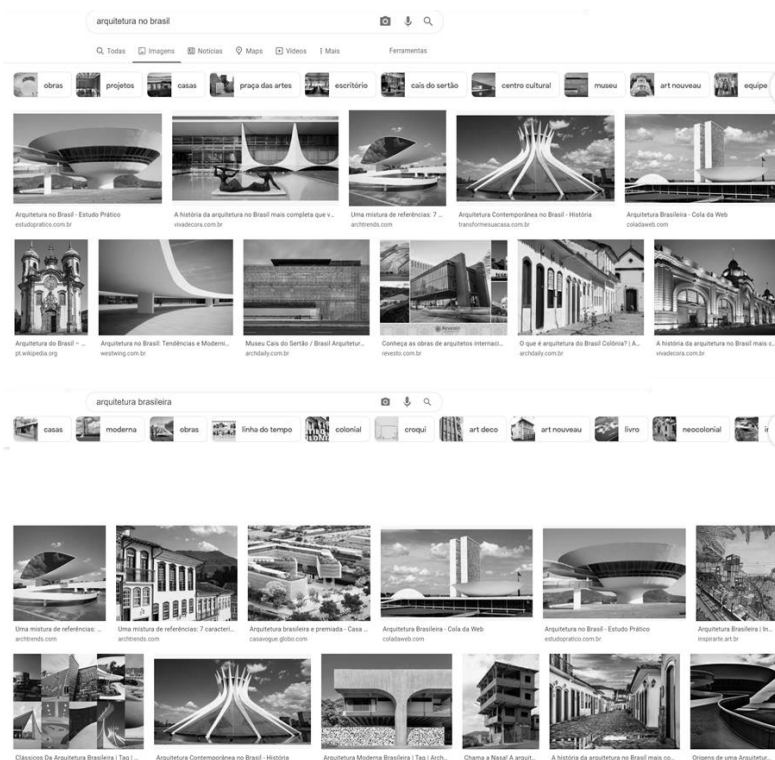
prevista por esta metodologia tem por objetivo catalisar os atributos arquitetônicos coletivos dominantes em cada fase da educação em AU.

Assim, as principais questões sobre as quais esperamos avançar após as análises acerca desse domínio são: *quais os principais vetores de influência sobre o imaginário arquitetônico discente? Quais atributos, para além da dimensão estética, dão suporte ao reconhecimento do lugar como significativo aos estudantes?*

Nesse domínio, nossa hipótese inicial é a de que, por grande influência da mídia popular e das informações sobre arquitetura mais difundidas nas redes, principalmente no primeiro estágio do Imaginário Antecedente, a tendência é a de adesão a exemplares de obras ou arquitetos conhecidos fora dos limites disciplinares, por seu alcance midiático nacional e internacional, configurando uma valorização sobre a dimensão estética dos edifícios.

Em rápida pesquisa, em um site de buscas na internet, por termos como “arquitetura brasileira”, “arquitetura *do* Brasil”, “arquitetura *no* Brasil”, as imagens que tomam quase todos os resultados são de exemplares da arquitetura moderna de autoria de Oscar Niemeyer ou Lina Bo Bardi, em sua maioria localizadas no Sudeste do país. Em menor escala, a produção nacional também é representada por imagens de obras de arquitetura colonial da mesma região. Há imagens pontuais de outros símbolos do “jeito” brasileiro de construir, equivalentes à construção sem arquitetos, como praticado nas favelas e autoconstruções populares (Figura 20, na página seguinte). Assim, o IA no momento zero poderia, em algum nível, ser um reflexo desse tipo de exposição.

Figura 20 — Resultados em site de busca pelos termos “arquitetura no Brasil” e “arquitetura brasileira”



Fonte: Colagem a partir de *print* de tela da página Google Imagens.

À medida que a formação avança, a expectativa é de que haja um deslocamento da centralidade sobre a dimensão estética, ampliando-se também, no IC, a diversidade de tipos e estilos de produção arquitetônica formal, dado o tempo de exposição no curso. Além disso, as análises das representações de espacialização nesse estágio indicam uma inclinação aos processos de projeto alternativos, com abertura à participação coletiva, de modo que se espera uma correspondência dessa tendência aos seus referenciais predominantes.

Na seção seguinte, examinaremos as Representações Imagéticas a partir do tema Vetores de Influência, cujas categorias ajudam a esclarecer a transformação das imagens dominantes no percurso acadêmico, além de dar pistas sobre a influência de diferentes vetores sobre essas transformações, indicando os que compreendemos como principais.

5.2.2 Vetores de influência

5.2.2.1 Introdução aos resultados e comentários gerais

Diferente das análises dos temas anteriores, não é necessário que se façam comparações entre a frequência ou incidência das categorias em cada grupo. Isso porque nos

interessa diretamente o *teor*, mais do que a frequência ou a proporção.¹²⁵ Além disso, era esperado que menções acerca desse tema no Imaginário Consequente fossem mais frequentes e extensas em virtude do maior tempo de contato com o curso.

Dar relevo ao que os estudantes indicaram como suas influências e preferências principais pode nos ajudar a esclarecer alguns aspectos dos temas anteriores, que não se explicam se analisados isoladamente. As categorias componentes desse padrão tratam do *repertório do respondente e seus vetores de influência*.

A única observação a ser feita, e que pode interessar, à primeira vista, pela *frequência*, compete ao caso de a categoria *Vocabulário Arquitetônico* ser proporcionalmente mais presente e com praticamente igual intensidade entre ingressantes, em relação aos já avançados no curso (ver Quadro 6), o que pode reforçar o argumento levantado na subseção 5.1.2, onde discutimos a inclinação, entre iniciantes, a reproduzir aspectos de conteúdos que têm apreendido durante a fase de introdução à graduação, ainda que reeditados sob seus entendimentos próprios, de modo que o uso da linguagem formal como marcador dessa percepção de integração ao grupo social se torna mais presente nos depoimentos.

Quadro 6 — Resultados do tema Vetores de Influência

	CATEGORIAS	Proporção no discurso			Extratos de fala		
		C	I	PI	C	I	PI
VETORES DE INFLUÊNCIA	Autoria	1,9%	1,3%	1,6%	19	12	10
	Influência do Ensino Formal	6,3%	4,7%	1,5%	62	44	9
	Influências de escolha do curso	4,4%	3,0%	3,1%	43	28	19
	Interesses e Habilidades Pessoais	10,0%	6,0%	10,3%	98	56	63
	Referências Arquitetônicas	4,8%	2,9%	6,5%	47	27	40
	Vetores de Consumo	2,9%	1,8%	3,1%	28	17	19
	Vocabulário arquitetônico	5,1%	5,5%	1,5%	50	51	9
Vetores de Influência Total		36,1%	25,5%	27,6%	353	236	169

Obs.: Resultados proporcionais em relação ao total do discurso e totais numéricos puros.

Fonte: Elaborado pela autora.

Algumas observações preliminares precisam ser feitas para a compreensão da análise do tema. Para gerar uma caracterização qualitativa mais adequada e menos propensa a aproximações frágeis entre os resultados e as práticas adotadas nos limites disciplinares, priorizou-se, em primeiro lugar, a diferenciação da identificação das tendências intragrupos a partir das categorias Vetores de Consumo, que nos esclareceram os tipos e o teor de conteúdos mais acessados em diferentes momentos da formação. Além disso, os interesses

¹²⁵ Boa parte das categorias vinculadas ao tema são decorrentes de dados sumarizados a partir dos Blocos III e IV do questionário, especialmente as questões 10, 11, 12 e 15 (ver Apêndice A), embora tenham comparado, também, em outros pontos da entrevista, como nos dados relativos à questão 6, do Bloco II.

prévios foram investigados através das categorias *Influências de Escolha do Curso e Interesses e Habilidades Pessoais*, a fim de gerar pistas não só das motivações relativas à escolha do curso como também das possíveis relações que se estabelecem entre as declarações a respeito dessas categorias e as orientações de preferência predominantes.

Em segundo lugar, também foi possível classificar, a partir da categoria *Influência do Ensino Formal*, as declarações espontâneas dos estudantes que estabelecem relação direta entre a alegação de preferência e algum estímulo via aprendizados no curso de Arquitetura, enquanto que a categoria *Vocabulário Arquitetônico* permitiu a identificação de assuntos que tendem a emergir nos assuntos tratados em cada grupo. A análise desse aspecto nos ajuda a entender quais temas têm considerável influência sobre os imaginários e a julgar quando um mesmo termo tido como típico — ou algum jargão próprio da área — começa a repetir-se de maneira considerável entre respondentes de um mesmo momento de formação (mesmo entre os que ainda não a iniciaram, pois denuncia os temas consumidos via vetores informais).

Por fim, a partir das categorias *Autoria e Referências Arquitetônicas*, são analisados os lugares e tipos de produção citados como marcantes, atentando à justificativa dada, no contexto das falas, à representação geográfica global dos conjuntos citados nos grupos, além da diferenciação de predominância segundo os tipos de produção: se arquitetura excepcional ou arquitetura cotidiana. O primeiro grupo se refere àquelas produções ou autorias referendadas pela crítica especializada ou por seu alcance popular via mídia. Como cotidiana, nos referimos às produções que são majoritariamente não produzidas por arquitetos e/ou não reconhecidas como “boa arquitetura” pela crítica especializada, mídia ou academia. De modo que, ao analisar o contexto em que esses referenciais imagéticos comparecem, é possível melhor enquadrar as tendências de imagens e lugares significativos nos diferentes momentos dos imaginários, indicando as possíveis interveniências que estruturam esses referenciais.

Além de todos os aspectos anteriormente citados como caros à análise do tema, a partir das categorias internas que o estruturam, são feitos comentários que reportam aos resultados ou observações feitas nos temas anteriores, relativos às representações de espacialização, em casos necessários à montagem de um panorama mais abrangente, a fim de dar bases à argumentação que possa explicar as tendências nos Imaginários Antecedente e Consequente.

5.2.2.2 As fontes de influência

A fim de gerar um melhor entendimento entre as particularidades levantadas a respeito deste último tema, os Imaginários Antecedente e Consequente serão abordados em um mesmo tópico. Atentando para o fato de que interessa à tese a identificação das transformações do imaginário arquitetônico, essa instância de investigação se faz importante ao apontar o que caracteriza os imaginários no âmbito das *referências*, que invariavelmente informam as inclinações e predileções arquitetônicas, suas principais fontes e sua correlação com gosto de ordem intrínseca ao respondente, uma vez que as particularidades individuais também estão tacitamente incorporadas ao processo de se pensar o projeto e a própria Arquitetura (CHIANG, 2006).

Embora já tenhamos advertido que não se trata de uma análise de ordem individual e, portanto, de interpretação psicológica particular, nos interessou mapear quais as tendências de gosto arquitetônico prévio ao curso (e também as que decorrem dele) que melhor caracterizam cada momento do imaginário, ancorando essa caracterização aos achados em outros temas do discurso, anteriormente discutidos no domínio das Representações de Espacialização.¹²⁶

A diferença identificada entre perfis aparentemente situados em classes sociais distintas é o fato de os estudantes de classe média e média alta terem apresentado maior diversidade de experiências em lugares distintos aos do seu cotidiano, principalmente viagens, pois é natural que muitas das experiências valorizadas como repertório cultural mais distinto sejam mais comuns quando também há capital econômico para viabilizá-las. Já para os estudantes que têm influência direta de familiares na atuação em Arquitetura ou na construção civil, notou-se que essa condição os torna mais habilidosos em seu vocabulário e presteza no discurso, entretanto, não identificamos, no universo analisado, uma relação de causa e efeito entre esses aspectos e rebatimento em padrões de suas preferências e referenciais de autoria, estilísticos, estéticos, formais etc., apenas limitando-se a reconhecer que a proximidade com o ambiente de construção despertou atenção à possibilidade do ofício. Só há um caso em que a respondente, do grupo de ingressantes, é filha de arquiteto e já atua com o pai, que é

¹²⁶ Por isso mesmo, os aspectos que iremos discutir neste item não foram incorporados na seção 4.1 Os *respondentes*, pois, embora também contextualizem os perfis alcançados, essa caracterização se situa melhor próxima à discussão dos achados, pois facilita sua compreensão contextualizada. Após as análises, os dados relativos à idade e à faixa socioeconômica não foram considerados preponderantes, pelo fato de não apresentarem grandes variações entre os perfis.

profissional liberal em escritório próprio, com atividades específicas em planejamento urbano. Ainda assim, nem mesmo nesse caso, há indícios que apontem a predileção da respondente em função da atuação paterna.

Assumimos, então, que não é possível precisar até que ponto, de fato, existe esse desprendimento e em que medida essas vinculações prévias à profissão direcionam a prática, os valores e as disposições desses futuros profissionais. Apesar disso, tendo em vista que a série de perguntas era relativamente extensa e visava uma varredura diversificada das impressões do respondente sobre assuntos ligados à Arquitetura e Urbanismo, acredita-se que a análise conjunta na etapa de familiarização com os dados acusaria esse tipo de contradição em algum momento do discurso, ainda mais se esse fosse um fenômeno comum a esse perfil específico de respondentes.

Isso é importante, pois nos permite diminuir a possibilidade de aproximações frágeis e assim distinguir com menor margem de equívoco o que podemos especular como próprios da aquisição de posturas e preferências projetuais via atividades didáticas dominantes no curso, já que, apontando o que é próprio do imaginário arquitetônico coletivo apreendido *fora* dos limites disciplinares, pode-se, por eliminação, indicar o que é adquirido a partir da prática e/ou discurso formal, ou ainda, os aspectos dessas práticas que reforçam o que é apreendido a partir de fontes informais de conhecimento sobre arquitetura e seus assuntos correlatos.

A esse tema pertence uma série de categorias relacionadas, que serão discutidas em seguida. A primeira é a *escolha do curso*, que explica os fatores preponderantes na opção pela área, ajudando a elucidar o que a profissão e a atuação do arquiteto representam em diferentes estágios de especialização, complementando o que foi discutido sobretudo no tema *Projetar Além* disso, *interesses e habilidades pessoais* representativos na identidade dos diferentes grupos também são discutidos, a fim de melhor contextualizar quais aspectos os grupos autoavaliam como preponderantes à afinidade com a área de especialização profissional escolhida. Essas duas categorias de análise ajudam, por fim, a sistematizar a compreensão de maior interesse a esta investigação, que diz respeito à *influência do ensino formal* nos grupos de estudantes do curso.

Após isso, discutimos os achados relativos às *referências arquitetônicas*, que compreendem a noção que os próprios respondentes fazem a respeito do lugar arquitetônico bem como da *autoría*, que comparece nos imaginários de modo a situarem o valor intrínseco a esses exemplos significativos, permitindo que sejam compreendidos enquanto conjunto representativo comum de cada grupo. Tendo discutido as fontes e interesses mais

proeminentes, pode-se, então, elaborar associações entre essas diferentes instâncias dos Vetores de Influência no imaginário coletivo.

Por fim, as análises acerca dessas categorias têm como ponto de partida a identificação dos seus principais atributos, permitindo a discussão das Representações Imagéticas coletivas imbricadas ao longo do percurso acadêmico, especulando potenciais aproximações com algumas práticas didáticas correntes.

A escolha pelo curso

Pode-se dizer que, no universo analisado, há três tipos de fatores preponderantes na opção pela formação: *influência externa de pessoas, as inclinações pessoais e/ou por características próprias da área ou do curso*. Analisá-los, por sua vez, auxilia na compreensão de quais aspectos ainda fora dos limites disciplinares tendem a influenciar a escolha do curso e também contribui para esclarecer os contextos prévios em que se constituem as inclinações que eventualmente comparecem como tendências nos diferentes momentos do imaginário.

O primeiro fator é presente em todos os grupos, mas é entre concluintes que predomina a influência externa de pessoas, principalmente a familiar. Nesse grupo em específico, há muitos com familiares próximos ligados à construção civil. Esse tipo de influência também é alto entre pré-ingressantes, embora, nesse caso, a influência direta de parentes arquitetos seja minoritária.

Sabemos que nossas características individuais nos conduzem a uma escolha particular de prática profissional (CIALONE; TENBRINK; SPIERS, 2018), assim como nosso contexto prévio, no qual se inscreve nossa cultura, seja ela familiar, de formação escolar, etc. (OSTROWER, 2018; THORNE; LAMB, 1990). No que diz respeito às influências via inclinações pessoais, os grupos de ingressantes e concluintes se destacam. No entanto, há uma diferença marcante nesse fator entre os grupos de novatos e alunos avançados: pré-ingressantes e ingressantes apresentam uma tendência crescente em afirmar que a escolha partiu de uma pesquisa deliberada sobre a profissão e as possibilidades de atuação no mercado de trabalho, sendo que os já iniciados do curso noturno tendem ainda a ressaltar o interesse por urbanismo, possivelmente considerando a tônica que compreendem estar presente no curso, enquanto que os concluintes não mencionam a investigação sobre a realidade acadêmica ou profissional como critérios para escolha. Assim, os critérios entre os alunos mais recentes aparentam decisões menos guiadas por capacidades inatas ou de talento pessoal, a despeito de também citarem afinidade pelo fazer criativo, artes ou desenho.

Ainda a respeito de inclinações pessoais, a menção à afinidade ou interesse por algum aspecto de um espaço construído experienciado pelo respondente como influência de escolha pelo curso ocorre apenas em depoimentos de alunos avançados. Esse aspecto é citado apenas uma vez entre ingressantes. De todo modo, são lugares ou artefatos arquitetônicos que estão mais próximos da produção excepcional, por serem obras reconhecidas nos domínios formais da área ou por se tratar de lugares com forte apelo turístico.

O terceiro aspecto, de influência por características próprias da área ou do curso é mais presente entre ingressantes. Os futuros alunos não o citam, enquanto que os concluintes tendem a destacar a confluência de seus interesses pessoais com as abordagens presentes no curso, tais como o aspecto social, o fato de se trabalhar com a modificação do espaço, o que envolve organização, planejamento, além do *design* de interiores. Já os recém-ingressos tendem a conciliar, também, aspectos que reconhecem em suas inclinações pessoais com o caráter do curso, como o fato de se autoavaliarem como multidisciplinares e entenderem que a área concilia também muitos domínios de diferentes áreas do conhecimento.

Interesses pessoais relacionados à área

Nos dois imaginários, os interesses relacionados à área podem coincidir com os vetores de consumo sobre arquitetura. Ambos compartilham, também, parte desses vetores de informação e entretenimento, tais como as mesmas mídias sociais (principalmente as relacionadas à publicação de imagens) e os mesmos programas do gênero em plataformas de *streaming* ou, ainda, gostos mais ligados à criação, como o desenho, representação em *softwares*, assuntos ligados às artes e jogos de criação que manipulem espaços arquitetônicos e citadinos. A facilidade atual de acesso a conteúdo de representação arquitetônica contribui para o interesse precoce pelo contato com representação arquitetônica de forma prática, através do uso de aplicativos que, por exemplo, geram plantas baixas de forma automatizada ou que simulam a geração de projetos residenciais em plantas humanizadas.

A capacidade ou afinidade com desenho é bastante valorizada em todos os momentos do imaginário e está relacionada à descoberta da afinidade com Arquitetura ou ainda vista como uma questão que pode limitar a afinidade com a área, no sentido de ver o desenho como elemento flagrante de uma melhor desenvoltura em não só representar como desenvolver o projeto, como se a “boa” ideia arquitetônica, ou mesmo o desempenho no curso, dependesse diretamente e mais fortemente dessa habilidade, tendo comparecido sob essa conotação no Imaginário Antecedente. No Consequente, assume o caráter de *representação*, denotando um

afastamento gradual do desenho ou do ato de representar ou desenvolver uma ideia via desenho à mão livre por *hobby*. As imagens que produzem durante o curso, ao menos no discurso, têm um caráter mais representativo enquanto produto, tendo apenas um caso em que o interesse por investigar e explorar tipos de representação em *software* é fonte de interesse genuíno do respondente.

Alguns dos estudantes avançados abandonaram o hábito durante o curso e há um caso específico em que a prática do desenho foi retomada durante o percurso formativo, mas fora das exigências do ensino formal ou mesmo fora do incentivo por parte de alguma das disciplinas cursadas. O respondente alega que o registro à mão livre dos prédios e percursos urbanos que visita, aliado às anotações auxiliares sobre informações e impressões, o fizeram compreender melhor as intenções espaciais dos lugares e a fixar melhor os percursos e possíveis estratégias de projeto. O discurso revela que houve uma inspiração autoral da prática, os cadernos de croquis de Le Corbusier, o que não exime, portanto, alguma influência da educação formal no recurso utilizado pelo aluno para compreender arranjos espaciais e detalhes arquitetônicos. Sua atenção é centrada na representação de fachadas, preferindo exemplares de arquitetura neoclássica.

O que vai mudando no decorrer da formação é a incorporação de vetores de informação e dos objetivos de acesso aos conteúdos, que passam a ficar mais alinhados às necessidades do estudante em relação às práticas disciplinares e aos interesses específicos que desenvolve no percurso acadêmico, de modo que livros ou *sites* especializados ganham espaço no Imaginário Consequente certamente por importante influência dos assuntos tratados no ateliê de projeto, ainda que as demais disciplinas que também sugeriram sua pesquisa, quer sejam estas buscas espontâneas ou não, para coleta de referências projetuais.

Outro ponto a observar é que, no Imaginário Antecedente, os interesses são muito voltados a acessar *como* os arquitetos chegam às soluções, se interessando pelos processos e pela aquisição de repertório e acúmulo de referências, sendo o principal motivo do acesso de conteúdos afins em redes sociais. Tendem a acompanhar referências e inspirações de obras construídas, além de conteúdos que consideram “didáticos”, possibilitando alguma aproximação com a área.

O ambiente de obra e assuntos relacionados à construção e tecnologias construtivas é fonte de interesse maior no Imaginário Antecedente, principalmente no momento zero, o que sugere uma expectativa de que o curso corresponda a essa inclinação. Em fases avançadas do curso, essa afinidade não se mantém, decaindo à medida que o grau de formação avança. Ao mesmo tempo, o interesse por profissionais mais criativos, cujas construções são

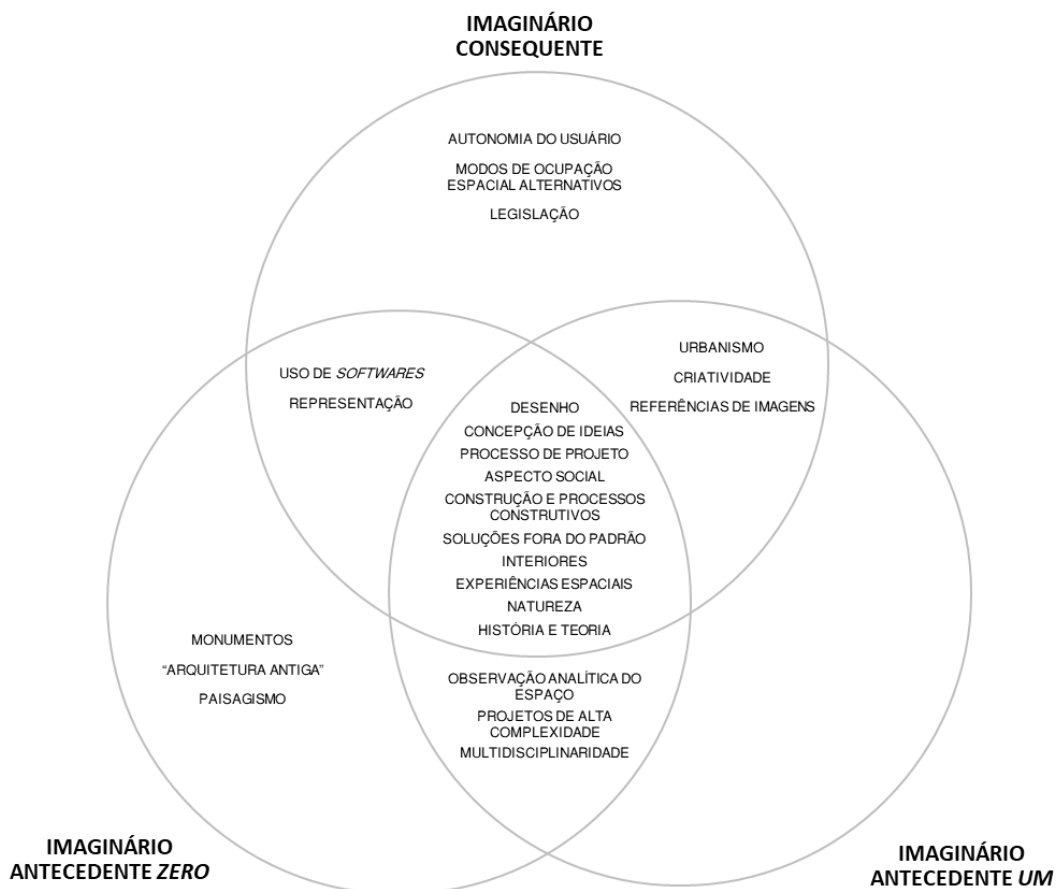
geralmente adjetivadas como “inovadoras”, “novidades”, “extraordinárias” ou “fora do habitual”, tem mais espaço também no Imaginário Antecedente, a despeito de comparecer, com outra conotação, nos períodos finais da formação, que deslocam o entendimento do espectro plástico-formal para um entendimento mais relacionado ao processo de projeto participativo e em modos de ocupação espacial que consideram não usuais. No entanto, importa observar que esse aspecto não tem largo alcance coletivo, comparecendo mais pontualmente entre aqueles perfis que participaram de projetos de pesquisa e extensão voltados para essas questões, mas se torna importante ao passo que desvirtua de estudantes avançados que não tiveram experiências extra disciplinares, que, por sua vez, sequer costumam fazer menções a respeito do que compreendem como padrão ou não convencional. O visto como “padrão”, para esses casos, geralmente se relaciona ao que é produzido espontaneamente pela população ou mesmo pelo resultado espacial e formal que reconhecem como próprios de engenheiros.

Um outro aspecto sugerido pelos interesses autodeclarados trata-se da questão social à qual a arquitetura se vincula. Em específico, a consideração ao aspecto coletivo comparece como uma tendência de fato somente a partir da experiência no curso, em geral por consequência de interesses relacionados ao urbanismo. Assim, questões de cunho social estão mais introjetadas no coletivo entre estudantes já iniciados e avançados.

Já os interesses citados pelo grupo de pré-ingressantes se relacionam a conteúdos que apresentem obras de arquitetura “*excepcionais*”, no sentido de serem interessantes por gerarem algum impacto visual. Esse é inclusive um assunto recorrente nos diálogos que esses respondentes afirmam ter com seus interlocutores sobre arquitetura e assuntos correlatos. Conteúdos que ensinem técnicas de desenho e representação também atraem os alunos iniciantes. Aqui não há se especifica se o tipo de desenho assunto do interesse é à mão livre ou digital.

Assuntos relacionados a urbanismo e problemas sociais também comparecem como interesse, mas em menor expressividade. Habilidades e interesses pessoais se concentram na instância estética, tais como cor, ornamentação, pintura e artes em geral. “*Criar*” foi a habilidade pessoal de destaque citada no grupo. Também ficou evidente que o processo de criação é frequentemente ligado a um processo aberto, em cenário onde há uma margem bastante ampla para se explorar. Não foram identificadas, no entanto, menções a possíveis aspectos limitantes. Conteúdos que, segundo os sujeitos, façam “*análise de projetos*” também foram citados como fontes de interesse. Os estudantes não expressaram maiores detalhes no que considerariam uma análise de projeto.

Figura 21 — Tópicos de Interesse do imaginário arquitetônico nos três momentos de formação



Fonte: Elaborado pela autora.

Influência do ensino formal

Uma vez descritas as principais tendências acerca das *afinidades e interesses* identificados em relação à *escolha do curso*, discutiremos o que se pode classificar como tendências adquiridas sob certos ditames disciplinares, focalizando naquelas que se pronunciam, na análise dos dados, com maior potencial para conformar preferências coletivas no imaginário arquitetônico.¹²⁷

Identificamos, no *momento um* do Imaginário Antecedente, um processo de replicação no discurso de conceitos e referências apreendidos em sala de aula, rapidamente crescente à medida que avançava o cronograma de entrevistas. Nesses casos, é mais comum que os conceitos sejam reeditados pelo estudante sob seus próprios exemplos, a partir de referenciais e experiências pessoais, podendo até não corresponder ao que de fato foi transmitido, o que

¹²⁷ Nesse tópico, analisamos apenas o *momento um* do Imaginário Antecedente e o Imaginário Consequente, pois considera-se que os dados coletados no momento zero não podem ser examinados sob influência direta ou principal do curso. No entanto, citaremos tendências encontradas entre os não arquitetos quando for necessário apontar, por contraste, alguma transformação que se pronuncia no IA um.

torna a categoria *Vocabulário Arquitetônico* bastante útil para tais verificações. Essa observação também fica ainda mais evidente quando comparamos os calouros dos diferentes turnos, pois, como advertimos no Capítulo 3, houve o acesso tardio à turma de estudantes do diurno, o que resultou no fato de os últimos respondentes, pertencentes a esse turno, apresentarem esse marcador com maior frequência.

Consideramos ser esse, também, um indicador da diferença crescente entre os futuros estudantes e os calouros. Ao contrário do esperado pelo senso comum ou do que foi reportado em alguns estudos anteriores (HERSHBERGER, 1970), o segundo grupo já apresenta alguns contornos do imaginário quanto a conceitos e recursos de avaliação ambiental do espaço construído bastante distintos aos que ainda não tiveram contato com o ambiente de ensino, o que também reforça que esse grupo de não arquitetos seja considerado em pesquisas futuras que investiguem o fenômeno.

Em muitos casos, quando a fonte do conceito ou do mote da argumentação é o próprio ambiente de aprendizado formal, há direta citação pelo respondente, o que facilita a classificação da citação, do referencial, do conceito ou fenômeno sob o qual estabelece seu argumento como recém-adquirido:

“Uma coisa que a gente tá estudando, e eu acho muito interessante também, é a questão da generosidade do arquiteto, da gente não pensar as coisas tão funcionalmente e dar abertura para aquele espaço tomar as formas que ele precisar ao longo do tempo.”

“A gente usa um termo na aula que é dionisíaco, então são cômodos dionisíacos na disposição deles. Sobre esse termo, eu entendo o que é uma diferenciação entre o que é propositalmente dionisíaco para gerar o impacto... outro termo estava em discussão também, acho que era (na disciplina) de estruturais, o arquiteto tem a função de causar um impacto e, se for bem-sucedido no projeto, o impacto que ele causa é o melhor e a pessoa vai aproveitar aquilo e, se ele for mal sucedido, não sei se eu posso dizer assim, ele vai planejar um impacto e acabar causando o outro. Então dá para perceber claramente quando o dionisíaco foi proposital e quando ele é uma [inaudível]. Então eu entendo dessa forma, que a disposição dos elementos pode ter uma certa harmonia ou não, e, não tendo essa harmonia, pode ser uma coisa incômoda ou não.”

A mesma ideia da correspondência entre a intenção do arquiteto e a recepção pelo usuário, abordada no trecho acima, se sedimenta no Imaginário Consequente:

“[...]E quando dá certo [o projeto], eu acho que é realmente criar experiências espaciais que são muito diferentes... assim, quando você percebe uma varanda que te proporciona uma outra experiência, uma cozinha que tem uma relação com a sala um pouco diferente, que são na verdade em poucos os lugares assim eu acho, e aí você percebe que a pessoa se apropria daquilo também, sabe. Você percebe que a pessoa meio que compactua com aquilo que o arquiteto propôs e ela conseguiu lidar bem com aquilo, enfim... acho que é esse o objetivo.”

Entre iniciantes e avançados, mas principalmente entre os concluintes, existe a consideração geral compartilhada de que o pensamento “crítico” e ampliado sobre questões inerentes à Arquitetura é desenvolvido no curso. No entanto, não há menções, em nenhum dos dois grupos, que possam configurar alguma tendência significativa de que o exercício crítico tem rebatimento sobre suas abordagens projetuais, ou mesmo que houve algum aperfeiçoamento ou aproximação com proposições práticas sobre o ambiente construído aplicados nos exercícios de projeto que tenham sido derivados dessas reflexões.

Isso pode indicar que a tônica incorporada no imaginário arquitetônico é mais *analítica crítica* do que *propositiva*. Embora saibamos da importância e da necessidade do desenvolvimento da criticidade sobre o espaço construído, seus agentes, a profissão e suas atribuições, acredita-se também que ela se torna mais efetiva quando articulada às proposições, o que talvez só se faria possível, no que diz respeito ao ensino-aprendizagem, ao contornar a ainda não superada cisão entre teoria e prática, que, inclusive, é uma demanda comum entre discentes. A frustração da aplicabilidade dos conhecimentos e da criticidade espacial adquirida no curso é questionada por uma concluinte:

“[...] tem uma área muito voltada à Legislação Urbana que eu não gosto muito, mas isso aí é uma questão de familiaridade. Eu acho que às vezes é também a forma que eu fui ensinada aqui na faculdade, me fez ter um certo receio assim, acho que pela falta de pé na realidade, por não ser aplicável, porque, por a gente estar numa universidade pública, a gente tem uma conversa muito acadêmica e muito interna e, por mais que você tenha projeto de extensão, não é um projeto de extensão, por exemplo, com um órgão que realmente gere as leis, então a gente fica muito distante disso e a gente não entende todos os mecanismos que as sustentam. Então, por exemplo, é muito bonito falar que tem que ter X% de área permeável, mas a gente nem sabe como calcula uma área permeável. A primeira vez que eu calculei uma área permeável eu falei ‘meu deus, dá muito trabalho, nunca mais eu vou colocar 30% de área permeável’... Então, assim, é um pé que a gente não tem na realidade e isso me fez criar até um certo receio mesmo de achar que não tem credibilidade o que eu aprendo aqui, porque não é tão aplicável na prática, há um afastamento.”

No Imaginário Antecedente, principalmente nas Representações de Espacialização do momento zero, discutimos que existe tendência a aproximação e interesse por assuntos ligados à obra, à materialidade da construção, a como se constrói ou, em última análise, como o projeto funciona enquanto produto construtivo e as implicações das decisões arquitetônicas do projetista sobre a obra projetada. No entanto, isso não se mantém no Imaginário Consequente.

“[...] a gente não tem muito contato com obra e com quem vai construir na graduação.”

Essa não é, de fato, a tônica que prevalece nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo. Em alguns, não há ferramentas ou espaços para que a construção e seu contexto sejam de fato incorporados ao ambiente de ensino de projeto de modo continuado e integrado com os conhecimentos mobilizados e exigidos no exercício projetual, por diversos motivos que não são matéria de discussão deste trabalho, mas que são continuamente abordados como problemáticos ou ao menos fatores que contribuem para que isso ainda não seja uma realidade nos cursos.^{128 129}

Por outro lado, as análises mostram que outro elemento também importante à projeção é rapidamente incorporado ao imaginário arquitetônico discente: o usuário. Assim como a materialidade da construção, ele não é levado também para dentro da realidade do ateliê, embora, assim como as demais variáveis do problema, se configure no ambiente de ensino em projeto como uma mera abstração, que pode ser ainda personificado na figura do docente, ou mesmo apresentar-se no processo como um sujeito oculto, principalmente quando em exercícios que simulam demandas públicas, de destinação coletiva, por exemplo.

Nos exercícios no ateliê, os estudantes são convidados — ou, ao menos, deveriam ser — a pensar fora da perspectiva única de intenções do projetista. Esse fato é atestado em uma das mais proeminentes transformações do imaginário arquitetônico durante a formação, que é a consideração do usuário ou mesmo a abertura à sua participação ativa no processo de projeto. O segundo caso é algo bastante difícil de “simular” no ateliê e, segundo o que podemos concluir a partir dos dados, só é experimentado por estudantes participantes de projetos de extensão com a comunidade, quando técnicas e metodologias são estudadas e desenvolvidas para esse fim, ou seja, essa é uma lógica que não é própria da maioria das disciplinas de projeto.

A aproximação com a materialidade construtiva não comparece com a mesma intensidade no Imaginário Consequente e, como vimos nas análises acerca das Representações de Espacialização, categorias de leitura espacial diretamente relacionadas a esse aspecto como *Materialidade* ou *Aspectos Construtivos*, não se mantêm no Imaginário

¹²⁸ Sobre o tema, ver: Lopes (2014), Laverde (2017), Borba (2018), Laverde e Oliveira (2020).

¹²⁹ Tais questões já foram também amplamente problematizadas e examinadas, por exemplo, em Sennet (2009) e Ferro (2006), em uma perspectiva sócio-histórica e econômica, focalizando no crescente distanciamento do arquiteto em relação ao canteiro de obras e demais trabalhadores da construção desde o Renascimento, contextualizando, assim, a realidade da evolução da Arquitetura como disciplina e da divisão social do trabalho e seus efeitos sobre as atribuições do arquiteto, culminando na perda progressiva da materialidade e das dimensões e saberes do construir, tendo a realidade educacional do arquiteto contemporâneo reflexo sobre esse processo.

Consequente como um recurso de análise preponderante, possivelmente denotando esse progressivo afastamento, que aqui ressaltamos como notável influência do que *não* é experimentado, via de regra, na graduação. Assim, os estudantes avançados organizam o imaginário a partir de um repertório extraído da crítica analítica do estado da produção arquitetônica atual, da teoria, do papel do arquiteto, secundarizando a aplicação dessa criticidade nos processos práticos sobre os quais o projeto influi.

Essa noção já é compartilhada desde o *momento um* do Imaginário Antecedente, quando, no entanto, não apresenta rebatimentos nas habilidades propositivas. Ainda assim, apesar de termos momentos da conversa direcionados à prática, já discutidos no tema Projetar (subseção 5.1.4), não podemos atestar esta especulação, uma vez que nossa análise restringe-se ao imaginário arquitetônico enquanto *discurso*, o que pode limitar que esse aspecto seja evidenciado nas colocações.

Assim, a capacidade de ampliar a noção das variáveis espaciais envolvidas no ambiente construído, numa obra ou na cidade, ou ainda o embasamento teórico e o repertório da linguagem arquitetônica foram bastante ressaltados, além da ampliação da atuação do arquiteto e urbanista na sociedade. Não foram registrados, entretanto, de modo direto, como o curso influi sobre o seu pensamento propositivo, fora a citação do estudante que ressalta a habilidade que desenvolveu em, ao projetar, promover relações espaciais não usuais ou não esperadas para o usuário. Este último aspecto parece ser, em alguma medida, compartilhado como imaginário coletivo Consequente, em que o interesse em resolver a forma, a plástica da construção, é deslocado para atenção às configurações espaciais em “não esperadas” por quem frui o lugar. Nessa visão, o arquiteto é identificado como o agente específico capaz de promover tais espacializações ao lugar:

“[...] gosto de falar dos espaços mesmo, como que funcionam, [...] o que o espaço traz pra gente sabe, às vezes é uma surpresa que você sabe que o arquiteto pensou naquilo, porque com certeza seria algo que o arquiteto faria.”

“[...] o que mais me atrai é a surpresa, é você não esperar uma coisa assim e na hora que você entra...”

“[...] aqui dentro acho que a gente mais critica do que fala sobre [arquitetura e assuntos relacionados].”

“[...] [converso] mais com os meus amigos daqui da Escola de Arquitetura, eu acho que sobre as críticas, quando a gente vai no lugar e a gente tem uma experiência arquitetônica ruim e fala ‘nossa, a pessoa podia ter simplesmente colocado uma parede aqui e tampado essa viga ou ter mudado esse quadro de energia de lugar.’”

“O que as pessoas entendem de Urbanismo é muito pouco, sabe?... É tipo, até no curso diurno, ‘ah, é desenho urbano’. E Urbanismo não é isso; tem uma questão teórica

muito forte, tem uma interdisciplinaridade enorme... hoje eu falo que o curso noturno é muito mais parecido com o curso de Geografia do que com o curso de Arquitetura. De projeto mesmo a gente tem três matérias assim, no máximo, sendo que algumas são seminários, hein! Aqui eu tive contato com a teoria urbana sabe? Você vê autores, tipo Milton Santos, Lefebvre, que outras escolas não contemplam... é o famoso 'Urbanismo é fazer praça'. Urbanismo definitivamente não é isso."

Esse viés crítico adquirido geralmente é argumentado sob a observação de aspectos que consideram não óbvios ou que não seriam considerados apenas sob o juízo exclusivo do senso comum:

"[...] até o desconforto que você tem de viajar pra certos lugares e perceber como eles são vernizes turísticos e que não é sempre assim, que ele esconde alguma coisa."

Outro aspecto citado apenas pontualmente, mas que tem potencial relação com a problemática do ensino de projeto aqui abordada (discutida na seção 1.1), trata-se de um viés tácito, direcionado a partir da cultura arquitetônica do ambiente de formação, que, embora não possamos afirmar que é compartilhada por todos, subsiste na interpretação do lugar de aprendizado e no que se entende sobre a aquisição de inclinações.

Em nosso entendimento, isso pode apontar que certas lógicas, como essa, próprias do paradigma mestre-aprendiz, podem não ter sido completamente alijadas do ensino-aprendizagem em Arquitetura. Tal reflexão nos leva a inferir que o mesmo certamente acontece, em maior ou menor medida, nas IES de Arquitetura e Urbanismo no país¹³⁰, uma vez que diretrizes gerais são obrigatoriamente seguidas sob os padrões exigidos à formação do perfil do arquiteto e urbanista contemporâneo, caso contrário não faria sentido sua habilitação à atuação em todo o território nacional, mas que também, extraoficialmente, tradições e realidades culturais locais das instituições de ensino em AU influenciam sobremaneira os imaginários dos futuros profissionais. Nesses pontos, os imaginários arquitetônicos podem ser tratados como locais, mas seriam de interesse específico à escala local em que estariam sendo investigados. A escala de tendências identificadas que estamos tratando nesse estudo encontra-se na esteira do interesse da educação arquitetônica geral, compartilhada pelas IES.

"A [Escola de] Arquitetura te dá instrumentos pra você identificar o que é bonito e o que não é, e até esse 'o que é bonito e o que não é' é meio que moldado pra gente. Então assim, como eu vim de uma escola moderna, às vezes o bonito é uma coisa mais reta, mais simples. mais minimalista. Aí você vai numa igreja barroca e você fica assim 'ah, é bonita, mas não é tão bonito... então até esse olhar é ensinado pra gente aqui."

¹³⁰ Vidigal (2010); Arcipreste (2012); Barros (2014).

O que na declaração anterior é enfatizado como preferência estética pode também manifestar-se sobre o viés temático, metodológico, programático, disciplinar (áreas de atuação mais fortes dentro da instituição), interferindo, portanto, nas preferências projetuais. Por esse motivo, argumentamos que o mesmo *fenômeno* acontece, por exemplo, em IES focalizadas em questões patrimoniais, posto que estão inseridas em sítios ou contextos de forte tradição em patrimônio histórico e arquitetônico, ou naquelas cujo foco resida em Teoria e História, por haver mais consolidada tradição em pesquisa, e assim por diante. Em outras palavras, o que muda é a tônica, mas não a lógica em que o fenômeno do imaginário coletivo adquirido sob os ditames do ensino formal ocorre.

Observamos também que, ainda que os estudantes não se alinhem necessariamente a esse circuito referencial dominante, são esses referenciais que compõem no imaginário enquanto discurso, pois são os tipos de experiência e os recursos discursivos sobre “boas práticas”, ou, ao menos, práticas comuns, continuamente expostos ao coletivo e, portanto, incorporados coletivamente:

“[...] antes eu viajava mais pro interior, que, lógico, tem muitas coisas interessantes em questão de espaço e de relações que se dão nesse espaço, mas eu não tinha essa percepção aguçada, foi mais depois do curso. São Paulo é um lugar que eu fui já voltada assim pra essa questão de olhar o espaço... a gente visitou o SESC Pompeia, outro SESC que é do... Paulo Mendes da Rocha, que foi bem voltado pra olhar essa questão de espaço e o que acontece ali, da arquitetura mesmo e também o Teatro Oficina. Foi uma viagem da faculdade. Mas isso é uma coisa que, mesmo depois da graduação, não é algo que eu fiquei olhando muito, acho que me interessa muito mais esse espaço menor de dentro de um ambiente e de como as coisas acontecem ali do que uma coisa muito grande.”

Apesar de não haver uma distinção clara se é algo tácito ou diretamente estimulado e por quais vetores formais específicos (professores via discurso ou exercício de projeto e o modo como são conduzidos, disciplinas teóricas ou práticas e a ênfase em seus planos de ensino, ou mesmo nas referências compartilhadas entre os colegas), a partir da experiência de coleta e análise dos dados dessa pesquisa junto a alunos ingressantes, acredita-se que tal construção do gosto arquitetônico compartilhado é iniciada logo nos primeiros momentos do curso. Ao mesmo tempo que esse período introdutório sugere — ou deveria sugerir — uma *ampliação* do imaginário do estudante, já *direciona* o imaginário coletivo a alguns aspectos que invariavelmente contribuem à conformação de preferências arquitetônicas, como a explícita inclinação por produções específicas.

É o que se vê nessa passagem, quando perguntamos a um estudante iniciante sobre lugares marcantes. Não tendo lhe ocorrido nenhum exemplo, recorre ao prédio da Escola de

Arquitetura, mas sob a argumentação de pontos relevantes apontados por uma docente do curso.

“Difícil. Eu não sei. Vamos usar uma coisa clichê... acho que o prédio da [Escola de] Arquitetura aqui, gostei muito daqui quando vim a primeira vez e o vi... a professora também nos contou sobre o prédio, sobre a história dele e do seu projeto. Essa área principal que foi construída primeiro, essa área da fachada. Acho um projeto arquitetônico muito bonito assim, principalmente pra época em que foi construído, era muito avançado modernisticamente.”

Outra iniciante diz:

“Agora a questão de arquitetura externa eu discuto muito com os colegas da sala mesmo e até sobre as referências que os professores passam... Le Corbusier, a galera pegou uma pilha de criticar que eu acho engraçado. Tem um professor que adora. Daí eu olho para o lado e o pessoal tá revirando os olhinhos pro Le Corbusier, mas eu acho muito interessante a forma como ele agrupa e coloca à disposição dos espaços. Eu acho muito bacana. Agora é quanto à questão estética, as consequências, a gente fica criticando.”

Essa afirmação não se coaduna, no entanto, ao que um estudante avançado afirma sobre a dinâmica local do curso em relação às referências arquitetônicas, que, na visão dele, não são sugeridas pelos professores. Para sua interpretação, isso é negativo para o estudante de Arquitetura:

“[...] comecei a ver como que as coisas eram solucionadas [nas obras e projetos] e tal... que antes, sei lá, esse exercício foi uma coisa que eu nunca vi sendo feita na [Escola de] Arquitetura, acho que inclusive os professores na [Escola de] Arquitetura não ensinam, não explicam nenhum projeto; eles ficam num discurso de ‘cada um encontra sua referência’ e, no final das contas, a gente não tem referência nenhuma, e no máximo umas fotos de uns prédios que a gente acha bonitos no Archdaliy.”

A crítica do estudante não se embasa apenas no entendimento da necessidade de transmissão das referências enquanto modelos visuais, espaciais, funcionais ou metodológicos, mas sim de compreenderem os *princípios* que orientam essas configurações e soluções, que, como alega o estudante, no geral costuma se restringir à fruição no plano visual. O que é contrastante, no entanto, é que, de todos os concluintes, esse foi o que mais fez citações às obras e autorias arquitetônicas. Isso talvez demonstre que, caso a abertura à descoberta das referências individuais de fato se execute nessa realidade local, talvez seja bem-sucedida, ao menos ao objetivo de o estudante buscar seus próprios referenciais ou técnicas próprias para o fazê-lo. Ainda assim, isso também não é condição suficiente para garantir que tais referências sejam distintas das referências arquitetônicas e de autoria

dominantes no imaginário coletivo, ou que destoe da produção central já referendada na historiografia e pela crítica arquitetônica especializada. É o que iremos analisar com mais detalhe no item seguinte.

5.2.2.3 O gosto arquitetônico: imagens dominantes

Para efeito destas análises, optou-se por organizar as tendências que enfatizam os lugares significativos e os lugares das preferências instaladas no imaginário arquitetônico em dois conjuntos distintos¹³¹. No primeiro, constam lugares, citados em qualquer momento da entrevista, com fins de justificar, exemplificar ou categorizar positiva ou negativamente algum de seus aspectos¹³², ou seja, são referenciais significativos, mas que não configuram necessariamente a predileção arquitetônica do respondente e sim as ênfases dadas em suas percepções. Também são preponderantes à compreensão das Representações Imagéticas, pois sua avaliação coletiva nos permite apontar se as referências para formulações críticas sobre Arquitetura se configuram como um padrão, a depender do momento de formação em AU. Nas formulações de criticidade espacial, estão contidos juízos de valor contextualizados a partir de imagens arquitetônicas, que podem ou não ser compartilhadas coletivamente.

No segundo agrupamento, constam os lugares que denotam as *preferências imagéticas* mais fortes em cada momento da formação, por se tratar de lugares cujos atributos arquitetônicos têm valor significativo coletivo e são citados de modo direto como marcantes.¹³³ A pertinência da avaliação crítica dos respondentes ou mesmo a qualidade arquitetônica dos lugares e personalidades citados *não* são postos em julgo, pois

¹³¹ Para a instância de análise dos lugares significativos, buscou-se categorias vinculadas a qualquer dos temas do imaginário, a fim de aferir suas ênfases. Nas análises das preferências, usamos as categorias *Referências Arquitetônicas*, *Autoria* e *Vocabulário Arquitetônico*, essas sim vinculadas ao tema Vetores de Influência.

¹³² Por esse motivo, nesse grupo de lugares, as classificações não estão sob a categoria *Referências Arquitetônicas*, mas sim vinculadas diretamente às categorias que frequentemente estão nos outros três temas que integram as Representações de Espacialização, já que correspondem às ênfases dadas ao lugar segundo o contexto em que foram citadas.

¹³³ Cabe dizer que, para alguns respondentes, os lugares referenciais coincidem com os de preferência, o que não configura interferência avaliativa relevante, segundo os propósitos desta classificação. De maneira geral, para esses casos, interpretamos apenas que o referencial do estudante se restringe a uma preferência específica ou que tal preferência decorre de um critério avaliativo também muito específico, podendo ainda ter sido uma simples opção do respondente em não ter ampliado os exemplos fornecidos, uma vez que não tenha considerado adequado estender a declaração no momento da entrevista. A todos os participantes foi esclarecido que a quantidade e a variedade de lugares citados eram de livre escolha do respondente. Nos três momentos do imaginário, a maioria dos entrevistados citou ao menos dois exemplos.

não são relevantes à questão. O objetivo é o de mapear as predominâncias e, principalmente, suas transformações.

Os lugares sob contextos variados

No *momento zero* do Imaginário Antecedente, apesar de os aspectos dos lugares citados estarem em contextos de descrição das paisagens urbanas, as ênfases dadas não possuem uma tendência coesa, estando ligadas a categorias diversas, como, por exemplo: *Usos do Espaço, Materialidade, Organização/Ordem Espacial, Analogias e Associações, Aspectos Sensoriais e Estética*. Vejamos nas falas a seguir:

“[...] No Canadá as ruas eram mais retas. Se eu seguisse, provavelmente manteria reta por quilômetros, e é a mesma sensação que tenho aqui no centro de Belo Horizonte [...] todo lugar que eu ia tinha algo que complementava o lugar, um monumento.”

“[...] a principal diferença entre os prédios é que lá tinha muito mais prédios comerciais do que residências [...] os prédios no Canadá eram muito mais espelhados do que em concreto, como aqui no Brasil.”

“[...] em Brasília, sabe, aqueles cones lá em cima... é o Congresso né? aquilo me traz uma paz.”

“[...] em Natal [Rio Grande do Norte], as casas me lembraram as cidades históricas mineiras, como Tiradentes, pelo estilo das construções.”

“[...] em Ouro Preto e Diamantina, você percebe que a arquitetura é diferente das cidades grandes e em Campos do Jordão, que percebi que as casinhas são de um estilo diferente.”

“[...] em Mykonos, na Grécia, é muito diferente, casas em morros, pouquíssima vegetação, quase nenhum entretenimento.”

No *momento um*, a ênfase principal das citações também está mais atrelada à paisagem urbana. Nessa fase introdutória da formação, *Aspectos Sensoriais* passa a ser uma categoria valorizada, o que pode estar relacionado ao fato de que, nessa fase, foi observada uma valorização aos atributos subjetivos em relação aos demais momentos de formação (ver subseção 5.1.3.1), além de também tenderem a destacar seus exemplos de lugares segundo Aspectos Contextuais, talvez por estarem mais alinhados à relação entre a pessoa e a cidade, também valorizada nesse momento de fundamentação disciplinar. Isso demonstra, novamente, o rápido padrão de ampliação e ênfase coletiva do imaginário arquitetônico Antecedente, a partir dos conteúdos e

materiais programáticos na fase introdutória do curso, em um curto período de tempo, visto que consideramos sujeitos com até 2 semanas de aulas. Esses pontos são observados nos comentários a seguir:

“No apartamento do meu tio, inclusive, eu consigo me sentir mais aberta do que na casa, isso é muito subjetivo, é a minha visão... eu gosto de lugares abertos e de ter a visão das coisas lá fora.”

“[...] gostei de visitar o Museu dos Direitos Humanos, pela experiência do lugar.”

“São Paulo e fiquei muito incomodada com a cidade, com o modelo dos prédios, com aquele tanto de prédio, com a questão do trânsito, aquele monte de gente circulando e o metrô, é uma confusão.”

“Fui a Buenos Aires, quando eu era menor, e lá as casas, os prédios, são muito parecidos assim com a Europa né, principalmente Paris.”

“Em Pitangui, nem as ruas são planejadas, mas havia uma rua bastante larga com trânsito dos dois lados, que se subdividia em duas ruas menores e a esquina começava menos larga e ia abrindo para o fim do quarteirão. O prédio começava nessa ilhota, começava uma maneira circular, ele era muito pequeno e ia abrindo conforme o quarteirão, era um prédio muito bizarro.”

“[...] em Arraial D'ajuda, a cidade tem uma política em que as construções não podem ter mais de dois andares, é o limite, por conta que tem que preservar a arquitetura antiga da cidade. Se a fachada é antiga, você não pode mexer nela e eu achei bem interessante.”

“[...] em Londres uma coisa que eu reparei foram os bairros mais antigos”.

No IC, as citações de exemplares ilustrativos às falas são as que mais concentram-se sobre a escala urbana e sobre questões percebidas relativas à paisagem. As ênfases dadas se voltam aos Aspectos Contextuais das observações empreendidas, que passam por questões culturais, políticas, pelo viés sócio-histórico etc. Observações acerca de soluções de planejamento ou projeto urbano com viés na dimensão técnica/tecnológica foram relacionadas apenas uma vez. Nesta fase, os recursos analíticos dos estudantes avançados são naturalmente mais diversificados, mas prevalece o destaque à criticidade espacial sob a visão do arquiteto como mais um dos muitos agentes corresponsáveis pelo espaço construído em sua instância legal (políticas públicas urbanas), que, por sua vez, ajuda a explicar a instância visível (estética e organização espacial) interferindo, por fim, na instância subjetiva (bem-estar individual e coletivo que deriva da ambiência resultante do lugar).

Também costumam destacar mais aspectos de lugares que os *desagradam*, sem, no entanto, emergir algum padrão sobre esses atributos negativos que possa

ser reportado como tendência coletiva. A despeito disso, podemos dizer que os excessos, em geral, são associados de maneira negativa a diferentes atributos espaciais em momentos avançados da formação. Foram citados, por exemplo, o excesso de estímulos visuais, a desproporção em relação à escala humana em elementos presentes na cidade, como prédios, calçadas e muros, excessos que atrapalhem a mobilidade e o livre fluxo, como trânsito de carros e de pessoas, ou ainda que atrapalhem a orientação espacial, como em casos de espaços internos hiperdimensionados. A seguir, estão as falas dos respondentes que demonstram essas características:

“O [bairro] Santa Tereza me passa um aspecto de interior, com pessoas sentadas na porta...”

“[...] a 5ª Avenida [Nova York] é um inferno aquilo, pelo excesso de estímulos visuais.”

“[...] desde cedo eu sempre vi casas de pau a pique, essas construções mais simples então isso pra mim não era uma novidade e Tiradentes eu acho muito semelhante com esse tipo de construção, então era uma coisa que eu já tinha visto. Agora a ambiência da cidade, de como ela funcionava, como as pessoas a usavam, eu achei muito legal.”

“Barcelona é muito interessante na parte urbana pra gente como estudante de Arquitetura. Já fui pra lá com essa coisa, é uma cidade com um superplano e tal e que a malha viária é bem destoante da parte planejada e da parte medieval, então ela tem muita paisagem, muito diferente, você anda quatro quarteirões e é completamente diferente e acho que aqui é mais suave essa questão de mudança de paisagem.”

“Buenos aires é construído numa escala muito mais humana, apesar de ter grandes edifícios e tal. Lá não tem muito afastamento frontal [...] em relação à mobilidade também me chamou atenção, que é melhor... na Bolívia me chamou atenção a precariedade e em La Paz as construções não têm acabamento, é só no reboco e daí eu fui pesquisar e tem uma lei que as construções sem acabamento não pagam IPTU, [...] ao mesmo tempo eu fui num bairro muito rico que nem parece que você está em La Paz, só mansões e também fui em outra cidade, chamada El Alto, que aí lá eles estão buscando uma arquitetura própria da Bolívia... Não sei se é certo eu falar isso, mas, enfim, uns arquitetos que começaram a mudar as fachadas dos prédios e das construções com mais cores e com elementos geométricos que lembram as comunidades indígenas da Bolívia e isso me chamava bastante atenção, que acho que é uma coisa que aqui a gente não busca, tentar estudar os indígenas pra... por mais que seja só na fachada assim... foi em 2016, eu já estava no curso.”

“[...] em cidade histórica e como é que o passado consegue coexistir muito bem com o presente, às vezes nem históricas assim como Ouro Preto, e sim cidades antigas que você vê que tem um processo de renovação mais lento, onde as coisas coexistem naturalmente sem ter uma coisa impositiva.”

Os lugares das preferências arquitetônicas

Como ressaltado nas diretrizes para a estruturação do roteiro de entrevistas (ver Capítulo 4, subseção 4.3.1), o entendimento de *lugar* era de livre interpretação do respondente, a fim de ampliar a possibilidade de escalas e tipos de lugares nas ocorrências. Pressupõe-se que a identificação com imagens dominantes e a conformação da preferência arquitetônica são determinadas para além de sua apreciação estética, principalmente quando os lugares aos quais essas imagens se vinculam são de prévio conhecimento do respondente¹³⁴.

Como na maioria das metodologias de trabalhos analisados no Capítulo 2, observou-se que a avaliação sobre as preferências e aspectos arquitetônicos por estudantes se restringia a exemplares de edifícios específicos e muitas vezes predeterminados¹³⁵. Avançaremos nas questões ainda não esclarecidas que interessam às transformações do imaginário: quais atributos, além da dimensão estética dos objetos arquitetônicos, são enfatizados e, ainda, se existe alguma tendência à valorização de exemplares de lugares que não são reconhecidos como arquitetura hegemônica ou mesmo formal. Esta segunda expectativa se faz, sobretudo, pelo fato de as análises no tema Projetar (subseção 5.1.4.1) apontarem que a consideração, no discurso, à abertura da participação de *não arquitetos/usuário/cliente* no processo de projeto é *sempre ascendente* no imaginário, à medida que a formação arquitetônica também é verticalizada.

“Os aspectos mais chamativos e evidentes no edifício são sua beleza e idade aparente da obra.”

Essa afirmação de um dos pré-ingressantes reflete o gosto arquitetônico geral no momento zero do Imaginário Antecedente. Nessa fase, o IA sobre *lugar* volta-se a exemplificações de experiências urbanas em cidades e países específicos. No entanto, as preferências apontadas denotam a sobrevalorização ao *objeto arquitetônico* e, mais precisamente, à dimensão estética da obra, ainda que as referências estejam atreladas a conjuntos arquitetônicos na escala urbana. Assim, são valorizados aspectos formais dos edifícios e conjuntos urbanos amplamente

¹³⁴ Donald Appleyard, ainda na década de 80, nos aponta que as razões para a *imageabilidade* — usa o conceito nos termos de Lynch (1960) — de alguns edifícios, e que, portanto, os fazem mais reconhecidos coletivamente do que outros, explicam-se para além de sua forma ou visibilidade sob diferentes pontos e rotas da cidade, incluindo também sua significância cultural para a comunidade, ou seja, o papel que desempenham para a vida coletiva, ou ainda os usos possíveis de serem desempenhados nesses lugares, evidenciando aspectos de humanização do espaço que não haviam sido explorados no *A Imagem da Cidade*, de Kevin Lynch.

¹³⁵ Ver Capítulo 2, subseção 2.1.3.

reconhecidos no domínio formal e, por derivação, pelo senso comum, por despontarem nas imagens veiculadas nas mídias que representariam uma *arquitetura brasileira*¹³⁶ e/ou uma *arquitetura criativa* e “fora do padrão”.

Nesse entendimento, as virtudes imagéticas centram-se na percepção de uma irreverência formal, material e compositiva que facilite a identificação da autoria. Isso reforça que, no IA, a Arquitetura tende a ser interpretada como resultado de um *trabalho de expressão artística individual e que reflete o repertório do arquiteto*, parecendo ser este o entendimento dado nessa fase à *criatividade* na profissão. Há forte atenção aos aspectos do uso de materiais que denotam o estilo e a temporalidade da obra (se colonial, moderna, contemporânea, futurista etc.), além de haver a mesma inclinação por obras que se destacam por ornamentação e monumentalidade.

Embora a única referência à autoria, citada nos depoimentos, tenha sido a do arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer — posto que o referencial autoral nessa fase ainda é, em geral, tímido —, a propensão pelos aspectos citados anteriormente denota que o valor da obra não é associado ao nome do autor, mas sim à presença de qualquer aspecto visível ao exterior do edifício que possa distinguir a obra arquitetônica produzida por arquitetos da arquitetura cotidiana¹³⁷.

“[...] Roma pela arquitetura, pela grandiosidade, então a sensação de estar no lugar é bem diferente...”

“Gostaria de conhecer, pela arquitetura... o Taj Mahal, tenho muito interesse em conhecer, algumas construções da China, aquele estilo de construção acho fantástico... aqueles templos... acho lindo...”

“A Faculdade de Arquitetura de São Paulo, a USP, mas não sei por que que me marcou tanto [...] descobri que gosto de uma linha mais modernista, que sou apaixonada por prédios que tenham concreto [...] acho que por ser um marco de arquitetura mesmo, pelo estilo (arquitetônico) que ele adere.”

“Me interessa muito países europeus, pelo interesse histórico das construções que ninguém sabe muito bem como as pessoas fizeram aquelas mega construções... também diria que esses lugares ultramodernos, como Dubai. Tenho super vontade de conhecer, me atraem da mesma forma... as construções megalomaniacas absurdas.”

“[...] Holanda, tenho uma amiga que foi e falou que a arquitetura lá é muito bonita e diferente e me interessa pela questão de ser um País Baixo e ver como funciona, sabe, a questão de ser uma arquitetura e como funciona com o espaço.”

¹³⁶ Oscar Niemeyer e suas obras para os edifícios institucionais de Brasília foram as obras/autoria mais citados.

¹³⁷ Os aspectos de distinção entre como interpretam espaços planejados e não planejados são discutidos no tema Projetar, subseção 5.1.4.2.

Nos depoimentos, o único aspecto que denota um deslocamento da atenção ao objeto está na presente inclinação pelo contexto histórico¹³⁸ em que os edifícios foram erigidos. No entanto, o aspecto comum a todos os casos é que, nessa fase, está mais demarcada a correspondência entre *gostos pessoais e os lugares preferenciais*. Isso se dilui um pouco ao longo da formação, principalmente no IC, onde as análises mostraram que os juízos individuais são suprimidos em favor de uma avaliação crítica que se quer mostrar mais embasada sob os conhecimentos formais adquiridos.

Além disso, a análise arquitetônica do momento zero apresenta uma predileção ao sistema de organização espacial urbana de *malha ortogonal e homogênea*¹³⁹. Nesse imaginário, aparenta representar um sinônimo de *planejamento, além de facilidade e clareza na orientação espacial, fluxos e circulações*:

“Na Espanha muitas cidades foram planejadas direitinho, tudo simétrico e planejado. Gosto de cidades planejadas e isso não é muito comum no Brasil, cidades em que o planejamento deu certo.”

Existem exceções que destoam das preferências indicadas anteriormente, tanto pelo *tipo* de lugar quanto pelos *atributos* que os tornam marcantes, tornando centrais aspectos que destacam o *vínculo aos espaços de encontro, à paisagem natural, à experiência proporcionada com ênfase à humanização espacial*. Essas exceções demonstram o potencial de ocorrência nesse momento do imaginário, quando há livre expressão sobre o conceito de *lugar*:

“[...] o lugar que mais me impactou, que pretendo voltar, é pra Austrália, pra uma cidade chamada Byron Bay. Estive lá uma vez e acho que o espaço é de um convívio muito gostoso, o espaço é muito bom e me impactou no sentido de que você pode ser e estar como quiser, é simples, então é uma coisa cativante.”

“Prédio do CEFET campus I, que fica no [bairro] Nova suíça em Belo Horizonte. Tanto o prédio, a estrutura, o lugar, o acesso das pessoas... é receptivo e gosto muito, arquitetonicamente e por afeto também.”

“[...] sobre paisagem, acho que a primeira viagem que fiz ao Nordeste eu gostei bastante da paisagem natural dos locais. Mas principalmente as que tinham poucas pessoas, só uma casinha ou outra de madeira, no meio do mato. Geralmente quando vem notícia do Nordeste é das praias, mas gostei mais do meio do mato mesmo, da beira da estrada, ainda tinha mais floresta mesmo.”

¹³⁸ Amplamente apontado nesse momento do Imaginário Antecedente como justificativa à inclinação por lugares em que a arquitetura reflete essas temporalidades históricas, principalmente cidades da Europa e, em contexto local, predominam cidades históricas mineiras pelo vínculo proximal com a realidade da maioria dos respondentes alcançados pela pesquisa.

¹³⁹ Observa-se igual tendência no momento um do IA.

No momento em do IA, por sua vez, as ocorrências que referenciam objetos arquitetônicos e espaços citadinos é mais distribuída. Nas preferências sobre construções arquitetônicas, prevalecem exemplares da arquitetura extraordinária e estrangeira, sobretudo europeias e latino-americanas, a maioria lugares já visitados pelos respondentes. Da arquitetura brasileira, prevalecem as situadas no eixo sul-sudeste, à exceção de exemplares de Brasília-DF e uma menção a uma obra no Nordeste, cuja autoria é do arquiteto Oscar Niemeyer, amplamente citado. Apesar disso, pela proximidade do local de origem da maioria dos respondentes, há muitas citações às cidades históricas mineiras e menções ao patrimônio histórico e à arquitetura colonial, em especial, a cidade de Ouro Preto. O padrão também recai sobre a monumentalidade, mantendo ainda o que foi observado na fase do pré contato com o curso. Nesses casos, são OAM e de arquitetura contemporânea.

Apesar de, no tema Projetar, ter havido neste grupo forte associação entre o emprego de materiais e formas específicas no invólucro dos edifícios como aspectos flagrantes à identificação de obras de arquitetura, estes não compõem como atributos determinantes para a justificativa das preferências, salvo em casos pontuais:

“Me marcou como lugar Nova York [...]. Eu fui no edifício, o nome do prédio é Top of the Rock, que é muito muito alto e eu nunca tinha ido a um edifício tão alto e eu achei muito impressionante. [...] tenho muita vontade de ir à Itália tanto por uma questão cultural também para uma questão arquitetônica. Me chama muita atenção na arte italiana.”

“Morei por um mês com minha irmã em Milão e lá eu percebi que arquitetura era muito mais monumental, tinham coisas muito... igrejas foram construídas há muito tempo atrás... tem a Igreja do Duomo de Milão e o teto dela, a gente pode subir nela pelas escadas, daí pega os corredores e a gente tem uma visão muito panorâmica das coisas, é muito linda e te faz pensar como a profissão é muito inspiradora. A questão mais estética mesmo, porque funcionalmente é complicado, os corredores apertados, as escadas também, mas, quando você chega lá em cima, você vê que o esforço valeu a pena, então se tirou um pouco do espaço funcional, pra ganhar no espaço estético e é muito lindo, gente, a visão da cidade inteira. Quando você vê de cima você vê o centro todo e é muito linda.”

“[...] acho que a cidade histórica de Ouro Preto [...] acho que eu gosto muito do barroco, gosto muito da questão das cores da ornamentação, da própria igreja, como se ela fosse uma árvore de natal, um colar, uma peça de ornamentação que não tem limites, sabe?”

“acho que é de praxe a gente observar bastante arquitetura em cidades históricas como Ouro Preto, Tiradentes. Alguns lugares aqui de Minas eu já parei para observar mais porque o lugar te convida para isso, é uma das características mais marcantes. Grécia. Eu acho bastante interessante. A impressão que eu tenho é que as casas não são extremamente planejadas, mas compõem uma paisagem homogênea, talvez

pelas cores azul e branco... então eu tenho impressão de que seja bastante terapêutico andar por ali, passear por ali, a própria vista do mar..."

"Petrópolis também... foi o Palácio Imperial, um edifício bem grande, extremamente grande e olha que nem era o oficial. [...] era muito bonito e tinha um espaço enorme não só dentro, mas fora era um espaço realmente gigante, você olhava e não via o fim do terreno, mas era muito bonito. Acho que mais do que esse, teve o Palácio Quitandinha, que é o Sesc de lá, esse sim. Acho que foi o mais incrível que eu já fui. A arquitetura de lá é peculiar, lembra um pouco a Europa, é muito bonito, e, por dentro, ele é monumental mesmo, é muito grande esse, não à toa que chama 'Palácio'."

"[...] fui uma vez num museu uma vez em Porto Alegre, do Iberê Camargo, acho que é do... Siza... o prédio, que por fora ele é muito diferente de todas as coisas que tem em Porto Alegre, que não tem muito esse negócio né, de... uma arquitetura mais moderna né, tá surgindo mais agora e o prédio quando ficou pronto assim, muito diferente por dentro também. Acho que foi um dos que eu já vi mais [INAUDÍVEL] que eu já vi desse jeito assim, que as paredes são meio tortas, pra dentro, e os corredores são em volta, mas não circulares, mas são diferentes, assim... assimétricos e isso foi criando o espaço do museu assim. Que é bem diferente, que não são simplesmente salas divididas. [...] acho que o fato de ser todo branco por dentro assim e as janelas de formatos diferentes, nunca eram simplesmente retângulos e às vezes tinham tipo uns peitorais na janela que davam uns cortes nas paredes muito diferentes..."

Há uma significativa ampliação na quantidade de referências autorais, sendo citados arquitetos e urbanistas do modernismo brasileiro e europeu, além de um escritório de arquitetura contemporâneo¹⁴⁰.

Prevalecem citações de lugares em referência à vida urbana coletiva e à mobilidade urbana, com ênfase ao pedestre e ao uso de modais de transporte alternativos ao automóvel, principalmente bicicleta. O *gap* entre o reconhecimento do que compreendem como obra arquitetônica projetada (fruição visual, centrada sobre aspectos plásticos do espaço exterior)¹⁴¹ e as ênfases dadas às referências (fruição corpórea, centrada na humanização do espaço) reforça, novamente, a penetração significativa no IA de tópicos emergentes do contato disciplinar, o que nos leva a inferir que tais preferências podem variar no IA a partir do contexto programático das disciplinas introdutórias no 1º período do curso.

Além da citação a prédios específicos¹⁴², também há impressões pessoais e relatos que expressam um *foco sobre os modos de vida e modos de morar dos lugares, suas*

¹⁴⁰ Foram citados Oscar Niemeyer, Lina Bo Bardi, Enrique Peñalosa, Álvaro Siza e o escritório de arquitetura holandês MVRDV. Com exceção de Niemeyer e Siza, todas as demais referências autorais foram apresentadas durante o curso, segundo os próprios respondentes. Além desses, o artista construtor uruguaio Carlos Páez Vilaró também foi citado. Ainda sobre autoria, no grupo cresce a tendência à citação de ideias que consideram interessantes extraídas de autores de teoria urbana, como Jane Jacobs, Jan Gehl e Henri Lefebvre, que comparecem contextualizados aos atributos citados de seus lugares de preferência.

¹⁴¹ Ver subseção 5.1.4 Projetar.

¹⁴² Foram citados: o Palácio Imperial e Palácio Quitandinha em Petrópolis – RJ; Museu Iberê Camargo, em Porto Alegre – RS; Edifício Top of the Rock, em Nova York; Ribeirão Shopping, em Ribeirão Preto – SP; Museu de Arte Popular da Paraíba (MAPP), em Campina Grande – PB; Casa Pueblo, no Uruguai; Catedral de Milão, na

*tecnologias construtivas e tipologias residenciais, além de descrições e atributos reconhecíveis da paisagem urbana*¹⁴³ e *natural de cidades e países, incluindo contrastes socioespaciais que consideram mais evidentes*. Essas respostas, por terem uma forte carga de vivência pessoal, se comparadas às do grupo de futuros estudantes, não se limitavam à mera descrição, mas caracterizavam-se por um esforço crítico e, muitas vezes, comparativo com outras realidades consideradas correlatas ou contrastantes pelos respondentes, para melhor contextualizarem suas experiências. Nessa fase, por exemplo, já existe no discurso algum juízo de valor sobre arquitetura moderna.¹⁴⁴

“[...] já tinha ouvido parte do documentário Urbanized por conta do Enrique Peñalosa. E também já tinha ouvido falar da parte em que ele contrapõe um pouco a visão modernista. Na verdade, é o Jan Gehl que faz um contraponto à arquitetura modernista do Niemeyer no projeto de Brasília e lá tem uma parte lá em que ele faz um contraponto.”

Assim como observado no momento zero, a organização espacial de malha ortogonal regular comparece associada à noção de planejamento urbano bem sucedido:

“Quando eu viajei para os Estados Unidos, eu reparei muito na organização e no fato de que os lugares eram mais espaçados, não sei, as calçadas, ruas e tudo mais amplas e me parece que tudo mais espaçado e são todos retinhos, até quando você vê de cima do avião percebe, são todas retinhas.”

Os termos mais citados entre os ingressantes na categoria *Vocabulário Arquitetônico* são relacionados a uma abordagem social da Arquitetura¹⁴⁵. Frequentemente integram argumentos para reforçar a justificativa de suas preferências arquitetônicas, algumas delas orientadas pelo fato de o lugar permitir boa mobilidade e acessibilidade, de estimular a permanência do público ou ainda enfatizando a presença humana nos lugares:

“Buenos Aires, eu acho, é uma cidade que eu gosto. É capital também, aí, tipo, eu moraria lá, que eu acho que tem ruas agradáveis, são planas. Eu acho isso muito legal.

Itália; Edifício Sky Costanera e Museu dos Direitos Humanos, em Santiago do Chile; Sesc Pompeia; Masp; prédio da Escola de Arquitetura da UFMG; WoZoCo (centro para idosos), na Holanda. Os quatro últimos exemplares foram apresentados pelos professores.

¹⁴³ Existe também um padrão sobre essas considerações, centradas na qualidade e dimensionamento de calçadas, amplitude das ruas, gabarito do conjunto edificado, presença de ciclovias e ambiência do lugar e seus equipamentos urbanos, que consideram convidativos ou que repelem a permanência para uso público compartilhado.

¹⁴⁴ Também já comentado em outra passagem por um estudante iniciante, na subseção 5.2.2.2, em *Influência do Ensino formal*, p. 173.

¹⁴⁵ Alguns dos termos, conceitos e expressões destacados dos extratos de fala que ilustram essa afirmação: mobilidade, acessibilidade, segregação espacial, lugares democráticos, transporte democrático, ciclovias, direito à cidade, equipamentos (urbanos), arquitetura hostil, questões sociais dos centros urbanos. Em maior incidência, também ocorrem variações que se referem à arquitetura moderna e modernidade, seguidas de termos relacionados à uso e função do espaço (funcional, funcionalidade, uso, usabilidade etc.).

Você pode andar pelas ruas de bicicleta, por exemplo. Acho a bicicleta muito bom para que você visite a cidade, porque você não fica no metrô debaixo da terra e nem dentro de um ônibus. E lá essa questão da mobilidade e de transporte público é uma questão muito boa. Passa muito ônibus e metrô o tempo inteiro, eu acho que é uma questão muito importante. E também é uma cidade esteticamente agradável, tem um clima de capital que eu gosto. Se parece em alguns aspectos com Belo Horizonte e não com São Paulo ou Rio, que têm mais gente. Muita gente andando nas ruas também. Achei bem seguro lá [em Buenos Aires], pelo menos os lugares que eu visitei.”

Todos estes aspectos convergem aos atributos encontrados nas Representações de Espacialização dos calouros, nas quais, como vimos, gravitam os mesmos atributos espaciais que justificam suas escolhas referenciais, configurando alta homogeneidade entre os dois domínios do imaginário nessa fase de formação. No entanto, também inferimos que o ambiente formal tem importante papel nessa homogeneização, já que tanto os lugares referenciais quanto os atributos de valor da Arquitetura foram incorporados no IA coletivo com muita rapidez. Prova disso é que as tendências contrárias ao coletivo, em geral, deram-se pontualmente entre os estudantes entrevistados com menor contato com as aulas. Além do mais, estes contrastes também se alinham aos achados comuns no momento zero do IA (referenciados pela grandiosidade do conjunto em relação à escala humana e por sua fruição estética, sobretudo):

“[...] vou falar de um que conheci recentemente, mas que mudou minha perspectiva sobre projetos sociais, aquele asilo que o MVRDV fizeram lá na Holanda. Eu acho que eles fizeram um asilo mas que trouxeram uma proposta completamente diferente, que foi além de ser um projeto que abrange a parte social, que traz um conforto pras pessoas, dá um abrigo pra elas, é também bonito esteticamente. Então ele mudou essa ideia de que algo que é social, que algo que vai ajudar quem tem necessidades tem que ser algo feio. Pobreza, falta de recursos, não têm anda a ver com a feiura, então achei isso importante. [...] a professora comentou na aula, aí eu achei interessante e fui olhar.”

“E também um lugar que os professores falaram que a Lina Bo Bardi que fez, o SESC... Pompeia, parece super legal. E também tem um lugar que eu não lembro, mas que tem uma fachada vermelha assim né, que é o Masp, tem uma área de convivência onde acontecem umas apresentações lá e deve ser super legal.”

O vínculo afetivo como atributo preponderante à escolha do lugar como marcante comparece em menor escala, em três exemplos. Ainda que minoritário intragrupo, é o momento em que comparece com certa relevância em relação aos demais. Dos lugares mencionados, apenas um era referente à arquitetura cotidiana, da vivência do respondente. Além disso, também já foi destacada a influência dos aspectos subjetivos via ambiente de ensino, que não representou influência majoritária nesta instância de avaliação, mas pode ter contribuído para sua ocorrência.

“[...] Ribeirão Shopping, por ter sido o primeiro espaço que tive contato, com que relacionei à Arquitetura, impressionou por sua monumentalidade”

“Acho que um espaço marcante que penso é a Praça da Liberdade, o circuito cultural, é meio clichê, mas nascida e criada aqui [em Belo Horizonte], é um lugar que eu tenho lembranças...”

“Um lugar que me marca muito é o apartamento que minha avó vivia, [...] era na área central [de Belo Horizonte]. [...] todo domingo a família toda se reunia e a gente descia nesse playground pra gente brincar [...]”

“[...] não imaginava, por exemplo, que a temperatura de Buenos Aires seria tão europeia, estilo de cidade me passava sensação de Europa muito forte, prédios altos, ruas super longas, algumas delas, e arquitetura de Buenos Aires me parecia ser uma coisa mais fria, me deu uma impressão assim”.

“[...] estou estudando muito sobre Jerusalém para fazer um trabalho, eu acho que é um lugar que eu gostaria muito de conhecer. Eu já tinha um interesse, mas não tanto quanto agora. Eu acho interessante porque é um lugar de muita multiplicidade de cultura e de religião e essas pessoas convivem.”

“Teve uma vez que a gente também foi para Tiradentes e tem uma igreja que o interior dela era toda de ouro e como é o ambiente importante para minha família, a gente ficou muito emocionado... eu acho que era uma igreja barroca.”

Como visto ao longo das menções anteriormente destacadas, ainda que a valorização ao objeto arquitetônico marque presença, há uma dilatação da dimensão estética para instâncias funcionais e de uso, principalmente voltando-se ao propósito da valorizada argumentação coletiva sobre a “apropriação do espaço” nessa fase do IA.

Já no momento avançado da formação, as preferências arquitetônicas tendem a ser apresentadas sob a justificativa do valor intrínseco às virtudes espaciais do lugar. No IC, a virtude do projeto volta-se à relação estabelecida entre o edifício e o entorno. Nessa interpretação, o valor arquitetônico estaria no *princípio relacional entre a obra e o espaço circundante*, o que inclui não só sua dimensão material, dada pelo contexto urbano imediato, como também a dimensão cultural e social da vida coletiva.

A interpretação é deslocada de um ponto de vista individual e circunstancial de gosto estético para uma concepção em que, ao mesmo tempo que a imagem arquitetônica dominante destaca a obra, não a coloca como marcante por características de expressão plástica/formal. Apesar disso, repetem-se certos aspectos dos padrões identificados nos momentos anteriores de formação: prevalecem citações a prédios/autoria específicos¹⁴⁶, reconhecidos no campo formal,

¹⁴⁶ Foram citados: Edifício Sulacap (Conjunto Sulamérica-Sulacap), de Belo Horizonte, Sesc Pompeia, Teatro Oficina, MASP, MuBe e Sesc 24 de Maio, de São Paulo. De autoria: Lina Bo Bardi, Oscar

pertencentes à produção extraordinária em que predominam OAM. Os tipos de referenciais arquitetônicos dominantes se mantêm, embora sob outras justificativas.

Comparecem, em menor medida, aspectos mais subjetivos relacionados à projeção, como a postura crítica que o arquiteto imprimiu à obra, em relação ao lugar e tempo sob os quais a solução foi concebida, ou, ainda, a noção “poética”¹⁴⁷, em que as condicionantes “computáveis” dão lugar às sensações que certos atributos pensados para o edifício propiciam. Para ilustrar isso, a iluminação não seria vista como um *dado a ser contemplado* no projeto, mas o tratamento da luz natural como mais um *elemento que compõe a integração* entre edifício e entorno, a fim de gerar uma experiência espacial particular.

Ampliando essa escala, também foram comuns citações à qualidade da experiência urbana, estilo de vida ou ambiência de lugares. Nesse caso, prevalecem as soluções fora do Brasil, pois a quase totalidade dessas experiências deram-se em intercâmbios acadêmicos que prevalecem em cidades de países situados na Europa, América Latina e América do Norte. Nesses casos, as ênfases são mais dispersas, com menções pontuais à cultura espacial local, que se manifesta nos modos de vida, nos modos de morar e de construir. A cidade de Belo Horizonte foi citada apenas uma vez, sugerindo baixa preferência com o local de vivência cotidiana nesse grupo. Essas observações culminam na interpretação de que, no discurso do IC, as experiências pessoais positivas são sobrevalorizadas, em detrimento de obras/lugares que não conhecem pessoalmente.

Como representações imagéticas minoritárias no IC, estão ocorrências relacionadas à paisagem natural dos lugares. Mesmo nesses casos, valorizam-se o bem-estar à rotina urbana que o espaço construído propicia, sem, no entanto, negligenciar elementos naturais, de tal maneira percebidos como integrados ao ambiente construído que definem e caracterizam a vida cotidiana do lugar.

Niemeyer, Paulo Mendes da Rocha, Álvaro Siza, Tadao Ando, Barragán, coletivos latino americanos Arquitectura Expandida e Al Borde, além do escritório Elemental. Também houve citações genéricas a produções arquitetônicas de nacionalidades específicas, sem especificação de autoria: portuguesa, mexicana e japonesa.

¹⁴⁷ Termo usado por um respondente, quando se refere à “poética do espaço”. A acepção desse termo seria uma atenção à dimensão sensível da Arquitetura, que não secundariza a experiência em favor de dados funcionais objetivos. Isso porque essa fala se dá em um contexto de problematização da arquitetura brasileira, que, do ponto de vista do estudante, é problemática por limitar-se, ou, ao menos, centrar-se de modo excessivo, em questões de legislação e normas técnicas que, ao seu ver, normatizam também as soluções arquitetônicas possíveis.

Contrariando as tendências acima, uma estudante enfatizou um lugar de arquitetura cotidiana, com ênfase às relações espaciais percebidas. A mesma respondente faz uma observação que se coaduna com as ocorrências dominantes no universo consultado:

“[...] acho que porque muitas vezes aqui no curso, por ter vindo do interior e tudo mais, acho que aqui a gente fica ligado às grandes arquiteturas e coisas assim e deixa de olhar umas coisas que são simples e que têm muita arquitetura. Uma coisa que tá assim em mim até hoje: eu não tenho muitas, grandes referências, coisa que eu até me culpo, acho que eu tenho pouca ligação com essa coisa por causa de onde eu vim. [...] geralmente meus colegas foram pra fora do país e conhecem obras de arquitetura e minhas referências são outras... acho que tem abertura pra elas serem trazidas e discutidas, mas não são valorizadas, não tem um incentivo pra trazer essas coisas.”

Ainda entre estudantes avançados, 2 respondentes declararam não ter nenhum referencial arquitetônico — o que não aconteceu no IA. Quando combinamos essas ocorrências ao perfil desses respondentes, identificamos que se autodeclararam com afinidade e desempenho baixos em projeto arquitetônico e admitem estarem mais próximos a interesses teóricos do Urbanismo; ou, quando em exercício disciplinar, alinham-se mais à etapa de diagnóstico¹⁴⁸. Além disso, suas experiências em estágios também incluem atividades relacionadas a intervenções nessa escala.¹⁴⁹¹⁵⁰

Observa-se, nos referenciais dos concluintes, que as ênfases demarcadas como qualificadoras não tendem a derivar dos processos de participação ativa do usuário. A expectativa dessa correspondência procede da tendência bastante demarcada quando o IC é avaliado sob o tema Projetar, exatamente em como o processo de projeto e a atuação do arquiteto estão representados coletivamente.¹⁵¹ Mesmo que os lugares tenham sido enfatizados sob a ótica da diversidade de coexistência de pessoas e atividades, o que, sem dúvidas, protagoniza a humanização espacial em detrimento de fatores e elementos físicos ou conceituais,

¹⁴⁸ Em linhas gerais, o diagnóstico urbanístico tende a solicitar que seja feita uma caracterização geral do território de intervenção a partir de variáveis relevantes à proposição de diretrizes e, posteriormente, estratégias de intervenção que definem o projeto. No entanto, em conversas informais com docentes dessa área, há um relato frequente da alta capacidade diagnóstica e problematizadora dos estudantes, sobretudo os avançados, sem que a capacidade propositiva aplicada ao projeto fique resolvida a contento.

¹⁴⁹ São os únicos sujeitos em que os estágios e as atribuições das atividades que assumiam nessas experiências pareceram acompanhar as ênfases nos atributos de afinidade e referências dos estudantes. De maneira geral, os intercâmbios parecem representar maior impacto sobre as Representações Imagéticas discentes. Talvez isso possa ser explicado por uma oferta de estágios disponíveis, que pode ser escassa com em relação à demanda e, portanto, não refletir os nichos de interesse dos estudantes na variedade de atividade a serem desempenhadas.

¹⁵⁰ Além desses, quatro entrevistados também declararam baixo interesse em projeto arquitetônico e um não seguirá carreira em AU, o que representa 1/3 do universo de entrevistados analisado.

¹⁵¹ Ver o tema Projetar, subitens 5.1.4.2 e 5.1.4.3.

essa abertura ao uso e ativação por parte do público é colocada apenas *a posteriori* no processo de projeto, pois a prática geradora desses objetos, ainda que considerada sob esses propósitos, deriva essencialmente das intenções precedentes *do arquiteto*. O fator comportamental humano, em menor medida, evoca algumas observações sobre os espaços *contidos no* objeto, porém são mais raras. Permanece a visão do objeto relacional ao ambiente, portanto, avaliação do que acontece *fora* do edifício, ou em seus espaços de respiro, em geral espaços comuns abertos.

Contrário a essa tendência, apenas um respondente citou interesse acerca das produções de dois coletivos contemporâneos, cuja atuação corresponde a práticas participativas, em que métodos de projeção e construção junto ao público são de fato experimentados.

Entendemos que essa não seja uma incoerência intragrupo. Demonstra tão somente a natureza complexa do imaginário arquitetônico, em que coexistem diferentes lógicas de interpretação e julgamento, demonstrando que o contraditório lhe é, de fato, inerente.

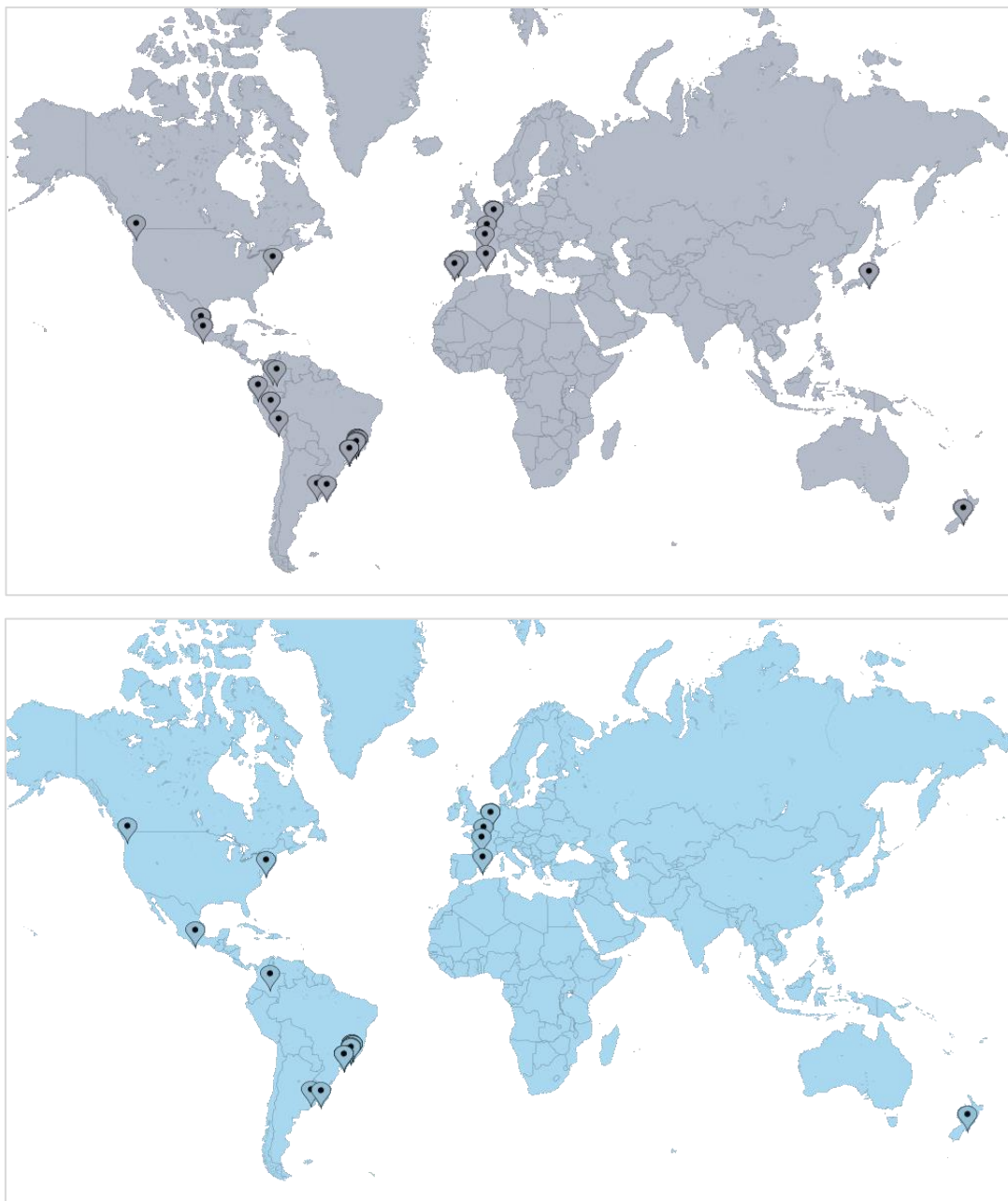
Pelo fato de as análises exigirem o exame de suas partes constituintes (fragmentos contraditórios) para então analisar o fenômeno (um conjunto logicamente coeso), implica que essas contradições sejam, em algum momento, aproximadas. Nesse caso, nos parece que existe a tendência coletiva, enquanto Representações de Espacialização, de um imaginário de ação transformadora em relação à atuação do arquiteto, através da abertura à participação no processo de projeto. Entretanto, enquanto Representações Imagéticas, ainda dominam referências hegemônicas e/ou do *mainstream*, posto que prevalecem produções de obras de exceção e referências autorais cuja produção é resultante da lógica tradicional hierárquica e individualizada do trabalho intelectual sobre o trabalho do canteiro, ou ainda, espaços citadinos historicamente visibilizados nos domínios disciplinares.

Figura 22 — Mapas da distribuição geral dos lugares citados no imaginário Antecedente



Obs.: Na parte de cima, mapa dos pré-ingressantes. Na parte de baixo, mapa dos ingressantes.
Fonte: Elaborado pela autora

Figura 23 — Mapas da distribuição geral dos lugares citados no imaginário Consequente



Obs.: Na parte de baixo, mapa sem o respondente cujas citações ultrapassaram a média geral de lugares citados por concluintes.

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.2.4 Atributos das imagens arquitetônicas dominantes nos Imaginários Antecedente e Consequente: considerações e síntese diagramática

Através da comparação entre lugares com maior imageabilidade¹⁵² intragrupos e que, portanto, comparecem nos três momentos analisados, por representarem lugares de referência locais, observamos que duas possibilidades podem ser denotadas. A primeira delas é que, qualquer que seja o momento de formação, comparecem no imaginário arquitetônico discente lugares significativos coletivos. A segunda, deriva da observação dos lugares citados como significativos (mas *não* preferenciais) aos quais os estudantes alegam terem sido introduzidos *no curso*, geralmente lugares próximos da própria Escola de Arquitetura ou de cidades próximas e em estados vizinhos. Isso remonta à possibilidade de o curso conformar essas noções qualitativas desses espaços, por serem lugares frequentados para fins didáticos de educação arquitetônica referencial.

Consideramos, é necessário que se esclareça, que o recurso didático de visitas técnicas é importante pelo contato presencial do estudante, ultrapassando a noção do impacto formal/visual da obra e/ou conjunto arquitetônico edificado. O questionamento recai sobre a limitação desse repertório presencial, que pode contribuir para esse afunilamento referencial. Prova disso são os estudantes que, tendo experiências acadêmicas em culturas arquitetônicas diversas e não hegemônicas¹⁵³, incorporam essas experiências não convencionadas no curso em seus referenciais pessoais.

Podemos dizer que essa dominância de imageabilidade pode derivar tanto do contato aproximado com a realidade arquitetônica¹⁵⁴ local quanto pelas referências aos quais são expostos *no curso*, com maior grau de interferência sobre os lugares de contato imersivo presencial, já que isso oportuniza discussões mais abrangentes, que envolvem atributos relacionados, principalmente, à fruição do edifício e suas possibilidades de uso pelo público — aspecto mais demarcado nas justificativas gerais de edifícios no IC, assim como na experiência espacial proporcionada pelo lugar. No IA zero, o foco recai sobre exemplares arquitetônicos e exemplos de cidades conhecidas pelos respondentes, com destaque a seus qualificadores estéticos e formais. Esses mesmos qualificadores também são valorizados no IA um. Nesses dois momentos, identifica-se uma valorização à *excepcionalidade formal* e de *usos* do

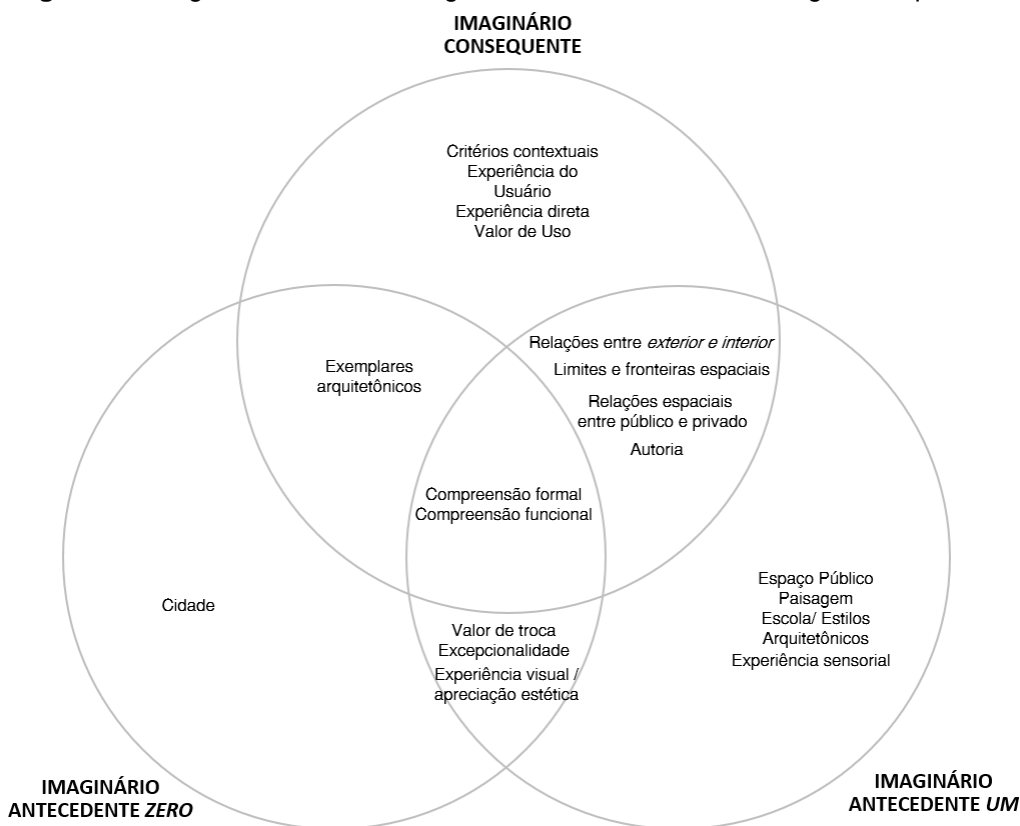
¹⁵² Conceito original de Lynch (1960) e adotado em parte das pesquisas empíricas analisadas nessa tese. Grosso modo, pode ser entendido como *imagens fortes*, por sua capacidade em fixar-se em diferentes observadores.

¹⁵³ A exemplo das experiências acadêmicas em países fora do roteiro predominante: América do Norte e Europa.

¹⁵⁴ O mesmo resultado foi observado em Carvalho (2016), com estudantes calouros de graduação em AU de três diferentes instituições de ensino nacionais. O autor reporta a predominância — quando em avaliação livre pelos estudantes — de exemplares arquitetônicos *locais* às cidades das instituições de ensino analisadas em dois dos três grupos analisados.

exemplar, com ênfase, portanto, às suas qualidades visuais. No IC, predominam critérios avaliativos sobre a *experiência do usuário* no lugar, fortemente demarcada por argumentos de cunho contextual do projeto e da obra construída. Relações espaciais (interior/exterior ou público/privado) são atributos de interpretação e avaliação exclusivos de grupos já inseridos no ambiente formal (IA um e IC). Ingressantes destacam-se em critérios avaliativos subjetivos de experiência sensorial individual, além de destacarem estilos arquitetônicos preferenciais. Ainda que nem sempre saibam nomeá-los, esses estilos tornam-se critérios para atribuição de valor qualitativo e preferência. Além disso, no IA um, existe uma focalização em espaços públicos e na paisagem urbana. Concluintes, por sua vez, tendem a destacar o valor intrínseco à obra por critérios não aparentes do edifício, não sendo incomum a valorização da autoria e das tomadas de decisão que compreendem como virtuosas, enquanto que, no IA, uma vez valorizada a excepcionalidade, esse valor é interpretado sob o julgo de critérios estéticos em muitos dos casos. O diagrama da Figura 24 ilustra alguns dos atributos que podemos destacar entre os três momentos de formação.

Figura 24 —Diagrama dos atributos imagéticos nos três momentos do imaginário arquitetônico discente



Fonte: Elaborado pela autora.

Nas páginas seguintes, apresentamos algumas ênfases das citações dos diferentes grupos sobre um mesmo lugar arquitetônico, ilustradas junto a trechos de alguns depoimentos

que evidenciam o direcionamento avaliativo proeminente em cada grupo de análise para a Praça da Liberdade em Belo Horizonte – MG, a cidade de Ouro Preto – MG, assim como duas obras de Lina Bo Bardi na cidade de São Paulo – SP: MASP e SESC Pompeia, a fim de evidenciar aspectos latentes nos discursos para uma mesma referência arquitetônica.

Figura 25 — Praça da Liberdade em Belo Horizonte, retratada a partir dos discursos dos respondentes



Praça da Liberdade, Belo Horizonte - MG.

Memória Afetiva:

“Acho que um espaço marcante que penso é a Praça da Liberdade, o circuito cultural, é meio clichê, mas nascida e criada aqui...é um lugar que eu tenho lembranças...”
– **pré-ingressante.**

Objetos e Estilos Arquitetônicos:

“[...] na Praça da Liberdade e eu sempre fiquei muito encantado com as construções antigas com os formatos das colunas. Os arcos...e me chamava muito a atenção era uma fase em que o estilo das construções eram muito parecidas”

“[...] o lugar que mais gosto é a Praça da Liberdade [...] até aquele prédio mais nada a ver do Niemeyer e o prédio em cima do Xodó [lanchonete] misturados... todos aqueles prédios mais tradicionais assim.”
– **ingressantes.**

Humanização e Usos do Espaço:

“Para mim, de espaços em Belo Horizonte principais que eu gosto é a Praça da Liberdade, pela liberdade que existe mesmo ali sabe, de várias pessoas diferentes usando o mesmo espaço, dando usos diferentes a ele.”
– **concluinte.**

Figura 26 — Cidade de Ouro Preto-MG, retratada a partir dos discursos dos respondentes



Fonte: Ilustrações de Octávio Pena, 2021.

Ouro Preto, Minas Gerais.

Estilos arquitetônicos e temporalidade da obra:

"[...] um lugar que quero conhecer é Ouro Preto, por conta do fato histórico como falei pra você, eu gosto de arquitetura antiga. Não sei bem qual a palavra mesmo...gosto muito desse aspecto."

– **pré-ingressante.**

Estilos Arquitetônicos e ornamentação:

"Acho que é que eu gosto muito do barroco, gosto muito da questão das cores da ornamentação, da própria igreja como se ela fosse uma árvore de natal, um colar, uma peça de ornamentação que não em limites, sabe. Eu não curto só isso em questão de construção, mas eu acho isso muito interessante e gosto muito de lá."

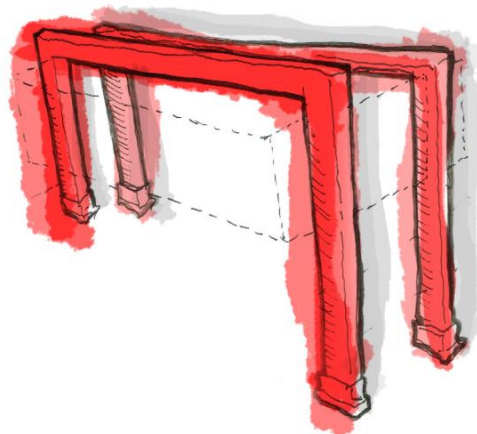
– **ingressante.**

Experiência urbana/ Humanização do espaço:

"[...] as varandinhas que tem lá, acho que foi a primeira coisa que 'pegou' assim pra mim sabe, das casas serem todas uma coladinha na outra e das cores, foi o que mais me chamou atenção... outra coisa que eu só percebi depois da última vez que fui é que lá tem muito restaurante com mesinha e rua sabe, dando pro passeio e é uma coisa que gosto muito, esse clima..."

– **concluinte.**

Figura 27 — MASP em São Paulo - SP, retratado a partir dos discursos dos respondentes.



MASP, São Paulo.

Detalhe construtivo / Estética:

“[...] também tem um lugar que eu não lembro, mas que tem uma fachada vermelha assim né que é o Masp, tem uma área de convivência onde acontecem umas apresentações lá e deve ser super legal.”

– **pré-ingressante.**

Influência do ensino formal:

“Tenho vontade de conhecer o MASP por ser “o vão livre”, “o espaço da liberdade”, tem uma área de convivência onde acontecem umas apresentações lá que os professores comentaram e que deve ser super legal.”

—**ingressante.**

Experiência espacial / Aspectos Contextuais e de Projeto:

“[...] o vão do MASP da Lina Bo Bardi na Avenida Paulista, eu acho essa uma análise crítica muito interessante...são questões que se relacionam com sua época de uma forma muito crítica, talvez teórica e observativa e isso me interessa muito do ponto de vista de pensamento como arquiteto.”

– **concluente.**

Figura 28 — Sesc Pompeia em São Paulo - SP, retratado a partir dos discursos dos respondentes.



Sesc Pompeia, São Paulo.

Experiência espacial por observação direta:

“[...] é um lugar que visitei em que existem muitas pessoas fazendo diferentes atividades, e achei o prédio em si bem legal.”

–pré-ingressante.

Experiência espacial:

“[...] o SESC. Pompeia por exemplo, é um lugar que abre inúmeras possibilidades, e apesar de dar diversos elementos, ele não pré-determina tanto o que vai acontecer ali, então é bastante situacional.”

–ingressante.

Identificação Pessoal a partir da experiência no lugar / Autoria:

“O Sesc Pompeia por causa da Lina Bo Bardi... não deu tempo pra explorar tanto, mas foi incrível ver as exposições e eu quero muito ir de novo e como ele me emociona é muito importante pra mim. Como é uma obra arquitetônica e eu nunca imaginei que eu chegaria nesse ponto [...] porque sempre tive muito preconceito depois que eu descobri que eu sou do Urbanismo.”

–concluente.

5.2.3 Considerações sobre Representações Imagéticas nos imaginários Antecedente e Consequente: possíveis correlações com práticas didáticas

Experiências pessoais com espaços, por vezes, são parte integrante das decisões de projeto dos estudantes, assim como as imagens desejadas, isto é, as que nem mesmo foram experimentadas presencialmente.¹⁵⁵ Somada a esses vetores de referência, a influência do ensino formal — mais precisamente, do docente — sobre esses referenciais foi constatada como importante, interferindo de modo direto no gosto arquitetônico discente. De modo direto, isso é perceptível no IA um.

A valorização do repertório ou o conhecimento de obras precedentes na educação arquitetônica é uma realidade dominante no ateliê de projetos, que aparenta ser entendido como o conhecimento teórico ou importante parte integrante dele, para que o estudante se habilite a aperfeiçoar sua prática. As vantagens assumidas atreladas ao aprendizado em projeto, em geral, se exprimem pelo fato de o aluno reconhecer estratégias pertinentes ao desafio de projeto que está enfrentando no exercício disciplinar, ampliando sua própria visão de solução de problemas.

Por outro lado, uma problemática que pode ser apontada a respeito dessa prática, reside no fato de que, quando as referências se delimitam pelo professor — coincidente ao gosto próprio do docente e/ou à sua prática — também se delimitam as possibilidades de que o imaginário arquitetônico se diversifique coletivamente, pois, como demonstram as análises, o gosto arquitetônico tende a orbitar em torno de tipos de produção e autoria bastante restritos. Essas questões podem implicar no fato de que o projetista também pode ter um vultuoso repertório de exemplares, mas não necessariamente sintetizar diferentes princípios ou maneiras de se projetar ou atacar um problema de um modo consistente extraído dessas referências.

Somado a isso, o período disposto no ateliê para exploração dessas referências pode representar um tempo exíguo para que sejam exploradas, para além de características imediatamente percebidas em modelos típicos: a organização programática e distribuição funcional, as formas características dadas à obra e aos elementos específicos mais aparentes, o estilo arquitetônico e materiais ou qualquer elemento que denote uma marca autoral específica e que, em tese, ajude o projeto a se distinguir dos demais. Nesse cenário, o imaginário arquitetônico factualmente se amplia, introjetando um repertório maior, porém não

¹⁵⁵ Relatos de estudantes que retratam essas assertivas foram identificados empiricamente em Brant (2019, p. 91 e 92).

necessariamente diversificado em termos de estilos, métodos, procedimentos, técnicas construtivas etc.

No entanto, percebe-se que as justificativas que fazem com que algumas referências sejam imagens fortes coletivamente são quase sempre as mesmas entre estudantes em um mesmo momento de formação. Sobre essas aproximações das imagens referenciais coletivas com o ambiente de ensino, na subseção 5.2.1¹⁵⁶, a primeira pergunta colocada era: *quais os principais vetores de influência sobre o imaginário arquitetônico discente?*

Vimos que, em todos os momentos do imaginário, as mídias sociais se mantêm como fortes vetores de informação. Incide como influência direta, principalmente no momento zero do IA, resultando em representações imagéticas que valorizam objetos arquitetônicos sob a dimensão estética. Desse modo, antes mesmo do início no percurso acadêmico, já existe pré-formatada uma ideia ente futuros estudantes, via mídia, sobre o que é, em tese, considerado “boa arquitetura” nos limites formais.

No momento um do IA, as análises apontaram uma supervalorização, no discurso, por inclinações e preferências alegadas em sala pelos docentes logo nos primeiros dias de aulas, influenciando não só sobre referências e autoria como também sobre o pensamento acerca da atuação do arquiteto e do papel da arquitetura. Vimos também que, nessa fase, já se formam juízos de valor coletivos sobre a produção arquitetônica, havendo também indícios de que existe uma tendência a adesão de juízos de valor arquitetônico dos docentes.

Apesar de, à primeira vista, isso representar uma ampliação no imaginário arquitetônico, demonstra que, *ao menos no discurso*, certos tipos de produção são privilegiados em detrimento de outros de modo precoce na educação arquitetônica. Essa pode ser uma indicação de como as preferências e referenciais centrais continuam sendo definidos no curso. Isso é importante ao sugerir que tais referências, uma vez inculcadas como próprias da cultura e da realidade imediata nas quais o curso está inserido, tendem a ser introjetadas coletivamente com a mesma conotação que foram apresentadas no ambiente de ensino.

As análises sobre os vetores de influência no IC, por sua vez, mostram que experiências extradisciplinares também acabam estimulando, no estudante, conotações alternativas em relação a fenômenos, eventos e lugares que têm contato nas disciplinas. Assim, os tópicos abordados como importantes ou de principal fonte de interesse sobre a área voltam-se para os característicos das investigações promovidas, principalmente, nos grupos de pesquisa nos quais se envolvem. Muitas vezes, eram tópicos *alternativos* às abordagens

¹⁵⁶ Ver p. 163.

convencionais com que costumam ter contato nas disciplinas obrigatórias do curso. Os trechos abaixo representam essa observação:

“[...] bom, pelo menos eu e meus colegas próximos, a gente é muito ligado ao pessoal do MOM e do LAGEAR¹⁵⁷ e a gente acaba conversando bastante sobre autonomia do usuário, de como democratizar no projeto no sentido de como encontrar linguagem, maneiras para que seja entendível por pessoas que não sejam só arquitetos e acho que isso tudo nasceu numa matéria de teoria crítica, que acho que foi importantíssimo pra abrir nossa cabeça sobre o ofício de arquitetura, de que ele não é tão ‘bonzinho’ assim, de que ele tem suas contradições, sua complexidade, que a gente tem que considerar uma questão social, socioeconômica etc., então acaba que a gente acaba seguindo essa linha de pensamento.”

“[...] o centro [de Belo Horizonte] é mais agradável de você andar a pé, de você fazer tudo, não sei se pelo sombreamento dos prédios também, mas é mais convidativo, já o bairro é meio assim, você vai chegar e vai entrar na sua casinha, não tem espaço de convivência, espaços mais acolhedores, mas isso, lógico, é uma leitura que eu faço hoje [...] moro em uma região periférica que é arborizada, mas as outras regiões periféricas da cidade não são, e o centro-sul é extremamente arborizado. Fiz pesquisa no LABCON¹⁵⁸ e isso é nítido”.

No caso de estudantes que não tiveram a oportunidade de integrarem experiências do tipo, o mais comum são as preferências referenciais elaboradas a partir experiências de intercâmbio acadêmico¹⁵⁹, por serem as de maior período de imersão em outras culturas, políticas, lógicas construtivas, tecnológicas e espaciais etc. Isso nos leva a especular que, em algumas IES, que não se caracterizam por integração dos discentes em programas de pesquisa e extensão, intercâmbio, mobilidade acadêmica e similares, os imaginários arquitetônicos tenderão a se manifestar, no que se refere à influência do ensino formal, principalmente a partir das experiências disciplinares obrigatórias, seja sob o vetor geral da tradição institucional local, dos discursos e práticas docentes, das inclinações manifestadas pelos colegas etc.

Ao fim das análises, também identificamos os atributos valorizados nas Representações Imagéticas de cada um dos momentos analisados da formação, ressaltando

¹⁵⁷ Siglas dos grupos de pesquisa Morar de outras Maneiras (MOM) e Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica (LAGEAR), vinculados ao Departamento de Projetos da Escola de Arquitetura da UFMG (PRJ), voltados às questões de participação coletiva e intervenções espaciais mediadas por interfaces digitais.

¹⁵⁸ Sigla do Laboratório de Conforto Ambiental e Eficiência Energética no Ambiente Construído da EA/UFMG, criado em 1996 e vinculado ao Departamento de Tecnologia da Arquitetura e do Urbanismo (TAU), envolvendo estudos para o planejamento sustentável, a economia de energia e o monitoramento ambiental na escala urbana e do edifício. Fonte: <https://sites.arq.ufmg.br/tau/labcon/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2021.

¹⁵⁹ Dos respondentes desta pesquisa, apenas um concluinte não realizou nenhum tipo de mobilidade acadêmica. A grande maioria dessas experiências deram-se fora do país, com apenas um destino nacional, o que pode indicar um maior interesse por experiências internacionais, que, por sua vez, têm seus destinos em países no Norte global. Essa predominância de interesse também pode ser expresso, em parte, pelo enquadramento da cultura arquitetônica acadêmica apresentada aos estudantes — tanto pela própria historiografia arquitetônica convencional quanto na autoria e obras convencionadas como seminais — estar concentrado exatamente nesses lugares do globo.

suas transformações, possibilitando responder a segunda questão também colocada na subseção 5.1.2: *Quais atributos, além da dimensão estética, dão suporte ao reconhecimento do lugar como significativo aos estudantes?*

Analisar o teor das imagens dominantes entre pré-ingressantes foi importante para compreender não só o que consomem como arquitetura, mas o que internalizam sobre a prática profissional. Demonstramos que as avaliações se voltam ao próprio objeto, geralmente apartado de um contexto, cujos atributos encerram-se, em geral, em suas qualidades estéticas. Dentre os atributos sumarizados na subseção 5.2.2.3, destacamos que o usuário não comparece ou não é prioridade no momento zero do IA, o que, segundo nossa interpretação, reforça que, nessa fase, a expressão autoral do arquiteto é valorizada intragrupo.

Entre ingressantes, a fonte disciplinar influi em grande medida, quando examinamos as justificativas sob as quais se estabelecem essas preferências, agora sob uma tônica de abertura à apropriação do usuário e preocupação com o entorno e o contexto no qual estão inseridos, ou seja, são agora valorizados aspectos contextuais, em grande parte adquiridos sob a condução de discussões e materiais no curso. Isso é um pouco contraditório com o que se encontrou na apreciação geral compartilhada entre os ingressantes entrevistados nos primeiros dias de aulas, que tendem a valorizar obras de grande porte, que fujam do padrão estético da arquitetura cotidiana e que destaquem a autoria da obra. Isso foi se modificando em datas mais avançadas das conversas, quando, apesar de indicarem consumir as mesmas fontes midiáticas, os ingressantes com maior contato disciplinar preocupavam-se em ressaltar o teor de entretenimento dos conteúdos da mídia, tendendo a referenciar exemplares que tiveram contato após o início das disciplinas, valorizando os atributos do parágrafo anterior. A despeito disso, também vimos que prevalecem OAM nessa fase da formação.

Assim, podemos dizer que os atributos após o contato inicial disciplinar caracterizam-se sob os seguintes âmbitos, no momento um do IA: referenciais de exemplares arquitetônicos — frequentemente transpostos aos exemplos dados de lugares e autorias significativas —; conceitos e denominações vocabulares próprios da Arquitetura — cujas temáticas predominam acerca de assuntos como usos do espaço, mobilidade e acessibilidade, o usuário e a cidade, a importância dos espaços públicos, a importância das calçadas, aspectos da paisagem urbana e o bem-estar das pessoas.

A fala de uma estudante *concluente* reforça o que foi identificado na identidade coletiva recém-adquirida no IA: *“depois da graduação, comecei a prestar atenção na qualidade das calçadas e não só em prédios diferentes”*. A ampliação do imaginário direciona a escala de

intervenção arquitetônica quase que imediatamente à cidade, o que, por consequência, explica a percepção sobre a atuação do arquiteto sobre demandas públicas, de interesse coletivo.

Essa transformação também é flagrante em relação ao fato de, no *momento zero*, não comparecerem as mesmas questões, sobretudo as de cunho social, da natureza da vida urbana coletiva ou de argumentos que direcionem a participação ativa do público no processo de projeto, o que reforça que esses aspectos do imaginário arquitetônico são adquiridos em função do contato com o curso e com as questões iniciais incitadas nesse ambiente.

Entre concluintes, apesar de as referências enquanto produção e objetos arquitetônicos tentarem desviar de referências diretas à OAM¹⁶⁰, ou quando a citam, frequentemente ressaltarem aspectos mais ligados à fruição e apropriação livre do espaço pelo usuário, não há indícios, entre as tendências identificadas, de que no IC suas Representações Imagéticas se alinham às práticas de projeto participativas. Desse modo, a significativa negação da arquitetura de exceção para uma produção coletiva identificada no tema Projetar não se reflete nos referenciais imagéticos no IC.

Há, ainda, a predominância de referências arquitetônicas e urbanas referendadas nos domínios formais da profissão, em detrimento de outras manifestações de produção. Ainda que compareçam no curso, há poucos recursos didáticos que as explorem, na visão de uma respondente:

“[...] geralmente meus colegas foram pra fora do país, conhecem obras de arquitetura e minhas referências são outras... acho que tem abertura pra elas serem trazidas e discutidas, mas não são valorizadas, não tem um incentivo pra trazer essas coisas”.

Os concluintes direcionam grande parte dos lugares que citam como marcantes de experiências diretas em intercâmbio acadêmico, o que poderia levar à uma dissociação total do que é induzido como “boa arquitetura” por parte dos docentes. Por outro lado, não se pode desconsiderar que as escolhas dos destinos podem estar sobremaneira relacionadas a convenções, lugares que se destacam por sua produção arquitetônica, vida urbana ou ainda por instituições de ensino exemplares na visão desses estudantes. Podem, claro, existir casos em que não haja muitas opções¹⁶¹ de destino que lhes fossem prioritárias, mas, em todo caso, esse cenário representaria uma imersão em uma cultura arquitetônica mais marginal ao seu propósito inicial.

¹⁶⁰ Ainda figuram como maioria nas citações.

¹⁶¹ Alguns programas de intercâmbio internacional e de mobilidade acadêmica dentro do país têm opções restritas de instituições parceiras, não sendo de livre escolha do estudante a opção de destino.

Outro ponto importante percebido é que ênfases acerca de paisagens e elementos naturais, além de menções a preferências por lugares que não são próprios da arquitetura extraordinária são exceções em todos os grupos. Esse resultado contraria o que é afirmado por alguns autores que pesquisam avaliação e julgamentos de exemplares arquitetônicos, os quais costumam reportar que não arquitetos e estudantes calouros em AU são mais propensos a escolhas por exemplares que não são de “alta arquitetura”.

Ao contrário do que é defendido por Downing (1992), a maioria dos lugares significativos para os iniciantes em AU não é composta por arquitetura vernacular ou lugares de arquitetura cotidiana. Esse resultado não ocorreu nem mesmo entre pré-ingressantes, ainda sem contato com aulas. Embora não tenham recursos para avaliá-los sob julgo formal, apresentam um esforço em fazê-lo, vide, por exemplo, o uso vocabular próprio de termos da área de maneira extensiva no grupo de ingressantes.

Quando novatos (no curso), supunha-se que os lugares memoráveis encontrados pelo indivíduo eram principalmente de natureza informal. Em geral, a maioria dessas experiências de lugar pode ser caracterizada como arquitetura popular, comum ou vernacular, em vez de arquitetura "projetada". Casas na árvore e cozinha da avó são exemplos da natureza dessas memórias de lugares significativos. Para a maior parte, isso provou ser verdade para todos os indivíduos que participaram da pesquisa. Embora alguns participantes tenham indicado interesse em experiências formais de lugares antes de ingressar na educação profissional, assumiu-se que a maneira como o indivíduo pensava sobre essas experiências representava uma avaliação mais informal desses lugares. (DOWNING, 1992, p. 77, grifos nossos)

Os achados dessa pesquisa corroboram a afirmação de Hershberger (1970), de que ingressantes e pré-ingressantes valorizam a monumentalidade dos edifícios. No entanto, nesta pesquisa, o grupo de concluintes não tendeu a enfatizar a dimensão estética, como sugere o autor.

Além disso, os grupos de pré-ingressantes e ingressantes se apresentam bastante distintos em relação aos atributos de avaliação geral sobre preferências arquitetônicas. Demonstramos que ingressantes já estão mais alinhados aos atributos valorizados por estudantes avançados no curso, o que *contraria* a afirmação de que os julgamentos arquitetônicos de grupos sem contato formal e calouros são mais próximos do que entre os julgamentos de calouros e estudantes avançados (HERSHBERGER, 1970).

Por fim, do ponto de vista metodológico, a abordagem de livre justificativa acerca do repertório pelos próprios respondentes mostrou-se relevante para o estudo dos efeitos das práticas didáticas sobre as preferências instauradas na cultura arquitetônica estudantil. Isso porque foi possível apurar, ainda que de maneira exploratória, parte dos vetores de influência

sobre as tendências identificadas além dos atributos fundamentais que as justificam. Apuramos a preferência por projetos e autoria de arquitetura moderna como ainda dominante no imaginário discente. Além da dimensão estética, foi possível compreender que também é associada a interpretações de qualidade material, de uso e apropriação e sobre contexto ao tempo e lugar aos quais os exemplares se vinculam. Apesar disso, o IC não demonstrou significativa diversificação tipológica, autoral, estilística etc., o que pode representar um desafio a ser superado na educação arquitetônica, principalmente no ateliê de projeto, onde parte desse imaginário pode, também, introjetar-se nas práticas projetuais dos discentes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

6.1 Atualizações: sobre o objeto e sobre o problema

A motivação principal da tese consistiu em analisar as transformações dos estudantes em diferentes fases da formação no curso de Arquitetura e Urbanismo, nos termos do que entendemos como imaginário arquitetônico coletivo. Esse objetivo geral acabou por direcionar a proposta central da investigação: construir um roteiro metodológico voltado aos interesses de pesquisa em ensino-aprendizagem em projeto, que fosse adequado à prospecção de dados e à geração de informações sobre aspectos relevantes acerca dessas transformações. Embora saibamos que não se trata de uma relação de causa e efeito, trabalhamos com a ideia de que o ensino disciplinar e o ambiente em que se insere são preponderantes para o imaginário arquitetônico dos estudantes, posto que baliza suas práticas.

O objetivo da construção desse roteiro metodológico, por sua vez, foi o de ampliar as vias de análise crítica que envolvem o processo de ensino-aprendizagem em projeto. Acredita-se, também, que o exposto no trabalho serve não só aos pesquisadores da temática como a estudantes e professores, dando suporte à compreensão dos efeitos do percurso formativo no imaginário arquitetônico discente. Foram aplicadas duas metodologias de análise. Uma primeira, reflexiva, a partir de experiências práticas de iniciação à docência da autora e que também são cotejadas à literatura pertinente acessada ao longo do processo de pesquisa no mesmo tema, para possibilitar uma tipificação de práticas consideradas tradicionalistas e não tradicionalistas (seção 1.3), além da delimitação conceitual que configura o objeto de pesquisa proposto nesta investigação (Capítulo 2). Uma segunda, analítico-descritiva, cujos dados foram coletados a partir de entrevistas com estudantes, o que culminou na *caracterização* do fenômeno investigado, organizando-o de modo a possibilitar seu exame (Capítulo 5).

A hipótese testada a partir dessa metodologia foi a de que o imaginário arquitetônico, enquanto objeto de investigação empírico, poderia fornecer evidências sobre a natureza das práticas didáticas adotadas no ateliê de projeto. No entanto, ao longo da pesquisa, a partir da progressiva análise da literatura pertinente, quando considerávamos o propósito da presente investigação, entendemos que as categorias conceituais para análise do imaginário arquitetônico não haviam sido satisfatoriamente exploradas. Esse fato, que exigiu a construção

de sua caracterização, se deu, sobretudo, a partir da análise dos dados coletados¹⁶² durante a própria pesquisa.

A princípio, as distinções sobre o objeto de pesquisa no âmbito arquitetônico ainda eram vagas e seus recortes imprecisos. Foi no próprio processo da pesquisa e de análise de dados que as definições e enfoques conceituais se delimitaram.¹⁶³ A compreensão paulatina de metodologias e abordagens sobre o objeto de investigação — não a fim de aderir-las, mas de identificar brechas a compreensões ampliadas sobre o imaginário arquitetônico no âmbito do ateliê de projeto — serviu como uma das bases à organização da metodologia, que, por sua vez, amparou a possibilidade de responder à hipótese colocada.

Entendendo que as leituras espaciais figuram como um importante aspecto da educação arquitetônica, exploradas desde as disciplinas introdutórias até a prática projetual propriamente dita, estendemos a análise do imaginário arquitetônico aos seus conceitos espaciais, defendendo-o como um domínio conceitual próprio do imaginário arquitetônico, na expectativa de que tivesse potencial para nos reportar padrões coletivos relevantes.

Sobre os problemas colocados no início desse trabalho, podemos afirmar que:

As respostas à questão *que* motivou a investigação, *como os estudantes de Arquitetura se transformam em termos de seus imaginários arquitetônicos em diferentes momentos da formação?* foram viabilizadas através da identificação dos principais atributos espaciais, subjetivos, projetuais e profissionais, além das imagens arquitetônicas referenciais dominantes¹⁶⁴. Os principais achados podem ser resumidos no Quadro 7:

¹⁶² Detalhes sobre o trabalho de campo foram comentados no Capítulo 3.

¹⁶³ Os planos de trabalho da metodologia geral constam na Figura 1 p. 26, da Introdução.

¹⁶⁴ As discussões detalhadas sobre esses aspectos foram realizadas individualmente, nos itens 5.1.2.4, 5.1.3.3, 5.1.4.3 e 5.2.2.4, respectivamente.

Quadro 7 — Quadro-síntese de algumas das principais transformações identificadas

TRANSFORMAÇÕES DO IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO				
IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO SEGUNDO O MOMENTO DA FORMAÇÃO	CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS	CARACTERÍSTICAS INTANGÍVEIS	PROJETAR	VECTORES DE INFLUÊNCIA
IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO ZERO	<p>Atributos espaciais dominantes:</p> <p>Casa – objeto características externas aspectos construtivos privacidade.</p> <p>Experiência Urbana - foco em percepção e avaliação segundo critérios visuais e construtivos do espaço físico, como estilos arquitetônicos, elementos compositivos materiais além do uso dos espaços com foco na funcionalidade.</p>	<p>Atributos subjetivos dominantes:</p> <p>Aspectos sensoriais, mas com baixa ocorrência</p>	<p>Atributos projetuais dominantes:</p> <p>Solução formal, funcionalidade repertório, conceito/tema, criatividade, perfil do cliente, condições preexistentes, entorno, bem-estar do usuário</p> <p>Obs.: Nesta instância, não há atributos exclusivos do grupo;</p>	<p>Valores dominantes:</p> <p>mídia, em especial redes sociais dedicadas ao compartilhamento de imagens e tutoriais, além de produções de entretenimento na TV</p> <p>Influências identificadas:</p> <p>Interpretação do objeto arquitetônico encerrada à própria obra.</p> <p>Privilegio à dimensão estética: monumentalidade, ortogonalidade, formas, materiais, ornamentos e estilos arquitetônicos. Predominância de OAM.</p>
IMAGINÁRIO ARQUITETÔNICO UM	<p>Atributos espaciais dominantes:</p> <p>Casa - Relações de vizinhança Relação da casa e entorno.</p> <p>Experiência Urbana – incorporação de conceitos e critérios avaliativos, tais como: acessibilidade e mobilidade urbana, modais de transporte que favoreçam a ida pública na cidade, relações de vizinhança além da observação aos modos de morar.</p>	<p>Atributos subjetivos dominantes:</p> <p>Aspectos sensoriais e destaque a qualificadores espaciais relacionados à memória afetiva e na relação <i>individual</i> com o lugar</p>	<p>Atributos projetuais dominantes:</p> <p>Solução formal, funcionalidade repertório, conceito/tema, criatividade, perfil do cliente, condições preexistentes, entorno, bem-estar do usuário, acessibilidade e mobilidade, função social da profissão, experiências espaciais</p>	<p>Valores dominantes:</p> <p>Antes de 7 dias de aulas: mídia, em especial redes sociais dedicadas ao compartilhamento de imagens e tutoriais voltados às técnicas de desenho ou ao processo de projeto além de produções de entretenimento na TV.</p> <p>A partir de 7 dias de aulas: Ensino formal: assuntos e referências sobre o que é tratado nas disciplinas de fundamentação e introdução ao projeto arquitetônico.</p> <p>Influências identificadas:</p> <p>dominância de conceitos, termos, expressões e referências arquitetônicas aprendidos no ensino formal.</p> <p>Privilegio à humanização do espaço, à responsabilidade social da Arquitetura, à dimensão espacial urbana replicação de referências de OAM e Arquitetura Contemporânea.</p>
IMAGINÁRIO CONSEQUENTE	<p>Atributos espaciais dominantes:</p> <p>Casa – elementos não fixos: relações não-verbais entre pessoas a partir do espaço Espaço via eventos que definem o habitar doméstico.</p> <p>Experiência Urbana – atenção mais demarcado aos fenômenos urbanos e à humanização do espaço, como fluxo de pessoas, escala humana, segurança urbana, conforto ambiental, efeitos do planejamento urbano na paisagem, ambiência do lugar etc., além de sedimentar-se a percepção dos modos de morar como atributos de interpretação e avaliação do espaço</p>	<p>Atributos subjetivos dominantes:</p> <p>Aspectos Sensoriais com foco na experiência espacial <i>do público</i></p>	<p>Atributos projetuais dominantes:</p> <p>Abertura à participação, Configurações espaciais não convencionais, função social da profissão, experiências espaciais, tipo de demanda (privada ou pública)</p> <p>Solução formal, funcionalidade repertório, conceito/tema, criatividade, perfil do cliente, condições preexistentes, entorno, bem-estar do usuário</p>	<p>Valores dominantes:</p> <p>Ensino Formal experiências acadêmicas de projetos de pesquisa e extensão e intercâmbios são as mais acentuadas, e mídias sociais para consumo de imagens e atualização de referências.</p> <p>Influências identificadas:</p> <p>dominância de conceitos, termos, expressões e referências arquitetônicas aprendidos no ensino formal.</p> <p>Privilegio à humanização do espaço, à responsabilidade social da Arquitetura, à dimensão espacial urbana replicação de referências de OAM e Arquitetura Contemporânea.</p>

Fonte: Elaborado pela autora.

Quais as possíveis ligações entre as transformações do imaginário coletivo dos estudantes e a natureza das práticas didáticas adotadas no ensino de projeto arquitetônico?

Tendo analisado uma instituição de ensino que compreende dois cursos de Arquitetura e Urbanismo distintos, concluímos que as particularidades entre os cursos não são relevantes para o fenômeno investigado nesta tese. Isso porque, quando estamos buscando marcadores *coletivos* sobre o imaginário e suas transformações, os distintos princípios pedagógicos dos cursos, a grade curricular particular ou mesmo a lógica de oferta disciplinar de projeto, assim como as abordagens específicas de docentes, comparecem pontualmente. Entende-se que essas diferenças seriam relevantes caso estivéssemos interessados em investigar o imaginário em função de seus contextos *estruturais*.

Parte da análise dedica-se a um grupo que sequer havia tido contato com o ensino formal, tendo sido defendido, na metodologia, como uma subpopulação relevante à identificação das transformações, não sendo assim tão próxima aos calouros nos aspectos de apreensão funcional e estética referencial arquitetônica, como sugere a literatura anterior, e nem mesmo de espacialização. No entanto, vimos que os contextos anteriores relativos à ocupação e formação prévia do respondente ou mesmo gênero mostraram-se relevantes em algumas categorias do imaginário, o que sugere a necessidade de focalização sobre esses aspectos em investigações futuras.

Dessa forma, entendemos que os tópicos discutidos no Capítulo 5, em vez de refletirem apenas experiências locais exclusivas à instituição de ensino que serviu de lócus à investigação, na realidade têm potencial de cobrir questões mais amplas, tais como: a interveniência das práticas docentes no imaginário arquitetônico; o papel das mídias sociais que alimentam as referências estimuladas por algumas dessas práticas; a necessidade de uma diversificação dessas referências; a necessidade de que haja um deslocamento do tipo de uso das referências não só para o usufruto de modelos previamente conhecidos e praticados, como também para a análise crítica que colabora com a autonomia de proposição projetual discente, tornando o processo de reflexão-na-ação de fato inserido em proposições didáticas mais propensas à problematização do estudante; além de evidenciar processos de apreensão de conteúdos de forma precoce na educação formal arquitetônica, rapidamente transpostos ao discurso, e também revelar um processo de diferenciação de visão sobre a prática projetual e a profissão em grupos específicos de alunos, em geral os que tiveram a oportunidade de integrar projetos de pesquisa e extensão e mobilidade acadêmica. No agregado, essas questões exploratórias levantadas podem representar bases para aperfeiçoamento de uma metodologia para a pesquisa do ensino de projeto que se dedique a examinar a interferência e, principalmente, os efeitos de algumas de suas práticas nas preferências visuais, formais, de intenções espaciais e por consequência projetuais dos arquitetos em formação.

A pesquisa identificou quatro temas, ou padrões, comuns aos três momentos de formação analisados, diferindo-se apenas em suas categorias e nas ênfases dadas a elas. As Características Espaciais, Intangíveis, Projetar e Vetores de Influência compõem uma

*representação geral compartilhada*¹⁶⁵ do imaginário arquitetônico entre pré-ingressantes, ingressantes e concluintes.

Sobre os Vetores de Influência, aspecto também reconhecido como preponderante à investigação e atualização metodológica, entendemos que, na perspectiva do estudante, o ambiente formal é o espaço maior de vivência e de maior confiabilidade em relação à área de conhecimento, à medida que avança no curso e, ao menos em tese, sua capacidade crítica e analítica aumenta, ainda que, como apontamos na subseção 5.2.2.2, existam outros vetores de influência coletivos relevantes, mas que, ou servem como suporte ao aprendizado formal em caráter complementar, ou são entendidos como entretenimento, não sendo absorvidos acriticamente pela maioria, a não ser nos casos dos momentos zero e no momento um do Imaginário Antecedente, na primeira semana de aulas, quando não foi identificada uma tendência coletiva de entendimento desses conteúdos como próprios da realidade profissional.

No entanto, não se pode desconsiderar também que, no Imaginário Consequente, as mídias sociais ainda preponderam como vetores de influência relevantes, extensivamente usados como fontes de referências para desenvolvimento de projetos, sendo inegável a correspondência entre as representações da “boa arquitetura” disseminada na mídia, especializada ou não, cujos exemplares se concentram sob autorias, estilos e exemplares restritos, e os exemplares dominantes no imaginário arquitetônico discente. Cabem aqui maiores investigações acerca de sob quais aspectos esses modelos referenciais são transpostos aos projetos produzidos na graduação e até mesmo reforçados por alguns tipos de exercícios didáticos, no modo como são conduzidos.

A partir das análises, defendemos que, de maneira resumida, o imaginário arquitetônico opera do seguinte modo ao longo do processo de aprendizado formal: o imaginário arquitetônico fixa atenção em critérios espaciais, pois neles residem os propósitos fundamentais de toda e qualquer intervenção arquitetônica. Esses critérios espaciais são, por vezes, conotados sob aspectos intangíveis, pois questões subjetivas são indissociáveis à interpretação, julgamentos e avaliação arquitetônicos, ainda que elas tomem cada vez menos espaço na criticidade espacial coletiva em fases mais avançadas da formação. A conjunção

¹⁶⁵ Uso um termo já conhecido na literatura, o "Representação geral compartilhada", no original, "*shared general representation*", que é usado por Hubbard (1996) para nomear as categorias comuns de classificação arquitetônica por diferentes grupos de indivíduos. *Outros pesquisadores também já haviam encontrado essas semelhanças*, no entanto, o caso do trabalho de Hubbard é similar à abordagem metodológica de coleta de informações, cujos óbices já foram apresentados e argumentados no Capítulo 2. Cem sujeitos foram convidados a classificar, segundo seus próprios critérios, quinze exemplos de arquitetura contemporânea. Restringe-se aí, portanto, os exemplares e tipos arquitetônicos, assim como o caráter da fruição do edifício (enviesada para aspectos visuais via fachadas), já previamente selecionados pelo pesquisador.

desses aspectos regula os critérios de ação ou, ao menos, *de representação* da ação, que nada mais são do que as disposições, valores e procedimentos reconhecidos como próprios da profissão. Estes, por sua vez, podem ser explicados pelos vetores de influência. Dadas essas relações, defendemos que o imaginário arquitetônico coletivo pode ser analisado sob esses quatro aspectos.

A pesquisa exploratória que conduzimos permitiu a familiarização com um importante aspecto do processo educacional em Arquitetura: como os estudantes entram no curso compreendendo e interpretando tópicos relativos à área e quais desses aspectos se transformam a partir do percurso formativo, indicando as interveniências do ensino formal nesse processo. Entretanto, como se tratam de respostas iniciais, precisaríamos de uma adaptação do roteiro metodológico de investigação, adicionando mais questões relativas à projeção em estudantes já em fase de exercício projetual, seja introdutória, no IA, ou avançada, no IC, que investiguem a correlação das tendências com interveniências diretas do ateliê.

Nossos estudos apontaram uma série de indicativos diretos, entre tendências e interveniências diretas do ambiente de ensino, via discursos doutrinários docentes e de materiais de suporte didático, facilmente identificáveis no IA um, mas que se dispersam. Embora apresentem-se tendências coletivas importantes de novos paradigmas de pensamento sobre o processo de projeto, como discutido no Capítulo 5, o discurso no IC escamoteia a raiz do paradigma dominante no grupo, uma vez que também pudemos apontar que as influências transcendem as disciplinas de projeto, principalmente no grupo de não-projetistas. Isso não foi feito nessa investigação por critérios da pesquisa, uma vez que se optou por partir de uma mesma matriz de geração de dados (questões), privilegiando o objetivo central de identificarmos comparativamente os diferentes momentos, incluindo grupo de não-projetistas do IA zero.

6.2 Atualizações em relação à literatura precedente

Os resultados obtidos nesta pesquisa apontam algumas concordâncias em relação à literatura pertinente (discutida no Capítulo 2): os concluintes têm uma maior variedade de *categorias* para tratar de diferentes temas referentes à Arquitetura. No entanto, essa investigação também demonstrou que, no *momento um* do Imaginário Antecedente — que representa o imaginário coletivo de calouros —, nem sempre se aproxima mais do entendimento e das percepções de não arquitetos. Houve casos em que as ênfases dadas a

certas categorias do imaginário arquitetônico já se encontram precocemente muito próximas ao Imaginário Consequente, como, por exemplo, o entendimento do ofício do arquiteto e dos papéis que profissionais e o público desempenham no processo de projeto, os quais já se encontram mais alinhados ao que apuramos em parte do imaginário próprio de momentos avançados do curso.

O principal fator de influência a essa tendência mostra-se no ambiente de introdução acadêmica do ensino formal. Prova disso foi que, à medida que avançava o cronograma de entrevistas e, por consequência, o contato dos iniciantes com o ambiente disciplinar, mais próximas as ênfases dadas às categorias estavam do Imaginário Consequente, relativas, por exemplo, à percepção de lugares confortáveis, participação do usuário no processo de projeto, responsabilidade social da arquitetura etc. Assim, os resultados obtidos denotaram a relevância pressuposta no roteiro metodológico em acessar futuros estudantes, o que permitiu discernir, por contraste com já iniciados no curso, as influências do ensino formal de modo mais eficaz.

Outra atualização diz respeito à técnica de coleta de dados referente à expressão de preferências arquitetônicas pelos respondentes, que mostrou-se pertinente ao acusar as preferências, que se mostraram em um espectro variado: quanto ao tipo de lugar, à escala (arquitetônica ou urbana) e ao tipo de produção (espontânea ou formal), oportunizando justificativas livres, que frequentemente ultrapassaram a apreciação estética, uma das principais limitações apontadas em abordagens metodológicas que buscam investigar interpretação e avaliação do espaço construído e preferências arquitetônicas.

6.3 Potencial da investigação via imaginário arquitetônico

Consideramos que a metodologia de investigação empreendida foi exitosa em erigir e reportar quais padrões emergem no imaginário arquitetônico via discurso, quais atributos são mais característicos a cada padrão, além da identificação de suas principais transformações, que podem servir como uma *matriz conceitual*¹⁶⁶ do imaginário arquitetônico, podendo ser adaptada e/ou ampliada, contribuindo, dessa maneira, à construção de uma base de dados novos em pesquisa no processo de ensino-aprendizagem em Arquitetura, uma vez que, até o momento, não temos consolidadas informações a esse respeito na literatura nacional que trata da temática.

Foi exitosa, ainda, na identificação de preferências e também exemplares do que estudantes consideram ou não “boa arquitetura”, contornando, no que diz respeito à metodologia, pontos considerados problemáticos nos procedimentos metodológicos consultados: a predeterminação de exemplares e modelos arquitetônicos para avaliação dos respondentes. Assim também foi considerada proveitosa, pelo maior alcance das análises, a varredura irrestrita do espaço construído, conseguida através da investigação dos espaços arquitetônicos e urbanos como “*lugar*”¹⁶⁷, garantindo uma diversidade de tipos citados.

Por fim, foi considerada exitosa em reportar e discernir quais aspectos qualitativos (atributos) dessas concepções e pré-concepções se dão fora ou durante o domínio do ambiente acadêmico na graduação, de modo a aclarar, ainda que de modo introdutório, como a Arquitetura é “consumida” dentro e fora dos limites formais e as interveniências que provocam no imaginário arquitetônico coletivo enquanto discurso.

6.4 Limites da investigação do imaginário arquitetônico via discurso

Há dois limites principais identificados nessa pesquisa, referentes à técnica de coleta por entrevistas e, por consequência, à própria natureza do material dela resultante, o discurso. Existe uma “manipulação recíproca” entre o investigador e o investigado (SANTOS, 1980). O problema é que, se, de um lado, o pesquisador prepara-se em função de prever para desviar, principalmente, os modos de manipulação nos quais pode ele mesmo incorrer, por vezes, não

¹⁶⁶ Esta matriz consiste nos temas (padrões) e categorias a eles vinculados, que estão listados e definidos no Capítulo 4, nas seções 4.2 e 4.3, contando ainda com recomendações de critérios de análise dos resultados constando na subseção 4.3.1.

¹⁶⁷ Termo utilizado nas questões que indagavam sobre preferências do estudante sobre o espaço construído que se relacionam às experiências arquitetônicas e urbanas que haviam tido ou desejavam ter.

se considera que “as pessoas dizem o que lhes parece adequado, não na vida, mas na circunstância da entrevista, com todas as assimetrias que ela implica” (KAPP, 2020, p.7) ¹⁶⁸.

Desse modo, não podem ser negligenciadas, na investigação desse objeto de pesquisa, potenciais tendências às disposições dos respondentes, como: eu, enquanto calouro de Arquitetura, devo apresentar quais conhecimentos sobre Arquitetura? Ou, de modo mais específico: enquanto calouro do curso de Arquitetura noturno, devo apresentar quais pressupostos sobre o ambiente urbano que vivencio no meu cotidiano? Ou, mesmo entre os mais experientes: o que eu, estudante avançado de graduação, devo apresentar, a partir das minhas experiências curriculares e extracurriculares, a propósito do que apreendi sobre Arquitetura?

A habilidade em escamotear, no discurso, assuntos ou temas que já sabem ser o dominante no ambiente formal ou nas justificativas quanto às referências escolhidas deve ser atendida, pois isso vai ficando cada vez mais crítico à medida que começamos a entrevistar concluintes. Assim, é muito mais provável que iniciantes cite conceitos diretamente transpostos da sala de aula, ou sejam mais coesos em manifestar opiniões comuns, ou mesmo confessem não ter a mesma opinião que percebem como sendo a coletiva. Os concluintes têm mais habilidade discursiva (e isso não é sinônimo de emprego vocabular técnico ou reconhecido pelos pares), pois o próprio tempo de curso permite reedições dos conceitos e padrões incorporados durante a formação, fazendo-os aparentemente particulares à primeira vista. Isso exige do pesquisador mais tempo sobre a análise da coesão dos dados internos desse perfil de estudantes.

Mas uma vez reconhecida essa condição provável e, também, partindo da premissa que o discurso e a prática podem não ser correspondentes, compreendemos que o simples fato de serem verbalizadas, e de que essas verbalizações sejam tendências mais ou menos homogêneas entre indivíduos de um mesmo grupo, já demonstra que, ao menos no discurso, esses estudantes acreditem que devam corresponder aos padrões X, Y, Z... Entretanto, parte do que é expresso no discurso, como o previsto, não corresponde com a prática observada no ateliê e registrada em alguns trabalhos nas disciplinas de projetos que

¹⁶⁸ Kapp exemplifica isso no contexto de pesquisas que utilizam entrevistas em investigações de fenômenos socio espaciais: “Migrantes podem compartilhar experiências subjetivas e podem fornecer dados objetivos específicos (quanto tempo durou a seca, quem ficou doente, que serviços existiam na região), mas é *improvável que mencionem como motivos* de sua migração os arranjos institucionais de uma industrialização capitalista periférica, a implantação tecnológica do agronegócio ou coisas semelhantes. Por outro lado, entrevistas com migrantes podem esclarecer *como processos macrossociais e macroespaciais se manifestam concretamente em diferentes contextos*, que formas de resistência surgem ali e o que as alimenta ou desmantela.” p. 6, grifo nosso.

acompanhei durante o estágio de docência, mencionados na Introdução da tese. Como exemplo dessa afirmação, os alunos em *discurso* diluem a tomada de decisões exclusiva dos arquitetos, reivindicando uma prática participativa ou, ao menos, "compreensiva" e "flexível" de se fazer projeto, quando algumas proposições refletem configurações espaciais típicas e com baixa abertura a modificações autônomas posteriores por um possível usuário. No entendimento construído em pesquisa, em paralelo a essas experiências práticas, estou convencida de que essas manifestações de procedimentos projetuais tradicionalistas não são próprias do estudante, mas sim de outras experiências disciplinares ou do modo como apreende o *modus operandi* de projetar.

Adverte-se que, pelo caráter exploratório, este estudo é mais sugestivo do que conclusivo. No item seguinte, são elaborados alguns pontos de entrada em futuras pesquisas. No entanto, vale a reflexão: no que se refere ao período formativo e, portanto, ao acúmulo via escala temporal de imersão em conteúdos e informações da prática profissional no ambiente de ensino, o que outros vetores aqui identificados e discutidos podem fazer, à medida que essa escala temporal cresce, é reforçar ou sopesar as diferentes influências adquiridas durante o tempo de curso, que conformaram, no estudante e no conjunto de estudantes de uma instituição de ensino em Arquitetura, uma identidade e prefiguração comuns do que seja produzir e ainda avaliar criticamente Arquitetura. Essa homogeneidade, apesar de bastante difícil de ser discernida via dados, comparece pontualmente, quase como um "deixar escapar", entre alguns estudantes, em que há um pensamento crítico ou ao menos avaliativo de arquitetura comum. Por isso, alguns afirmam se eximir ou não mais estarem estimulados a novas conversas entre os pares, posto que já sabem o que compartilham em comum.

Por se tratar de uma avaliação qualitativa e não probabilística, não é possível "medir" o grau de influência dos diferentes vetores (ambiente disciplinar, atividades extracurriculares, percepção geral via fontes diversas e dispersas e crítica especializada e informal do que é considerado reconhecido no campo arquitetônico). Deste modo, não é possível avaliar em que nível uma fonte de influência teve mais impacto no imaginário do que outra, mas, como advertimos na seção 6.1, é bastante claro que o maior vetor, em termos de tempo e, portanto, de reforço de uma identidade coletiva no campo acadêmico e, por consequência, profissional, é o ambiente disciplinar.

O fator tempo de imersão no ambiente formal também se provou como um marcador relevante à aplicação da metodologia do trabalho de campo, e que também pode ser um fator limitador à aplicação. Demonstrou-se que, a depender do momento em que são abordados, o

imaginário coletivo no 1º período tende a apresentar direta correlação com as ênfases programáticas e de abordagens discursivas dos docentes das disciplinas cursadas no momento correspondente às declarações, o que os distancia, em algumas categorias, do Imaginário Antecedente dos não arquitetos muito rapidamente, ao contrário do que sugerem alguns dos estudos citados no Capítulo 2. Isso nos surpreende, pois parte deles consideram estudantes calouros com, no mínimo, um semestre ou até com um ano de curso.

Também do ponto de vista metodológico, não se pode desconsiderar o fato de que essas declarações direcionadas ao que tendem a reconhecer como elementos relevantes à área de conhecimento foram comunicadas a uma entrevistadora que também faz parte da profissão, o que pode ter alguma parcela de influência sobre essa postura aferida no discurso coletivo, que contém, em algum momento de sua constituição, o que formalmente é considerado relevante na visão atual dos participantes. Entendemos que essa influência também pode acontecer com interpeladores de outras áreas do conhecimento, pois acredita-se que essas disposições de códigos do discurso, que, segundo acredita o entrevistado, o faz ser reconhecido como pertencente ao grupo sobre o qual culminou em sua participação na pesquisa, pode, da mesma maneira, gerar um esforço do respondente em corresponder a supostas expectativas tácitas do que considera adequado às questões, ainda que tenha sido advertido que não há certo ou errado nas declarações da entrevista.

Essas assertivas, no entanto, ficam no campo da especulação, pois não é possível examinar em que medida a especialidade do entrevistador interfere nessa modalidade de técnica de coleta para este problema de investigação específico, já que, por outro lado, também pode haver uma série de limitações que partiriam desse perfil de pesquisador não arquiteto, como o fato de um maior distanciamento do entrevistado e, por conseguinte, maior propensão a não captar nuances sugeridas por expressões e conceitos reconhecíveis como comuns em Arquitetura, o que dificultaria a inspeção imediata, junto ao respondente, de suas fontes de influência etc.

Reconhecidos os principais limites próprios do objeto de investigação e da condução metodológica exploratória empreendida, sugerimos, a seguir, alguns dos aspectos que entendemos como pertinentes em próximas investigações.

6.5 Indicações para futuras pesquisas

Entendemos que as principais implicações práticas deste estudo exploratório dizem respeito à pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, cujo roteiro metodológico, assim como as categorias conceituais de análise do objeto de pesquisa propostas, podem servir de base para que pesquisas avancem a partir daqui. Não é possível demonstrar, como advertido desde o início¹⁶⁹, se os resultados se refletem na projeção, recomendando-se futuras análises, a partir dessa mesma matriz temática, para possibilitar comparações entre transformações retóricas (discurso) e práticas (projeção). Além disso, recomendamos:

- Aprofundar e aprimorar estratégias e recursos metodológicos a fim de investigar outros aspectos:

Consideramos potencialmente proveitosa a aplicação de uma série de entrevistas sobre um mesmo respondente, em diferentes momentos do curso, coletando suas transformações subsequentes, que podem tornar ainda mais consistentes algumas interpretações sobre esse mesmo fenômeno na educação do arquiteto. Em segundo lugar, considera-se necessários estudos que privilegiem investigar os motivos pelos quais algumas das categorias identificadas nos resultados dessa investigação apresentam baixo vínculo em alguns padrões do imaginário enquanto discurso¹⁷⁰, quando relacionados às representações de espacialização em todos os momentos do imaginário, de maneira indistinta, já que não se tem, no momento, pelo próprio caráter exploratório do estudo, elementos suficientes que possam confirmar se, nesses casos, o baixo vínculo se deu em função da natureza do tema no imaginário arquitetônico, ou seja, se o padrão acaba não sendo próprio do discurso, tal como especulamos no Capítulo 5, ou se o nível de vinculação pode mudar a partir da adoção de outros métodos de coleta e de processamento de dados, ou ainda de critérios diversos dos aqui adotados para a identificação e categorização de padrões.

¹⁶⁹ Ver Introdução, seção 1.2, p. 23.

¹⁷⁰ Acontece, por exemplo, nas categorias *Escala e Proporção*, *Estilos Arquitetônicos*, *Os “Entre” Espaços*, *Orientação Espacial e Infraestrutura Urbana*, com baixo vínculo no tema Características Espaciais (subseção 5.1.2.1); porém, o mesmo pode ser aferido nos resultados de cada um dos quatro padrões, informados e comentados ao longo do Capítulo 5.

- Investigar se há particularidades relevantes no imaginário arquitetônico segundo gênero:

No Capítulo 5, discorreremos sobre uma série de categorias dominantes do imaginário arquitetônico, tendo destacado que, em alguns aspectos, pode-se perceber uma diferenciação mais aguçada das ênfases em certas categorias entre gêneros, como no caso do domínio das Representações de Espacialização, no qual algumas categorias ligadas à segurança urbana são exclusivas entre participantes do gênero feminino, por exemplo. Sugere-se explorar se, de fato, poderíamos falar em um imaginário arquitetônico particular de gênero, se este afeta atributos relativos às decisões no processo de projeto. No entanto, acredita-se que isso só poderia ser verificado caso o imaginário também fosse investigado no contexto da projeção e cruzado às representações narrativas.

Acredita-se que isso nos aproximaria da compreensão acerca dos aspectos das atuais práticas de ensino que obliteram ou negligenciam atributos valorizados nos subgrupos de gênero. Na instância da prática profissional, a historiografia e a mídia ressaltam e associam a imagem de profissionais do gênero masculino a projetos de alta complexidade ou a aspectos técnicos/estruturais enquanto que a imagem feminina tende a ser retratada sob contornos da atuação em nichos mais específicos e, frequentemente, com a capacidade de trabalho mais associada à sensibilidade plástica arquitetônica, como arquitetura de interiores e decoração de ambientes. Apesar de não entendermos como relevante a discussão sobre se uma dessas imagens profissionais é mais adequada ou mais correspondente ao imaginário arquitetônico particular ao gênero que outra, seria interessante o esclarecimento dos contornos contextuais de formação dessas imagens, incluindo o escrutínio do papel do imaginário coletivo da própria profissão nesse contexto.

- Aprofundar o cruzamento dos padrões em *Representações de Espacialização* x *Representações Imagéticas*:

Sugerimos, ainda, a possibilidade de um segundo nível de análise, que consistiria na comparação entre as análises das representações imagéticas dos sujeitos e as de suas representações de espacialização, já que apenas algumas aproximações puderam ser especuladas neste trabalho. A esse respeito, sugere-se avaliar até que ponto as imagens arquitetônicas dominantes estão ancoradas às interpretações dos estudantes acerca de preferências sobre o espaço construído, ao ato de projetar e à profissão do arquiteto, pois

acredita-se que possíveis inconsistências entre os achados nos dois domínios podem expor maiores contradições nos discursos, o que pode aprofundar os estudos a respeito dos efeitos das práticas didáticas no imaginário arquitetônico discente. Um meio para alcançar isso também pode estar na avaliação da possibilidade de os *atributos arquitetônicos discursivos*, identificados a partir das análises aqui realizadas, serem contrapostos aos *atributos arquitetônicos na projeção* entre os estudantes.

- Impactos do período de ensino remoto sobre imaginário arquitetônico discente:

O estudo desse fenômeno também se mostra pertinente em novos contextos de ensino-aprendizagem em Arquitetura, postos por situações de crise sanitária em nível mundial, considerando que relações entre professor e estudantes, os recursos metodológicos de proposição e acompanhamento de exercícios, além do próprio esquema de trabalho entre os discentes, mudaram drasticamente. Dentre as várias questões que podem ser colocadas nesse âmbito, algumas que repercutem a partir dos achados aqui dispostos: o ensino remoto e suas implicações contribuíram para o alargamento de questões referentes ao arrefecimento da materialidade do objeto arquitetônico e seus aspectos construtivos e, portanto, dos saberes de construir no imaginário arquitetônico discente? Em contexto atual de um retorno próximo ao ensino híbrido e de um futura retomada 100% presencial, que efeitos no imaginário arquitetônico coletivo poderiam ser observados nos estudantes cuja educação arquitetônica introdutória deu-se em um contexto totalmente remoto? Para além do ambiente virtual de ensino, quais as percepções que agora emergem sobre o espaço construído quanto às noções de hierarquias, limites e barreiras territoriais, organização espacial, lógicas proxêmicas, que remodelaram as noções de individual e coletivo, público e privado? A imposição externa de novas lógicas espaciais e, portanto, de projeção, têm dado suporte a alguma transformação nas práticas didáticas de modo a avançar na ampliação do imaginário e na autonomia do estudante?

Essas e outras possibilidades levantadas ultrapassam os limites alcançados por esta investigação e que, esperamos, sejam impulsionadoras de novas descobertas sobre os efeitos da educação arquitetônica.

REFERÊNCIAS

APPLEYARD, D. Why buildings are known: a predictive tool for architects and planners. In: BROADBENT, G.; BUNT, R.; LLORENS, T. (eds.). **Meaning and Behaviour in the Built Environment**. Chichester: John Wiley and Sons, 1980.

ARANTES, P. F. *et al.* Um projeto de práticas pedagógicas transformadoras: A formação do arquiteto e urbanista no Instituto das Cidades da Unifesp na Zona Leste de São Paulo. **Portal Vitruvius**, ano 18, nov. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.210/6803>. Acesso em: 20 ago. 2021.

ARCIPRESTE, C. M. **A Prática pedagógica do projeto em arquitetura**: reflexões a partir dos processos de avaliação de aprendizagem. 2002. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, UFMG, Belo Horizonte, 2002.

ARCIPRESTE, C. M. **Entre o discurso e o fazer arquitetônico**: reflexões sobre o ensino de arquitetura e urbanismo e seus referenciais a partir do trabalho final de graduação. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

BACZKO, B. **Los Imaginarios Sociales: memórias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1984.

BARROS, A. F. P. **Permanências e perspectivas no ensino de projeto de arquitetura no Brasil**: uma análise a partir da produção científica dos Seminários UFRGS (1985) e Projetar (2003-2011). 2014. 407 f. Tese (Doutorado em Conforto no Ambiente Construído; Forma Urbana e Habitação) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

BIANCHI, G. **Métodos para estímulo à criatividade e sua aplicação em arquitetura**. 2008. 116 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) — Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/258192>>.

BORBA, I. M. M. **Ensino de arquitetura e urbanismo - UTFPR na prática**. 2018. Tese (Doutorado em Tecnologia da Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BOULDING, K. (1961). **The Image**. Ann Arbor: University of Michigan Press.

BOUDON, P. *et al.* **Enseigner la conception architecturale**. Cours d'architecture. 2^a édition. Paris: Éditions de la Villette, 2001.

BOURDIEU, P. Structures and the habitus. In: **Outline of a Theory of Practice**. Translated by R. Nice. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p. 72-95.

BRANT, I. C. C. **A construção de ideias no processo de projeto de arquitetura**. 2019. 131 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BRAUN, V; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>.

BROADBENT, G. A plain man's guide to the theory of signs in architecture. **Architectural Design**, Londres, v. 47, n. 7-8, p. 474-482, jul./ago. 1977. Disponível em: <https://jmtresearch.files.wordpress.com/2011/01/broadbent-a-plain-mans-guide.pdf>.

CARSALADE, F. L. **Ensino de projeto de arquitetura**: uma visão construtivista. 1997. 265 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/RAAO-72ZH5A/1/disserta_o_flavio_carsalade.pdf.

CARSALADE, F. L. A diversidade no ensino de projeto e seus fundamentos comuns. In: CAMPOMORI, M. (org.) **Aprender fazendo**: ensaios sobre o ensino de projeto. Belo Horizonte: Editora da Escola de Arquitetura da UFMG, 2018. p. 123-149.

CARVALHO, G. O. M. **A iniciação em projeto de arquitetura**: um estudo com docentes e discentes em três escolas no Brasil e uma em Portugal. 2016. 346 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/22693>.

CALDANA JÚNIOR, V. L. **Projeto de Arquitetura**: Caminhos. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CHIANG, Y. C. **The Study of Design Problem in Design Thinking**. Digital Architecture and Construction. Boston: WIT Press, 2006.

CHO, J. Y. Understanding the Process of Aesthetic Education in Design Studios: Toward a New Framework for the Pedagogy of Aesthetics. **Proceeding of IDEC**, Denver, p. 208-211, 2011. Disponível em: <http://personal.kent.edu/~jcho4/JYC%202011%20IDEC-aesthetics.pdf>.

CIALONE, C; TENBRINK, T; SPIERS, H. J. Sculptors, architects, and painters conceive of depicted spaces differently. **Cognitive Science**, v. 42, n. 2, p. 524-553, 2018.

COELHO NETTO, J. T. **A construção do sentido na arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU BRASIL) E FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS (FNA). **Ensino e Formação**: Inclusão, Materialidade, Presencialidade e Educação em Arquitetura e Urbanismo: a Profissão e a Sociedade” [Live]. In: **27º Congresso Mundial de Arquitetos – UIARio2021**. Acesso em :19 de julho de 2021.

DEVLIN, K.; NASAR, J. L. The beauty and the beast: Some preliminary comparisons of "high" versus "popular" residential architecture and public versus architect judgments of same. **Journal of Environmental Psychology**, v. 9, n. 4, p. 333-344, 1989. Disponível em: [https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/S0272-4944\(89\)80013-1](https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/S0272-4944(89)80013-1).

DEVLIN, K. An examination of architectural interpretation: architects versus non-architects. **Journal of Architectural and Planning Research**, v. 7, n. 3, p. 235-244, Oct. 1990.

DOWNING, F. Image banks: Dialogues between the past and the future. **Environment and Behavior**, v. 24, n. 4, p. 441-470, July 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F0013916592244002>.

DOWNING, F. E. Conversations in imagery. **Design studies**, v. 13, n. 3, p. 291-319, 1992.

DOWNING, F. E. **Image banks**: The purpose, function, and meaning of environmental imagery for architectural designers. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1989.

DURAND, Gilbert. As estruturas antropológicas do imaginário. Lisboa: Presença, 1989.

ELALI, G. A.; PINHEIRO, J. Q. (2008). Autobiografia ambiental como estratégia para incentivar o vínculo estudante-ambiente. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA [AUTO] BIOGRÁFICA, 3., 2008, Natal. **Anais [...]**, Natal: UFRN, 2008. p. 1-10. Disponível em: http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/909/1/Artigo%20III%20CIPA%202008_ELALI_Gleice.pdf

ERDOGAN, E. *et al.* Aesthetic differences between Freshmen and Pre-architects. **Gazi University Journal of Science**, v. 23, n. 4, p. 501-509, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228382636_Aesthetic_Differences_between_Freshmen_and_Pre-architects.

FERRO, S. **Arquitetura e trabalho livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GIFFORD, R. *et al.* Decoding modern architecture: A lens model approach for understanding the aesthetic differences of architects and laypersons. **Environment and Behavior**, v. 32, n. 2, p. 163-187, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1177%2F00139160021972487>.

GIFFORD, R. *et al.* Why architects and laypersons judge buildings differently: Cognitive properties and physical bases. **Journal of Architectural and Planning Research**, v. 19, n. 2, p. 131-148, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43030605>.

GROAT, L. Meaning in post-modern architecture: An examination using the multiple sorting task. **Journal of Environmental Psychology**, v. 2, n. 1, p. 3-22, 1982. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(82\)80002-9](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(82)80002-9).

HALL, E. T. *et al.* Proxemics [and comments and replies]. **Current anthropology**, v. 9, n. 2/3, p. 83-108, 1968.

HERSHBERGER, R. G. A study of meaning and architecture. In: NASAR, J. (Ed.). **Environmental Aesthetics: Theory, Research, and Application**, Cambridge: Cambridge University Press, 1988. p. 175-194. Disponível em: <https://doi:10.1017/CBO9780511571213.020>.

HERSHBERGER, R. G. Architecture and meaning. **Journal of Aesthetic Education**, v. 4, n. 4, p. 37-55, 1970. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/3331285>.

HUBBARD, P. Conflicting interpretations of architecture: An empirical investigation. **Journal of Environmental Psychology**, v. 16, n. 2, p. 75-92, June 1996. Disponível em: <https://doi.org/10.1006/jevp.1996.0007>.

KAPP, S. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais**, v. 22, 2020. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6067/5293>

LABORATÓRIO DE CONFORTO AMBIENTAL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO. **Labcon**. Disponível em: <https://sites.arq.ufmg.br/tau/labcon/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

LAPLANTINE, F.; TRINDADE, L. **O que é imaginário**. São Paulo: Brasiliense, 1997.
LAVERDE, A. **Os espaços experimentais das escolas públicas de arquitetura do Brasil: realidade ou utopia?** 2017. 320 f. Tese (Doutorado em Ciências) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16132/tde-18122017-153956/publico/AlbeniseLaverde.pdf>.

LAVERDE, A; OLIVEIRA, C. T. A. Os espaços experimentais das escolas públicas de Arquitetura do Brasil: realidade ou utopia?. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 101, n. 258, p. 436-457, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/rPXGRmSwMJrZTFYXX48kLgy/?lang=pt>.

LEFEBVRE, H. **Toward an architecture of enjoyment**. Minnesota Press, 2014.

LEUPEN *et al.* **Design and analysis**. Roterdã: 010 Publishers, 1997

LYNCH, K. **The image of the city**. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1960.

LOPES, J. M. Quando menos não é mais: tectônica e o ensino tecnológico da Arquitetura e do Urbanismo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 3., 2014, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPARQ, 2014.

MACIEL, A. B. **Iniciação ao ensino do projeto arquitetônico: paradigmas e reducionismos**. 2009. 194 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/15857/000688318.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

MALARD, M. L. **Brazilian low cost housing: interactions and conflicts between residents and dwellings**. 1992. Tese (PhD) — Department of Architectural Studies, University of Sheffield, Sheffield, 1992. Disponível em: <http://etheses.whiterose.ac.uk/14633/>.

MALARD M. L., MONTEIRO, G. M. O desenvolvimento da criatividade no ensino de projeto: qualquer exercício serve?. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANPARQ, 2016.

MARTÍNEZ, A. C. **Ensaio sobre o projeto**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MILES, M. B; HUBERMAN, A. M. **Qualitative data analysis: An expanded sourcebook**. London: Sage Publications, 1994.

MOM MORAR DE OUTRA MANEIRAS. **MOM**. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/index.html>. Acesso em: 09 jan. 2022.

NASAR, J. L. Adult viewers' preferences in residential scenes: A study of the relationship of environmental attributes to preference. **Environment and Behavior**, v. 15, n. 5, p. 589-614, 1983.

NASAR, J. L. **Architectural symbolism**: A study of house-style meanings. Paper presented at the 19th annual meeting of the Environmental Design Research Association, Pomona, CA. 1988.

ORSI G.; ELALI, G. A. Pensando bases para a criação arquitetônica: um estudo sobre as preferências estético-arquitetônicas de estudantes segundo estágios de aprendizagem. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE PROJETO DE ARQUITETURA, 4., 2015, Natal. **Anais [...]**. Natal: PPGAU/UFRN, 2015.

OSGOOD, C. Semantic Differential Technique in the Comparative Study of Cultures. In L. Jakobovits, & M. S. Miron (Eds.), **Readings in the Psychology of Language** (pp. 371-397). New Jersey: Englewood Cliffs Prentice Hall. (1967)

OSTROWER, F. **Criatividade e Processos de Criação**. 30. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2018.

OLIVEIRA, R. D. O papel da prática do projeto na construção de uma teoria didática da arquitetura. In: ENCONTRO DE ENSINO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA, 4., 1992, Pelotas. **Anais [...]**. Pelotas: FAURB/UFPEL, 1992.

OLIVEIRA, L. L. R. R. **A arquitetura do problema**: o potencial criativo no exercício de projeto. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

OLIVEIRA, L. L. R. R.; MALARD, M.L. A formação docente em projeto de arquitetura na pós graduação stricto sensu. In: . In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 5., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: ANPARQ, 2018.

PALLASMAA, J. **The embodied image: Imagination and imagery in architecture**. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.

PALMER, J. An investigation of the conceptual classification of landscapes and its applications to landscape planning issues. In: WEIDMANN S.; ANDERSON, J. R. (eds.). **Priorities for Environmental Design Research**. Washington, DC: Environmental Design Research Association, 1978. p. 92-103.

PENNARTZ, P.J; ELSINGA M.G. Adults, adolescents, and architects: Differences in perception of the urban environment. **Environment and Behavior**, v. 22, n. 5, Sep. 1990, p. 675-714.

POSTIC, M. **O imaginário na relação pedagógica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

PULICI, C. Prédios "neoclássicos" no espaço residencial das elites de São Paulo. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 237-261, 2015.

PURCELL, A.T. Environmental perception and affect: A schema discrepancy model. **Environment and Behavior**, v. 18, n. 1, 1986, p. 3-30.

PURCELL, A. T.; NASAR, J. L. Experiencing other people's houses: A model of similarities and differences in environmental experience. **Journal of Environmental Psychology**, v. 12, n. 3, p. 199-211, Sep. 1992. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0272-4944\(05\)80135-5](https://doi.org/10.1016/S0272-4944(05)80135-5).

RAPOPORT, A. **The meaning of the built environment: a nonverbal communication approach**. Tucson: University of Arizona Press, 1982.

RAPOPORT, A. **House, form and culture**. New Jersey: Prentice-Hall Inc., 1969.

ROSCH, E.; MERVIS, C. B. Family resemblances: Studies in the internal structure of categories. **Cognitive psychology**, v. 7, n. 4, p. 573-605, 1975.

ŠAFÁROVÁ, K. *et al.* Differences between young architects' and non-architects' aesthetic evaluation of buildings. **Frontiers of Architectural Research**, v. 8, n. 2, p. 229-237, June 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.foar.2019.04.001>.

SALGANIK, M. J.; HECKATHORN, D. D. Sampling and estimation in hidden populations using respondent-driven sampling. **Sociological methodology**, v. 34, n. 1, p. 193-240, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1111%2Fj.0081-1750.2004.00152.x>.

SANTA CECÍLIA, B. L. C. **Dos excessos de arquitetura ao desaparecimento dos edifícios**. 2016. 266 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2016.

SANTOS, C. N. F. Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo. In: VELHO, G. (coord.). **O Desafio da Cidade**. Novas Perspectivas da Antropologia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus Ltda. 1980. p. 37-57.

SANTOS, R. E. **Atrás das grades curriculares: da fragmentação do currículo de graduação em arquitetura e urbanismo no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, 2002.

SCHÖN, D. A. The architectural studio as an exemplar of education for reflection-in-action. **Journal of Architectural Education**, v. 38, n. 1, p. 2-9, 1984.

SCHÖN, D. A. **Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem**. Porto Alegre – RS: Artmed. 2000.

SENNETT, R. **O Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, A. **Imaginários urbanos**. Bogotá: Tercer Mundo Editores, 2000.

SILVA, E. Novos e velhos conceitos no ensino do projeto arquitetônico. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO DE PROJETO DE ARQUITETURA, 1., 2003, Natal. **Anais [...]**. Natal: PPGAU/UFRN, 2003.

SOUZA, L. K. D. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a Análise Temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

STEVENS, G. **O círculo privilegiado: fundamentos sociais da distinção arquitetônica**. Brasília: Editora da UNB, 2003.

THORNE, R; LAMB R. Can schools of architecture and their design teaching be improved through understanding differences between individuals and members of groups within organizations? In: **PLUME, J. (ed.) Architectural Science and Design in Harmony**. Proceedings of the Joint Australian and New Zealand Architectural Science Association and Architectural and Design Teaching and Research Association Conference. University of New South Wales: School of Architecture, 1990, p. 199-206.

UNWIN, S. **The Ten Most Influential Buildings in History: Architecture's Archetypes**. New York: Routledge, 2016.

VERDERBER, S.; MOORE, G. Building imagery: a comparative study of environmental cognition. In: **Man Environment Systems**, v. 7, n. 6, p. 332-341, 1977.

VIDIGAL, E. J. **Ensino de projeto arquitetônico: um estudo sobre as práticas didáticas no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Paraná**. 2010. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

WHITFIELD, T.W.A. Predicting preference for familiar, everyday objects: An experimental confrontation between two theories of aesthetic behavior. **Journal of Environmental Psychology**, v. 3, p. 221-237, 1983.

WILSON, M.A. The socialization of architectural preference. In: **Journal of Environmental Psychology** 16:33-44. 1996.

WILSON, M. A.; CANTER, D. V. The development of central concepts during professional education: An example of a multivariate model of the concept of architectural style. **Applied Psychology**, v. 39, n. 4, p. 431-455, 1990.

WOHLWILL, J. F. Environmental aesthetics: The environment as a source of affect. In: ALTMAN, I.; WOHLWILL, J. F. (eds.). **Human behavior and environment**. Boston: Springer, 1976. p. 37-86.

YOUNG, D. **The interpretation of form: meanings and ambiguities in contemporary architecture**. M.Sc. dissertation, University of Surrey, 1979.

ZANETTINI, S. **O Ensino de Projeto na Área de Edificação**. São Paulo: FAUUSP, 1980.

ZEVI, B. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

APÊNDICE A

Modelo assinado pelos estudantes

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado(a) e/ou participar na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa de tese desenvolvida(o) por **LANNA LARISSA RODRIGUES RÊGO DE OLIVEIRA** no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG (NPGAU/UFMG). Fui informado(a), ainda, de que a pesquisa é orientada por **Prof^a Dr^a Maria Lucia Malard**, a quem poderei contatar/consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail mlmalard@gmail.com. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar com a pesquisa. Fui informado(a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais trata-se de *analisar o imaginário sobre o espaço construído a partir da perspectiva dos alunos dos cursos diurno e noturno do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMG*. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo(a) pesquisador(a) e/ou seu(s) orientador(es) / coordenador(es). Fui ainda informado(a) de que posso me retirar desse(a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Declaro que concordo em participar desta pesquisa. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido assinado por mim e pelo pesquisador, que me deu a oportunidade de ler e esclarecer todas as minhas dúvidas.

Nome completo do participante

Data

Assinatura do participante

Nome completo do Pesquisador: Lanna Larissa Rodrigues Rêgo de Oliveira

Endereço: [REDACTED]

Telefones: [REDACTED]

E-mail: lannarrego@gmail.com

Assinatura do pesquisador

Data

Roteiro de entrevistas

Ao início da entrevista, perguntou-se: idade, lugar de origem (estado, cidade ou bairro - quando residindo em Belo Horizonte) e se o respondente possui concluída ou em andamento alguma formação adicional ao curso de Arquitetura e Urbanismo (estágio, emprego, formação técnica ou superior, iniciação científica ou qualquer atividade extracurricular que considere relevante, solicitando breve descrição.)

Bloco I - situar o indivíduo na instância do “morar”¹⁷¹

1. Você sempre morou na mesma cidade ou bairro? (se sim e sempre na mesma habitação, pular para a questão 4)
2. Já morou em diferentes tipos de habitação? (casa, prédio, condomínio fechado, sítio...)
3. Para você, há algo de comum entre esses lugares que você já morou ou há mais coisas que os diferenciam?
4. Se eu te pedisse para me falar sobre a casa em que você mora hoje, o que você tem a me falar sobre ela?

Bloco II - situar o indivíduo na instância da experiência cotidiana: arquitetônica e urbana

5. Você costuma frequentar lugares na sua cidade fora do circuito da sua moradia? O que você percebe ao comparar esses espaços com o lugar em que você mora?
6. Você costuma viajar? Você conseguiria lembrar se alguma dessas viagens despertou sua atenção para a arquitetura do lugar?

Bloco III - situar o indivíduo na instância do consumo: o que consome como arquitetura

7. Ao visitar algum lugar, o que te faz achar que foi planejado por um arquiteto? E o contrário?
8. Quando você pensa sobre o ofício do arquiteto; especificamente em um arquiteto projetando algum espaço qualquer, o que você imagina que ele deva considerar para fazer esse trabalho?
9. E você acha que isso se aplica a qualquer tipo de projeto, seja ele uma casa ou um *shopping center*, por exemplo?
10. Como você acabou escolhendo arquitetura? Tem algum parente arquiteto?
11. Você consome no seu dia-a-dia algum conteúdo relacionado à arquitetura? (filme, documentário, série, programa de TV, livro, revista, site...)
12. O que mais te chama atenção/o que você mais gosta nesses conteúdos?

Bloco IV – situar o indivíduo em suas preferências arquitetônicas:

13. Para você, o que faz um espaço ser agradável e atrativo?
14. Você costuma conversar com outras pessoas sobre esses assuntos que conversamos? Qual aspecto é mais discutido nesses assuntos e o que você pensa sobre eles?
15. Há algum lugar marcante para você que você já conheça ou deseje conhecer? O que te chama atenção nele?

¹⁷¹ Bloco de perguntas usado no processamento de dados piloto, descrito na seção 3.4.

APÊNDICE B

Demonstração, por amostragem, do processo de aplicação piloto do método de processamento de dados adotado, discutido no Capítulo 3.

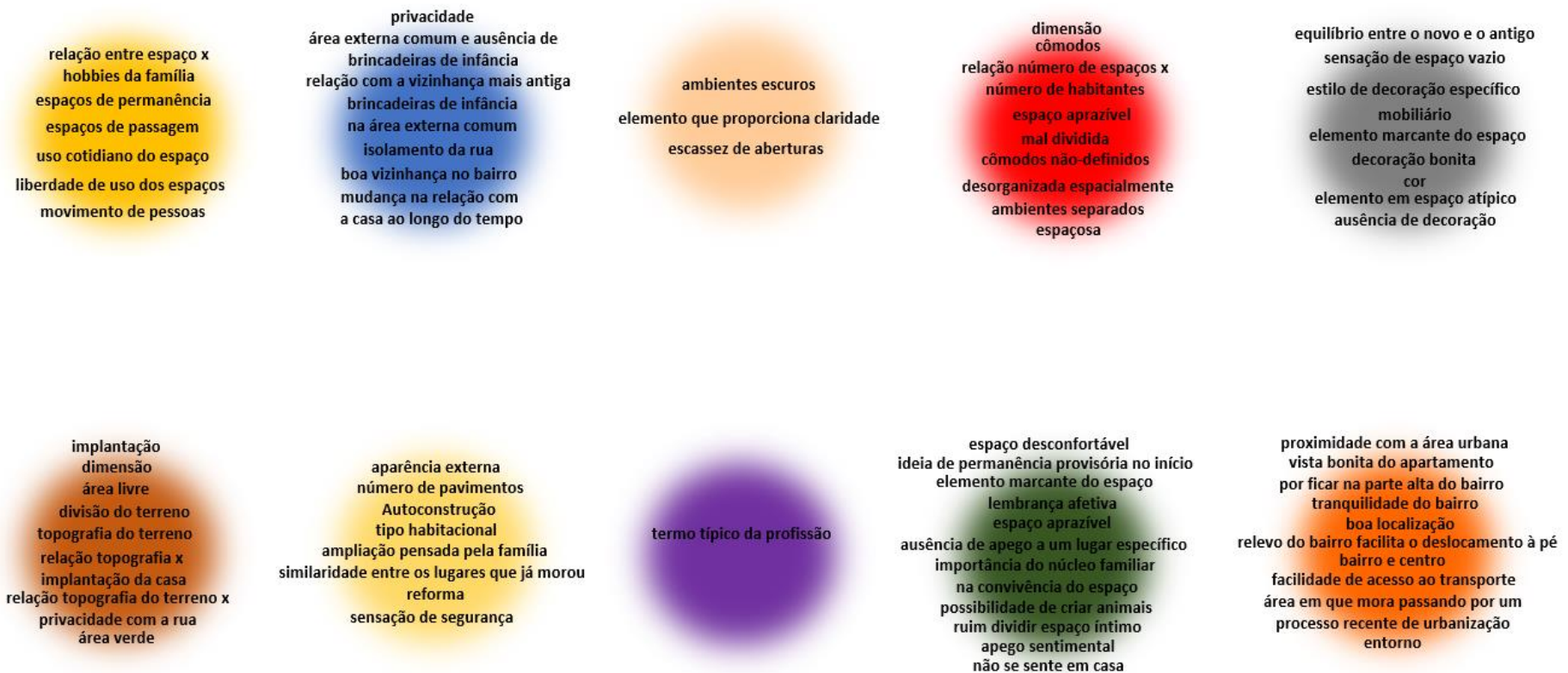


Esse piloto analisou extratos das falas de 30 estudantes ingressantes (2019.1), referentes à **questão 04, Bloco I** da entrevista. Acima, *prints* de tela dos códigos iniciais codificados por cor, no Excel.

Lista de códigos iniciais:

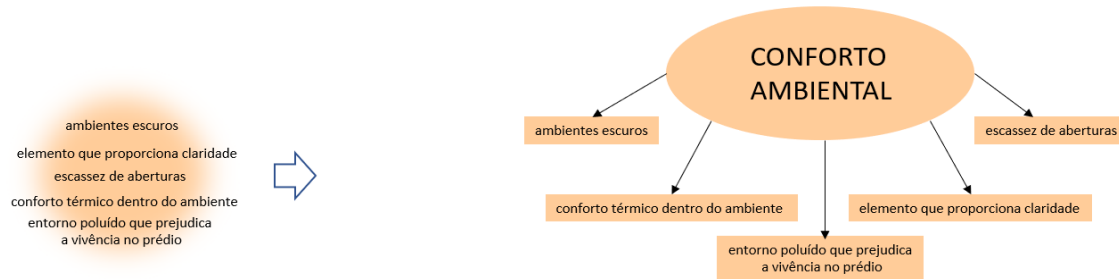
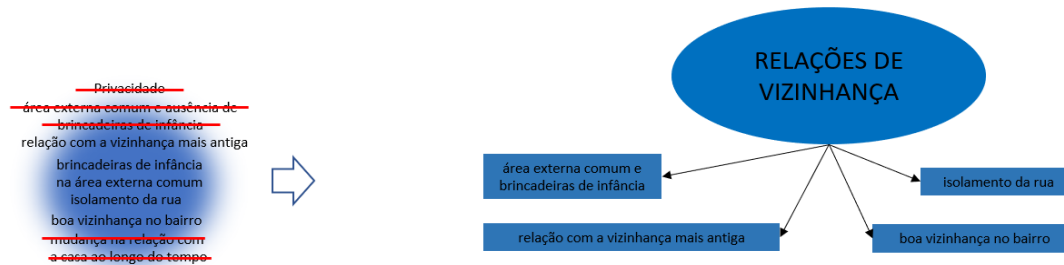
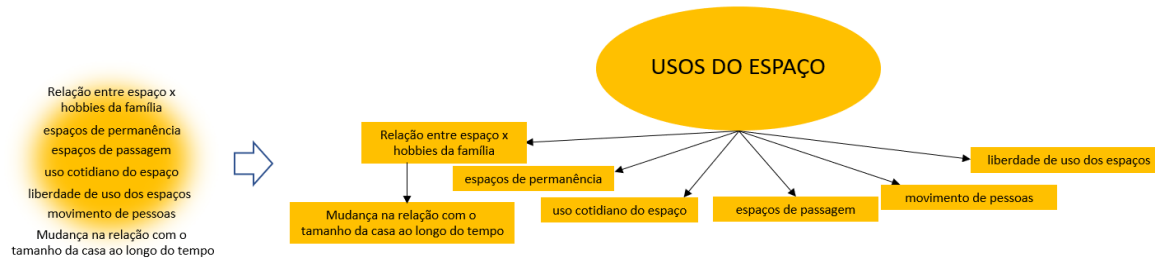
- | | | |
|--|--|--|
| 1. Implantação | 26. Importância do núcleo familiar na convivência do espaço | 51. Elemento em espaço atípico |
| 2. Entorno | 27. Reforma | 52. Ambientes escuros |
| 3. Cômodos | 28. Relação entre espaço x hobbies da família | 53. Sensação de segurança |
| 4. Mobiliário | 29. Relação topografia x implantação da casa | 54. Liberdade de uso dos espaços |
| 5. Espaços de passagem | 30. Relação topografia do terreno x privacidade com a rua | 55. Equilíbrio entre o novo e o antigo |
| 6. Espaços de permanência | 31. Espaçosa | 56. Mudança na relação com a casa ao longo do tempo |
| 7. Área livre | 32. Isolamento da rua | 57. Movimento de pessoas |
| 8. Dimensão | 33. Decoração bonita | 58. Ausência de decoração |
| 9. Elemento que proporciona clareza | 34. Possibilidade de criar animais | 59. Desorganizada espacialmente |
| 10. Divisão do lote COLOCAR LOTE | 35. Boa localização | 60. Privacidade |
| 11. Topografia do terreno | 36. Relevo do bairro facilita o deslocamento à pé | 61. Aparência externa |
| 12. Número de pavimentos | 37. Ruim dividir espaço íntimo | 62. Ambientes separados |
| 13. Relação número de espaços x número de habitantes | 38. Área externa comum e ausência de brincadeiras de infância | 63. Conforto térmico dentro do ambiente |
| 14. Elemento marcante do espaço | 39. Boa vizinhança no bairro | 64. Área verde |
| 15. Autoconstrução | 40. Vista bonita do apartamento por ficar na parte alta do bairro | 65. Proximidade com a área urbana |
| 16. Tipo habitacional | 41. Mal dividida | 66. Sensação de espaço vazio |
| 17. Uso cotidiano do espaço | 42. Cômodos não-definidos | 67. Entorno poluído que prejudica a vivência no prédio |
| 18. Tranquilidade do bairro | 43. Bairro e centro | 68. Estilo de decoração específico |
| 19. Relação com a vizinhança mais antiga | 44. Cor | 69. Não se sente em casa |
| 20. Brincadeiras de infância na área externa comum | 45. Facilidade de acesso ao transporte | 70. Ideia de permanência provisória no início |
| 21. Ampliação pensada pela família | 46. Apego sentimental | 71. Espaço desconfortável |
| 22. Lembrança afetiva | 47. Área em que mora passando por um processo recente de urbanização | |
| 23. Espaço apazível | 48. Termo típico da profissão | |
| 24. Similaridade entre os lugares que já morou | 49. Orientação dos ambientes em relação ao barulho da rua | |
| 25. Ausência de apego a um lugar específico | 50. Escassez de aberturas | |

Lista de códigos iniciais referentes à questão 04. Os itens numerados da lista referem-se às ocorrências dos extratos das falas da imagem da página anterior, transformados em códigos iniciais.

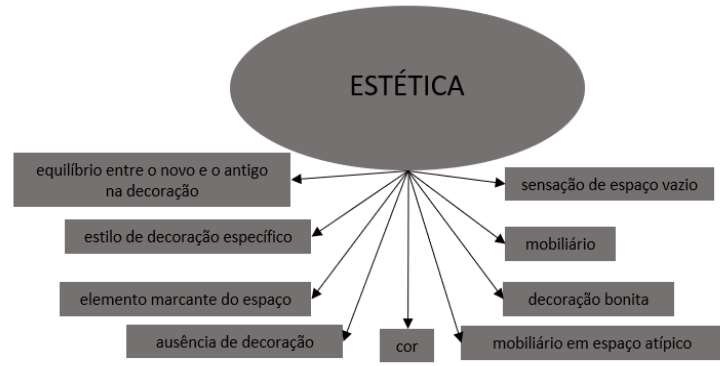


Primeira versão de agrupamento de códigos, com 10 conjuntos iniciais.

Recodificação nesse agrupamento de códigos. Ao gerar o mapa mental, percebeu-se que alguns dos códigos originais eram mais ligados a outros temas (Características Afetivas e Características Espaciais)



equilíbrio entre o novo e o antigo
sensação de espaço vazio
estilo de decoração específico
mobiliário
elemento marcante do espaço
decoração bonita
cor
elemento em espaço atípico
ausência de decoração



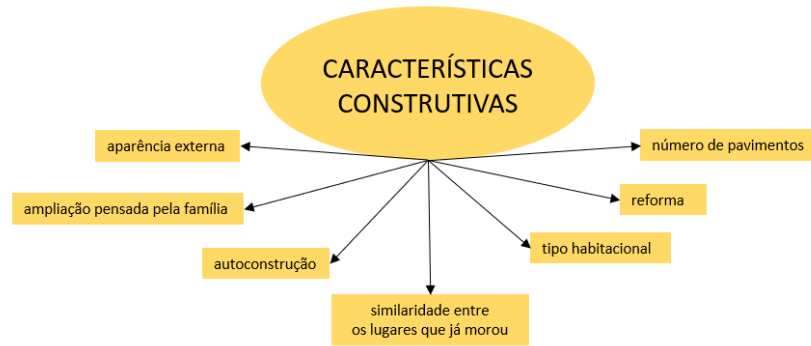
Dimensão cômodos
Relação entre número de cômodos e número de habitantes
espaço aprazível
mal dividida
cômodos não-definidos
Desorganizada espacialmente
ambientes separados
espaçosa
privacidade



implantação
Dimensão
área livre
divisão do terreno
topografia do terreno
relação topografia x implantação da casa
relação topografia do terreno x privacidade com a rua
área verde



aparência externa
 número de pavimentos
 Autoconstrução
 tipo habitacional
 ampliação pensada pela família
 similaridade entre os lugares que já morou
 reforma
 sensação de segurança



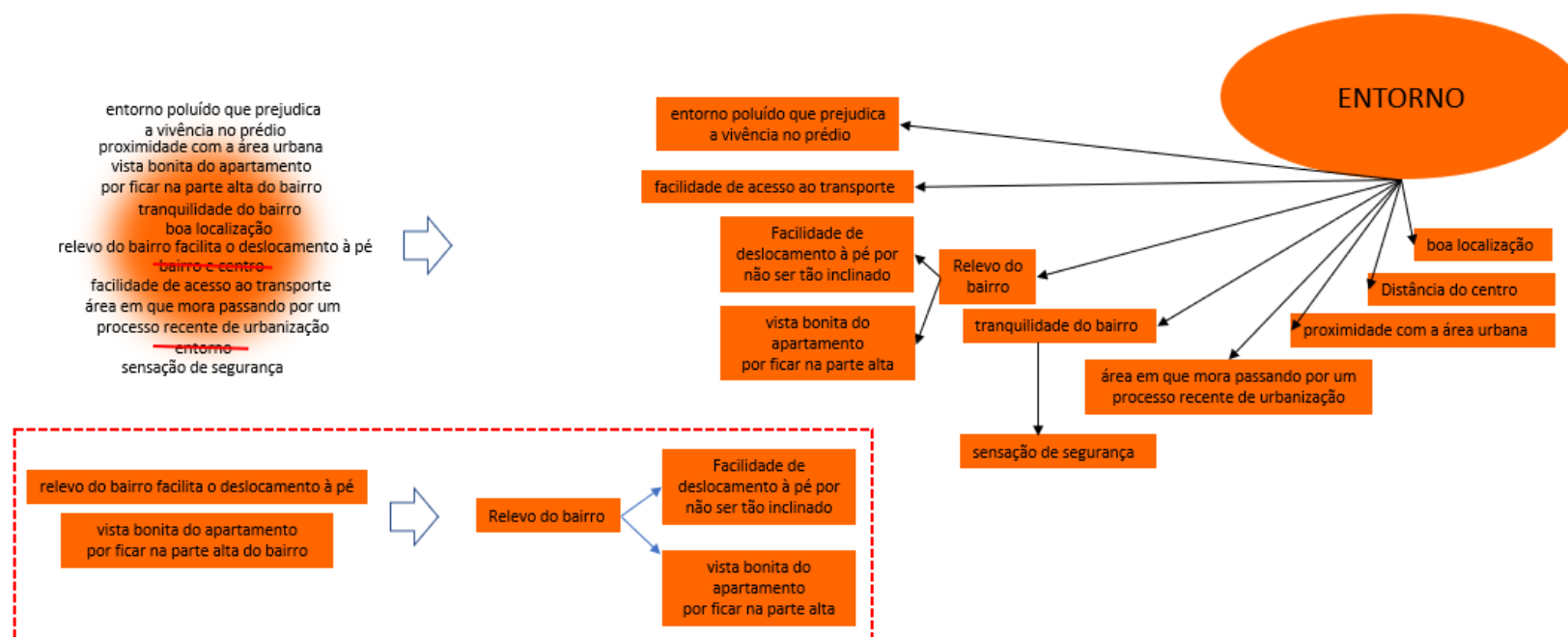
~~termo típico da profissão~~
 ambiência
 estilo
 aspecto mais moderno



Recodificação nesse agrupamento de códigos. Ao gerar o tema, percebeu-se que o código original (riscado em vermelho) poderia na verdade tratar-se do tema. Inserindo nesse tema os termos originais ditos pelos estudantes.

espaço desconfortável
 ideia de permanência provisória no início
 elemento marcante do espaço
 lembrança afetiva
 espaço aprazível
 ausência de apego a um lugar específico
 importância do núcleo familiar na convivência do espaço
 possibilidade de criar animais
 ruim dividir espaço íntimo
 apego sentimental
 não se sente em casa
 sensação de segurança





Recodificação nesse agrupamento de códigos. Ao gerar o tema, percebeu-se a redundância do código “entorno”, que poderia também ser um tema, assim como o código “bairro e centro”, recodificado para “distância do centro”. Dois outros códigos foram recodificados em função de haver dois argumentos diferentes para um mesmo código.

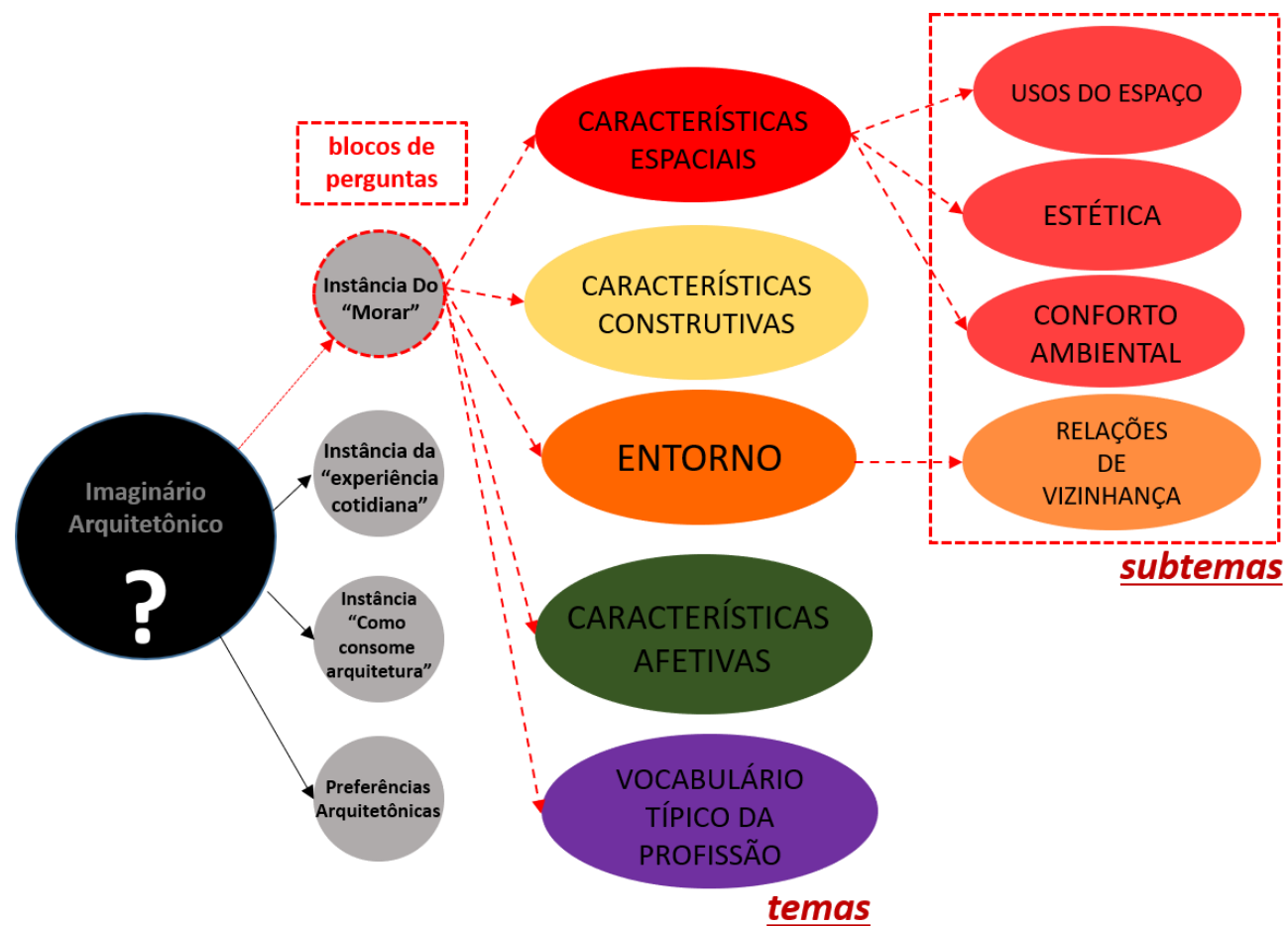
Lista de códigos finais:

- | | | |
|---|--|--|
| 1. Implantação | 26. Reforma | 51. Escassez de aberturas |
| 2. Cômodos | 27. Relação entre espaço x hobbies da família | 52. Mobiliário em espaço atípico |
| 3. Mobiliário | 28. Relação topografia x implantação da casa | 53. Ambientes escuros |
| 4. Espaços de passagem | 29. Relação topografia do terreno x privacidade com a rua | 54. Sensação de segurança |
| 5. Espaços de permanência | 30. Espaçosa | 55. Liberdade de uso dos espaços |
| 6. Área livre | 31. Isolamento da rua | 56. Equilíbrio entre o novo e o antigo na decoração |
| 7. Dimensão | 32. Decoração bonita | 57. Mudança na relação com o tamanho da casa ao longo do tempo |
| 8. Elemento que proporciona clareza | 33. Possibilidade de criar animais | 58. Movimento de pessoas |
| 9. Divisão do terreno | 34. Boa localização | 59. Ausência de decoração |
| 10. Topografia do terreno | 35. Relevo do bairro facilita o deslocamento à pé | 60. Desorganizada espacialmente |
| 11. Número de pavimentos | 36. Ruim dividir espaço íntimo | 61. Privacidade |
| 12. Relação número de cômodos e número de habitantes | 37. Área externa comum e ausência de brincadeiras de infância | 62. Aparência externa |
| 13. Elemento marcante do espaço | 38. Boa vizinhança no bairro | 63. Ambientes separados |
| 14. Autoconstrução | 39. Vista bonita do apartamento por ficar na parte alta do bairro | 64. Conforto térmico dentro do ambiente |
| 15. Tipo habitacional | 40. Mal dividida | 65. Área verde |
| 16. Uso cotidiano do espaço | 41. Cômodos não-definidos | 66. Proximidade com a área urbana |
| 17. Tranquilidade do bairro | 42. Distância do centro | 67. Sensação de espaço vazio |
| 18. Relação com a vizinhança mais antiga | 43. Cor | 68. Entorno poluído que prejudica a vivência no prédio |
| 19. Brincadeiras de infância na área externa comum | 44. Facilidade de acesso ao transporte | 69. Estilo de decoração específico |
| 20. Ampliação pensada pela família | 45. Apego sentimental | 70. Não se sente em casa |
| 21. Lembrança afetiva | 46. Área em que mora passando por um processo recente de urbanização | 71. Ideia de permanência provisória no início |
| 22. Espaço apazível | 47. Ambiência | 72. Espaço desconfortável |
| 23. Similaridade entre os lugares que já morou | 48. Estilo | |
| 24. Ausência de apego a um lugar específico | 49. Aspecto mais moderno | |
| 25. Importância do núcleo familiar na convivência do espaço | 50. Orientação dos ambientes em relação ao barulho da rua | |

Recodificação pós-mapas mentais.



Versão final do agrupamento de códigos do processamento de dados piloto.



Mapa mental resultante do processamento de dados piloto referente à questão 4, do Bloco I de perguntas aplicadas no grupo de ingressantes (2019.1).

APÊNDICE C

O *link* abaixo redireciona ao arquivo em que estão hospedados: a codificação completa dos dados das entrevistas, os resultados percentuais sumarizados dos três grupos de análise além do perfil etário, geográfico, de gênero e ocupacional dos respondentes.

Link para acesso: <https://1drv.ms/x/s!AvEZqhVkhUQ4gZBliYx-CBcdStK49w>